



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na
região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os
educadores**

Laiane da Silva Corrêa

Belém – PA

2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na
região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os
educadores**

Laiane da Silva Corrêa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor (a) em Teoria e Pesquisa com Comportamento.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Celina Maria
Colino Magalhães

Belém – PA

2016

Tese de Doutorado

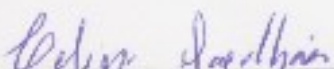
“Serviços de acolhimento institucional a crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores.”

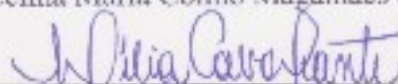
Aluna: Laiane da Silva Corrêa.

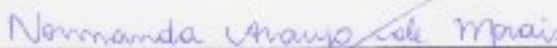
Data da Defesa: 26 de Fevereiro de 2016.

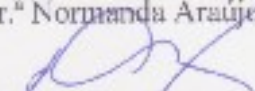
Resultado: Aprovada.


Banca examinadora:

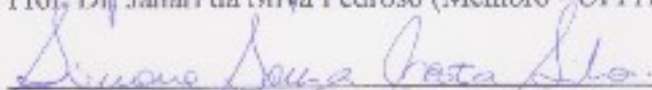

Prof.^a Dr.^a Celina Maria Colino Magalhães (Orientadora - UFPA).


Prof.^a Dr.^a Lilia Ieda Chaves Cavalcante (Co-Orientadora - UFPA).


Prof.^a Dr.^a Normanda Araújo Moraes (Membro - UNIFOR).


Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio (Membro, via Skype - UFRGS).


Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso (Membro - UFPA).


Prof.^a Dr.^a Simone Souza da Costa Silva (Membro - UFPA).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UPPA

Corrêa, Laiane da Silva, 1983-

Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores / Laiane da Silva Corrêa. - 2016.

Orientadora: Celina Maria Colino Magalhães;
Coorientadora: Lília Ieda Chaves Cavalcante.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2016.

1. Crianças - Assistência em instituições. 2. Crianças - Desenvolvimento. 3. Adolescentes - Assistência em instituições. 4. Adolescentes - Desenvolvimento. 5. Educadores. I. Título.

CDD 23. ed. 155.4

Passarinho - Emicida

Despencados de voos cansativos
Complicados e pensativos
Machucados após tantos crivos
Blindados com nossos motivos
Amuados, reflexivos
(...)

Será que o sol sai pra um voo melhor
Eu vou esperar, talvez na primavera
(...)
E no meio disso tudo
Tamo tipo

Passarinhos
Soltos a voar dispostos
A achar um ninho
Nem que seja no peito um do outro

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha orientadora e co-autora deste trabalho, professora Dr^a. Celina Magalhães. Obrigada pela parceria e orientações durante todos estes anos de trabalho, caminhada que vem desde a graduação.

A todos os gestores, técnicos, educadores e funcionários dos serviços de acolhimento da Região Metropolitana de Belém. Obrigada pela acolhida e abertura das suas portas, sem a colaboração de vocês este trabalho não seria possível.

As crianças e adolescentes que são os inspiradores deste trabalho. É por vocês e para vocês que estão “machucados após tantos crivos” que discussões deste tipo precisam caminhar e crescer na academia e entre os agentes sociais.

A professora Lília Cavalcante, pela amizade, parceria constante e co-orientação neste estudo, e aos professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) Simone Silva e Fernando Pontes. Obrigada pelos ensinamentos e troca de conhecimentos durante estes anos de convivência, em todo meu percurso acadêmico.

Aos meus pais pelo incentivo e parceria em toda a minha trajetória enquanto filha, pessoa e profissional.

Ao meu avô (*in memorin*), pelo incentivo e por acreditar que um dia eu seria “uma Doutora”.

Aos meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado dando força, incentivo e apoio, especialmente às minhas irmãs, tias e tios. Obrigada pela compreensão das minhas faltas e ausências.

Aos amigos e companheiros de trabalho do NEPAIA/LED, pelas contribuições na coleta, construção do banco de dados e andamento da pesquisa. Obrigada pelo apoio e parceria durante estes quatro anos de doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento e todos os professores, por oportunizar mais esta etapa da minha carreira acadêmica.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de doutorado, a qual possibilitou a realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram na execução deste trabalho e que fazem parte como elementos fundamentais na minha ecologia.

Sumário

Apresentação.....	10
Capítulo 1	
Introdução	
O Estudo do Desenvolvimento Humano na Perspectiva do Modelo Bioecológico.....	15
O Acolhimento Institucional no Cenário Nacional: Aspectos Gerais e Históricos.....	18
A Instituição como Foco das Pesquisas sobre Desenvolvimento Humano: o Ambiente, os Acolhidos e o Educador.....	26
O ambiente institucional como contexto de desenvolvimento: estrutura, avaliação e indicadores de qualidade.....	27
As crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento: efeitos e indicadores para o desenvolvimento.....	30
Os educadores como agentes do cuidado: concepções, rotinas e práticas institucionais.....	37
Definição e Caracterização do Problema.....	41
Capítulo 2	
Método	
Participantes.....	45
Contexto da Pesquisa.....	45
Instrumentos e Materiais.....	48
Questionário de caracterização da instituição.....	48
Formulário de caracterização das crianças e dos adolescentes.....	49
Questionário de caracterização dos educadores.....	49
Diário de campo.....	50
Procedimento e Considerações Éticas.....	50
Procedimentos éticos e solicitação para a realização da pesquisa.....	50
Procedimento de construção, adaptação dos instrumentos e treinamento da equipe.....	51
Período de habituação.....	51
Estudo piloto.....	52
Procedimento de coleta de dados.....	52
Procedimento de análise dos dados.....	53
Resultados e Discussão	
Capítulo 3	
Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes da RMB: Perfil e Características dos Espaços.....	57
Identificação e organização técnico-legal.....	57
Características físico-funcionais.....	69
Critérios e procedimentos de atendimento.....	71
Encaminhamento e acolhimento.....	78

Capítulo 4

Crianças e Adolescentes Acolhidos em Instituições da RMB: Perfil Sociodemográfico, Família e Processo Institucional.....	95
Perfil das crianças e adolescentes acolhidos em instituições da RMB no ano de 2012.....	95
Condições de moradia das famílias das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.....	101
Perfil sociofamiliar das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012..	105
Caracterização do processo de acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.....	111

Capítulo 5

Os Educadores Responsáveis pelas Crianças e Adolescentes Acolhidos em Instituições da RMB: Perfil, Concepções e Práticas de Cuidado.....	132
Perfil pessoal e profissional dos educadores que trabalham com o cuidado e educação das crianças e adolescentes acolhidos em instituições da RMB.....	133
Fatores que geram cansaço e aspectos satisfatórios do trabalho como educador nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB.....	138
Concepções e práticas de cuidados dos educadores da RMB.....	143
Considerações finais.....	161
Referências.....	177
Apêndice.....	189
Apêndice A. Questionário de Caracterização da Instituição.....	190
Apêndice B. Formulário de Caracterização das Crianças.	202
Apêndice C. Formulário de Caracterização dos Adolescentes	208
Apêndice D. Questionário de Caracterização dos Educadores.....	215
Apêndice E. Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	222
Apêndice F. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	225

Corrêa, L.S. (2016). *Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 225 páginas.

Resumo

O estudo visou caracterizar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da Região Metropolitana de Belém (RMB), com destaque para o perfil e práticas adotadas pelas instituições e educadores, bem como o perfil pessoal, familiar e institucional dos acolhidos. Participaram 14 gestores dos serviços de acolhimento que atendem crianças e adolescentes em situação de risco na RMB e 198 educadores. O estudo contou, com o preenchimento de 426 prontuários dos acolhidos, no período de janeiro a dezembro de 2012. Para a coleta de dados utilizou-se um formulário de caracterização das instituições, do perfil dos acolhidos e dos educadores, através de pesquisa documental e entrevista. Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva e inferencial. Entre os resultados encontrados, identificou-se uma proporção igualitária de unidades governamentais e não-governamentais e um número expressivo da modalidade abrigo institucional. Quanto ao espaço físico, foram encontrados ambientes com características residenciais, em áreas urbanas e sem placas de identificação. Em geral, as instituições adotam critérios como sexo e idade para o atendimento, e mantem articulação com a rede de serviços, especialmente na área da educação, saúde, cultura e lazer. Quanto ao perfil dos acolhidos, constatou-se a predominância de crianças do sexo masculino, que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, possuem de zero a três anos de idade e estão fora da idade escolar. Entre os adolescentes notou-se o predomínio de meninas, de 15 a 17 anos, com o nome do pai no registro civil e cursam o ensino fundamental. Quanto aos motivos do acolhimento, destacaram-se o abandono, a negligência familiar, a pobreza e vulnerabilidade e a violência sexual. As famílias, em geral, não recebem benefícios de apoio e transferência de renda e são usuários de drogas. As mães possuem de 20 a 35 anos e os pais acima de 36 anos, ambos possuem baixa escolaridade, atuam em atividades de baixa qualificação e remuneração e têm paradeiro conhecido. Identificou-se um conjunto de ações que são desenvolvidas no procedimento de atendimento nas instituições, tanto com os acolhidos como com as famílias, contudo, a realidade encontrada é repleta de lacunas, com número expressivo de falta de informações e dados inconsistentes, especialmente quanto ao perfil familiar, visita, doenças e alterações emocionais dos acolhidos. Em relação aos educadores, a maioria é de mulheres, acima de 36 anos, com o ensino médio, filhos e experiência na função, mas que não frequentaram cursos de capacitação. A maior parte deles realiza ações voltadas ao resgate da história de vida e estão engajados em interações positivas na rotina de trabalho, com exceção de práticas voltadas para aspectos da sexualidade. Os resultados reforçam a concepção da instituição de acolhimento ser um espaço em constante transformação, dinâmico e complexo, que precisa ser visto como um contexto de desenvolvimento. É preciso ainda pensar nestes espaços enquanto um ambiente de cuidado, mas também de escuta e possibilidade de diálogo constante entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: Serviços de acolhimento, crianças e adolescentes, educadores.

Corrêa, L.S. (2016). *Institutional sheltering services of children and adolescents in metropolitan region of Belém: the environments, the sheltered children, and the educators*. Doctoral Thesis. Graduate Program of Theory and Research of Behaviour. Belém-Pa: Federal University of Pará, 225 pages.

Abstract

The study aimed at characterizing the shelter services provided for children and adolescents in the metropolitan region of Belém (MRB) giving emphasis for the profile and practices adopted by institutions and educators, as well as personal, family, and institutional profile of the sheltered children and adolescents. Were part of this study 14 manager the sheltering services that attend children and adolescents at a risky situation in the MRB, and the 198 educators. The study made use of 426 personal records of the sheltered children from January to December 2012. For the data collection it was used a characterization form of the institutions, the profile of the sheltered children and the educators, through document research and interview. The data were analyzed through descriptive and inferential statistical analyses. Among the results it was identified an equal proportion of governmental and non-governmental units and a high number of institutional shelter. With regards to the physical environment, some spaces were found to have residential characteristics, placed on urban areas and without any identification sign. In general, the institutions use criteria as gender and age for providing the service, and they maintain an articulation with the social services network, chiefly in areas as education, health, culture and leisure. About the profile of the sheltered ones it was noticed a majority of male children, who didn't have the name of the father on their birth certificate, aged between zero and three years, and were not old enough to be in school. Among the adolescents, it was noted a majority of girls, between 15 and 17 years old, with the name of the father on their identification documents, and were attending high school. With what concerns the reasons for sheltering the most frequent are abandonment, family negligence, poverty and vulnerability, and sexual violence. In general, the families did not receive the benefits of support and income transference, and some of the members are drug abusers. The mothers aged between 20 and 35, the fathers were over 36 years old, both with a low level of education, had low paying and low qualification jobs, and had known residence. The institutions point to a set of actions that take place during the process of attendance, not only with the sheltered ones but also with the family. Nonetheless, the reality found was filled with gaps, pronounced lack of information and inconsistent data usually regarding the family profile, visits, illnesses, and emotional changes. Regarding the educators, most were women, over 36 years old, who had finished high school, had children of their own, and had experience working in this job, however, did not attend any training program. The majority of them performed some actions to bring back their life histories and engaged in positive interactions in the working routine, with the exception of practices directed to sexuality aspects. The results strengthen the conception of sheltering institutions to be a constantly changing, dynamic, and complex environment, that needs to be seen as a care environment, but also as a space for hearing, and possible constant dialog between the actors involved.

Keywords: Sheltering service, children and adolescents, educators.

Apresentação

Este estudo nasce da necessidade de ampliação do olhar acadêmico para as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Hoje, cada vez mais, cresce o interesse por estudos em ambientes coletivos de cuidado, assim como para questões voltadas à constituição dos contextos de desenvolvimento na infância e adolescência, especialmente em situação de risco e vulnerabilidade social.

O foco para esta população socialmente vulnerável tem ensejado um olhar atento e multifacetado sobre de que contexto está se falando, quem é e de onde vêm estas pessoas, o que envolve o seu processo de entrada, permanência e saída destes contextos, vistos de maneira geral como prejudiciais ao desenvolvimento humano. O interesse pelo tema surge em âmbitos diversos, seja dentro da academia, nas mídias televisivas ou no senso comum, além do campo político e jurídico, que se apresenta por meio da ação das secretarias de assistência social e do marco legal que rege os serviços de acolhimento.

Esta pesquisa parte do princípio de que as instituições de acolhimento são contextos de desenvolvimento. Compartilha-se das ideias de Bronfenbrenner (1996) quando destaca que a unidade de acolhimento institucional é um contexto abrangente para o desenvolvimento do indivíduo. Para o autor, os estudos na área pouco enfatizam o ambiente imediato de crianças e adolescentes que vivem nestas instituições, especialmente as atividades, os papéis e as relações estabelecidas.

Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam que o ser humano deve ser visto a partir da integração entre contexto, história de vida, rotinas e processos, então nessa perspectiva, pensar os ambientes de acolhimento institucional, tomando como referência os pressupostos do modelo bioecológico, é fundamental para entender a instituição como contexto de desenvolvimento. Ao adotar como referência este modelo teórico, o foco da investigação deve dar destaque para o ambiente natural da criança e adolescente, a dinâmica de funcionamento das instituições, as práticas promovidas junto à família, educadores e a comunidade, as relações mantidas com os pares, adultos, crianças e adolescentes, entre os demais contextos que deles fazem parte. A literatura atual sobre acolhimento institucional (Corrêa & Cavalcante, 2013; Marzol, Bonafé & Yunes, 2012; Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010) vem reforçar cada vez mais a necessidade de se estudar esses espaços enquanto contextos de desenvolvimento, em consonância com as ideias apresentadas por Bronfenbrenner (1996).

Compartilha-se de ideias apontadas por estudiosos da área e dos desafios colocados em investigar crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Nessa direção, este estudo se propõe a investigar as instituições de acolhimento como contextos de desenvolvimento, com o foco para as características do ambiente, dos acolhidos e educadores a partir da proposta de Bronfenbrenner (1996, 2011) e Bronfenbrenner e Morris (1998).

Esta pesquisa surge de inquietações acadêmicas no grupo de investigação sobre acolhimento institucional do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), ao qual a autora deste trabalho faz parte. Assim, pretendeu-se dar seguimento às investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, que teve início em 2004 e consolidou-se a partir de 2008, com o trabalho de Cavalcante (2008).

Atualmente, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo têm ocupado lugar de destaque no cenário das discussões sobre o desenvolvimento humano em ambiente de acolhimento institucional. Dentre os principais focos dos estudos desenvolvidos, destacam-se a situação das crianças (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2009, 2007; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014), as interações criança-criança (Cavalcante, 2008; Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012), interações educador-criança (Corrêa, 2011; Corrêa & Cavalcante, 2013; Corrêa, Cavalcante & Magalhães, 2014; Corrêa, Cavalcante, Silva & Dell'Aglio, 2011), percepção dos educadores (Corrêa, 2011; Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011), família (Cavalcante & Magalhães, 2012; Costa, Cavalcante & Pontes, 2015; Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014), avaliação da qualidade do ambiente institucional (Cavalcante, 2008; Filocreão & Magalhães, 2011), entre outros estudos. Vale destacar que todas estas pesquisas trazem dados referentes a coletas realizadas em uma única unidade de acolhimento que atende crianças de zero a seis anos de idade na Região Metropolitana de Belém (RMB). Esta instituição era na época a maior do estado, porém no segundo semestre do ano de 2014 foi fechada e o serviço passou a ser coordenado pelo município de Belém, nos moldes do acolhimento em grupos pequenos, com até 20 crianças.

Os estudos citados retratam o interesse em pesquisas tendo como foco de investigação os espaços de acolhimento para crianças de zero a seis anos. Contudo, verificou-se a necessidade no grupo de ampliação das pesquisas, especialmente quanto a faixa etária, outras modalidades de acolhimento e demandas atendidas em outras

instituições do estado do Pará. Para tanto, submeteu-se no ano de 2012 o projeto intitulado “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, coordenado pelas professoras doutoras Lília Ieda Chaves Cavalcante e Celina Maria Colino Magalhães. E teve como objetivo caracterizar as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado presentes nas regiões metropolitana, Guamá, Tocantins e Caeté no estado do Pará.

Assim, este estudo é parte integrante deste projeto maior desenvolvido nas quatro regiões do estado do Pará. Contudo, esta pesquisa de doutorado envolveu a caracterização dos serviços de acolhimento, das crianças e adolescentes e educadores da RMB, com destaque para o perfil dos usuários e das práticas adotadas pelas instituições e profissionais responsáveis pelo cuidado diário.

Diante do exposto, a tese será apresentada em seis grandes eixos. O primeiro capítulo contempla discussões teóricas considerando as principais questões apontadas pela literatura nacional e internacional a partir de uma visão ecológica. No âmbito dessa discussão, apresenta uma contextualização histórica da construção, modificação e consolidação dos serviços, bem como das normativas legais construídas ao longo do tempo, visando à garantia dos direitos de crianças e adolescentes que vivem nos espaços de acolhimento. E, por fim, faz-se ainda uma descrição dos estudos que se dedicam a investigar esta temática, considerando as discussões em torno da pessoa em desenvolvimento, do educador que é responsável pela atenção e cuidado aos acolhidos e para aspectos do ambiente.

O segundo capítulo ilustra os objetivos, gerais e específicos, bem como o método de pesquisa adotado. Neste tópico, será apresentado o arcabouço metodológico que será adotado, com destaque para os participantes envolvidos, os ambientes de investigação, instrumentos, procedimentos, métodos de coleta e análise de dados.

Os resultados e discussões serão apresentadas considerando três eixos, contidos no capítulo 3, 4 e 5. No capítulo 3 são apresentados os dados quanto ao perfil das instituições, a partir da descrição de seu funcionamento, serviços disponibilizados, população atendida e práticas adotadas na rotina de atendimento. O capítulo 4 envolve os resultados quanto a caracterização das crianças e adolescentes, considerando questões da sua história de vida pessoal, familiar e institucional. No capítulo 5 serão discutidos os dados do perfil pessoal, profissional e institucional dos educadores, bem

como níveis de satisfação e aspectos cansativos do trabalho, concepções e práticas de cuidado adotadas na rotina.

E por fim, no último eixo, são apresentadas as considerações finais do estudo, identificando a importância e relevância de se investigar os ambientes, os acolhidos, os educadores e suas práticas enquanto elementos para compreender os serviços de acolhimento enquanto contextos de desenvolvimento para crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Assim como, destaca as principais conclusões, limitações e recomendações desta pesquisa.

Capítulo 1

O Estudo do Desenvolvimento Humano na Perspectiva do Modelo Bioecológico

Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam que o ser humano deve ser visto a partir da integração entre contexto, história de vida, rotinas e processos do seu desenvolvimento. O foco está direcionado para a pessoa no seu ambiente, seus relacionamentos, atividades e papéis, considerando a influência que este meio exerce sobre a pessoa em desenvolvimento. Concebe o ambiente como ecológico, representado por uma série de estruturas encaixadas, entrelaçadas uma dentro da outra, o que Bronfenbrenner (2011) chamou de níveis ecológicos. Assim, pensar em ecologia do desenvolvimento humano é contemplar as continuidades e mudanças nas características da pessoa, ocorridas ao longo do ciclo vital.

Nessa perspectiva, Bronfenbrenner e Morris (1998) dão ênfase a quatro questões básicas quando discutem o desenvolvimento humano: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (PPCT). O Processo envolve o que os autores chamaram de processos proximais, entendido como formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente. Envolve características determinadas biopsicologicamente e construídas na interação com o ambiente. O desenvolvimento ocorre quando a pessoa está engajada em atividades complexas, frente a interações recíprocas regulares e prolongada. Assim, observa-se que os processos proximais envolvem aspectos como reciprocidade, regularidade, períodos longo de tempo e um ambiente de qualidade, que ofereça condições favoráveis ao desenvolvimento motor, cognitivo e perceptual da pessoa, sendo estas questões primordiais para uma interação efetiva e saudável. Bronfenbrenner (2011) caracteriza, portanto, os processos proximais como a força motriz do desenvolvimento humano.

O segundo componente apresentado por Bronfenbrenner e Morris (1998) é a Pessoa, e envolve características determinadas biopsicologicamente e construídas na interação com o ambiente, tanto produtoras como produto do desenvolvimento. A primeira destas características é a disposição, que ativa e sustenta os processos proximais em ação; a segunda são os recursos, envolvendo experiências, habilidades e conhecimentos necessários ao funcionamento dos processos proximais de forma efetiva ao longo do desenvolvimento; e por fim, a demanda, englobando os aspectos que estimulam as reações do ambiente social, o que pode favorecer ou não os processos

proximais. As diferentes combinações entre estas três características da pessoa, oferece condições de explicar a direção e a força dos processos proximais e seus efeitos no desenvolvimento.

No que concerne ao Contexto destacam-se os vários sistemas que compõem o ambiente, o Microssistema, Mesossistema, Exossistema e o Macrossistema, onde se expressam as condições reais em que, por exemplo, a criança experimenta o seu viver. Cada contexto é único e se caracteriza pela dinâmica de interações entre diferentes ambientes, pessoas e processos, exercendo níveis distintos de influência sobre o desenvolvimento do indivíduo (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Yunes, Miranda & Cuello, 2004).

O microssistema envolve um complexo de inter-relações do indivíduo com os contextos imediatos, reconhecidos como ambientes com características físicas e materiais particulares. O mesossistema é formado pelos vínculos que ligam dois ou mais ambiente ou microssistemas. O exossistema é constituído de microssistemas que, mesmo sem a presença física do indivíduo, exerce influência sobre aspectos do seu desenvolvimento. O macrossistema inclui os outros ecossistemas e as relações de troca que estabelecem entre si, o que envolve crenças, valores e tradições culturais. O cronossistema relaciona-se por padrões de acontecimentos ambientais e transições ecológicas no curso da vida, este sistema pode ser caracterizado pelos efeitos criados pela passagem do tempo ou pelos períodos críticos do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

E por fim o quarto elemento do modelo é o Tempo, em que se destaca a influência do fator temporal para o estabelecimento de mudanças e continuidade ao desenvolvimento da pessoa. Essas mudanças são direcionadas tanto para a pessoa, como para o ambiente, assim como para as relações estabelecidas entre estes ao longo do ciclo vital.

Os conceitos apresentados pelos autores (Bronfenbrenner, 1996, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) o qual envolve o modelo PPCT, fornece subsídios para uma visão ampla da dinâmica relacional entre o indivíduo em desenvolvimento e seu ambiente complexo. A partir do exposto constata-se que os elementos envolvidos na abordagem bioecológica abarcam um conjunto de fatores importantes quando se discute o processo desenvolvimental. Questões referentes ao processo, à pessoa, ao contexto e o tempo são fundamentais quando se estuda a infância, além de fornecer grandes contribuições em pesquisas com populações vulneráveis.

Entender o quanto um ambiente institucional se diferencia do familiar experienciado pela criança e adolescente, e a sua influência para o desenvolvimento, são pontos que Bronfenbrenner (1996) discute em sua teoria. Neste sentido, pensar o espaço de acolhimento institucional tomando como referência o modelo bioecológico, pressupõe conhecer o ambiente imediato do indivíduo, a dinâmica de funcionamento das instituições, das práticas promovidas junto à família, os educadores e a comunidade, as relações estabelecidas com os pares, adultos, crianças e adolescentes, entre os demais contextos que estes fazem parte.

Bronfenbrenner (1996) aponta para a importância de se estudar a estrutura do ambiente imediato, o microsistema, visto que os estudos que discutem a temática do acolhimento tendem a apontar questões a respeito dos resultados psicológicos para o indivíduo que convive nesse ambiente. Para o autor, os prejuízos advindos de conviver em ambiente institucional podem estar direcionados à privação do cuidador primário, mas ela sozinha não é suficiente para explicar os efeitos negativos. Contudo, outros fatores podem ser considerados fundamentais para produzir estes efeitos ao desenvolvimento da pessoa, tais como, uma interação empobrecida entre cuidador-criança e um ambiente deficitário de estimulação. Estudos mostram que essas consequências negativas tendem a ser mais significativa na segunda metade do primeiro ano de vida, pois, é neste período que se intensificam as relações de apego com uma figura de referência específica. Bowlby (2002, 2006) aponta que os laços construídos na relação cuidador-criança quando é quebrado e não se tem possibilidade de cuidado alternativo de qualidade, pode ser decisivo ao desenvolvimento, principalmente nos primeiros nove meses de vida.

Considerando a perspectiva tanto de Bronfenbrenner (1996, 2011) quanto de Bowlby (2002, 2006) se identifica um conjunto de elementos que podem tanto contribuir como dificultar o desenvolvimento das crianças que se encontram separadas do convívio familiar. Neste sentido, cabe identificar os fatores de risco e de proteção envolvidos nessa situação. Entende-se por fatores de risco, os elementos que dificultam ou contribui negativamente para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, e como fatores de proteção os aspectos que facilitam e impulsionam o seu curso natural e saudável (Salina-Brandão & Williams, 2009).

Salina-Brandão e Williams (2009), Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) e Siqueira e Dell’Aglío (2006) destacam aspectos relacionados aos fatores de risco e de proteção envolvidos nos ambientes institucionais, o que podem dificultar ou facilitar o

desenvolvimento de crianças e adolescentes acolhidos. Sobre o assunto Rossetti-Ferreira, Serrano e Costa (2011) enfatizam que além da falta de uma referência materna, as condições institucionais podem funcionar como fatores de risco ao desenvolvimento da criança. Cavalcante et al. (2007), Furlan e Souza (2013), Siqueira et al. (2006), Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Vashchenko, Easterbrooks e Miller (2010) apontam para questões da proporção criança/cuidador, da rotatividade dos profissionais responsáveis pelo cuidado diário às crianças e a atenção coletiva marcada pela impessoalidade.

Como fatores de proteção destacam-se a cultura institucional de educação continuada aos profissionais envolvidos no cuidado e atenção as crianças e adolescentes (Cavalcante, 2008; Rosa et al., 2010; Serrano, 2008), práticas de cuidado que promovam o resgate memorial da convivência familiar e comunitária, bem como promotoras de desenvolvimento, como o ensino, estimulação e orientação de habilidades diversas (Corrêa, 2011; Corrêa & Cavalcante, 2013; Corrêa, Cavalcante & Magalhães, 2014; Forgearini & Arpini, 2009), acolhimento de grupo de irmãos (Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011; Costa, 2011), entre outros. Os trabalhos ora citados trazem um conjunto diversificado de fatores elencados como de risco e/ou proteção para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Em linhas gerais, esses estudos concordam que a organização e estrutura dos espaços são substancialmente relevantes para a qualidade dos serviços prestados pelas instituições.

É nesta direção que se segue o tópico seguinte, identificando como os ambientes institucionais vêm se estruturando ao longo do tempo, bem como das atuais discussões em torno da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direito. Assim como traz pontos relevantes no âmbito das discussões e normativas brasileira sobre o tema e estudos realizados em âmbito nacional e internacional.

O Acolhimento Institucional no Cenário Nacional: Aspectos Gerais e Históricos

A partir de uma perspectiva abrangente, pode-se dizer que sempre existiram crianças e adolescentes abandonados, órfãos, negligenciados ou maltratados no Brasil e no mundo. O interesse por esse universo e todos os elementos envolvidos na questão tem sido acompanhado ao longo dos séculos por pesquisadores do desenvolvimento e profissionais que atuam no sistema de garantia de direitos.

Rizzini e Pilotti (2009) mostram que, no Brasil, a responsabilidade em assistir estas crianças envolveu distintos setores da sociedade, em especial as instituições responsáveis por ações de cunho caritativo-religioso ou mesmo filantrópicas. Um destes

setores era a Igreja, através do trabalho dos jesuítas voltado à evangelização. Nas instituições criadas e mantidas por essa ordem religiosa, o cuidado às crianças estava direcionado à disciplinarização desse segmento social e aos ensinamentos de normas e costumes cristãos. Até meados do século XVIII os jesuítas eram considerados os principais agentes educacionais, conforme salientam Rizzini e Rizzini (2004).

Outro setor que também deteve o cuidado às crianças, foram os senhores de engenho, visto que eram os donos dos escravos e detinham o poder e a tutela dos mesmos e de seus filhos, pois eram elementos importantes para a economia da época. Em 1521, as Câmaras Municipais ficaram encarregadas do cuidado a estas crianças, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia.

Filhos nascidos fora do casamento e pobreza eram os principais motivos para o abandono, sendo que os pais, nestas situações especiais, deixavam suas crianças em logradouros públicos, na porta das igrejas e casas. Diante destas condições, em 1726 a Santa Casa de Misericórdia implanta a Roda dos Expostos no Brasil. Surge no período colonial, criada com recursos advindos de doações da nobreza. As primeiras cidades a implantar a roda foram Salvador, Rio de Janeiro e Recife. O sistema era composto por um cilindro giratório colocado na parede e onde a criança era deixada, garantindo que a identidade de quem a entregou permanecesse no anonimato. Este tipo de atendimento surgiu com o intuito de oferecer condições de sobrevivência às crianças ditas rejeitadas. A estrutura do sistema garantia o anonimato sobre sua origem e de quem a deixou, preservando a honra e a imagem da família, sendo que o sistema persistiu até o século XX (Rizzini & Rizzini, 2004).

No decorrer da história, outras instituições passam a exercer o papel de guardiães e provedores dos cuidados necessários às crianças em situação de desamparo social e familiar, como os asilos e orfanatos. Rizzini e Pilotti (2009) e Rizzini, Rizzini, Naiff e Baptista (2007) destacam que a prática do recolhimento de crianças ditas sem famílias possibilitou a construção de uma cultura institucional, cuja função principal era prover práticas de assistência ao menor.

Rodrigues e Hennigen (2012) apontam que há correntes atuais que sustentam a ideia de que crianças sem família são pessoas sem infância. Por muitos anos disseminaram-se posturas com esse foco, tanto no senso comum como na literatura sobre o tema. Contudo, nota-se que muitas pesquisas atuais trazem uma visão diferenciada a este respeito. Não se defende a ideia de que as instituições de acolhimento é o melhor contexto de desenvolvimento em situação de risco e

vulnerabilidade social, nem tão pouco sustenta-se a visão do acolhimento como um substituto ao cuidado familiar, onde os laços parentais estão suspensos ou ameaçados assim como apontam Nóbrega e Minervino (2013). Para Rossetti-Ferreira et al., (2012) é preciso romper com a cultura de institucionalização e lançar mão de concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado que atendam às necessidades reais das crianças e adolescentes enquanto sujeitos que tem vez e voz nos espaços institucionais.

Parte-se da premissa que as instituições de acolhimento são contextos alternativos e transitórios nos casos em que as crianças e os adolescentes estão longe do convívio familiar. Considera-se que estas crianças e adolescentes encontram-se em situação particular, onde estão com os seus laços afetivos familiares fragilizados e rompidos, e uma das tarefas da instituição é o fortalecimento das relações familiares, garantindo a convivência familiar e comunitária, bem como a oferta de um ambiente de qualidade ao desenvolvimento.

Diante das inúmeras mudanças ocorridas no Brasil desde o período colonial, passando pelo período republicano e imperial até os dias atuais, a visão da assistência à infância vulnerável sofreu mudanças gradativas. O início do século XX configura-se como um momento importante para a proteção da infância e juventude em risco. O contexto político e social desta época revelou-se bastante conturbado e volta-se para questões ligadas ao controle e a disciplina de jovens envolvidos em problemas com a sociedade, o chamado menor em conflito com a lei. Em meio a este cenário é sancionado, em 1927, o Código de Menores, que surge com um interesse voltado para as crianças e adolescentes. O que marca de forma substancial a política de assistência, pois é a partir de então que o Estado assume legalmente a responsabilidade com crianças órfãs e abandonadas. Frente ao distanciamento da família, pelas mais diversas razões, as crianças e adolescentes eram então encaminhados para instituições de grande porte, onde o coletivismo e práticas higienistas se configuram como doutrina principal (Siqueira, 2012). Estas instituições favoreciam o distanciamento da família, mas também da sociedade em geral. Foi o que Goffman (2008) chamou de instituições totais, caracterizadas como um local em que se reúne um grande número de pessoas que se encontram em situações semelhantes, separados da sociedade por um determinado tempo, com regras rígidas de funcionamento.

Todavia, com as mudanças na forma de conceber a infância e o desenvolvimento, as demandas da sociedade exigem, de certa forma, uma postura diferenciada da disseminada à época. Surge, portanto, uma preocupação com o processo

desenvolvimental das crianças e dos adolescentes, concebendo-os como sujeitos de direitos. Um grande marco nessas mudanças é em meados da década de 1980, visto que neste período a cultura institucional passa a ser questionada em termos da qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes (Rizzini & Rizzini, 2004). A partir de 1990, com a aprovação da Lei n. 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Brasil, 1990), reafirma-se o interesse superior deste público, como um princípio que deve orientar a política de proteção especial nas situações em que há riscos ao desenvolvimento dos mais jovens. De acordo com esta legislação o abrigo surge como uma medida de violação dos direitos infanto-juvenil e de proteção provisória e excepcional, destacando que toda criança e adolescente têm direito a conviver em família, seja natural ou excepcionalmente substituta. Assim como, a vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais do setor público que permitam o seu desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Da implementação do ECA (Brasil, 1990) até os dias atuais observa-se mudanças que ocorreram de forma lenta e gradual. São notáveis os avanços alcançados, mas o debate em torno da garantia dos direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é longo, complexo, demanda tempo e depende dos mais diversos setores da sociedade.

No que se refere a princípios que vão guiar as políticas de atendimento a infância e adolescência em situação de risco, o “Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária”- PNCFC (Brasil, 2006) surge como documento norteador das ações de atenção a esta demanda da sociedade. O documento pontua diretrizes que visam assegurar a garantia de direitos desta população, de forma integrada e articulada. Mais recentemente, em 2009, com o documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (Brasil, 2009), levanta-se a discussão sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento no território nacional. Este documento reafirma alguns preceitos estabelecidos pelo ECA (Brasil, 1990) e pelo PNCFC (Brasil, 2006), dentre os quais, que o acolhimento deve ser o recurso adotado após esgotadas todas as demais possibilidades de manutenção na família, garantindo, portanto, a excepcionalidade da medida. Além de dar ênfase a provisoriedade do afastamento do convívio familiar, reafirma-se a garantia de preservação e fortalecimento dos vínculos e da promoção de um atendimento personalizado e individualizado.

Em termos de parâmetros de funcionamento, as orientações técnicas (Brasil, 2009) propõem alternativas de organização dos espaços, visando responder de forma mais adequada às demandas da população atendida. Dentre os parâmetros propostos por esta normativa, destacam-se quatro modalidades de acolhimento: o abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república.

No que concerne à definição, as modalidades de abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora se assemelham, tendo em vista que promovem o acolhimento de crianças e adolescentes em risco, seja ele institucional (abrigo institucional e casa-lar) ou em família acolhedora. Todas as modalidades, inclusive a república deve ter aspectos semelhante ao de residências, em locais de fácil acesso e sem destoar das demais moradias ao entorno, inclusive sem placa ou qualquer forma de identificação.

A unidade institucional define-se como acolhimento por medida protetiva de abrigo. O atendimento deverá ser personalizado e em pequenos grupos de no máximo 20 crianças e adolescentes, favorecendo com isso o convívio familiar e comunitário. Quanto ao público alvo, trabalha-se com a faixa etária de zero a 18 anos, sem distinção por sexo, pessoas com necessidades especiais ou doentes.

A casa-lar define-se como uma modalidade de acolhimento institucional em unidades residenciais, tendo a figura de um educador ou casal como residente, chamados de mãe, pai ou pais sociais. O atendimento deve favorecer relações próximas do ambiente familiar. Em relação ao público alvo, acolhem no limite de 10 crianças e adolescentes de zero a 18 anos, também sem distinção por sexo, cor ou deficiência.

O serviço em acolhimento familiar oferece o atendimento em famílias cadastradas e treinadas para o cuidado e atenção a crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 18 anos. É válido ressaltar que este tipo de modalidade oferece o serviço nos casos em que há possibilidades reais de retorno à família de origem. Além de priorizar o atendimento a um único acolhido, com exceção em casos de grupos de irmãos, cujas condições devem ser analisadas pela equipe técnica responsável.

A república é um serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de risco e que estejam em processo de desligamento ou que não possuem condições de auto sustentação. Atende a faixa etária de 18 a 21 anos, acolhendo no máximo seis jovens e devem ser separados por sexo. Estes jovens são acompanhados por uma equipe profissional, na busca de favorecer o processo de independência pessoal e financeira dos mesmos.

As modalidades de serviço apresentadas trazem uma importante discussão em torno da estruturação dos ambientes, primando pela qualidade e garantia de condições favoráveis ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Ao longo da história do acolhimento no Brasil, a busca de condições promotoras de desenvolvimento tem sido cada vez mais uma preocupação das políticas públicas e dos estudiosos da área. Ainda em 2009 a Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) agrega importantes contribuições para as políticas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, reestruturando com isto alguns preceitos do ECA (Brasil, 1990). De acordo com a Lei 12.010 reafirma-se o acolhimento institucional como uma medida de proteção provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a reintegração familiar ou colocação em família substituta. Entre as principais contribuições desta lei, tem-se a reavaliação periódica a cada seis meses, por uma equipe interprofissional, da situação das crianças e adolescentes que estão acolhidos. Esta avaliação deverá ter como produto final um documento individual referente à evolução do caso de cada envolvido, chamado de Plano de Atendimento Individual (PIA). Ressalta-se ainda que o tempo de permanência nos programas de acolhimento não deverá ultrapassar os dois anos.

Com estas estratégias reafirma-se o caráter provisório da medida de acolhimento institucional, assim como busca garantir a convivência familiar e comunitária. A brevidade no tempo de acolhimento tem sido discussões em muitos estudos, dentre os quais Beckett et al. (2006), Cavalcante et al. (2007), Golin e Benetti (2013), Lima e Lima (2012), O'Connor et al. (2000). Para estes autores, o tempo de permanência nos programas de acolhimento pode ser um importante fator para explicar questões no desenvolvimento psicossocial, neuropsicomotor e saúde das crianças e adolescentes.

Associado ao tempo de acolhimento, os tipos de interações estabelecidas (Alexandre & Vieira, 2004; Barros & Fiamenghi, 2007; Mansoor & Yaqoob, 2013), as práticas adotadas (Corrêa & Cavalcante, 2013; Dorrer, McIntosh, Punch & Emond, 2010; Freiria & Caldanha, 2011), a impessoalidade no cuidado (Cavalcante et al., 2007; Siqueira et al., 2006; Vashchenko, Easterbrooks & Miller, 2010), o oferecimento de objetos e estimulação adequada (Bronfenbrenner, 1996; Groark, McCall & Fish, 2011) para a faixa etária atendida, a localização dos serviços e de moradia das famílias (Becker, Jordan & Larsen, 2007; Glisson, Bailey & Post, 2000) são questões discutidas e ressaltadas pelos estudiosos na área. Além destes pontos, o caráter normativo, com um olhar para as leis e diretrizes que norteiam as modalidades de acolhimento tem sido

interesse de pesquisas atuais (Dávila & Naya, 2012; Moreira, 2014; Nascimento, Lacaz & Travassos, 2010; Rossetti-Ferreira, Serrano & Almeida, 2011; Siqueira, 2012).

De posse dos principais aspectos envolvidos no processo de acolhimento de crianças e adolescentes e dos documentos que nortearam as políticas de atendimento de suas necessidades, tem-se um panorama de algumas das ações e discussões disseminadas nos dias atuais. Representa, neste sentido, a reafirmação do interesse superior da criança e do adolescente, o que deve orientar a política de proteção especial nas situações em que há riscos para o seu desenvolvimento. Em contrapartida, Cintra e Souza (2010) destacam que o interesse nesta população indica a proporção e complexidade da problemática apresentada.

No que concerne às mudanças no âmbito acadêmico nota-se que a literatura nacional atual tem se debruçado nesta modalidade de atendimento infantil (Cintra & Souza, 2010; Rosa et al., 2010; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Rossetti-Ferreira et al., 2011; Salina-Brandão & Williams, 2009; Santos & Boucinha, 2011). Na área internacional os autores também têm se dedicado ao tema (Aznar & Boada, 2009; Bender, Yang, Ferguson, & Thompson, 2015; D'Aroz & Stoltz, 2010; Dávila & Naya, 2012; Mansoor & Yaqoob, 2013; Ortín, 2012; Pollak et al., 2010; Tucker & MacKenzie, 2012; Vashchenko et al., 2010), com destaque para discussões em torno dos fatores de risco e proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados.

No âmbito internacional e nacional identifica-se um conjunto de trabalhos que se propõem a traçar o perfil das instituições de acolhimentos em diferentes regiões. Em levantamento feito por Zayed e Harker (2015) com a população de crianças e adolescentes em acolhimento na Inglaterra traz um panorama no período de 2011 a 2015, com um total que variou de 65,510 a 69,540 acolhidos, por ano respectivamente. Os meninos são a maioria, com predominância da faixa etária de 10 a 15 anos, são de cor branca e britânicos. Quanto ao motivo para o acolhimento, destaca-se o abuso e a negligência.

O levantamento nacional desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público no período de março de 2012 a março de 2013 (Brasil, 2013), traçou um perfil das condições das unidades de acolhimento no território brasileiro. No estudo foram investigadas 2247 unidades de acolhimento institucional e 156 de acolhimento familiar, correspondendo a 86,1% do total existente. Estas modalidades de acolhimento atendem mais de 30.000 crianças e adolescentes no território brasileiro. O estudo revela ainda,

que a maioria (53%) das entidades de acolhimento institucional está concentrada na região Sudeste do país, já o Norte ocupa a menor proporção (5%) comparada com as demais regiões. Na modalidade casa-lar a região Sul se destaca em maior proporção (45%) e o Norte em menor (2%). No geral os dados indicam uma prevalência da modalidade de abrigo institucional, apesar de se verificar um aumento de casas-lares e família acolhedora, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

Quanto ao perfil do atendimento, a grande maioria acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, seja no âmbito geral como por região, nas três modalidades investigadas (abrigo institucional, casa-lar e família acolhedora). Em relação à faixa etária dos acolhidos nos abrigos institucionais, os dados indicam uma variação ampla. Em sua maioria, meninos e meninas de zero a 15 anos, sendo maior proporção de meninos entre seis e onze anos e meninas de seis a 15 anos. Quando a modalidade é casa-lar segue-se o mesmo padrão, com exceção das meninas que a maioria está na faixa etária de 12 a 15 anos. Quanto à justificativa para o acolhimento os dados indicam, em geral, motivos associados, dentre os mais frequentes a negligência, pais dependentes de drogas lícitas e ilícitas, abandono, violência doméstica e abuso sexual. Uma informação que merece atenção é o fato de 75% das instituições relatarem que os acolhidos não recebem visitas a mais de dois meses. Este dado se configura como preocupante em virtude de o momento da visita ser um dos instrumentos para o reestabelecimento dos vínculos com a família e posterior reintegração. No que concerne ao tempo de permanência nas instituições, a região Norte se destaca com o maior percentual de acolhimento por até seis meses, já os que ultrapassam a marca de dois anos chega a 15% nos abrigos institucionais e 18% nas casas-lares.

Em linhas gerais os dados destes levantamentos estão em consonância com outras pesquisas que se propõem investigar a situação dos serviços de acolhimento nas diversas regiões do Brasil (Assis & Farias, 2013; Constantino, Assis & Mesquita, 2013; Gontijo, Buiati, Santos & Ferreira, 2012; Ianelli, Assis & Pinto, 2015; Souza & Brito, 2015). Estes estudos demonstram que apesar dos avanços na forma de conceber a infância e adolescência, muitas violações ainda podem ser identificadas no antes, durante e após o acolhimento. O que inclui, desde motivos que não justifiquem a separação da família de origem, ao tempo prolongado de permanência nos espaços e do reestabelecimento dos vínculos afetivos. É válido destacar que estes aspectos devem ser analisados de forma cuidadosa e com a devida atenção por parte tanto dos envolvidos no processo (instituição, juizado, ministério público) como para os estudiosos da área.

Frente ao panorama apresentado pelos estudos não se pode negar a dimensão da situação vivenciada por crianças e adolescentes em ambiente de acolhimento nos diversos contextos investigados. Para tanto se faz necessário investigações pontuais no sentido de se conhecer quem são os acolhidos e como vivem, as relações que estabelecem com seus pares e adultos, bem como identificar os diversos elementos envolvidos no processo, analisando os fatores de risco e proteção que estes ambientes oferecem ao desenvolvimento humano. Configura-se assim, um olhar ecológico para os espaços de acolhimento, com destaque aos elementos do modelo PPCT, pontuados por Bronfenbrenner (1996). A seção a seguir ilustra exatamente o acolhimento institucional tomando como referência estes diversos elementos associados, considerando-o como um contexto de desenvolvimento abrangente.

A Instituição como Foco das Pesquisas sobre Desenvolvimento Humano: o Ambiente, os Acolhidos e o Educador

Ambientes coletivos de cuidado são apresentados como importantes contextos de desenvolvimento e palco de investigações atuais. Neste sentido, as pesquisas adotam diferentes perspectivas e interesse de investigação. Em maior número têm-se os que discutem os efeitos para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem ou viveram nestes espaços. Entre os efeitos negativos, têm-se o baixo desempenho escolar (Aznar & Boda, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2010), menores níveis de empatia (Motta, Falcone, Clark & Manhães, 2006), sintomas depressivos (Abaid, Dell’Aglío & Koller, 2010), dificuldades de construção e manutenção de relações de apego (Cavalcante & Magalhães, 2012; Golin & Benetti, 2013; Santos & Boucinha, 2011; Tucker & MacKenzie, 2012), atrasos no desenvolvimento cognitivo e problemas emocionais (Bender et al., 2015; Hostinar, Stellern, Schaefer, Carlson, & Gunnar, 2012; Jacobsen, Moe, Ivarsson, Wentzel-Larsen & Smith, 2013; Pollak et al., 2010), entre outros. Quando o efeito é positivo, os estudos apresentam as oportunidades de relações saudáveis entre pares e adultos (Golin & Benetti, 2013; Rosa et al., 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2010) e entre irmãos na instituição (Alexandre & Vieira, 2004; Cavalcante et al., 2012; Costa, 2011), o que funcionam como fatores de proteção.

Há, ainda, em menor proporção, as pesquisas que se debruçam sobre a importância dos profissionais responsáveis pelo cuidado e atenção neste processo, o que pode funcionar tanto como fator de risco quanto de proteção para as crianças e adolescentes. Com destaque para as práticas de cuidado adotadas pelos educadores

(Avoglia, Silva & Mattos, 2012; Barros & Fiamenghi, 2007; Corrêa & Cavalcante, 2013; Freiria & Caldana, 2011; Moré & Sperancetta, 2010; Ortín, 2012; Prada & Willians, 2007; Tomás & Vectore, 2012); as percepções, concepções e crenças sobre o ambiente, acolhimento e desenvolvimento na perspectiva dos educadores (Cavalcante & Corrêa, 2012; Corrêa & Cavalcante, 2013; Taylor, Swann & Warren, 2008; Vashchenko et al., 2010) e dos técnicos (D'Aroz & Stoltz, 2010; Salina-Brandão & Willians, 2009; Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009) e qualidade de vida dos educadores (Brito & Souza, 2011), entre outros.

Pode-se dizer que mais escassos são os estudos que avaliam o ambiente de acolhimento, considerando indicadores de qualidade na avaliação e adequação dos espaços na promoção do desenvolvimento. Cavalcante (2008), Filocreão e Magalhães (2011), Groark et al. (2011) e Salina-Brandão e Willians (2009) podem ser tomados como referência para avaliações nesse meio. Estes estudos indicam o quanto se faz necessária a qualidade do ambiente e das relações para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes que vivem nestas instituições.

Nota-se que os estudos apresentados apontam para a importância de se investigar aspectos do ambiente, da pessoa (criança e adolescente), dos profissionais responsáveis e dos relacionamentos com parceiros de interação (adulto, pares, etc.), sendo que estes podem ser considerados também como fatores de risco e/ou de proteção para o desenvolvimento dos acolhidos. Com o intuito de balizar a discussão apontada sobre os fatores envolvidos no processo de institucionalização serão apresentados três tópicos a seguir, que compõem os principais focos de investigação das pesquisas sobre acolhimento. Apontam-se, também, as implicações de cada um dos aspectos apresentados para o desenvolvimento das pessoas (crianças e adolescentes) que vivem e trabalham (educadores) em ambiente institucional.

O ambiente institucional como contexto de desenvolvimento: estrutura, avaliação, práticas e indicadores de qualidade.

A partir da abordagem bioecológica, o ambiente institucional é considerado o microsistema central da criança e do adolescente que se encontram acolhidos. Envolve, assim, características físicas e sociais do ambiente ao qual estão inseridos, bem como os objetos e pessoas que interagem com a pessoa em desenvolvimento. Olhar, portanto, para a dinâmica, práticas institucionais adotadas, as características e como o ambiente

está estruturado deve ser foco de pesquisas que concebem as instituições de acolhimento como contextos de desenvolvimento.

Seguindo esta visão, Groark et al. (2011) analisaram características da estrutura e organização do ambiente, cuidado oferecido, interações cuidador-criança e comportamentos gerais dos acolhidos em três instituições infantis americanas. Os dados foram coletados por meio da aplicação do Infant–Toddler Environmental Rating Scale (ITERS) e Early Childhood Environmental Rating Scale (ECERS) em três instituições de acolhimento na América Central. Os autores identificaram o ambiente em bom estado de limpeza, mas extremamente básico na construção, com pouco mobiliário e brinquedos. Observaram, ainda, poucas atividades e interações entre educador e criança, com exceção das voltadas a prestação de cuidados de rotina. As crianças apresentavam pouca capacidade de resposta, descumprimento de normas e regras, comportamento violento e baixa tolerância a frustração. Resultados semelhantes, quanto ao comportamento das crianças, também foram encontrados no estudo de McCall, Groark e Fish (2010).

Dados semelhantes aos estudos de Groark et al. (2011) e McCall et al. (2010), quanto à interações pouco responsivas dos educadores com as crianças acolhidas, foram identificados em pesquisa desenvolvida na Romênia por Smyke et al. (2007), assim como no Brasil por Cavalcante (2008), Nogueira e Costa (2005) e Salina-Brandão e Williams (2009). Cavalcante (2008) avaliou a partir da aplicação da ITERS, aspectos relativos ao espaço físico, às rotinas de trabalho, às interações adulto-criança e criança-criança em dois dormitórios de uma instituição de acolhimento no Norte do Brasil. De modo geral, os elementos relacionados ao cumprimento de práticas direcionadas ao oferecimento de cuidado estruturado e estável à criança foram considerados inadequados, por não atenderem de forma satisfatória as demandas da faixa de idade em questão.

Ainda sobre indicadores de qualidade nos espaços de acolhimento, Salina-Brandão e Williams (2009) investigaram as estratégias utilizadas para avaliação dos espaços e os indicadores de qualidade apontados por profissionais em uma instituição de acolhimento do Sudeste do Brasil. Para tanto, foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários e análise documental. Aspectos relacionados à estrutura física do espaço; os tipos e quantidade de alimentos disponíveis; organização dos documentos dos acolhidos; as atividades de vida diária desenvolvidas no ambiente; as práticas adotadas e o tipo de trabalho que os educadores desenvolvem; além das ações adotadas

para a preservação dos vínculos familiares, foram destacados como indicadores de qualidade pelos entrevistados.

A partir dos resultados encontrados por Cavalcante (2008), McCall et al. (2010), Salina-Brandão (2009) e Smyke et al. (2007), percebe-se que mesmo diante das normativas que orientam o atendimento a crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, alguns elementos que compõem a qualidade do ambiente estão sendo negligenciados. Especialmente em termos de proporção educador-criança, turnos e escalas de trabalho, além dos agrupamentos por faixa etária. Estas características foram encontradas, tanto em estudos internacionais (McCall et al., 2010; Vashchenko et al., 2010) como nacionais (Corrêa & Cavalcante, 2013; Cavalcante et al., 2007; Siqueira et al., 2006), o que exemplifica a necessidade de investir em condições de vida saudável para as crianças e adolescentes que nestes espaços vivem. As questões voltadas à proporção educador-criança, interações pouco responsivas, calorosas e pobres de estimulação devem ser vistas como importantes quando se estuda estes ambientes, pois podem funcionar como fatores de risco e também de proteção ao desenvolvimento, explicando alguns padrões de comportamento das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento.

A partir do exposto, compreender o processo desenvolvimental considerando o contexto físico ao qual a pessoa está inserida, sua estrutura e organização, é uma questão que merece atenção especial nas pesquisas sobre desenvolvimento. Vale ressaltar que esta preocupação tem sido foco dos documentos legais e normativas que regem os serviços de acolhimento, especialmente a partir do PNCFC (Brasil, 2006) e das orientações técnicas (Brasil, 2009). Essa discussão pode ser visualizada por meio da necessidade do reordenamento dos espaços. Contudo, a literatura sobre esta questão é escassa, especialmente quanto ao conjunto de elementos que precisam estar presentes para um ambiente de qualidade e promotor de desenvolvimento, os chamados indicadores de qualidade. Os estudos tendem a focar em fatores isolados que podem influenciar no desenvolvimento. Assim, o próximo tópico traz a discussão acerca desses efeitos, positivos ou negativos, sobre aspectos diferenciados do processo desenvolvimental das crianças e adolescentes que vivem nos espaços de acolhimento.

As crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento e suas famílias: perfil, efeitos e indicadores para o desenvolvimento.

A literatura sobre acolhimento traz um conjunto de estudos com foco para as crianças e adolescentes, e seus familiares, desde pesquisas que se propõem a caracterizar os acolhidos (Abaid & Dell’Aglío, 2014; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Furlan & Souza, 2013; Gontijo et al., 2012; Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010; Serrano, 2011), discutir os efeitos de se viver em instituições (Aznar & Boada, 2009; Bender et al., 2015; Calcing & Benetti, 2014; Lima & Lima, 2011), o olhar para as características da família (Fukuda, Penso & Santos, 2013), os elementos envolvidos no processo de reintegração familiar (Courtney, 1995; Ianelli, Assis & Pinto, 2015; Moreira, Bedran, Carellos & Passos, 2013; Siqueira, Massignan & Dell’Aglío, 2011), entre outros aspectos.

Entre os estudos que se propõem a investigar o perfil de crianças em situação de acolhimento destaca-se a pesquisa de Cavalcante, Magalhães e Reis (2014). O estudo envolveu a análise comparativa, dos anos de 2004 e 2009, da caracterização sociodemográfica das crianças acolhidas e do processo de acolhimento em uma instituição no Norte do país. Os dados foram coletados através de consulta à prontuários e pesquisa documental. Os resultados encontrados apontam para mudanças significativas nos dois períodos investigados, especialmente quanto ao sexo, idade e tempo de acolhimento. No ano de 2004 havia uma frequência superior de meninas, nos três primeiros anos de vida, que viviam com a família de origem e ficaram acolhidos por menos de três meses. Quanto ao levantamento no ano de 2009 as autoras identificaram um maior percentual de meninos, houve uma redução no número de recém-nascidos acolhidos, vivam com a família de origem e ficaram menos tempo na instituição. No que concerne ao motivo para o ingresso na instituição, a negligência e o abandono foram os mais significativos nos dois períodos investigados. As autoras apontam para a necessidade de estudos de acompanhamento ao longo do tempo com vistas a fornecer elementos para subsidiar a gestão dos serviços de acolhimento.

Gontijo et al. (2012) traçam o perfil sociodemográfico e os aspectos direcionados ao acolhimento de 169 crianças e adolescentes acompanhados pelo juizado no ano de 2009, em Minas Gerais, no Sudeste brasileiro. O estudo tem um caráter descritivo, documental e retrospectivo, os dados foram coletados nos processos judiciais acompanhados pela Comarca de Uberaba. Entre os principais resultados, os autores

identificaram que a maioria dos acolhidos eram meninas, com idade variando de 4 a 6 anos nas crianças e 13 e 15 anos entre os adolescentes. Entre os acolhidos que estudavam, observaram uma distorção série e idade. Os principais motivos para o acolhimento estavam associados a situações de negligência, condições socioeconômicas da família, uso de álcool por parte dos responsáveis, violência física e sexual. E em geral as famílias eram chefiadas por mulheres, e constante ausência da figura paterna. Os autores sinalizam que as condições vividas pelas famílias e seus filhos indicam um processo de vulnerabilidade social e risco, e que ações de promoção de condições de vida saudável precisam ser foco de atenção da sociedade e de políticas socioassistenciais.

Em pesquisa desenvolvida por Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010), as autoras caracterizam o perfil de 314 crianças e adolescentes, suas famílias de origem e as famílias acolhedoras que faziam parte de um programa de acolhimento familiar no Sudeste do país, entre os anos de 1998 a 2007. Os resultados apontam para um percentual maior de meninos, afrodescendentes, com até seis anos de idade. No que concerne ao processo de acolhimento, identificaram principalmente a negligência e o abandono como causa para o encaminhamento, as crianças e adolescentes passam de um a seis meses no programa e quando desligados são, em geral, adotados. Em relação aos dados familiares, as autoras indicam a constante ausência de informações. Sobre as famílias acolhedoras, o estudo aponta para um maior número de casais, acima de 30 anos, com filhos, com ensino fundamental e médio entre as mulheres e superior entre os homens. As autoras apontam para a necessidade de pensar o acolhimento familiar enquanto uma modalidade de proteção eficaz, mas que precisa ser guiada e pautada nas diretrizes vigentes. Indicam ainda a necessidade de melhoras, especialmente quanto aos dados da família de origem, tendo em vista que a falta de informação dificulta o desenvolvimento de um trabalho de acompanhamento por parte dos agentes sociais envolvidos no programa.

Estes estudos de perfil das crianças e adolescentes apontam para importantes mudanças no cenário do acolhimento retratado nas suas diferentes modalidades e localidades. É possível identificar semelhanças e diferenças quanto aos perfis apresentados pelas pesquisas ora destacadas, especialmente quanto ao sexo, idade, familiares que viviam antes do ingresso na instituição e motivos do acolhimento. As variáveis apontadas por estes autores são identificadas como importantes características

que podem tanto contribuir como dificultar os processos desenvolvimentais para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional.

No que tange aos efeitos de se viver em instituições de acolhimentos identifica-se um conjunto de trabalhos que apontam tanto para fatores de risco como de proteção ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Aznar e Boada (2009) discutem em seu estudo os efeitos do acolhimento sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. Os autores apresentam vários resultados de pesquisas desenvolvidas na Europa, com destaque para o baixo desempenho escolar e níveis inferiores de escolaridade de populações que viveram ou vivem em instituições de acolhimento comparado com os que não tiveram esta experiência. Os resultados indicam que no Reino Unido quanto maior o nível de formação, maior é a desigualdade entre estas duas populações. Uma possível explicação para esses resultados está no fato dos acolhidos não receberem apoio e incentivo por parte dos pais, família e cuidadores, o que gera sentimento de instabilidade e falta de perspectiva de futuro. Para Aznar e Boada (2009), estes resultados sinalizam o quanto esta população encontra-se em situação de risco, e nesta direção deve-se trabalhar com políticas públicas voltadas a integração social e promoção de condições igualitárias de oportunidades.

Ainda sobre os efeitos do acolhimento no desenvolvimento das crianças e adolescentes, o estudo de Abaid et al. (2010) acompanha alguns dos resultados apresentados por Aznar e Boada (2009). Abaid et al. (2010) investigaram eventos estressores, variáveis psicossociais e preditores de sintomas depressivos em uma amostra de 127 crianças e adolescentes que viviam em instituições de acolhimentos no sul do Brasil. Para tanto, aplicaram o Inventário de Eventos Estressores na Infância e Adolescência (IEEIA) e o Inventário de Depressão Infantil (CDI). Os resultados indicam certa instabilidade na família e falta de referência paterna, tendo em vista que 89% dos participantes eram filhos de pais separados. Verificaram ainda que problemas de relacionamento com professores, falta de apoio ou rejeição por parte dos pais e ausência de convivência com familiares estão associados à preditores de depressão.

Os estudos de Aznar e Boada (2009) e de Abaid et al. (2010) indicam situações as quais as crianças e adolescentes acolhidos estão expostos, vivências estas que funcionam como fatores de risco ao desenvolvimento dos mesmos. Os autores apontam uma discussão que propõe condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes, envolvendo estratégias voltadas para a comunidade familiar, escolar e social.

Siqueira e Dell’Aglío (2010) investigaram as características de jovens institucionalizados e suas famílias. A amostra envolveu 155 crianças e adolescentes de unidades de acolhimento no sul do Brasil. Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada, Teste de Desempenho Escolar, Escala de Satisfação de Vida e o Mapa dos Cinco Campos. Entre os principais resultados identificou-se, nos adolescentes, o uso de drogas, baixo desempenho escolar e alto índice de repetência. O sistema familiar é permeado por baixa escolaridade, desemprego e trabalhos informais. No que concerne à rede de apoio dos adolescentes em relação à instituição de acolhimento, avaliaram-na positivamente, vê-se contatos positivos e alta satisfação de vida, indicando que a instituição pode estar exercendo um papel satisfatório e importante na trajetória desenvolvimental desses jovens.

Ainda no tocante aos efeitos da vivência em espaços de acolhimento, Santos e Boucinha (2011) investigaram as narrativas de três jovens que moraram em um abrigo público no sul do país, entre os anos de 1992 e 2001. Para tanto, foram analisadas por meio de entrevista as práticas que constituíram a proteção especial em abrigos no período citado e as formas que os jovens experimentavam a sua passagem pela instituição. O relato dos participantes mostra um ambiente antagônico e divergente no atendimento prestado, tendo em vista que é visto ora como um espaço que acolhe, ora aprisiona. As vivências durante a convivência institucional marcam suas vidas na atualidade, pois todos os participantes apresentam dificuldades de concluir ou fixar-se em atividades e construir histórias diferentes das prescritas nas experiências de abrigamento. Em termos de rede de apoio, o estudo mostra que esta era fragilizada, especialmente quando os jovens saíram do abrigo, pois pelos seus relatos foi ausente qualquer tipo de acompanhamento por parte da instituição após esta saída, assim como políticas de reinserção social.

Aznar e Boada (2009), Abaid et al. (2010), Siqueira e Dell’Aglío (2010) e Santos e Boucinha (2011) destacam cenários diferenciados de acolhimento, contudo, vê-se semelhanças e diferenças importantes nas discussões propostas. É unânime a baixa escolaridade dos participantes, o que reflete diretamente no desempenho escolar dos mesmos. Outro aspecto apontado pelos estudos são as formas diferenciadas de perceber a rede de apoio social e afetivo no que se refere à instituição de acolhimento. Esta é avaliada satisfatoriamente pelas crianças e adolescentes (Rosa et al., 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2010), mas também é percebida como frágil e desestruturada por eles (Abaid et al., 2010; Aznar & Boada, 2009; Santos & Boucinha, 2011). Frente a esta

discussão, olhar o fator temporal pode explicar alguns resultados apontados pelos autores citados, seja o tempo que os acolhidos permaneceram na instituição, a idade que adentraram no espaço, e o tempo das interações estabelecidas tanto no período de institucionalização como a experienciada na convivência familiar.

O'Connor et al. (2000) apresentam dados importantes no que concerne aos efeitos da institucionalização na primeira infância, através de estudo longitudinal. Nele, os autores avaliaram as consequências da privação sobre o desenvolvimento inicial. Tomaram parte do estudo três grupos de crianças, sendo estas adotadas por famílias residentes no Reino Unido. No primeiro grupo reuniram 111 crianças entre zero e 24 meses de idade, com histórico de privação de ordem material e emocional. Aproximadamente 51% das crianças eram do sexo masculino. O segundo grupo abrangeu 48 crianças romenas adotadas com idades entre 24 e 42 meses, sendo 65% do sexo feminino. E o terceiro grupo era composto por 52 crianças, nascidas no Reino Unido, sem qualquer experiência anterior de privação. Avaliou-se o desenvolvimento global das crianças comparando os três grupos, tais como: a) medidas antropométricas; b) avaliação da percepção, memória, expressão verbal e quantitativa; c) aspectos ligados a alterações nos comportamentos sociais, linguagem, psicomotricidade fina e grossa; d) percepção dos pais adotivos quanto ao aparecimento de problemas comportamentais na fase pré-escolar, a frequência às aulas e o tipo de instituição de ensino que a criança estudava. Entre os resultados, o estudo de O'Connor et al. (2000) revelou que as crianças expostas precocemente à privação severa podem apresentar déficits cognitivos elevados quando comparadas a outras que não tiveram a mesma experiência. Para estes autores, estudar os efeitos da privação para o desenvolvimento infantil abrange questões fundamentais, com destaque aos períodos críticos do desenvolvimento, as bases da resiliência infantil em contextos adversos e os fatores de risco envolvidos no processo.

Ainda sobre os efeitos da privação na infância, Beckett et al. (2006) investigaram crianças com histórico de privação severa na infância e que foram adotadas. Avaliaram a gravidade e a persistência das consequências da privação precoce sobre o desenvolvimento cognitivo de adolescentes que foram cuidados em ambiente familiar após os seis meses de idade ou no segundo ano de vida. Os resultados identificam que os efeitos da privação persistiram até os onze anos de idade. Verificaram também que entre as crianças que foram adotadas após os seis meses de vida apresentaram níveis cognitivos inferiores quando comparados com as que foram adotadas antes dos seis meses.

Entre os efeitos da privação familiar, além dos aspectos cognitivos e neurológicos, problemas de ordem emocional, especialmente no que se refere à construção de laços afetivos, também são questões amplamente discutidas quando se investiga o assunto. Sobre a idade em que a criança e/ou adolescente foi acolhido, Bronfenbrenner (1996) destaca que os efeitos nocivos do ambiente institucional diminuem com o aumento da idade no ingresso. As hipóteses sobre a idade são confirmadas por Beckett et al. (2006), O'Connor et al. (2000) e Pollak et al. (2010) em suas pesquisas. Assim, quanto maior é a idade da criança ao adentrar no espaço, maior é a probabilidade de reversão dos efeitos negativos do acolhimento para o desenvolvimento da criança, após a sua saída.

Associado às características da população atendida e dos efeitos de se viver em acolhimento, elementos voltados para o perfil das famílias têm ensejado um conjunto de estudos, especialmente no que se refere as condições em que estes vivem e se desenvolvem. É inegável o papel da família no desenvolvimento do indivíduo, especialmente quanto aos cuidados primários dispensados aos filhos, suas crenças, concepções e práticas de cuidado (Bueno, Bossardi & Vieira, 2015; Harkness & Super, 1996; Keller, 2007; Ribas, Seidl de Moura & Bornstein, 2007, Seidl de Moura et al., 2004). Contudo, Rizzini (2002) aponta para um conjunto de fatores que ocorreram ao longo das transformações políticas, econômicas e sociais que muda de forma significativa a dinâmica da vida familiar. Estes dados apontados pela autora podem ser confirmados a partir de pesquisas nacionais, como do IBGE (Brasil, 2010), que indica um elevado número de famílias chefiadas pela figura feminina, a inserção da mulher no mercado de trabalho, participação da família extensa no cuidado, entre outras características. Há, ainda, um conjunto de autores sinalizando que frente a estas mudanças, tem-se também uma família em condições especiais de desenvolvimento, diante de situações de risco e vulnerabilidade (Botelho, Moraes, & Leite, 2015; Fukuda, Penso & Santos, 2013; Rizzini, 2002; Rocha, Arpini & Savegnago, 2015; Waiselfisz, 2012) e que negligencia o cuidado com as crianças e adolescentes (Pasian, Bazon, Pasian, & Lacharité, 2013). E estas condições são apontadas como importantes fatores de risco ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, sendo estas as principais causas que levam ao acolhimento dos filhos em serviços de proteção.

Nessa perspectiva Fukuda, Penso e Santos (2013) investigaram o perfil sociofamiliar de crianças e adolescente em situação de acolhimento no período de 2007 a 2009. Os dados foram coletados a partir de pesquisa documental dos processos que

tramitavam na Promotoria da Infância e Juventude em Brasília. Os resultados apontam para um grupo familiar chefiado pela figura materna e ausência constante do pai. As mães se destacam pelo nível elevado de condições de vulnerabilidade e risco, tais como: uso de drogas, desemprego e paradeiro desconhecido.

Moreira, Bedran, Carellos e Passos (2013) estudaram a trajetória de vida de crianças e adolescentes acolhidos, bem como suas famílias. A pesquisa se deu a partir de consulta a prontuários nos conselhos tutelares de Belo Horizonte, referente a 20 famílias que tiveram seus filhos acolhidos em serviços de proteção. Entre os principais resultados, as autoras sinalizam uma precariedade nos registros, sendo que informações básicas da criança e adolescente, bem como de seus familiares são negligenciadas nos documentos. Esta falta de informações é percebida como uma falha no sistema e que precisa ser reparada, visto que pode dificultar o processo de reinserção familiar.

Em estudo desenvolvido por Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011) se investigou o processo de fracasso na reinserção familiar e a subsequente reinstitucionalização. Os dados foram coletados através de entrevistas com duas adolescentes e entrevistas informais com técnicos e educadores da instituição. Os resultados apontam para famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e que viviam em condições precárias de vida e moradia. Indicaram, ainda, semelhanças nos processos de reinserção, os quais envolveu falta de avaliação prévia da situação e de acompanhamento sistemático no período de reinserção.

Diante do exposto nos estudos que focalizam a família, é recorrente a situação de vulnerabilidade e risco que estes estão expostos. Há, ainda, um dado quanto a falta de informações sobre os familiares, dados estes que são negligenciados nos registros das crianças e adolescentes. E são apontados pelos estudos como importantes elementos que podem dificultar o processo de reintegração familiar, aumentando ainda mais o tempo de acolhimento e impactando no reestabelecimento dos vínculos afetivos.

Somado ao fator temporal, o papel e condições das famílias e a estrutura e dinâmica dos ambientes de acolhimento, estudos apontam para a influência de outros fatores no desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem em espaços institucionais como, por exemplo, a figura do educador, suas concepções e práticas (D’Aroz & Stoltz, 2010; Golin & Benetti, 2013; Vashchenko et al., 2010). É com foco nas pesquisas que se dedicam a olhar o trabalho do educador e sua influência nas trajetórias desenvolvimentais que segue o tópico seguinte. O qual destacará os estudos

nacionais e internacionais que reconhecem a influência deste profissional quando se estuda o contexto de acolhimento.

Os educadores como agentes do cuidado: concepções, rotinas e práticas institucionais.

Os estudos que focalizam as concepções dos profissionais e relações entre educador e criança/adolescente discutem importantes contribuições para o entendimento das relações estabelecidas nos espaços de acolhimento. Possibilitam, além disso, uma visão da rotina institucional e das práticas adotadas pelo cuidador que é essencial ao desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem em ambiente de acolhimento, o que pode oferecer consequências decisivas, conforme destaca Bronfenbrenner (1996).

A adoção da teoria ecológica, ao investigar as instituições de acolhimento, garante, assim, um olhar abrangente sobre o fenômeno investigado. Associado, portanto, aos estudos que priorizam a perspectiva dos acolhidos, as investigações que atentam para os que cuidam também deve ser foco de investigação. Em pesquisas desenvolvidas por Corrêa e Cavalcante (2013), Cavalcante e Corrêa (2012) e Cavalcante et al. (2012), em uma instituição de acolhimento no norte do Brasil, verifica-se a importância dada aos profissionais envolvidos no cuidado e atenção às crianças que vivem nestes espaços. Estes estudos focalizam para a rotina institucional, as concepções e as práticas adotadas pelos educadores, bem como para a necessidade de conhecer quem são estes profissionais e os diversos fatores envolvidos no seu perfil pessoal, profissional, acadêmico e institucional.

Rosa et al. (2010) a partir do modelo bioecológico, buscaram conhecer o cotidiano de uma instituição de acolhimento no sudeste do Brasil, bem como os fatores relacionados ao desenvolvimento psicossocial das crianças. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com os técnicos e os educadores, e pesquisa documental para coleta de informações sobre o perfil sociodemográfico das crianças. Os resultados indicam que o acolhimento oferece as crianças condições de convívio saudável com cuidadores e pares, além da possibilidade de relacionamentos interpessoais, o que amplia sua rede de apoio social e afetiva.

As concepções dos educadores foi foco do estudo desenvolvido por Teixeira e Villachan-Lyra (2010). A pesquisa objetivou os sentidos dados por mães sociais de uma casa-lar em relação ao desligamento das crianças que estiveram acolhidos por um tempo prolongado. Os dados foram coletados a partir de um grupo focal e entrevista

semiestruturada. Os resultados apontam para sentimentos de pertencimento ao local que trabalham, além da carga física e emocional no exercício da profissão. Identificaram uma confusão de papéis, ora mãe e outrora profissional, e quanto ao desligamento alternando sentimentos maternos e perspectiva de futuro negativas em relação a criança acolhida, especialmente quanto a descrença no retorno para a família de origem.

Corrêa e Cavalcante (2013) apresentam dados das concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado com educadores responsáveis pela atenção a crianças em uma instituição de acolhimento no norte do Brasil. Os dados foram coletados através do Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI) e sessões de observação da rotina institucional. Os resultados indicam que os educadores conhecem sobre aspectos do desenvolvimento infantil, aferidos por meio do instrumento. As autoras identificaram, ainda, que a experiência prática como mãe e profissional indicou ser variáveis importantes no nível de conhecimento, especialmente em questões voltadas a práticas de cuidado e normas e aquisições do desenvolvimento. Outro dado encontrado nesse estudo foi que os educadores que conhecem mais sobre desenvolvimento tenderam a adotar práticas de cuidado de melhor qualidade, estimulando, orientando e oferecendo um suporte emocional e afetivo quando interagem com as crianças em momentos de brincadeira. Nesse sentido, educador e criança são vistos como seres ativos no processo, pois interagem com o ambiente com toda a sua bagagem cultural, mas também o modifica de acordo com as suas necessidades, favorecendo com isso o bem-estar do grupo e do indivíduo.

Ainda sobre o trabalho do educador, através das práticas de cuidado, Avoglia et al. (2012) investigaram a percepção dos educadores sociais sobre a criança em ambiente institucional e as ações destes profissionais na interação com os acolhidos. Os dados foram coletados com seis educadores de uma instituição no sudeste brasileiro por meio do Teste do Desenho Temático e observação. Os resultados apontam para a ocorrência de posturas controladoras e autoritárias e resistência diante das manifestações afetivas das crianças. A forma como o educador percebe a criança influencia de maneira direta no trato com elas, o que reflete no relacionamento entre o cuidador e o acolhido. Resultados semelhantes foram encontrados por Corrêa e Cavalcante (2013) no que concerne a influência da percepção do educador, em relação à criança e o seu desenvolvimento, na prática de cuidado adotada por esse profissional.

Ortín (2012), em consonância com as conclusões do estudo de Corrêa e Cavalcante (2013), chama a atenção para uma postura ética e educacional por parte dos

educadores. O autor discute que mesmo frente a normas e regras instauradas na sociedade, o educador modifica e altera o ambiente diante de demandas individuais, tanto dele como profissional como quanto pessoa, bem como a partir de sinais dados pelas crianças e adolescentes que estão sobre seus cuidados. Reforça, ainda, que estes educadores sociais devem adotar posturas éticas e de cunho educativo, priorizando o desenvolvimento saudável dos envolvidos no processo.

Em pesquisa desenvolvida por Penna, Carinhanha e Leite (2009) as autoras investigaram as estratégias utilizadas pelos educadores frente a situações de violência vivenciada por adolescentes. Os dados foram coletados através de entrevista e interpretados a partir da análise de conteúdo. Entre os principais resultados os autores identificaram que os educadores apontam para dificuldades no trabalho com adolescentes que sofreram violência, especialmente em virtude das relações que estas viveram, o que mobiliza emocionalmente os profissionais. Os resultados apontam, ainda, para um conjunto de práticas adotadas pelos profissionais no atendimento das adolescentes violentadas, tais como conversas e orientação frente a demandas que envolve a boa convivência, aparência física, linguajar, entre outros. As autoras concluem discutindo a necessidade de investimento em capacitação e oferta de tecnologias de cuidado com vistas a proporcionar um trabalho mais satisfatório frente a demanda vivenciada pelas adolescentes que sofreram violência.

Taylor et al. (2008) apresentam dados sobre o que pensam os prestadores de cuidado em relação às dificuldades comportamental e emocional de crianças adotadas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e as respostas dos participantes foram agrupadas em categorias. Entre as principais dificuldades apontadas pelo educador social, em lidar com as crianças que possuem algum tipo de dificuldade, está no fato destas terem sofrido experiências adversas, negligência ou cuidados inadequados antes do acolhimento. Discutem ainda que em alguns casos as dificuldades encontradas na família de origem podem ter sido sobressaltadas no período do acolhimento. De posse dos dados apresentados, os autores resgatam a discussão em torno das práticas adotadas pelos cuidadores destas crianças e adolescentes que chegam às instituições de acolhimento, sejam eles os cuidadores primários (família de origem) ou secundários (educadores).

Investigar o serviço de acolhimento na perspectiva do educador é considerar em que medida as práticas de cuidado adotadas influenciam a rotina institucional e o desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem nestes espaços. Os estudos de

Corrêa e Cavalcante (2013), Ortín (2012), Avoglia et al. (2012), Penna, Carinhanha e Leite (2009), Taylor et al. (2008) e Teixeira e Villachan-Lyra (2010) são enfáticos quando apresentam as práticas de cuidado tanto como fatores de risco como de proteção ao desenvolvimento. Vale destaque ainda para a discussão levantada por esses autores quanto à influência da cultura nas práticas de cuidado adotadas, tanto pelos familiares quanto pelo educador na interação com as crianças e adolescentes. Assim como da necessidade de investimento em capacitação e no fornecimento de instrumentos que auxiliem o educador a cuidar mais e melhor (Bazon & Biasoli-Alves, 2000; Rossetti-Ferreira et al., 2012), e, ainda, de ações que ampare psicologicamente este profissional e supervisione suas práticas adotadas na rotina de trabalho (Penna, Carinhanha & Leite, 2009).

A forma de cuidar, portanto, está especialmente relacionada às interações estabelecidas ao longo da história de vida individual, nos diversos sistemas que compõem a ecologia da vida da pessoa em desenvolvimento. E devem ser considerados quando se estuda as práticas de cuidado e concepções de educadores que atuam em instituições de acolhimento.

Frente às discussões propostas no levantamento da literatura apresentada nesse estudo, verifica-se uma diversidade de questões e olhares quando a temática envolve população em situação de risco e vulnerabilidade social. Os estudos citados concebem, em sua grande maioria, os espaços de acolhimento institucional como contextos de desenvolvimento, que proporcionam experiências fundamentais ao processo desenvolvimental das crianças e adolescentes, sejam elas de risco ou proteção aos envolvidos. Em geral trazem discussões pautadas nos elementos constituintes do desenvolvimento de crianças e jovens institucionalizados, com foco na percepção das crianças e adolescentes (Aznar & Boada, 2009; Martins & Szymansky, 2004; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Zeanah, Smyke, Koga & Carlson, 2005), dos familiares (Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015; Siqueira & Dell’Aglío, 2010), aspectos do ambiente (Groark et al., 2011; Rosa et al., 2010), dos técnicos (Martins, Faraj, Santos & Siqueira, 2015; Salina-Brandão & Williams, 2009) e educadores (Corrêa & Cavalcante, 2013; Freiria & Caldana, 2011; McCall et al., 2010).

Os dados levantados mostram as constantes mudanças que estes espaços vêm adotando nas modalidades de atendimento, desde a promulgação do ECA (Brasil, 1990), com as orientações técnicas (Brasil, 2009), até os dias atuais com a Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010). Além de olhar para os diversos elementos que podem

interferir para um desenvolvimento saudável e de qualidade. De modo geral, nota-se que as unidades de acolhimento institucional vêm colocando em prática, mesmo que timidamente, os preceitos legais propostos nos documentos oficiais. Contudo, muitas unidades estão longe do ideal de espaço de acolhimento sugeridos na lei e desejáveis para a psicologia do desenvolvimento humano, funcionando desta forma como espaço de risco ao processo desenvolvimental das crianças e adolescentes que convivem nestes ambientes.

Neste sentido, o destaque para as características da pessoa, do processo, do contexto e do tempo (PPCT), assim como pontua Bronfenbrenner (1996), possibilita um olhar ecológico para o espaço de acolhimento. Assim como, fornece informações importantes sobre a estrutura e dinâmica do ambiente institucional.

Definição e Caracterização do Problema

Em linhas gerais, pensar em desenvolvimento é pensar em mudança, construção, processo e dinamicidade. Bronfenbrenner e Morris (1998) quando discutem o assunto destacam a influência do tempo neste processo, onde uma variedade de inter-relações ocorre, tanto entre contextos mais imediatos, como em sistemas sociais mais amplos, reconhecendo-o como um processo dinâmico e multidirecional que requer complementaridade e harmonia de seus subsistemas. O ser humano é visto, portanto, de forma completa e inter-relacionada com seu mundo circundante, e observado como um complexo sistema de funcionamento. O que significa abarcar o desenvolvimento humano como um processo que se dá no contexto, a partir das relações estabelecidas com o meio.

É preciso compreender o processo de desenvolvimento considerando os contextos físico, social, histórico e cultural do indivíduo, sendo estes aspectos amplamente discutidos em teorias que se propõe investigar o tema (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Neste trabalho será adotado como referencial teórico a perspectiva bioecológica do desenvolvimento proposta por Bronfenbrenner (1996, 2011) e Bronfenbrenner e Morris (1998).

Ao adotar-se a proposta de estudar os espaços de acolhimento a partir dos pressupostos do modelo bioecológico é concebê-los como contextos de desenvolvimento. Estes envolvem níveis ambientais mais imediatos que podem ser investigados por meio de rotinas e práticas de cuidado, assim como os sistemas mais

amplios envolvendo a forma como tais serviços são estruturados para atenderem uma demanda vulnerável e em risco.

Compreender os espaços de acolhimento considerando os diversos fatores envolvidos surge como uma necessidade dos estudos que se propõem a ter um olhar ecológico. Os diversos sistemas envolvidos favorecem uma visão ampla e contextualizada do fenômeno que se pretende estudar. Portanto, olhar para a temática do acolhimento institucional contemplando os aspectos do ambiente, das crianças, dos adolescentes que vivem nestes espaços e dos agentes do cuidado, fornece ferramentas para a construção de uma visão ecológica sobre este ambiente.

Frente ao modelo proposto e do levantamento da literatura apresentada no decorrer dessa introdução, verifica-se que os estudos atuais têm discutido as configurações dessa modalidade de atendimento. Nota-se que o interesse pelo universo do acolhimento institucional tem crescido cada vez mais, o que pode ser confirmado pelo crescente número de estudos encontrados nos últimos anos, sejam eles nacionais e internacionais, conforme apresentado no levantamento da literatura neste estudo. Associado a isso, tem-se uma preocupação de órgãos específicos, que atuam na garantia de direitos, visando traçar um diagnóstico da situação das instituições de acolhimento no Brasil.

O levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA (Silva, 2004) traça um perfil das condições das unidades de acolhimento no território brasileiro. No estudo foram encontradas 589 instituições que oferecem programa de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social em todo o Brasil. Os dados mostram que os espaços pesquisados atendiam à época cerca de 20 mil crianças e adolescentes. Em estudo mais recente desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (Brasil, 2013) foram inspecionadas 2.754 instituições acolhendo cerca 30 mil crianças e adolescentes. Identificou, ainda, que 5% das unidades avaliadas, do tipo acolhimento institucional e 2% na modalidade casa-lar, encontram-se na região norte, sendo o menor percentual em todo o território brasileiro. Mesmo frente a um menor percentual de instituições na região norte, estes espaços merecem atenção e dedicação dos estudiosos e das políticas públicas, tendo em vista que se deve atentar para a quantidade, mas também para a qualidade destes espaços.

O levantamento feito pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Ordem dos Advogados do Pará em 2011, em quatro instituições governamentais de Belém, identificou grandes problemas estruturais nas unidades

investigadas, além de um número maior de crianças e adolescentes que a capacidade dos espaços comportava. Estudos recentes (Cavalcante, 2008; Cavalcante et al., 2012; Corrêa et al., 2011; Costa, 2011; Filocreão & Magalhães, 2011; Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011) desenvolvidos em instituições de acolhimento na região norte, especificamente no estado do Pará, identificam questões relevantes para a qualidade destes espaços. Estas pesquisas sinalizam a necessidade de mudanças na estrutura e dinâmica dos ambientes, visando à promoção de condições saudáveis ao desenvolvimento. Sobre o assunto, as orientações técnicas (Brasil, 2009) e a lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) propõem contribuições importantes, como por exemplo, o reordenamento dos espaços, a reafirmação do papel do poder judiciário nos encaminhamentos dos processos dos acolhidos, através de um controle rigoroso e da reavaliação periódica dos casos, além de uma fiscalização maior quanto ao tempo em que as crianças e os adolescentes permanecem na instituição (que deve cumprir o prazo máximo de dois anos).

Frente aos parâmetros, regulamentos, normativas e leis propostos pelo ECA (Brasil, 1990), PNCFC (Brasil, 2006), a lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) e as orientações técnicas (Brasil, 2009), verifica-se que os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes possuem um respaldo legal que norteia o seu funcionamento e estrutura, contudo, está longe de ser traduzido na prática, conforme aponta Daffre (2012). Portanto, a implementação das disposições apontadas nestes documentos, se constitui no grande desafio dos profissionais envolvidos na questão e dos estudiosos na área.

Parte-se do princípio que as instituições de acolhimento estão em constante modificação, o que se configura como um processo de adaptação e estruturação dos espaços. Assim, muito do que se tem hoje está ainda em fase de construção. Trabalha-se com a hipótese de que as instituições da região norte se encontram no mesmo processo e com isso está distante do que as novas normativas propõem. Em contrapartida, conhecer estas instituições a partir de uma perspectiva global foi o desafio primordial deste estudo.

Diante do exposto, a formulação do problema central a ser investigado justifica-se pela importância de se descrever e analisar, por meio das normativas vigentes nos dias de hoje, como estes espaços vêm se estruturando em termos das rotinas e práticas cotidianas. De forma mais ampla, este estudo se propõe a compreender como as condições atuais de funcionamento desses espaços de acolhimento têm efetivamente

levado em consideração a premissa de que crianças e adolescentes devem ser reconhecidos enquanto sujeitos de direito, como seres em condição peculiar de desenvolvimento, como pessoas que dependem de condições ambientais efetivas. Nesta direção, é importante conhecer quais são as instituições que fazem parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), os serviços que disponibilizam e que população atendem, quem são as crianças e adolescentes que estão nestes espaços, considerando suas características biopsicossociais, os agentes envolvidos no cuidado e atenção aos acolhidos, contemplando suas concepções e práticas adotadas. Enfim, pretendeu-se conhecer como essas questões se aproximam ou se distanciam do que propõe as normativas que norteiam os serviços de acolhimento.

O presente estudo visou construir um panorama dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da RMB, com destaque para o perfil dos acolhidos e seus familiares, dos educadores e características dos ambientes. Como objetivos específicos pretendeu-se 1) Caracterizar as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, seu funcionamento, os serviços disponibilizados e a população atendida; 2) Descrever o perfil biopsicossocial das crianças e adolescentes acolhidos, com destaque para a sua história de vida pessoal, familiar e institucional; 3) Descrever o perfil sociodemográfico dos educadores responsáveis pelo cuidado diário a crianças e adolescentes, considerando aspectos da vida pessoal, acadêmica e institucional, bem como suas concepções e práticas de cuidado adotadas.

Trata-se, portanto, de um estudo quantitativo de caráter exploratório. O estudo teve um corte transversal, com o intuito de descrições das características da população investigada, considerando variáveis específicas tanto entre as crianças e adolescentes (idade, tempo e motivo de acolhimento, situação da família, etc.) como dos educadores (idade, escolaridade, tempo de serviço, etc.). Além de considerações sobre aspectos gerais do ambiente institucional e de suas práticas adotadas na rotina de trabalho.

Capítulo 2

Método

Participantes

Fizeram parte desse estudo o gestor e a equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) de cada uma das unidades que fazem parte da rede de serviços de acolhimento da RMB e 198 educadores responsáveis pelos cuidados diários aos acolhidos em todas as instituições. O estudo envolveu, ainda, a amostra de 426 prontuários, sendo 201 de caracterização de crianças e 225 de adolescentes que foram acolhidos nas instituições da RMB, no período de janeiro a dezembro de 2012.

Quanto aos critérios de escolha, foram investigadas as instituições e entrevistados os educadores que aceitaram participar da pesquisa. Quanto à pesquisa aos prontuários, o critério de seleção era a criança ou o adolescente estar acolhido na instituição no ano de 2012 e possuir de 0 a 18 anos.

Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida nas unidades de acolhimento que fazem parte da RMB, cuja modalidade envolve o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. A RMB é formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara do Pará e Santa Isabel do Pará, conforme mostra a Figura 1.



FONTE: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP)

Figura 1.

Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém.

Segundo censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) a Região Metropolitana de Belém é a segunda maior área metropolitana da Região Norte, a décima segunda do Brasil e a 179ª do mundo. É formado pelos municípios de Ananindeua, Belém, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará, que formam uma única grande metrópole. Belém como município-sede, apresenta uma grande concentração de indústrias, bancos, pontos comerciais, serviços e órgãos públicos que servem à toda região. Com 1,4 milhão de habitantes, a capital paraense sozinha é a segunda maior cidade da Amazônia e uma das mais importantes do país. Ananindeua, o segundo maior município da Grande Belém, apresentou um grande desenvolvimento nos últimos dez anos, tornando-se, hoje, a terceira maior cidade da Amazônia e a 39ª do Brasil. Segundo o Censo 2010 do IBGE, o município conta com 471.744 habitantes. O crescimento consolidou-se com a construção do conjunto habitacional Cidade Nova, na década de 1980, que desponta como uma boa alternativa na metrópole paraense. Marituba, o terceiro maior município, apresenta um desenvolvimento acelerado, e já ultrapassou a marca de cem mil habitantes. Destaca-se pelas suas boas redes de serviços rodoviários e centros de distribuição. Benevides, com mais de 50 mil habitantes, desponta como excelente alternativa para indústrias e centros logísticos na BR-316, estando em construção o maior terminal de cargas rodoviárias da Amazônia. Santa Bárbara do Pará, com pouco mais de 17 mil habitantes, é um grande produtor de hortaliças e outros produtos agrícolas que abastecem a região metropolitana e localiza-se na PA-391. Santa Isabel do Pará, alcança mais de 59 mil habitantes e destaca-se em sua economia em torno dos setores de serviços, indústria e agropecuária.

No âmbito dos serviços de acolhimento, em levantamento inicial realizado para essa pesquisa, por meio a consulta aos órgãos que gerenciam estes espaços, e se identificou 14 unidades de acolhimento, sendo sete governamentais e sete não governamentais. O atendimento às crianças e adolescentes nestas unidades é dividido por sexo e/ou idade. Quanto à separação por sexo têm-se oito unidades, sendo quatro masculinas e quatro femininas. As demais atendem ambos os sexos, sendo que uma destas acolhe portadores de necessidades especiais. Em relação à idade, seis abrigam somente crianças, três unidades atendem apenas adolescentes, e as restantes acolhem ambos. O quadro abaixo apresenta, em linhas gerais, as especificidades de cada instituição.

Tabela 1.

Descrição das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes por município da RMB.

Instituições por Município	Descrição	Gestão
Belém		
AMRA	Atende adolescentes do sexo masculino, na faixa etária dos 12 aos 17 anos.	Público Municipal
AMIECF	Atende crianças do sexo masculino, sete a onze anos.	Público Municipal
AFDA	Atende adolescentes do sexo feminino na faixa etária dos 12 aos 17 anos	Público Municipal
AEC	Atende crianças e adolescentes de zero a 17 anos, de ambos os sexos e com necessidades especiais.	Não Governamental
EAPI	Atende crianças de zero a seis anos de idade e de ambos os sexos.	Público Estadual
CVC	Atende meninas de sete a 12 anos.	Não Governamental
LATS	Atende crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 17 anos de idade	Não Governamental
CCLCD	Atende meninas de sete a 12 anos	Não Governamental
Ananindeua		
SAII-I	Atende crianças de zero a seis anos de ambos os sexos.	Público Municipal
SAI-II	Atende crianças na faixa etária de sete a onze anos de ambos os sexos.	Público Municipal
SAIA	Atende adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos de ambos os sexos.	Público Municipal
Marituba		
CLG	Atende crianças e adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 12 a 17 anos.	Não Governamental
Benevides		
ARCAF	Acolhe meninas de 12 a 17 anos.	Não Governamental
Santa Isabel do Pará		
ARCAM	Acolhe meninos de 12 a 17 anos.	Não Governamental

As informações preliminares, por meio de contato aos órgãos responsáveis por estas instituições, indicam uma variedade de unidades e tipo de população atendida, além de um corpo de funcionários diversificado envolvendo psicólogos, assistentes

sociais, pedagogos, serviços gerais, administradores, cozinheiros, entre outros profissionais. Identifica-se, ainda, instituições com rotinas e atividades diversas, atendendo a demandas específicas, em razão das características da população, tais como: faixa etária, sexo, quantidade de acolhidos, grupos de irmãos, crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Instrumentos e Materiais

Foi utilizado um conjunto de instrumentos que forneceu base às informações pretendidas sobre as instituições, as crianças, os adolescentes e os educadores, assim como dados de concepções e práticas de cuidado adotadas nos serviços de acolhimento. Em sua totalidade foram utilizados cinco instrumentos, a saber:

Questionário de caracterização das instituições.

Este instrumento objetiva caracterizar as instituições quanto à estrutura e funcionamento. É autoaplicável e foi preenchido pelo gestor responsável por cada unidade, com o auxílio da equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos), caso houvesse necessidade.

O questionário foi utilizado por Cavalcante (2008) em pesquisa que investigou aspectos do ambiente e das interações de uma unidade de acolhimento para crianças de zero a seis anos de idade, na cidade de Belém, estado do Pará. Foi construído tomando como referência o instrumento usado em pesquisa anterior desenvolvida por Silva (2004), que investigou a situação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no território brasileiro. As questões apresentadas foram adaptadas de modo a contemplar aspectos particulares da realidade a ser investigada em cada instituição.

O questionário é constituído por 88 perguntas abertas e fechadas, assim como de múltipla escolha. As questões estão organizadas em torno de eixos, a saber: identificação e organização técnico-legal (18 itens), critérios e procedimentos de atendimento (16 itens), características físico-funcionais da instituição (12 itens), atendimento às crianças e adolescentes (13 itens), relação com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos (sete itens), desligamento da criança e adolescente (17 itens), preservação da história de vida das crianças e adolescentes (quatro itens), dificuldades e necessidades da instituição (um item) e proposições do dirigente da instituição (Apêndice A).

Formulário de caracterização das crianças e dos adolescentes.

Foram utilizados dois formulários para caracterização dos participantes, sendo um para as crianças e outro para os adolescentes. Estes instrumentos buscam apontar as principais características sociodemográficas e biopsicológicas dos acolhidos e seus familiares.

Os instrumentos foram construídos com base em estudo anterior realizado por Cavalcante (2008) e Weber e Kossobudzki (1996) que investigaram a condição psicossocial de crianças que viviam em instituições de acolhimento. As questões foram adaptadas considerando as particularidades dos acolhidos, das instituições envolvidas e dos objetivos propostos. Seu preenchimento foi feito pelos pesquisadores por meio de consulta aos prontuários dos acolhidos. Utilizou-se, para tanto, diversos materiais e documentos disponibilizados pelas instituições com informações sobre cada criança e adolescente que fez parte da amostra selecionada, tais como: relatórios sociais, pareceres, laudos, certidões, planos individuais de atendimento, entre outros.

O formulário de caracterização das crianças (Apêndice B) possui 71 questões e está dividido em eixos temáticos, a saber: identificação (17 itens), situação familiar (nove itens), processo de institucionalização (27 itens) e saúde (19 itens). O formulário de caracterização dos adolescentes (Apêndice C) contém 93 perguntas e também está dividido em seções por assunto: identificação pessoal (nove itens), dados escolares (dez itens), dados familiares (sete itens), dados profissionais (sete itens), situação familiar (sete itens), processo de institucionalização (29 itens) e saúde (25 itens).

Questionário de caracterização dos educadores.

Este instrumento traz um levantamento do perfil sociodemográfico, dados da satisfação profissional, concepções e práticas de cuidado entre os educadores responsáveis pelos cuidados diários às crianças e adolescentes (Apêndice D). O questionário foi utilizado por Cavalcante (2008) em estudo anterior no contexto de acolhimento institucional, utilizando como base o instrumento construído por Ongari e Molina (2003) que foi aplicado em pesquisa anterior realizada em ambiente de creche na Itália. O conteúdo do instrumento foi adaptado a partir dos objetivos da presente pesquisa, com o intuito de contemplar as particularidades do trabalho desenvolvido pelos educadores de instituições de acolhimento que fizeram parte do estudo proposto. As adaptações foram pautadas, especialmente, na inserção de questões que levantam qual a perspectiva de futuro do educador (questão 24), as práticas de cuidado adotadas

(questões 30 e 31) e a influência da experiência materna/paterna na forma de cuidar (questão 32).

As questões englobam perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. O instrumento envolve alternativas que indicam um contínuo ordenado (de sete a nove aspectos) e o grau de concordância e satisfação do entrevistado por meio de escalas tipo Likert de cinco pontos. Ao todo, o instrumento possui 34 questões, e assim como os demais, está organizado em eixos, tais como: dados pessoais (onze itens), dados profissionais (dez itens), satisfação (quatro itens), concepções e práticas de cuidado (sete itens) e proposições (dois itens).

Diário de campo.

Utilizou-se, ainda, o diário de campo para registro das anotações necessárias e impressões do pesquisador e assistentes de pesquisa, após o término de cada dia de coleta. Para Bell (2008), os diários são registros de atividades profissionais, que oferecem dados sobre as atividades desenvolvidas pelos sujeitos, por meio de manifestações verbais, ações e atitudes. Um aspecto relevante deste tipo de instrumento é que possibilita ao pesquisador o registro de suas próprias impressões do fenômeno em questão. Assim como, pode funcionar como os primeiros indícios de explicação e significado da situação observada.

Como materiais foram utilizados papel em branco e caneta para anotações de informações relevantes à identificação das crianças, adolescentes e educadores envolvidos nas interações, bem como dados gerais do ambiente e rotina institucional, que compuserem as notas de campo.

Procedimento e Considerações Éticas

Procedimentos éticos e solicitação para a realização da pesquisa.

Solicitou-se autorização judicial, das secretarias de assistência social dos municípios que possuíam instituições, além dos responsáveis pelas unidades de acolhimento para realização da pesquisa e de visitas sistemáticas as mesmas, favorecendo, assim, o livre acesso às suas dependências e a aproximação com o corpo de funcionários, das crianças e dos adolescentes. Foi feita, ainda, a submissão do projeto ao Comitê de Ética em pesquisa, concomitante com a solicitação de autorização judicial. O projeto obteve parecer favorável (Apêndice E) para a execução e início da coleta de

dados, através do protocolo número 568.256 datado em 25/03/2014, atendendo, assim, aos requisitos da Resolução CONEP 466/12.

Procedimento de construção, adaptação dos instrumentos e treinamento da equipe.

Em paralelo a etapa anterior os instrumentos foram construídos e adaptados pela equipe de pesquisa, visando à adequação dos mesmos aos objetivos propostos no presente estudo. As modificações levaram em consideração, especialmente o tipo de contexto investigado, o participante envolvido na amostra, a dinâmica das instituições, entre outros aspectos.

De posse dos instrumentos, foi conduzido o treinamento da equipe de pesquisa. A partir da realização de encontros semanais para discussão dos instrumentos e rotina do trabalho. Vale ressaltar que o grupo de coleta de dados foi composto por alunos da graduação e pós-graduação dos cursos de psicologia, serviço social, terapia ocupacional e áreas afins.

Período de habituação.

Após as etapas de autorização, preparação dos instrumentos e treinamento da equipe iniciou-se o trabalho de exploração do ambiente institucional ou habituação, para tanto se utilizou basicamente duas estratégias de operacionalização da pesquisa: 1) Estabelecimento de contatos iniciais com as instituições participantes, por meio de reunião e/ou abordagem individual com os profissionais envolvidos na amostra, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto, e, com isso, motivar sua participação; 2) Realizou-se registros preliminares sobre os espaços e a rotina de cada instituição, que foram efetivados por meio da observação de aspectos relacionados à organização do espaço físico, ao tipo de material e equipamentos empregados nas atividades, aos horários e regras vigentes e à rotina de cuidado às crianças e aos adolescentes.

Este período durou em média 15 dias, com visitas diárias aos espaços. As equipes eram formadas por cinco pessoas, em geral, alunos da graduação e pós-graduação.

Estudo piloto.

Foi realizado, ainda, um estudo piloto tanto para o treinamento da equipe de coleta de dados quanto para a testagem e adequação dos instrumentos adotados pelo presente estudo. Esta etapa envolveu a seleção de duas instituições, dentre as 14 que fizeram parte dessa pesquisa, uma que atendia crianças e outra de adolescentes, para aplicação dos instrumentos. Para esta etapa, foram selecionados os prontuários dos acolhidos no ano de 2011. A partir dos resultados desta etapa foram feitas as devidas adaptações aos instrumentos visando o aperfeiçoamento e precisão das informações coletadas.

Procedimento de coleta de dados.

Após todos os procedimentos éticos, legais e do período de habituação e adaptação dos instrumentos, iniciou-se a coleta de dados. As equipes de pesquisa foram compostas por alunos de graduação e pós-graduação, dos cursos de psicologia, serviço social, terapia ocupacional, pedagogia, entre outros. Foram organizadas em grupos de quatro a cinco pessoas e apresentados aos gerentes, corpo técnico, educadores, crianças e adolescentes de cada instituição. Para cada unidade visitada, foi agendado previamente com a equipe técnica o período de coleta, horário e principais aspectos que fez parte desta fase, como a apresentação dos objetivos gerais da pesquisa, as etapas que compuseram todo o procedimento de coleta, os instrumentos aplicados e as informações que foram coletadas. A partir de então deu-se início a aplicação do conjunto de instrumentos adotados.

Primeiramente a coleta de dados envolveu a entrega do formulário de caracterização da instituição que foi disponibilizado ao gerente da unidade. O instrumento é autoaplicável e pôde ser preenchido pelo gestor com o auxílio da equipe técnica de cada instituição. Neste momento, fez-se uma leitura geral do documento, com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas sobre o seu preenchimento. Ainda nesta fase era agendada uma data prévia para a devolução do mesmo.

A consulta aos prontuários das crianças e adolescentes acolhidos fez parte da segunda etapa da coleta de dados. O levantamento e registro de informações sobre o perfil sociofamiliar das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições desenvolveu-se por meio de pesquisa documental. Os prontuários foram consultados a partir de seleção preliminar do corpo técnico, tendo como critério de escolha os acolhimentos (crianças e adolescentes) realizados no ano de 2012. Informações que não foram

contempladas no questionário eram registradas em notas de campo e discutidas em reuniões com a equipe de pesquisa.

Concomitante ao preenchimento do formulário de caracterização das crianças e adolescentes era aplicado o questionário dos educadores. As entrevistas a estes profissionais foram realizadas nas dependências de cada unidade de acolhimento após contato prévio com os participantes e definição das condições mais adequadas para a realização das entrevistas (data, horário, local). Os participantes eram convidados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE), informando os principais objetivos da pesquisa, confirmando a sua aceitação em participar do estudo por meio da assinatura do termo (Apêndice F). Como a intenção deste estudo era envolver a totalidade dos educadores responsáveis pelo cuidado diário às crianças e adolescentes, não foi necessário proceder à seleção de uma amostra dos entrevistados. Ou seja, trabalhou-se com a perspectiva de atingir o conjunto dos educadores vinculados às instituições e que aceitassem participar da pesquisa.

Procedimento de análise dos dados.

Os dados foram inseridos em planilhas próprias do programa SPSS, versão 20, a fim de armazenar dados pessoais, escolares e profissionais dos participantes, além das informações do questionário aplicado à gerência. Cada instrumento foi organizado tomando como referência seus eixos temáticos, fornecendo, portanto, categorias gerais para as análises.

No que se refere ao questionário de caracterização das instituições pretendeu-se fazer uma descrição geral de cada unidade, considerando as seguintes categorias: identificação e organização técnico-legal, critérios e procedimentos de atendimento, características físico-funcionais da instituição, atendimento às crianças e adolescentes, relação com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos, desligamento da criança e adolescente, preservação da história de vida das crianças e adolescentes, dificuldades e necessidades da instituição. Os dados coletados por meio deste instrumento foram analisados a partir de estatística descritiva. A ideia foi apresentar um histórico de cada instituição, o que pode fornecer dados para uma descrição geral das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes na RMB.

Quanto ao formulário de caracterização das crianças e dos adolescentes, os dados foram também analisados por meio de categorias gerais. No que concerne ao formulário das crianças, as categorias de análise tiveram como base dados referente à identificação

e situação familiar do acolhido, condições de moradia e processo de institucionalização. Quanto ao questionário dos adolescentes os dados foram agrupados nas seguintes categorias: identificação pessoal, processo de escolarização e profissionalização, situação familiar e de moradia, e processo de institucionalização. As análises foram direcionadas para as principais características sociodemográficas e biopsicológicas das crianças e adolescentes e seus familiares, tomando como referência as características da pessoa, do contexto, do processo de institucionalização e do tempo.

As análises foram também executadas por meio de estatística descritiva e inferencial, considerando variáveis como sexo, idade, paternidade reconhecida e tempo associado ao motivo do acolhimento. A partir do cálculo de frequência, média, desvio padrão e aplicação dos testes Qui-quadrado e Binomial. Identificou-se, ainda, questões da situação familiar, condições de moradia e processo de institucionalização, entre outras categorias.

Os dados coletados por meio do questionário de caracterização dos educadores visaram uma análise voltada ao perfil sociodemográfico, dados da satisfação profissional, concepções e práticas de cuidado destes cuidadores. Neste sentido, foram considerados para a análise os dados referentes a características pessoais, profissionais e institucionais dos mesmos, com ênfase nos indicadores de satisfação profissional, além de aspectos relacionados às suas concepções e práticas de cuidado adotadas no trabalho com crianças e adolescentes que vivem em espaços de acolhimento.

Executou-se, ainda, estatística descritiva e inferencial, observando-se variáveis como sexo, idade, tempo de serviço, condições de ter filhos e escolaridade do educador associado a questões de grau de satisfação, perspectivas e concepções sobre o trabalho, além de aspectos relacionados às práticas de cuidado.

No tocante aos dados envolvendo a organização dos prontuários, as atividades da rotina, com destaque para os aspectos do ambiente em que estavam ocorrendo atividades, características das interações do educador com as crianças e adolescentes, bem como demais informações relevantes e impressões do pesquisador, eram registradas em diário de campo.

Ao final, buscou-se apresentar um panorama geral de como funcionam as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB; quem são as crianças e adolescentes que vivem nessas instituições, suas características pessoais, familiares e institucionais; quem são os educadores responsáveis pelo cuidado e atenção aos acolhidos, suas satisfações e insatisfações, atividades desenvolvidas, concepções e

práticas de cuidado. E por fim, comparar em que medida as instituições da RMB estão acompanhando as constantes modificações legais quanto à forma de garantir condições de vida saudável a crianças e adolescentes acolhidos, tomando como referência os dispositivos legais vigentes.

Em síntese as etapas do procedimento podem ser visualizadas a partir do seguinte fluxograma da Figura 2:

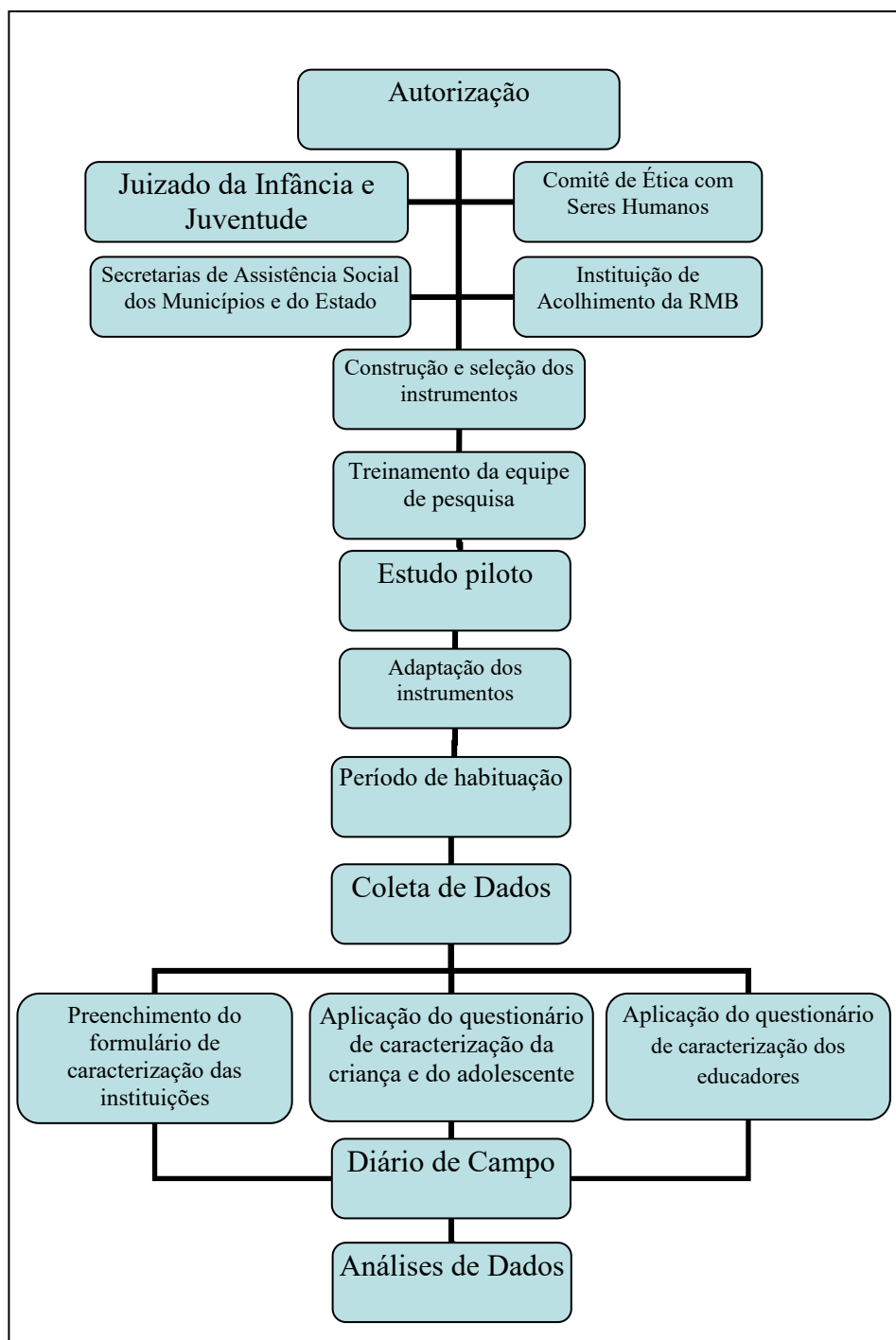


Figura 2.

Fluxograma do procedimento de coleta e análise de dados da pesquisa.

Resultados e Discussão

O objetivo desta seção de resultados e discussão é apresentar um perfil das instituições, dos acolhidos e dos profissionais que atuam no cuidado e educação das crianças e adolescentes nas unidades de acolhimento da RMB, bem como identificar rotina e práticas institucionais. Vale destacar que não será foco de análise comparar ou avaliar os serviços e as práticas observadas nas instituições pesquisadas. O ponto principal de análise visa apresentar as características encontradas e o quanto estas podem funcionar como promotoras ou não do desenvolvimento desta população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade. As análises foram baseadas em parâmetros legais e normativas que regem os serviços de acolhimento no Brasil, conforme estabelece o ECA (Lei 8.069/90), o PNCFC (Brasil, 2006), as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) e a Nova Lei da Adoção (Lei 12.010/09).

Neste sentido, cabe ressaltar que este estudo se propôs a compreender quais as condições atuais de funcionamento dos espaços da RMB, e para tanto, considerou importante conhecer quais as unidades que fazem parte da rede de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade da RMB, quais os serviços disponibilizados, população atendida e quem são os agentes do cuidado e educação. Assim, o foco desta seção está dirigido ao ambiente dessas instituições e as pessoas que dele fazem parte, entendendo-os como contextos de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Compartilha-se das ideias apresentadas por diferentes autores (Bronfenrenner, 1996, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Corrêa & Cavalcante, 2013; Marzol, Bonafé & Yunes, 2012; Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010) da necessidade de compreender e entender as instituições de acolhimento enquanto contexto de desenvolvimento.

A partir do exposto, esta seção de resultados e discussão será apresentada em três capítulos. O primeiro envolve os dados referentes ao perfil das instituições da RMB, com destaque para aspectos e características físicas e sociais dos espaços e as principais práticas adotadas para o acolhimento. O segundo capítulo compreende os resultados quanto ao perfil das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições da RMB, com ênfase para características pessoais, escolares, familiares e institucionais. E por fim, o terceiro capítulo engloba dados das características dos educadores, identificando aspectos gerais do perfil pessoal, profissional e institucional dos mesmos.

Capítulo 3

Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes da RMB: Perfil e Características dos Espaços

Conhecer os espaços a partir de sua estrutura, dinâmica e características é pensá-los enquanto contextos abrangentes de desenvolvimento. Os estudos com foco para características do contexto físico (Cavalcante, 2008; Groak et al., 2011; McCall et al., 2010; Salina-Brandão & Willians, 2009) destacam o quanto este elemento pode funcionar como um fator de risco ou de proteção para crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional.

Identificar características físicas e ambientais requer o exame de questões normativas que primam pela qualidade dos serviços ofertados a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Este capítulo traz, portanto, a discussão em torno das práticas adotadas pelos serviços da RMB e em que medida se aproximam ou se distanciam do marco legal de funcionamento dos espaços. Evidencia-se, ainda, que as instituições apresentadas, no presente estudo, correspondem à totalidade de serviços na modalidade abrigo institucional e casa lar da RMB (N=14). Vale ressaltar que este percentual, representava, nos anos de 2012 e 2013, 30% das unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do estado do Pará.

Os dados serão apresentados em categorias, a saber: Identificação e organização técnico-legal, Características físico-funcionais, Critérios e procedimentos de atendimento, Encaminhamento e acolhimento, Relação com a família dos acolhidos e Desligamento.

Identificação e organização técnico-legal.

Em relação à categoria Identificação e organização técnico-legal serão abordadas questões que envolvem o número de instituições por município, modalidade do atendimento, natureza do programa, data de fundação do serviço, instituição mantenedora, os recursos financeiros recebidos pelas unidades e a supervisão técnica e fiscalização por órgãos e/ou entidades.

Entre as características investigadas identificou-se dados gerais dos serviços, tais como a distribuição das instituições por município, a natureza do programa, a

modalidade de atendimento, o ano de fundação e os órgãos mantenedores. A Tabela 2 ilustra estes dados.

Tabela 2.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto a identificação e organização técnico-legal (N=14).

Características	f	%
Instituições por município		
Belém	8	57,0
Ananindeua	3	22,0
Marituba	1	7,0
Benevides	1	7,0
Santa Izabel	1	7,0
Natureza do programa		
Municipal	6	43,0
Estadual	1	7,0
Não-governamental	7	50,0
Modalidade de atendimento		
Abrigo Institucional	11	79,0
Casa – Lar	3	21,0
Ano de fundação		
Anos 80	1	7,0
Anos 90	6	46,5
Anos 2000	6	46,5
SI*	1	7,0
Instituição Mantenedora		
Organização Internacional	3	21,5
Organização Privada	3	21,5
Organização Municipal	6	43,0
Organização Estadual	1	7,0
Organização Estadual e Privada	1	7,0

* SI= Sem Informação

Observa-se na Tabela 2 que há uma maior concentração de instituições na capital Belém, seguido do município de Ananindeua. De acordo com dados do Censo de 2010 (IBGE, Brasil, 2011), Belém possuía uma população de 1.393.399 habitantes, tendo densidade demográfica de 1.315,26 hab/km². O que, portanto, caracteriza-se como a Metrópole do Norte brasileiro, e município mais populoso da Região Metropolitana. Em pesquisa desenvolvida por Iannelli, Assis e Pinto (2015), municípios de grande porte e metrópoles apresentaram um número maior de instituições de acolhimento

quando comparado aos de pequeno porte. Os autores identificaram, ainda, uma relação diretamente proporcional entre o número de acolhidos em instituições e o porte populacional do município, ou seja, cresce o número de crianças e adolescentes acolhidos à medida que aumenta o porte populacional. Ao que parece, os dados encontrados nesta pesquisa traduzem uma tendência estabelecida na realidade nacional: quanto maior o porte do município ou sua densidade populacional maior é o número de instituições e de acolhidos.

Pinheiro, Rodrigues, Ponte, Monte e Sabino (2013) caracterizam a RMB com uma população de baixa renda e qualificação, acessibilidade desigual quanto a infraestrutura e aos serviços urbanos. Diante de um cenário de desigualdades, tem-se um município com a maior concentração de serviços de acolhimento, o que em tese garante o atendimento a toda região Metropolitana, e, em alguns casos, a outras regiões do estado.

Em relação à natureza do programa notou-se uma igualdade no número de instituições governamentais e não governamentais (ONGs). Vale ressaltar que nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Izabel foram encontrados somente ONGs, que em sua maioria, acolhem adolescentes e crianças na segunda infância (7 a 11 anos). O que pode indicar que apenas a capital e mais recentemente (no ano de 2013) o município de Ananindeua realizam atendimentos destinados às crianças na primeira infância. Vale ressaltar, ainda, que os serviços localizados nos municípios de Santa Izabel e Benevides são mantidos por uma única ONG, o que permite compartilhar a equipe técnica (assistente social e pedagogo) e administrativa. De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) o serviço que faz uso deste tipo de estratégia é recomendado em municípios de pequeno porte, especialmente frente à pequena demanda e das condições de gestão do serviço. Contudo, o mesmo documento destaca que esse tipo de estratégia deve ser implementado em serviços sob a gestão do estado ou como consórcios entre os municípios envolvidos. O que, neste caso, não ocorre nos municípios de Santa Izabel e Benevides, pois ambos os serviços são mantidos por uma mesma ONG, e sua equipe técnica é exclusiva da instituição mantenedora. A participação do município na gestão desses serviços e na manutenção das instituições se dá por meio de convênios.

A igual proporção de instituições governamentais e ONGs na RMB não traduz o resultado encontrado pelo Ministério Público (Brasil, 2013), que identificou que mais de 57% dos serviços da Região Norte eram instituições públicas. A pesquisa indica que nas

demais regiões do Brasil, as ONGs ganham maior destaque, o que não corresponde ao encontrado nas instituições da RMB.

Identifica-se ainda que em relação à modalidade de atendimento, os serviços do tipo abrigo institucional (11 unidades) são a maioria. Verifica-se que as instituições que se intitulam casa-lar (3 unidades), em geral, adotam critérios específicos para o atendimento, como por exemplo, o sexo, visto que em Marituba e Santa Izabel acolhem somente meninos e, em Benevides apenas meninas.

Quanto à modalidade de atendimento os resultados acompanham uma tendência observada nacionalmente, conforme destacam dados do Ministério Público (Brasil, 2013). Contudo, a mesma pesquisa indica que nos anos de 2012 e 2013 havia, no estado do Pará, uma casa-lar, o que não traduz a realidade encontrada nesta pesquisa, onde foram identificadas, três unidades. Vale destacar ainda que não foram encontrados a modalidade de acolhimento família acolhedora e república.

Dados do levantamento do Ministério Público (Brasil, 2013) apontam que o serviço de família acolhedora nas regiões Sul e Sudeste se destaca. Estudos apontam para a importância da adoção desta modalidade de atendimento, tendo em vista que propicia um ambiente familiar, com atenção individualizada e personalizada (Bravo & Del Valle, 2009; Costa & Rossetti-Ferreira, 2009; Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010). Contudo, estes autores apontam para os desafios deste tipo de acolhimento, especialmente no que se refere ao cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras.

Quanto a estudos que se debruçam ao acolhimento na modalidade república, nota-se uma escassez de dados na literatura, bem como da implementação do serviço no Brasil. Assis e Farias (2013) indicaram que este tipo de modalidade foi encontrado apenas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, em proporção muito baixa. A implementação deste tipo de serviço pode ser de grande utilidade para os adolescentes que completaram a maior idade e que não tem perspectiva de retorno para a família de origem ou ser adotado. Torna-se ainda mais relevante diante dos grandes desafios encontrados quanto ao processo de desligamento destes jovens (Aznar & Boada, 2009; Bravo & Del Valle, 2009; Santos & Boucinha, 2011).

A institucionalização de crianças e adolescentes é antiga no Brasil. Acolher os desvalidos foi por muito tempo uma modalidade de proteção, a partir do seu afastamento do convívio em sociedade. A colocação em grandes instituições e por um longo período ganha grande destaque no início século XVIII. A partir do ECA (Brasil,

1990) tem-se as primeiras tentativas de pensar estes espaços como ambientes que proporcionem melhor qualidade de cuidado às crianças e adolescentes acolhidos. O que confirma questões apontadas no PNCFC (Brasil, 2006) e nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009), que propõem diferentes serviços de acolhimento, Abrigos institucionais, Casas-lares, Famílias acolhedoras e Repúblicas. Destacam, ainda, que os serviços devem visar as demandas da população infanto-juvenil. Portanto, pensar em instituições que acolhem em menor número, ambos os sexos, faixa etária ampliada (crianças e adolescentes), grupo de irmão conjuntamente, e em particular com ambiente que possui estrutura e dinâmica que se assemelham a residências e aspectos da vida em família, podem contribuir para a qualidade do atendimento, do desenvolvimento dos acolhidos e da convivência familiar. Isso porque conviver com o diferente e o igual em um mesmo ambiente, para os estudiosos da infância e adolescência (Bronfenbrenner, 1996, 2011) são aspectos importantes para o desenvolvimento de qualidade.

Em contrapartida, ainda são encontrados serviços que se intitulam casa-lar ou abrigo institucional, porém utilizam critérios peculiares nas demandas atendidas, características estas que caminham na contramão das normativas indicadas pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009), pelo PNCFC (Brasil, 2006) e do próprio ECA (Brasil, 1990).

Quanto aos dados sobre o tempo de funcionamento dos serviços, identifica-se que há instituições (6 unidades) fundadas no período pós promulgação do ECA. Em proporção equivalente têm-se serviços que estão atuando nesta modalidade há um tempo relativamente curto, ou seja, menos de 10 anos. Vale destacar que uma das instituições estudadas, foi inaugurada no ano de 2013, destinada a acolher crianças de 0 a 6 anos. Tendo em vista, sua criação ter se dado no período pós ECA, há uma tendência às instituições estarem garantindo pressupostos básicos propostos neste documento, ou mesmo que tenham evoluído com as normativas e leis que sucederam. Notou-se que, em geral, há instituições que asseguram condições essenciais no atendimento da população infanto-juvenil, mas em contrapartida, algumas necessidades deixam de ser atendidas, o que compromete a garantia de um atendimento de qualidade. Dados mais detalhados sobre este perfil, serão apresentados nas seções subsequentes.

Quanto aos órgãos mantenedores das instituições, verificou-se que o governo, tanto estadual quanto municipal, se destacam. E entre as ONGs, as instituições internacionais ganham visibilidade. O investimento do terceiro setor tem sido uma tendência atual, em especial nos países do terceiro mundo. Nota-se que o investimento

de instituições privadas e de âmbito internacional, reflete esta tendência. Em contrapartida, o investimento do governo (municipal e estadual) também tem sido uma realidade encontrada na Região Metropolitana. O que, portanto, reafirma-se a garantia da municipalização do serviço e com isso a descentralização político-administrativa, conforme destaca as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) e Souza e Brito (2005).

No que concerne aos recursos financeiros que as instituições recebem, os dados indicam novamente o papel do governo, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 3.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos recursos financeiros recebidos (N=14).

Recursos Financeiros	f	%
Governo Federal	2	14
Governo Estadual	4	29
Governo Municipal	9	64
Doações (pessoas jurídicas - empresas)	4	29
Doações (pessoas jurídicas - organizações não-governamentais)	1	7
Doações (pessoas físicas)	6	43
Outras fontes	4	29

Os dados da pesquisa seguem uma tendência quanto à instituição mantenedora, tendo em vista que grande parte das instituições destacaram que recebem recursos financeiros do governo municipal. Ao que parece, é o município que mantém as instituições, assim como é o principal órgão na liberação dos recursos financeiros e com as despesas gerais dos serviços, assumindo em alguns casos quase 100% das despesas.

Esta realidade é confirmada em pesquisa desenvolvida pelo Ministério Público (Brasil, 2013) que já sinalizava maior (57,7%) participação de entidades governamentais na oferta dos serviços de acolhimento institucional da região Norte do país. De acordo com os dados apresentados por Daffre (2012), 49% dos serviços de acolhimento de São Paulo não tinham, à época da pesquisa, convênio com o governo, e eram mantidos por instituição não governamental. Esta é uma realidade diferente da encontrada nos espaços da RMB. Identifica-se que mesmo entre as ONGs, o setor público garante algum tipo de parceria, seja via convênios, doações ou projetos sociais.

É limitada a participação do terceiro setor e de pessoas quanto aos recursos financeiros recebidos pelas unidades. Em geral, o capital humano tem maior atuação nas ONGs. Neste cenário, os programas de apadrinhamento afetivo e voluntariado merecem

atenção, tendo em vista que podem ser alternativas para a inserção das pessoas (física e jurídica) nos serviços de acolhimento, além de proporcionar o direito a convivência comunitária. Este tipo de ação é previsto no PNCFC (Brasil, 2006) e nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009). De acordo com estes documentos, o programa de apadrinhamento afetivo deve ser uma ação que conste no Projeto Político Pedagógico (PPP) e garanta o direito a convivência comunitária, conforme prevê o ECA. As instituições devem, portanto, assegurar que as crianças e adolescentes acolhidos possam viver com e na comunidade, tendo os programas de apadrinhamento afetivo como uma das formas de garantir este direito.

No que concerne ao apadrinhamento afetivo, em pesquisa desenvolvida pelo Ministério Público (Brasil, 2013), 19,6% das instituições de acolhimento da região Norte possuem programas desta natureza. Contudo, ações neste sentido são pouco desenvolvidas nos serviços da RMB. Entre as instituições investigadas, apenas quatro serviços sinalizam algum tipo de atividade voltada ao apadrinhamento afetivo. Em termos de programa de voluntariado, esta prática foi apontada por todas as instituições não-governamentais. Cabe destacar que, no ano de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) em parceria com a Coordenadoria Especial da Infância e Juventude (CEIJ) e os serviços de acolhimento da RMB lançou um projeto de incentivo ao apadrinhamento afetivo e voluntariado de crianças e adolescentes acolhidos. O projeto intitulado “Conta Comigo” envolve o cadastro de pessoas e empresas que podem atuar como padrinhos afetivos, bem como material e financeiro nos serviços de acolhimento da RMB. Esta pode ser uma importante contribuição para o incentivo à convivência comunitária, porém precisa ser acompanhada e avaliada, levando em consideração o interesse superior e bem-estar da criança e adolescente acolhidos. É provável que a baixa frequência de ações desta natureza esteja relacionada a não se ter à época um programa articulado e organizado de apadrinhamento e voluntariado, tendo em vista que este foi lançado após a coleta de dados desta pesquisa. Supõe-se, assim, que hoje esta realidade esteja diferente, o que merece um novo olhar para os efeitos deste tipo de ação nos serviços de acolhimento, assim como para as crianças e adolescentes que ali vivem. Vale, ainda, identificar o quanto estas ações foram implementadas nos serviços governamentais, pois conforme indicam os resultados desta pesquisa, há por parte das unidades gerenciadas pelo Município e Governo do Estado, baixa adesão a programas envolvendo o apadrinhamento afetivo e voluntariado.

A partir dos recursos financeiros disponíveis para as instituições, investigou-se a informação referente ao custo por mês que cada acolhido gera para os serviços. A Tabela 4 destaca o valor por mês em reais (R\$).

Tabela 4.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes quanto ao custo mensal de cada acolhido (N=14).

Custo mês/acolhido (R\$)	f	%
R\$ 480,00	1	7
R\$ 1376,00	1	7
R\$ 1900,00	1	7
R\$ 5000,00	1	7
SI	10	72

A Tabela 4 indica que a grande maioria das instituições não soube precisar o valor mensal que cada acolhido representa aos seus cofres. Quando associados dados da natureza do programa com o custo por mês que cada acolhido gera para a instituição, nota-se que entre os serviços que indicam este valor, todos são organizações não governamentais. Entre os que não precisaram o valor, três instituições são ONG e sete são organizações governamentais, ou seja, nenhuma unidade do governo soube precisar informações do custo *per capita* dos acolhidos aos cofres públicos. Entre as principais justificativas para a falta de informações quanto a este dado, os gestores das unidades alegam que as prefeituras não repassam valores individuais (Notas de diário de campo). O repasse é feito, apenas, de produtos em geral e manutenção do prédio, e, portanto, toda a gestão financeira é de responsabilidade dos órgãos mantenedores.

Sobre o valor *per capita*, a instituição que indica o maior custo (R\$ 5000,00) corresponde a um serviço que acolhe especialmente uma população com deficiência, como paralisia cerebral, síndrome de Down, autismo, entre outros, o que, portanto, justifica o alto valor indicado. De acordo com a gestora desta instituição, este valor representa o custo máximo que uma criança ou adolescente gera aos cofres do serviço, em geral são acolhidos que apresentam um alto comprometimento de saúde, e que necessitam de alimentação e remédios especiais na rotina de cuidados (Notas de diário de campo). A gestora destaca, ainda, que uma parte das despesas são pagas através do Benefício de Prestação Continuada (BPC) dos acolhidos cadastrados no programa. Entre as outras instituições que indicam este valor, percebe-se uma grande variação,

compreendendo de um a quatro salários mínimo, considerando que o salário mínimo vigente no ano de 2012 era R\$ 622,00.

No estudo desenvolvido por Daffre (2012), a autora destaca minuciosamente a gestão financeira da instituição pesquisada, desde valores dos salários dos funcionários, até despesas com os acolhidos, e com a manutenção do espaço. Lima (2015) destaca grande dificuldade em levantar dados específicos dos orçamentos nos anos de 2002, 2006 e 2011, nos serviços de acolhimento do Rio de Janeiro, indicando que o município detém o controle dos recursos financeiros envolvidos nos programas de acolhimento. A autora aponta também em sua pesquisa, que nem mesmo o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tem acesso a estas receitas orçamentárias. O desconhecimento por parte dos gestores quanto aos valores que cada acolhido representa para os cofres públicos também é uma realidade dos serviços de acolhimento da RMB, diferentemente da encontrada por Daffre (2012). Nota-se, portanto, que a gestão financeira dos serviços é de certa forma mais transparente entre as ONGs, tendo em vista que é em geral o próprio gestor da casa o responsável pelos valores recebidos e repassados.

É preciso refletir em que medida esta falta de controle e informações quanto a gestão financeira dos serviços de acolhimento da RMB impacta no funcionamento e atendimento oferecido. Parte-se do princípio que quando se tem controle e gestão do serviço que é oferecido, maior tende a ser as chances de identificação e necessidade de investimento em áreas defasadas. Assim, o gestor tem maior flexibilidade para investir em uma área que na rotina institucional se apresenta deficitária, bem como programa de forma direcionada às ações a serem desenvolvidas.

Ainda sobre a categoria Identificação e organização técnico-legal investigou-se quanto ao recebimento de fiscalização e supervisões das instituições de acolhimento por órgãos e entidades. Identificou-se que todas as instituições indicam receber algum tipo de fiscalização e supervisão de diferentes órgãos e/ou entidades, conforme ilustra a Tabela 5.

Tabela 5.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes quanto ao recebimento de fiscalização e supervisões por órgãos e entidades (N=14).

Órgãos e/ou entidades	f	%
Conselho Municipal	9	64
Conselho Estadual	3	21
Vara de Infância e Juventude	12	86
Conselhos Tutelares	7	50
Ministério Público	14	100
Vigilância Sanitária	9	64
Corpo de Bombeiros	8	57
Secretaria de Estado e Assistência Social	8	57

A Tabela 5 mostra que as instituições de acolhimento citam entre os principais órgãos que acompanham os serviços os ligados ao sistema de justiça, tais como Ministério Público e Vara da Infância e Juventude. Chama a atenção, ainda, para os Conselhos de Direito e os órgãos de segurança, como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) é imprescindível a articulação entre estes órgãos e os serviços de acolhimento, com o intuito de favorecer o processo de comunicação, planejamento e a possibilidade de ações coordenadas na busca de um atendimento articulado e de qualidade. Estas parcerias funcionam, ainda, para a garantia da oferta de um atendimento em caráter excepcional e provisório, e possibilitando o cumprimento do direito a convivência familiar e comunitária.

Para Salina-Brandão e Williams (2009) os profissionais que fazem parte destes órgãos atuam diretamente nos serviços de acolhimento, principalmente nas situações que envolvem a fiscalização das instituições. Indicam a necessidade de investigações com foco na atuação destes órgãos de acompanhamento e fiscalização junto aos serviços de acolhimento. É possível supor, então, que a articulação entre os órgãos de acompanhamento e fiscalização e as instituições de acolhimento da RMB acontece de fato. Se confirmado, este pode ser um aspecto positivo, pois, teoricamente, garante melhores condições na qualidade do serviço oferecido e o cumprimento das normas e leis que regem os espaços.

Em que pese a presença destes órgãos e suas ações nos serviços de acolhimento é preciso identificar de que forma acontece esta articulação. Para tanto investigou-se a periodicidade em que estas visitas ocorrem. Entre as instituições que indicam receber

fiscalização e supervisão de órgãos e entidades a periodicidade é variada, conforme se identifica na Tabela 6.

Tabela 6.

Frequências de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto a periodicidade das visitas de acompanhamento e fiscalização de órgãos e entidades (N=14).

Órgãos e/ou entidades	Esporádico (f)	Anual (f)	Semestral (f)	Bimestral (f)	Trimestral (f)	Mensal (f)	SI (f)
Conselho Municipal (N=9)	3	2	1				3
Conselho Estadual (N=3)	1	1					1
Vara de Infância e Juventude (N=12)		4	3	2			3
Conselhos Tutelares (N=7)	1		1				5
Ministério Público (N=14)			5	1	2	2	4
Vigilância Sanitária (N=9)		7					2
Corpo de Bombeiros (N=8)	1	5	1				1
Secretaria de Estado e Assistência Social (N=8)	3	2				1	2

No que concerne à periodicidade do acompanhamento e fiscalização pelos órgãos observou-se que há variações, mas, em geral, são atividades que ocorrem anualmente para a maioria das instituições. Algumas instituições, contudo, não souberam precisar a periodicidade das visitas dos órgãos indicados, especialmente a periodicidade das visitas dos Conselhos Tutelares.

Salina-Brandão e Williams (2009) em seu estudo apontam que em geral as visitas de fiscalização dos profissionais ocorre semestralmente. De acordo com os dados desta pesquisa o Ministério Público aparece como um órgão que faz suas visitas de acompanhamento e fiscalização a cada seis meses.

Tendo em vista o princípio da incompletude institucional, deve-se garantir ações de articulação entre os órgãos que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de serviços local (Brasil, 2009). Rossetti-Ferreira et al. (2012) sugerem maior valorização e participação dos atores sociais que fazem parte dos Conselhos Municipais, além de capacitação efetiva dos profissionais que executam o acolhimento, em especial dos conselheiros tutelares. Visando a garantia da excepcionalidade e da provisoriedade, assim como de reparações de violações de direito. Os serviços de acolhimento devem

primar, portanto, por uma articulação eficiente com os órgãos do Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, Segurança Pública e Conselhos de Direito. Contudo, chama a atenção o número de instituições que não souberam precisar a periodicidade com que esses contatos ocorrem.

Para que a articulação entre os serviços de acolhimento e os sistemas de garantia de direitos seja eficiente é necessário que se construa uma agenda constante e regular de visitas. Contudo, esta parece não ser uma realidade nos serviços da RMB. É preciso pensar, também, no sentido que estas ações de fiscalização e acompanhamento tem para os órgãos envolvidos. Salina-Brandão e Williams (2009) identificaram que para os profissionais o motivo principal das visitas ocorre diante de denúncias e acompanhamento das crianças e adolescentes que encaminharam para a instituições. Entretanto, é preciso pensar na amplitude destas atividades, compreendendo que estas ações precisam ser de acompanhamento regular e constante entre os diversos órgãos envolvidos. Além de efetivar os aspectos apontados nas visitas de acompanhamento e fiscalização considerando as conclusões e necessidades de mudanças sugeridas pelos órgãos. Salina-Brandão e Williams (2009) destacam, ainda, que as visitas de fiscalização precisam lançar mão de estratégias de qualidade, adotando diferentes formas de abordagens nos espaços de acolhimento, focalizando em intervenções necessárias e efetivas para a manutenção e qualidade do serviço oferecido.

Diante do exposto, apresentado na característica Identificação e organização técnico legal tem-se maior concentração de instituições (57%) localizadas na capital paraense, e sob a gestão do município encontram-se 50% delas. Quanto as unidades não-governamentais a manutenção do serviço fica a cargo do setor privado, especialmente instituições internacionais, assim como sobrevivem de doações, tanto de pessoa jurídica como física. Programas de incentivo a participação de voluntários e de padrinhos solidários são ações pouco desenvolvidas, especialmente entre as instituições governamentais. Observou-se, também, a falta de informações, por parte dos gestores, no que concerne a gestão financeira do serviço, indicando que o controle das receitas fica a cargo do município, em contrapartida percebe-se que entre as ONGs há um maior conhecimento e domínio sob a folha de despesas da instituição. E por fim, identificou-se a parceria e articulação entre o sistema de garantia de direitos e as instituições através de visitas de acompanhamento e fiscalização dos espaços, mesmo que a periodicidade não tenha sido uma variável informada pelos gestores, a parceria entre estes órgãos parece presente.

Características físico-funcionais.

No que tange a categoria Características físico-funcionais são abordadas questões referentes à área de localização das instituições, situação do imóvel, construção do prédio para fins de acolhimento institucional, a presença de placa de identificação e o uso da rede de serviços da comunidade.

A Tabela 7 ilustra dados sobre características físicas dos espaços de acolhimento da RMB.

Tabela 7.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as suas características físicas (N=14).

Características físicas	f	%
Situação do imóvel		
Alugado	4	29
Cedido	3	21
Próprio	7	50
Placa de Identificação		
Possui	2	14
Não possui	12	86
Área de localização		
Residencial e Urbana	14	100
Construção do espaço		
Construído para fins de acolhimento	5	36
Não construído para fins de acolhimento	9	64

Os dados da Tabela 7 mostram que a maioria (50%) das instituições possuem prédio próprio, entre elas quatro são organizações não governamentais. Sobre a situação do imóvel, observou-se que possuir um prédio próprio pode gerar, em tese, uma despesa menor para as instituições e seus mantenedores. Tendo em vista a escassez de recursos recebidos, especialmente entre as instituições não governamentais, ter um prédio próprio pode ser uma despesa a menos nos cofres. Vale ressaltar que entre as instituições que possuem prédio alugado, apenas uma é ONG, as demais são todas municipais, e a despesa com o aluguel é de responsabilidade da prefeitura.

Quanto à existência de placas na fachada das instituições constatou-se que uma parcela considerável (86%) não possui qualquer identificação sinalizando que o espaço

funciona como serviço de acolhimento. No tocante a localização, verificou-se que todas as instituições estão situadas em área residencial e urbana, conforme ilustra a Figura 3.



Figura 3.
Imagem ilustrativa da fachada das instituições da RMB.

Sobre as fachadas e aspectos gerais da construção dos serviços de acolhimento, em todas as modalidades, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) destacam que não deve conter placas indicando a natureza do local, ou ainda, deve-se evitar nomenclaturas que sugiram valor negativo, pejorativo, estigmatizante ou discriminatório aos usuários. Sobre esta questão, identificou-se que as instituições de acolhimento da RMB têm atendido positivamente ao que propõe os documentos legais, o que deve ser ressaltado.

Quanto ao aspecto físico das instituições, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) identificam que os serviços devem funcionar em edificações residenciais inseridas em áreas urbanas e residenciais, que favoreçam o contato com a vizinhança e comunidade ao entorno. Garantir questões desta natureza, tende a ser uma das alternativas que os serviços de acolhimento podem lançar mão na busca da garantia a convivência comunitária.

Em relação a construção do espaço para funcionar como acolhimento institucional, a Tabela 6 mostra que a maioria não foi construída para este fim. Entre as justificativas dos gestores sobre este assunto, a maioria sinaliza que os prédios foram alugados ou comprados com a estrutura já formada, porém indicam que adaptações para atender à demanda dos acolhidos foram tomadas, especialmente quanto à segurança e acomodações.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) os serviços de acolhimento não devem possuir qualquer identificação externa, ter localização na comunidade, ou seja, em áreas residenciais, e ter um espaço que atenda às necessidades da população atendida. Em linhas gerais, percebeu-se que as instituições da RMB atendem a estes critérios apontados pelo documento, contudo identificou-se instituições que ainda persistem em práticas que descumprem as recomendações previstas nos

principais documentos que regem o funcionamento do serviço. O que reflete na existência de instituições atuais com práticas ultrapassadas que resgatam traços e características das instituições totais, apontadas por Goffman (2008) como espaços que segregam e limitam as condições da vida em sociedade, sem possibilidade de contato e vivência com a comunidade. Condições estas que podem ter consequências diretas no desenvolvimento no indivíduo, especialmente no que concerne as interações estabelecidas com os outros, pares, comunidade e família.

Critérios e procedimentos de atendimento.

No que concerne à categoria Critérios e procedimentos de atendimento será destacada questões que se refere à capacidade de atendimento, número de acolhidos em 2012, faixa etária atendida, demandas especiais e/ou condição de risco social e pessoal, acolhimento de grupo de irmãos e adolescentes grávidas.

Os resultados revelaram que as instituições têm particularidades na forma como asseguram o atendimento às crianças e adolescentes acolhidos, e a modalidade pela qual o serviço é prestado é uma delas. Entre as principais diferenças quanto aos serviços do tipo Abrigo Institucional e Casa lar têm-se a capacidade de acolhimento. A Tabela 8 identifica a capacidade de atendimento pela modalidade dos serviços.

Tabela 8.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto a capacidade máxima de atendimento pela modalidade do serviço. (N=14)

Capacidade de atendimento	Modalidade de atendimento			
	Abrigo Institucional		Casa Lar	
	f	%	f	%
12 acolhidos			2	15
16 acolhidos	1	7	1	7
18 acolhidos	1	7		
20 acolhidos	5	36		
30 acolhidos	1	7		
32 acolhidos	1	7		
35 acolhidos	1	7		
40 acolhidos	1	7		

Verificou-se que entre os abrigos institucionais a maioria informou ter a capacidade de atender de 16 a 20 crianças e adolescentes. Contudo foram encontradas quatro instituições que disseram acolher até mais de 30 crianças e adolescentes, o que

indica a prática de acolhimento em grandes grupos, com atendimento massificado, reforçando traços e características das instituições totais, conforme destaca Goffman (1974). De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) os abrigos institucionais e casas lares devem acolher em pequenos grupos com características residenciais, sendo a capacidade máxima de 20 e 10, respectivamente. Nos serviços inseridos na modalidade Casa lar constatou-se que todas as instituições atendem acima do que propõe as Orientações Técnicas (Brasil, 2009).

A literatura mostra que entre as principais implicações de um atendimento em grandes grupos tem-se a dificuldade no acompanhamento da individualidade dos acolhidos, um cuidado coletivizado e despersonalizado (Corrêa & Cavalcante, 2013; Golin & Benetti, 2013). Estudos internacionais apontam, ainda, que a falta de individualidade, interações pouco responsivas, e demais situações típicas da vida em ambiente de acolhimento, podem funcionar como fatores de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente, especialmente quanto a cognição, emoção e saúde mental (Becket et al., 2006; Dorrer et al., 2010; Jacobsen et al., 2013; Mansoor & Yaqoob, 2013). Proporcionar uma organização em pequenos grupos favorece o atendimento às demandas individuais, especialmente entre as crianças nos primeiros 3 anos de vida, que necessitam de uma atenção particular. Golin e Benetti (2013) apontam que os acolhidos, especialmente as crianças demandam constantemente a atenção e o cuidado do educador. Garantir, então, o acolhimento em pequenos grupos qualifica o atendimento e o trabalho do educador, pois proporciona relações mais próximas, contato receptivo e estável, possibilitando assim o desenvolvimento de relações de apego, conforme destaca Golin e Benetti (2013).

Além do levantamento quanto a capacidade de atendimento dos serviços de acolhimento, investigou-se também o número de crianças e adolescentes que foram atendidos pelas unidades no ano de 2012. Vale ressaltar que no ano de 2012 haviam em funcionamento 13 serviços de acolhimento na RMB. A 14ª instituição foi inaugurada no ano de 2013, no Município de Ananindeua. Neste sentido, em relação aos dados do número de acolhidos no ano de 2012, serão considerados os identificados nas 13 unidades que funcionavam no período investigado.

No que se refere aos acolhidos, no ano de 2012, a Tabela 9 indica as crianças e adolescentes que foram atendidos pelos serviços por município.

Tabela 9.

Frequência de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes por município da RMB quanto ao número de acolhidos no período de 2012 (N=13).

Município	Acolhidos em 2012
Belém (n=8)	346
Ananindeua (n=2)	90
Marituba (n=1)	15
Benevides (n=1)	9
Santa Isabel (n=1)	5

Os dados da Tabela 9 indicam um fluxo de atendimento concentrado na capital Belém, seguido do município de Ananindeua. Constatou-se que os serviços da capital, ainda funciona como a principal alternativa para a rede de acolhimento, o que pode estar relacionado ao número maior de instituições no município, mas também em virtude de atender demandas específicas, como acolhimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, assim como crianças e adolescentes com deficiência. A capital paraense, no período investigado, e por muito tempo, era o único município que possuía instituições que atendiam crianças na primeira infância, somente em 2013 o município de Ananindeua assumiu o acolhimento desta faixa etária, inaugurando uma instituição que atende a faixa etária de 0 a 6 anos.

Vale destacar, entretanto, que, de acordo com as Orientações técnicas (Brasil, 2009), devem ser evitados especificidades no atendimento, como por exemplo, acolher faixas etárias estreitas, somente um sexo, atender ou não crianças e adolescentes com deficiências, entre outros. Contudo, esta é uma realidade encontrada nas instituições de acolhimento investigadas na RMB. Frente ao maior número de atendimentos ocorridos no município de Belém é possível supor que isso se deva ao fato de que este é o único que acolhe algumas especificidades, estas podem ser demandas constantes nos serviços, tais como a faixa etária que compreende de 0 a 6 anos, assim como pessoas com deficiência. Estes dados serão discutidos de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, em que apresenta o perfil dos acolhidos.

Identificou-se que as instituições utilizam diferentes critérios para o acolhimento das crianças e adolescentes, dentre os quais destacam-se a sua faixa etária, sexo, condição de risco, condições físicas, entre outros. A Tabela 10 ilustra os dados quanto a estes critérios.

Tabela 10.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos critérios de atendimento. (N=14)

Critérios para acolhimento	f	%
Faixa etária		
0 a 18 anos	1	7
3 a 18 anos	2	14
0 a 7 anos	2	14
7 a 12 anos	3	21
7 a 18 anos	2	14
12 a 17 anos	3	21
Sexo		
Feminino	4	29
Masculino	4	29
Ambos os sexos	6	43
Condição de risco		
Deficiência física	2	14
Deficiência mental	2	14
Negligência	14	100
Abandono	14	100
Violência física	14	100
Violência sexual	14	100
Exploração sexual	8	57
Soropositivo e outras doenças infectocontagiosas	2	14
Doenças graves	2	14
Situação de rua	9	64
Outros	1	7
Grupo de irmãos		
Acolhimento de irmãos	12	86
Acolhimento de irmãos fora da faixa etária atendida	10	71
Grupo adolescentes grávidas		
Adolescentes Grávidas	5	36

No que concerne à faixa etária, percebeu-se que as instituições utilizam como critério de acolhimento a idade, com destaque para a primeira e segunda infância (5 unidades). Contudo verifica-se que há instituições que ampliam a faixa etária de atendimento, acolhendo crianças e adolescentes conjuntamente, mas também foram encontradas instituições que acolhem exclusivamente adolescentes (3 unidades). Em relação ao sexo, oito instituições informaram utilizar este critério para o acolhimento de

crianças e adolescentes, sendo que quatro delas atendem exclusivamente meninas e as demais apenas meninos.

No tocante à condição de risco, observou-se que demandas voltadas para o abandono, negligência, violência física e sexual são situações acolhidas por todas as instituições. Em contrapartida, crianças e adolescentes que apresentem algum tipo de deficiência, doença grave ou infecto contagiosa, são acolhidos por poucas instituições, de uma a duas no máximo. Na capital, Belém, apenas uma instituição acolhe exclusivamente este tipo de demanda, tendo sido observado um grande número de crianças e adolescentes com paralisia cerebral, transtornos globais do desenvolvimento e síndrome de Down. Nesta instituição em particular, foram identificados inúmeros casos em que crianças e adolescentes passaram um longo período acolhidos, em alguns casos permaneceram no espaço durante toda a infância e adolescência, por vezes até a vida adulta. A princípio identifica-se que esta instituição foge dos padrões e dos parâmetros sugeridos pelas normativas legais, especialmente quanto a especificidade no atendimento e tempo de acolhimento. Contudo deve-se considerar o espaço quanto a sua estrutura individual e, os acolhidos, a partir de suas características biopsicossociais. Tem-se nesta instituição, portanto, o atendimento de uma demanda específica, que além de necessitar de cuidado específico com a saúde, não atende aos pré-requisitos para a adoção, devido a debilidade física e idade superior a quatro anos. O que, em tese, justificaria a não adoção dos padrões legais para o atendimento, por parte da instituição.

Sobre o acolhimento de grupos de irmãos conjuntamente, identificou-se que a maioria das instituições realiza este tipo de atendimento. Porém, foram encontrados alguns critérios que costumam orientar o acolhimento de grupo de irmãos, tais como: idade e sexo. A maior parte das instituições acolhe irmãos, mas há algumas que oferecem o serviço apenas se atender a faixa etária (10 unidades) e o sexo (8 unidades) que a instituição acolhe. Nesta direção, ter um ou mais irmãos com idade ou sexo diferente do seu e que a instituição não atende é um dos critérios para o desmembramento do grupo de irmãos, em duas ou até mais instituições.

Acolher conjuntamente os irmãos na mesma instituição deve ser uma das estratégias para a promoção da convivência familiar. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) deve-se garantir o não desmembramento do grupo dos irmãos. Estudos apontam para a importância e necessidade da convivência entre os irmãos nos espaços institucionais (Almeida et al., 2011; Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012; Costa, 2011). É preciso garantir não somente que eles fiquem acolhidos na mesma

instituição, mas também que sejam proporcionadas atividades de convivência em momentos diversos da rotina que promovam a interação entre eles.

No que se refere ao acolhimento de adolescentes grávidas, identificou-se que cinco instituições fazem este tipo de atendimento, porém, como há instituições que acolhem somente crianças (5 unidades) ou somente meninos (4 unidades), estes critérios de atendimento podem justificar a baixa frequência de espaços que acolhem esta demanda. O atendimento de adolescentes grávidas ou com filhos não tem sido garantido em todas as instituições da RMB. De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) as instituições devem garantir o atendimento de adolescentes que possuem filhos, e que ações sejam efetivadas com intuito de fortalecimento da vinculação afetiva entre mãe-bebê, assim como contribuir para o desenvolvimento de habilidades de cuidado. O atendimento deve viabilizar, também, condições para que os acolhidos que são mães e pais vivam os dois momentos, a maternidade e a adolescência, durante o acolhimento.

De modo geral, os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes da RMB segregam de diferentes formas o seu atendimento, seja pela idade, sexo, condição de risco, grupo de irmãos e mãe adolescentes com seus bebês. A partir do proposto pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009) deve-se evitar um atendimento especializado, com critérios específicos do perfil da criança e adolescente, como o acolhimento de um único sexo, faixas etárias estreitas, crianças com desenvolvimento típico ou doentes. O documento destaca ainda que quando o atendimento especializado for necessário, em virtude de uma atenção de melhor qualidade, a instituição deve garantir o acolhimento conjunto dos grupos familiares, assim como não segregar ou discriminar a demanda atendida.

Ao longo da história do acolhimento no Brasil, é possível perceber que as instituições comumente eram vistas como depósito da população improdutiva para a sociedade, que não se encaixava nos padrões culturais da época, como as pessoas com deficiências, que possuíam doenças infectocontagiosas, filhos de relações impróprias, entre outras (Goffman, 2008; Rizzini, 2011; Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini, Rizzini, Naiff & Baptista, 2007). Portanto, práticas institucionais em que se priorizem demandas específicas podem em certa medida, continuar com um movimento que ocorre ao longo da história do acolhimento no Brasil. Neste sentido, ainda são encontradas instituições na RMB que estão em descompasso com diretrizes legais e que ainda adotam práticas que priorizam as necessidades institucionais e não o desenvolvimento da criança e adolescente acolhido.

Em se tratando de convivência comunitária, identificou-se entre as instituições quais os serviços que utilizam na rede de atendimento. A Tabela 11 ilustra os serviços que as unidades utilizam ou não na rede de serviços.

Tabela 11.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos serviços utilizados na rede de atendimento (N=14).

Serviços da rede	f	%
Escolas	14	100
Creches	1	7
Hospitais	13	93
Postos de saúde	14	100
Praças	13	93
Quadras de esporte	6	43
Centros culturais	7	50
Igrejas	13	93
Outros	3	21

Entre os principais serviços que as instituições utilizam na rede estão os da assistência básica, como educação e saúde. Contudo destaca-se que o uso de creches é um serviço que as instituições pouco utilizam, tanto que, entre as instituições que acolhem esta demanda (5 unidades), apenas um gestor destacou fazer uso deste tipo de serviço para as crianças acolhidas. Observou-se ainda que entre os serviços mais utilizados para promover a convivência comunitária foram mencionadas as praças e as igrejas. A interação com órgãos da assistência básica, cultura, esporte e lazer também foi encontrada no estudo de Rosa et al. (2010), considerado, portanto, como o mesossistema da criança e adolescente acolhido.

A convivência comunitária é um direito que deve ser garantido para a criança e adolescente, conforme prevê o ECA (Brasil, 1990) e as Orientações Técnicas (Brasil, 2009). Os serviços de acolhimento devem garantir para que o acolhimento não seja uma privação do direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido, é papel das instituições, em parceria com a rede de atendimento local e comunitária favorecer a execução e garantir este direito. Tais documentos legais destacam que os serviços de acolhimento não devem concentrar suas atividades exclusivamente nas dependências da instituição, tais como de saúde, escolar, lazer e cultural.

Desta forma, se identifica que os serviços de acolhimento têm garantido a articulação intersetorial com o Sistema Único de Saúde (SUAS) e outros órgãos da rede sociassistencial. Atuando, portanto, a partir do princípio da incompletude institucional

(Brasil, 2009), o que desta forma promove e proporciona a convivência comunitária. Vale destaque para as ações envolvendo práticas religiosas nos espaços de acolhimento, neste estudo 93% das instituições utilizam as igrejas como um serviço da rede.

Ao que parece, nas instituições não governamentais, a orientação de preceitos religiosos é mais presente, tendo em vista que das sete unidades, cinco adotam na rotina de atendimento uma doutrina religiosa, católica ou evangélica. Entre as demais instituições, tanto governamental quanto não-governamental, as práticas religiosas ficam a cargo da orientação religiosa do educador. Entre as atividades religiosas encontradas na rotina institucional, tem-se: oração antes das refeições, do descanso e no início do plantão, momentos diários de leitura e reflexão dos ensinamentos da bíblia (chamados por algumas instituições de devocional), ir ao culto ou missa aos finais de semana, entre outros (Notas de diário de campo). A prática da oração antes das refeições também foram encontradas na rotina de trabalho dos educadores nos estudos de Corrêa (2011) e Cavalcante (2008).

Identificou-se, assim, que práticas religiosas são uma constante nas instituições da Região Metropolitana, especialmente entre as ONGs. As Orientações Técnicas (Brasil, 2009) apontam para a necessidade de garantir que os valores religiosos dos acolhidos sejam respeitados, possibilitando a liberdade de crença e religião.

A partir do exposto, identifica-se que em relação à categoria Critérios e procedimentos de atendimento, as instituições da RMB reúnem diferentes normas para o acolhimento. Observou-se que em geral as instituições acolhem um número de crianças e adolescentes acima do proposto pelos dispositivos legais (Brasil, 2009), tendo concentração maior de atendimentos na capital Belém. Outro aspecto relevante é quanto a especificidade no atendimento: critérios como idade, sexo e deficiência são os mais encontrados, o que se opõe à recomendação disposta nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009). Em contrapartida, vê-se a constante articulação das instituições de acolhimento com os serviços da rede de saúde e socioassistencial, garantindo o que apontam os dispositivos legais.

Encaminhamento e acolhimento.

Em relação a categoria Encaminhamento e acolhimento foram abordadas questões relacionadas a recepção/acolhimento da criança e do adolescente, guarda de pertences pessoais e local para guardar, critérios para distribuição das crianças/adolescentes por quartos/dormitórios, preparação das refeições, lavagem das

roupas, uso de roupas exclusivas, prontuários das crianças e adolescentes, Projeto Político Pedagógico (PPP), e atividades regulares realizadas pela instituição.

Sobre o primeiro acolhimento da criança e/ou adolescente a recepção é de suma importância no momento de fragilidade e vulnerabilidade que os mesmos se encontram. Neste sentido, investigou-se entre as instituições quais eram os profissionais responsáveis por esta primeira acolhida na chegada. A Tabela 12 indica entre as instituições quais os profissionais responsáveis pela acolhida inicial.

Tabela 12.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos profissionais responsáveis pelo primeiro acolhimento.

Recepção/acolhimento	f	%
Educadores	4	29
Educadores e/ou Técnicos	7	50
Equipe técnica	1	7
Equipe técnica e enfermagem	1	7
Direção	1	7

Entre os profissionais responsáveis pelo acolhimento inicial das crianças e adolescentes em sua chegada, os educadores e técnicos tem destaque em 86% das instituições investigadas. Contudo, vale destacar que o acolhimento pode ser realizado tanto por uma equipe de profissionais como pode ser uma tarefa exclusiva de um único funcionário da instituição. Independente de quantos ou quem é o profissional responsável por esta ação é importante refletir no quanto ele está preparado para o momento, tendo em vista a complexidade e dificuldade que pode ser esta recepção inicial, especialmente para a criança e adolescente que chega.

A partir do disposto nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009) as instituições devem adotar atitudes receptivas e acolhedoras durante a chegada da criança e do adolescente, bem como esta postura deve se estender enquanto os mesmos estiverem acolhidos. Deve-se, portanto, ter uma equipe preparada e sensível às demandas iniciais do acolhido, proporcionando segurança e bem-estar. Esta acolhida inicial deve proporcionar desde o acolhimento das emoções e angústias que possam ser expressadas diante do afastamento da família até a apresentação do espaço físico, com destaque para o seu ambiente individual e as regras da casa. Nesta direção, o educador exerce papel primordial no acolhimento, tendo em vista que funciona como referência para a criança e adolescente que se encontram afastados da família (Avoglia, Silva & Mattos, 2012;

Cavalcante & Corrêa, 2012; Corrêa & Cavalcante, 2013; D'Aroz & Stoltz, 2010; Ortín, 2012).

Este momento inicial de acolhida é marcado, por algumas instituições, como de extrema relevância. Por isso, em geral, adotam ações bem pontuais que possam favorecer melhores condições para este momento, tais como: a apresentação das normas e espaços da casa realizado por outro acolhido, a entrega de um kit com utensílios pessoais (ver Figura 4), que inclui sabonete, escova de dente, xampu, roupas, entre outros, e até um lanche especial para o momento da chegada (Notas de diário de campo).



Figura 4.

Imagem ilustrativa do kit utilizado por algumas instituições para o momento inicial de chegada ao acolhimento.

Estas ações sugerem uma preocupação por parte das instituições e dos agentes do cuidado quanto ao momento de chegada desta criança e adolescente, que em geral se encontra fragilizada e com medo diante do novo ambiente e da condição de estar longe da família. Reflete, ainda, práticas institucionais que prezam pelo respeito à individualidade da criança e adolescente e a necessidade de um atendimento personalizado. Ações que garantem a oferta de um atendimento personalizado e individual são apontadas pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009) como primordiais para o acolhimento. E, portanto, podem ser consideradas como práticas a serem valorizadas que podem contribuir para a qualidade do cuidado ofertado pela instituição. Neste sentido, o educador e/ou o técnico precisam estar preparados para este momento tão importante.

Organizar o espaço para atender as demandas dos acolhidos, seja na chegada e/ou durante sua estada no serviço, também deve estar entre as prioridades dos serviços. Para tanto investigou-se sobre a guarda dos pertences dos acolhidos e espaços para acomodar seus objetos pessoais. A Tabela 13 ilustra estes dados quanto aos procedimentos adotadas pelas instituições investigadas.

Tabela 13.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos procedimentos adotados em relação aos pertences pessoais (N=14).

Procedimentos adotados	f	%
Guarda de pertences pessoais		
Fica com o acolhido	11	79
Fica com a instituição	6	43
Devolvido para a família	2	14
Armazenamento e uso de objetos pessoais		
Armários individuais	13	93
Roupas de uso exclusivo	13	93

Sobre os procedimentos adotados pelas instituições quanto aos pertences pessoais dos acolhidos a Tabela 13 indica que a maioria menciona que os objetos ficam de posse da própria criança ou adolescente. Contudo, verifica-se que quanto a guarda destes objetos há ressalvas, especialmente nas instituições que acolhem adolescentes, quando se refere a utensílios de valor ou material, tendo em vista que podem ser usados como estoque (material cortante). Em geral os objetos que ficam com os acolhidos correspondem a roupas, fotos e brinquedos. Materiais como joias, telefone celular e dinheiro permanecem sob a guarda da instituição, e somente são devolvidos para os mesmos quando forem desligados da mesma.

Em relação ao armazenamento e uso de objetos pessoais identificou-se que a maioria das instituições reserva armários individuais para os acolhidos, além de destinar roupas de uso exclusivo e pessoal (conforme ilustra a Figura 5). Contudo, identificou-se uma unidade que adota procedimentos coletivizados quando o assunto é os objetos pessoais dos acolhidos.

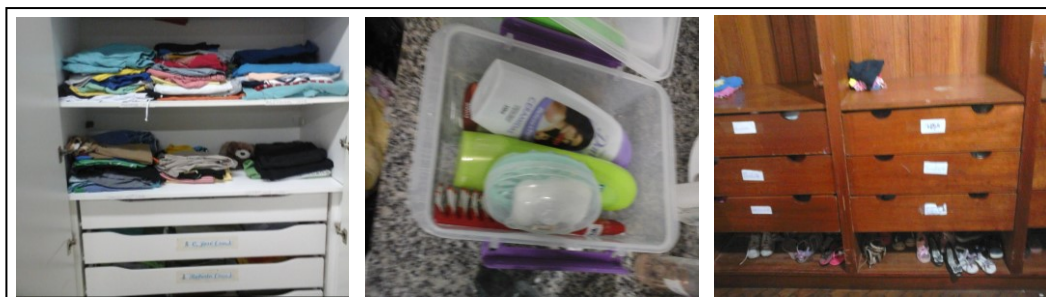


Figura 5.

Imagem ilustrativa das estratégias e práticas adotadas quanto aos pertences pessoais das crianças e adolescentes.

Em razão do grande número de crianças acolhidas e como forma de organização, as instituições colocam os nomes das crianças e adolescentes nas gavetas e nas roupas. Estratégias que ofertam um aprendizado que diferencia o meu, do seu e do nosso são extremamente importantes, especialmente em ambientes coletivos de cuidado. Em geral estas ações são encontradas na rotina de atendimento através do trabalho do educador, conforme resultados encontrados no estudo de Corrêa (2011). Estas ações garantem em geral a oportunidade de um atendimento individualizado e personalizado, priorizando os interesses da criança e do adolescente que se encontram acolhidos.

Os serviços de acolhimento devem estruturar seu atendimento a partir de princípios norteadores, dentre os quais tem-se a garantia de um serviço personalizado e individualizado, e sobretudo que suas práticas e ações favoreçam o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos. A partir da visão de promoção de um atendimento de qualidade destaca-se a oferta de espaços individualizado para o acolhido, garantindo sobretudo, objetos pessoais, tais como roupas, material de higiene, bem como ambientes para a guarda dos pertences pessoais, como armários, cômodas, entre outros. Práticas nesta direção favorecem condições que proporcionam a formação da individualidade das crianças e adolescentes (Brasil, 2009).

Outra informação investigada entre as instituições de acolhimento diz respeito a organização do espaço e das tarefas diárias na rotina. A Tabela 14 ilustra os critérios adotados na organização dos espaços.

Tabela 14.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos procedimentos adotados em relação a organização do espaço e tarefas (N=14).

Organização do espaço	f	%
Critérios de organização dos quartos		
Idade	7	50
Sexo	8	57
Condição de Saúde	2	14
Alojamento conjunto (mãe-bebê)	1	7
Deficiência	2	14
Grupo de irmãos	2	14
Opção sexual	1	7
Outros	1	7
Preparo das refeições		
Cozinheira	10	71
Educador	2	14
Cozinheira e Educadores	2	14

Lavagem das roupas

Acolhido com apoio do educador	7	50
Lavadeiras/Serviços Gerais	6	43
Serviços gerais e Educador	1	7

Os dados da Tabela 14 indica que entre os principais critérios para a distribuição dos acolhidos em quartos, tem-se a idade e o sexo. Vale ressaltar que critérios como acolhimento conjunto da mãe adolescente com seu bebê e de grupos de irmãos são procedimentos adotados por poucas instituições, de uma a duas no máximo. Quanto ao preparo das refeições, constatou-se que o adulto é o principal responsável pela tarefa, em sua maioria um profissional é contratado pela instituição para desenvolver especificamente uma dada atividade, como é o caso da cozinheira. No que concerne à lavagem das roupas dos acolhidos o adulto também é referência, especialmente nas instituições que acolhem crianças. Em contrapartida, entre as unidades que atendem adolescentes, verificou-se que o acolhido é o responsável por essa tarefa, sendo a lavagem da sua própria roupa uma atividade monitorada e apoiada sempre por um educador.

No que concerne a organização dos quartos, não há uma normativa geral sobre o assunto, contudo é unânime entre os documentos oficiais (Brasil, 2009; Brasil, 2006, ECA, 1990), que os espaços de acolhimentos devem garantir um atendimento de qualidade que favoreça as relações entre os seus membros, especialmente nos casos de grupos de irmãos ou de familiares, bem como o acolhimento conjunto da adolescente mãe com seu bebê, favorecendo a vinculação afetiva. Estudos apontam (Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012; Costa, 2011; Iannelli et al., 2015) para o interesse e importância das relações estabelecidas entre os irmãos no ambiente de acolhimento, destacam, ainda, que o percentual de fraternos acolhidos na mesma instituição alcança de 30% a 50% em algumas situações. Neste sentido, as ações devem priorizar não somente o acolhimento conjunto do grupo de irmãos, mas deve garantir que estes possam interagir em atividades conjuntas da rotina no espaço da instituição, e que estas relações sejam estimuladas pelos envolvidos no processo.

No que se refere a rotina de organização do ambiente, como o preparo das refeições e a lavagem das roupas, as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) destacam a necessidade de ações que visem o fortalecimento de habilidades, competências e aptidões entre as crianças e adolescentes, respeitando o seu processo desenvolvimental.

Para tanto, envolver o acolhido nas tarefas diárias da casa, pode ser uma alternativa para o desenvolvimento destas habilidades, e promoção da autonomia do acolhido. Deve-se ressaltar que todas estas práticas necessariamente precisam do acompanhamento de um profissional, para que o acolhido não faça o trabalho do adulto ou vice-versa.

Quanto aos procedimentos adotados pelas instituições ressalta-se que tais práticas, inscritas no cotidiano, precisam ser organizadas e norteadas em documento específico, o que, em geral, compreende o PPP. A Tabela 15 destaca dados referente à existência do PPP, tempo de vigência e os envolvidos em sua elaboração.

Tabela 15.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto ao Projeto Político Pedagógico – PPP (N=14).

Projeto Político Pedagógico	f	%
PPP		
Possuem PPP	7	50
Não possuem PPP	7	50
Ano de vigência		
Anos 90	3	21
Anos 2000	2	14
30 dias	1	7
SI	1	7
Elaboração do documento		
Dirigentes	6	43
Equipe técnica	7	50
Crianças e adolescentes	0	0
Funcionários	1	7

Os dados indicam que 50% das instituições possuem um regimento interno (PPP), dentre estes, seis são ONGs. A maioria das instituições municipais não possui o PPP. Em relação ao tempo de vigência do PPP, verificou-se que varia de 25 a 15 anos. Nos casos levantados, a elaboração do documento ficou a cargo dos técnicos e dirigentes, com pouca ou nenhuma participação dos educadores e acolhidos na construção das diretrizes que norteiam o regimento interno. Os dirigentes e a equipe técnica estão em quase todos os casos como elaboração conjunta.

Entre as sete instituições que alegam não possuir o PPP, seis delas sinalizam que o documento está em fase de preparação. Entre elas, quatro instituições estão em funcionamento há pelo menos 20 anos. Proporcionar um atendimento de qualidade está

em conformidade com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), documento que norteia as práticas dos serviços de acolhimento no país. Ainda de acordo com o documento, o PPP deve orientar o funcionamento interno e externo do espaço de acolhimento, desde a rotina, relações e práticas, bem como o relacionamento com os familiares e a rede de serviços. Destaca-se, também, que a construção do documento deve ser realizada coletivamente, garantindo a participação de todos os envolvidos pelo funcionamento do serviço, bem como das crianças e adolescentes acolhidos. Ao que parece o PPP não tem sido uma prática adotada por alguns (50%) serviços de acolhimento da RMB, tendo em vista que 29% das unidades estão funcionando há mais de 20 anos sem um documento que regulamenta suas práticas cotidianas.

Entre as atividades previstas no PPP deve constar as que envolve atividades desenvolvidas regularmente no espaço da instituição e fora dela, garantindo desta forma a convivência comunitária. A Tabela 16 indica as atividades desenvolvidas dentro e fora das instituições.

Tabela 16.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as atividades internas e externas desenvolvidas regularmente (N=14).

Atividades desenvolvidas regularmente	Dentro da instituição		Fora da instituição	
	f	%	f	%
Esportivas	11	79	10	71
Culturais	12	86	12	86
Lazer	13	93	14	100
Religiosas	11	79	11	79
Educacionais	12	86	10	71
Outras	2	14	0	0

A Tabela 15 indica que há inúmeras atividades desenvolvidas pelas instituições, e que elas ocorrem regularmente tanto dentro como fora do espaço de acolhimento de acordo com os gestores. No caso das duas instituições que alegaram não fazer uso internamente de atividades educacionais são os que acolhem de 0 a 6 anos. Na categoria Outros, encontram-se atividades que envolve sócio educação, artesanato, culinária, profissionalizante.

Os serviços de acolhimento devem atuar a partir do princípio da incompletude institucional, conforme proposto nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009). Para tanto devem proporcionar uma articulação intersetorial com diferentes órgãos da rede de serviços, garantindo desta forma a convivência comunitária.

Ainda sobre as atividades que norteiam e organizam a rotina institucional o prontuário aparece como um instrumento importante para reunir informações sobre os acolhidos. A Tabela 17 ilustra os dados quanto a existência de prontuários individuais e grupais e quem são os responsáveis pela sua organização.

Tabela 17.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto a rotina de construção e organização do prontuário (N=14).

Informações quanto ao prontuário	f	%
Prontuário Individual		
Organiza	14	100
Não Organiza	0	0
Prontuário único para Grupo de irmãos		
Organiza	4	29
Não Organiza	10	71
Responsável pela organização do prontuário		
Assistente Social	10	71
Psicólogo	8	57
Pedagogo	9	64
Coordenador da instituição	5	36
Médico e/ou equipe de enfermagem	2	14
Educadores	1	7
Outros (administrativo)	1	7

A Tabela 17 indica que todas as instituições organizam prontuário individual para os acolhidos, sendo que quatro indicam que reúnem em um único prontuário os grupos de irmãos. Quanto aos responsáveis pela organização e preparação dos prontuários, a equipe técnica (assistente social, psicólogo e pedagogo) se destaca.

Entre as seis instituições que alegaram que o psicólogo não é responsável pela construção do prontuário, quatro delas não tinham este profissional na sua equipe de funcionários. Em contrapartida, entre as cinco instituições que informaram não ser o pedagogo o responsável pela construção dos prontuários das crianças e adolescentes, todas elas tinham o profissional em seu quadro de funcionários.

Ainda sobre a preparação dos prontuários investigou-se entre as instituições de acolhimento quais as principais informações disponibilizadas no documento, conforme ilustra a Tabela 18.

Tabela 18.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as informações disponíveis no prontuário (N=14).

Informações sempre disponíveis no prontuário	f	%
Nome Completo	14	100
Idade	14	100
Sexo	14	100
Raça/Cor	6	43
Foto	10	71
Data de entrada	14	100
Data de desligamento	13	93
Escolaridade	13	93
Situação jurídica	13	93
Motivo	14	100
Quem encaminhou	14	100
Endereço	14	100
Informações sobre Visita	11	79
Uso de drogas na família	12	86
Informações sobre irmãos acolhidos em outras instituições	10	71
Acolhimentos anteriores	10	71
Renda dos pais	9	64
Estado civil, composição e organização familiar	10	71
Experiências de programas de apadrinhamento	1	7
Acompanhamento psicológico e social da família	9	64
Acompanhamento psicológico e social da criança\adolescente	14	100
Vacinas recebidas no período	10	71
Indicadores de crescimento físico	0	0
Doenças físicas ou mentais e tratamento oferecido	12	86

Entre as informações que sempre estão disponíveis nos prontuários, os dados do perfil e processo do acolhimento, bem como as informações sobre o acompanhamento psicossocial da criança e/ ou adolescente se destacam.

Conforme proposto nas Orientações Técnicas (Brasil, 2009) fica a cargo da equipe técnica a construção de prontuários individuais dos acolhidos, contendo informações sobre a história de vida dos mesmos, com destaque para o perfil sócio familiar e do acolhido, o processo de acolhimento, saúde, além de demandas cotidianas, bem como as ações com vistas ao processo de reintegração familiar. Um histórico detalhado sobre a vida do acolhido deve ser ponto principal na construção e atualização do prontuário.

Dados sobre indicadores de crescimento, cor e experiências em programas de apadrinhamentos são pouco ou nunca registrados pelas instituições nos prontuários.

Quanto mais informações se conseguir coletar e concentrar em um único documento, mais fácil tende a ser as ações da equipe técnica, tanto para o processo de reintegração familiar, como para possíveis indicações de inserção em família substitutas, assim como informações que possam ser solicitadas pelos órgãos envolvidos no processo. Esta garantia de acesso as diferentes informações sobre os acolhidos, ganha destaque maior especialmente quando a criança ou o adolescente passa longos períodos na instituição.

Sobre a categoria Relação com a família dos acolhidos, destacam-se questões sobre as crianças e adolescentes sem referência familiar, as visitas familiares (periodicidade, registro e procedimentos gerais da visitação), e as medidas adotadas pelas instituições para a preservação e fortalecimento dos vínculos sócio afetivos.

De acordo com os gestores que preencheram o questionário, no ano de 2012 foram acolhidos 465 crianças e adolescentes nas instituições da RMB, tendo um fluxo maior na capital Belém (346 acolhidos) seguido pelo município de Ananindeua (90 acolhidos). Diante desta informação investigou-se quantos destes acolhidos tinham referência familiar e recebiam visitas. A Tabela 19 indica os acolhidos no ano de 2012 e os que não possuíam referência familiar, bem como quantas foram as crianças e adolescentes que recebiam visitas dos familiares, amigos e comunidade.

Tabela 19.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos nas instituições da RMB no ano de 2012 quanto a referência familiar e recebimento de visitas (N=465).

	f	%
Referência familiar		
Sem referência	111	24
Com referência	354	76
Visitas regulares		
Recebem visitas	246	53
Não recebem visitas	219	47

Entre os acolhidos no período de 2012 nos cinco municípios da RMB, que fizeram parte da pesquisa, os gestores indicaram um total de 465, destes 24% não possuem referência familiar e 53% recebem visitas regulares dos familiares. Estes dados estão em consonância com resultados nacionais que identificam que as crianças e adolescentes acolhidos possuem referência e vínculos com a família (Iannelli et al., 2015). Em contrapartida, os dados deste estudo sobre visitação não refletem resultados encontrados em levantamentos nacionais, visto que pela pesquisa realizada pelo

Ministério Público (Brasil, 2013) 75% das unidades tinham acolhidos que não recebiam visitas a mais de dois meses. Identificar a frequência, acompanhamento, duração e qualidade dos momentos de visita deve ser uma prática a ser adotada pelas instituições, o que será abordado de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

Ainda sobre os dados das visitas que os acolhidos recebem, alguns procedimentos para o desenvolvimento desta atividade devem ser tomados pelas instituições. Para tanto, investigou-se entre as instituições quais os procedimentos adotados em relação à visita, conforme ilustra a Tabela 20.

Tabela 20.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto aos procedimentos adotados em relação a visita (N=14).

Procedimentos quanto a visita	f	%
Autorização judicial para visita		
Solicita	1	7
Não Solicita	13	93
Registro da visita		
Registra	14	100
Não registra	0	0
Local de registro da visita		
Ocorrência	5	36
Ocorrência e Prontuário Individual	3	21
SI	6	43
Regularidade da visita		
Não define	8	57
Define	6	43

Observa-se na Tabela 20 que grande parte das instituições (13) informou não solicitar autorização judicial para o acolhido receber visita. Quanto ao registro da visita, todas as instituições sinalizam que fazem este controle, e as anotações são feitas nos chamados livros de ocorrência. A ocorrência é um documento encontrado em todas as instituições em que os técnicos e educadores registram a rotina da criança e do adolescente e os principais acontecimentos que ocorreram no dia. Vale destacar que seis instituições não indicaram o local em que são registrados os dados das visitas feitas aos acolhidos. Identificou-se, também, que em oito instituições a regularidade da visita não é definida. Tanto as instituições que dizem definir quanto as que não definem a regularidade da visita, informam que o critério para estas demandas é a partir da

particularidade dos acolhidos e da família (diariamente e mensalmente). A visita em dias e horários pré-estabelecidos foi um dado encontrado por Iannelli et al. (2015), sendo uma realidade também relatada pelos gestores de 43% das instituições da RMB.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) a visita é uma das formas para se garantir a preservação e fortalecimento dos vínculos dos acolhidos com seus familiares. Há, portanto, outras práticas que podem ser adotadas pelas instituições que são igualmente importantes para que os vínculos familiares se fortaleçam. A Tabela 21 ilustra entre as instituições quais são as medidas adotadas para a preservação dos vínculos familiares.

Tabela 21.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as medidas adotadas com vistas a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares (N=14).

Medidas adotadas para preservação/fortalecimento dos vínculos familiares	f	%
Atendimento psicológico	10	71
Acompanhamento social	14	100
Apoio financeiro		
Auxílio transporte	4	29
Apoio material	8	57
Encaminhamento grupos de ajuda	10	71
Encaminhamento programas de profissionalização	10	71
Inserção em programas e serviços de auxílio e proteção a família	9	64
Reuniões de grupo e discussão (apoio)	5	36
Visita domiciliar (equipe técnica)	14	100
Visitação em dias e horários que não foram pré-estabelecidos	8	57
Permite visita do acolhido a família (convivência familiar)	13	93
Passeios dos acolhidos com os familiares	6	43
Prioriza a manutenção e/ou reconstituição de grupo de irmãos	12	86
Incentiva contatos telefônicos	12	86
Programas de apadrinhamento da família	4	29

Entre as principais medidas adotadas por todas as instituições está o acompanhamento social das famílias e visita domiciliar. Há instituições que sinalizam permitir a visita do acolhido a família, manutenção do grupo de irmãos e incentiva contatos telefônicos. Entre as instituições que afirmam não desenvolver atendimento psicológico, em quatro delas o psicólogo não estava presente no quadro de funcionários.

É fato que em normativas legais como o ECA, o PNCFC (Brasil, 2006), as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) e a Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) a família e o processo de reintegração familiar ganha destaque primário. Neste sentido, todas as ações para garantir a qualidade das relações nesta família, e todos os elementos que a compõem devem ser minuciosamente pela equipe, identificando suas potencialidades e dificuldades, e o que envolve o seu entorno.

A categoria Desligamento, compreende questões sobre o número de desligamentos em 2012, a decisão em favor do desligamento, preparação da criança para o desligamento, os procedimentos de preparação da família para o processo de desligamento/reintegração, o período pós-desligamento (família de origem, família substituta, reingresso) e o apoio aos egressos e acompanhamento no pós-desligamento.

A partir das informações disponibilizadas pelos gestores, das 465 crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012, foram desligados no mesmo ano 264 (56,77%). Sobre informações do processo de desligamento investigou-se dados sobre os procedimentos adotados pelas instituições para a execução do mesmo. A Tabela 22 indica os responsáveis e as medidas adotadas na preparação para o desligamento.

Tabela 22.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as medidas adotadas em relação ao desligamento (N=14).

Medidas adotadas em relação ao desligamento	f	%
Decisão pelo desligamento		
Juizado	9	64
Juizado e Equipe técnica	2	14
Juizado, Equipe técnica, Defensoria e MP	3	21
Procedimentos de desligamento		
Burocráticos (Audiências concentradas, Emissão da Guia)	12	86
Festa de despedida	2	14
Medidas adotadas na preparação da criança para o desligamento		
Visita domiciliar	14	100
Aproximação gradativa	14	100
Entrevista com os familiares	14	100
Acordo com a família em audiência	1	7
Preparação do acolhido (autonomia)	1	7
SI	1	7

Constatou-se que, em geral a maioria dos gestores deu destaque ao poder judiciário enquanto órgão responsável pela decisão de desligar ou não a criança e adolescente acolhido. Entretanto, vale ressaltar que cinco gestores indicam que esta decisão é tomada conjuntamente entre a equipe do judiciário e da instituição. Nota-se ainda, que em geral são adotados procedimentos burocráticos quanto ao desligamento, a partir de procedimentos gerais, como as audiências concentradas e guia de acolhimento, expedida pelo juiz, bem como visita domiciliar, aproximação gradativa e contato com os familiares. Nesta direção, percebeu-se ser insuficiente a atenção às atividades de preparação mais direcionadas ao acolhido ou sua família. A preparação psicossocial, tanto do acolhido como de sua família, deve ser uma prática que compõe os procedimentos que compreende o desligamento, pois desta forma possibilita maior probabilidade de se alcançar sucesso no processo de reintegração familiar.

O desligamento gradativo deve ser uma prática que as instituições devem garantir, conforme proposto pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009). De acordo com o documento, deve-se garantir atenção às crianças e adolescentes dos serviços de acolhimento, tanto os que saem quanto os que ficam, bem como aos familiares e profissionais. Preparar a todos os envolvidos, oportunizando um processo de despedida que acolha demandas emocionais, mas também proporcionar rituais de despedidas e momentos de escuta, devem ser práticas adotadas pelas instituições de acolhimento. Nesta direção, o processo de desligamento não deve e não pode atender apenas os familiares, mas todos que fazem parte da rotina da criança ou do adolescente acolhido.

O desligamento deve ser visto como um processo contínuo, que deve acontecer ao longo do acolhimento e se estender após a saída do serviço. As Orientações Técnicas (Brasil, 2009) propõem que especialmente com os adolescentes, a inserção em programas de geração de renda, preparação e inserção para o mercado de trabalho devem ser ações contempladas no processo de desligamento. Estudos apontam que jovens que têm história de acolhimento e maus tratos na infância apresentam maior propensão a apresentar dificuldades no que diz respeito a educação, geração de renda e saúde mental (Aznar & Boada, 2009; Bender, Yang, Ferguson & Thompson, 2015). Portanto, garantir ações que auxiliem os jovens enquanto estão acolhidos, pode ser um fator que venha a eliminar ou diminuir dificuldades que estes possam encontrar ao sair do serviço de acolhimento.

Ainda como ação direcionada ao processo de desligamento, o acompanhamento e apoio aos egressos precisa ser uma prática identificada dentro da rotina institucional.

Para tanto, investigou-se quantas instituições desenvolvem ações de apoio aos egressos e quais são as atividades realizadas, conforme destaca a Tabela 23.

Tabela 23.

Frequência de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB quanto as ações realizadas de apoio aos egressos (N=14).

Ações de apoio aos Egressos	f	%
Atendimento Psicológico	4	29
Apoio financeiro	0	0
Assistência jurídica	1	7
Visitas domiciliares	8	57
Acompanhamento social	8	57
Apoio material	2	14
Qualificação profissional	2	14
Outros	4	29

Em se tratando de ações de apoio aos egressos averiguou-se que as instituições adotam com pouca frequência práticas desta natureza, especialmente em relação ao acompanhamento à criança ou ao adolescente. Em geral, as ações são amplas, a exemplo das visitas domiciliares e procedimento de acompanhamento social. Contudo, verificou-se a necessidade de ações especificamente dirigidas, que forneçam subsídios para as crianças e adolescentes viverem com qualidade após o acolhimento. Para tanto, fornecer um suporte psicossocial para familiares e seus filhos pode ser uma alternativa importante, bem como dar condições para sua independência e autonomia, com encaminhamentos destes a programas de geração de renda e profissionalização. O período inicial do pós-desligamento é apontado pela literatura como um importante momento para o processo de reintegração familiar (Courtney, 1995; Siqueira, Massignan, & Dell’Aglia, 2011). Para Courtney (1995) a taxa de reincidência tende a ser maior nos primeiros meses da volta da criança ou adolescente ao convívio familiar, daí a necessidade e relevância de ser desenvolvido um programa de acompanhamento as famílias durante este período, que pode por assim dizer, ser chamado de crítico.

Diante do exposto, tem-se um conjunto de características dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB. Encontram-se práticas institucionais que se configuram tanto como fatores de risco como de proteção para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem nestes espaços. Enquanto fatores de risco, identificou-se o acolhimento segregado por sexo, idade e condição de saúde, assim como práticas que pouco valorizam o atendimento aos egressos, sobre as

contas e gestão financeira do serviço, o engajamento com voluntários e a construção do PPP, entre outros dados apresentados neste capítulo. Em contrapartida são vistas condições que caminham em direção e estão pautadas nas normativas que regem os serviços, e que, portanto, podem ser consideradas como fatores de proteção ao desenvolvimento dos acolhidos. Dentre estes, pode-se citar o envolvimento com a rede de serviços e do sistema de garantia de direitos, a localização em áreas urbanas e residenciais, a não utilização de placas de identificação dos espaços, o acolhimento de grupos de irmãos, a oferta e possibilidade de objetos pessoais e de locais próprios para guardar os pertences dos acolhidos. Além da promoção de práticas que possibilitam o engajamento dos adolescentes em atividades da rotina, proporcionando o empoderamento juvenil.

Diante do conjunto de fatores apontados, tanto de risco como de proteção, é possível perceber no cotidiano das instituições da RMB a necessidade de mudanças, com vistas ao reordenamento da rede. Vale ressaltar, que o processo de reordenamento está ocorrendo gradativamente na região investigada, tendo em vista as mudanças ocorridas nos serviços, durante o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente nas instituições municipais da capital Belém. Para Rossetti-Ferreira et al. (2012) mudanças nesta direção devem ser efetivadas utilizando como parâmetros os marcos políticos legais que regem os serviços de acolhimento, tendo em vista que tais modificações produzem e resultam novas práticas sociais e contribuem para se desfazer a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.

Capítulo 4

Crianças e Adolescentes Acolhidos em Instituições da RMB: Perfil Sociodemográfico, Família e Processo Institucional

Conhecer características da pessoa, do processo, do contexto e do tempo são elementos-chave para uma concepção ecológica do desenvolvimento, conforme propõem Bronfenbrenner (1996, 2011) e Bronfenbrenner e Morris (1998). Este capítulo traz importantes dados sobre as características da pessoa e do processo, com destaque para quem são estas crianças e adolescentes que viveram ou vivem nas unidades da RMB, em que condições e contextos eles estão inseridos antes, durante e após o acolhimento. Vale ressaltar que, as análises apresentadas neste capítulo, não visam comparar os dados referentes a crianças e adolescentes em acolhimento institucional, mas identificar características que descrevem cada uma das populações investigadas a partir da fase desenvolvimental que se encontram.

Esta seção de resultados envolverá a descrição dos dados referentes ao perfil das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012 nas instituições da RMB. Os resultados aqui apresentados correspondem às análises de 426 prontuários, sendo 201 de caracterização das crianças e 225 de adolescentes em 13 unidades de acolhimento localizadas em cinco municípios da RMB.

Os dados serão descritos em quatro grandes eixos com destaque para o perfil sociodemográfico dos acolhidos, condições de moradia, caracterização dos familiares e aspectos do processo de acolhimento das crianças e adolescentes.

Perfil das crianças e adolescentes acolhidos em instituições da RMB no ano de 2012.

Este item dá ênfase para o perfil das crianças e adolescentes acolhidos, com destaque para os seus dados pessoais, tais como, como sexo, idade, escolaridade, naturalidade e registro civil.

Entre os 201 prontuários de crianças identificou-se que a média de idade foi de 68,91 meses (DP = 47,009), o que corresponde a cinco anos. Em relação à população de adolescentes (N=225), a média de idade foi 15,13 anos (DP = 1,830). A Tabela 24 indica dados gerais do perfil dos acolhidos.

Tabela 24.

Perfil sociodemográfico das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012 em instituições da RMB.

Variáveis	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Sexo				
Feminino	90	44,8	132	58,7
Masculino	111	55,2	93	41,3
Faixa Etária				
De 0 a 3 anos	83	41,3		
De 4 a 7 anos	48	23,9		
De 8 a 11 anos	70	34,8		
De 12 a 14 anos			77	34,2
De 15 a 17 anos			88	39,1
De 18 a 19 anos			57	25,3
SI			3	1,3
Escolaridade				
Não estuda	12	6,0	76	33,8
Fora da Idade Escolar	89	44,3		
Educação Infantil	22	10,9		
Ensino Fundamental	72	35,8	127	56,4
Ensino Médio			9	4,0
SI	6	3,0	13	5,8
Naturalidade				
Paraense	185	92,0	185	82,2
Maranhense	3	1,5	6	2,7
Mato Grossense	2	1,0	0	0,0
Estrangeiro	1	0,5	5	2,2
Goianiense	0	0,0	2	0,9
Amapaense	1	0,5	1	0,4
Paulistano	1	0,5	0	0,0
Pernambucano	0	0,0	1	0,4
Tocantinense	0	0,0	1	0,4
Cearense	0	0,0	1	0,4
Paranaense	0	0,0	1	0,4
SI	8	4,0	22	9,8
Nome do Pai no Registro Civil				
Não possui	86	42,8	63	28,0
Possui	98	48,8	134	59,6
SI	17	8,5	28	12,4

A Tabela 24 destaca um conjunto de características sobre o perfil geral dos acolhidos. Em relação ao sexo, notou-se que na população de crianças, os meninos estão em maior número (55,2%). Entre os adolescentes, este resultado se inverte, tendo em vista que o percentual de meninas se destaca (58,7%). No que concerne à idade, os resultados da Tabela 24 indicam uma frequência maior (41,3%), na amostra de crianças, da faixa etária de 0 a 3 anos. Os adolescentes de 15 a 17 anos são em maior número (39,1%).

Os resultados, encontrados neste estudo, acompanham dados de pesquisas nacionais (Brasil, 2013; Calcing & Benetti, 2014; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Constantino, Assis, & Mesquita, 2013) e internacionais (Zayed & Harker, 2015) que mostram uma frequência maior de meninos acolhidos. Já a proporção maior de adolescentes do sexo feminino está em consonância com estudos anteriores de Abaid e Dell’Aglío (2014) no Sul do país, e no Sudeste brasileiro por Gontijo, Buiati, Santos e Ferreira (2012) que indicaram uma semelhança na distribuição de meninas e meninos. Quanto a faixa etária das crianças, nota-se que os dados deste estudo não acompanharam as estatísticas nacionais e internacionais. Em estudo com população brasileira, desenvolvido por Constantino et al. (2013) há predominância de crianças na faixa etária de 7 a 11 anos, e entre os adolescentes com até 15 anos de idade. No estudo desenvolvido em serviços de acolhimento da Inglaterra, crianças com até 3 anos de idade estão entre as menos encontradas quando comparada com a faixa etária de 10 a 15 anos. Em contrapartida, o resultado encontrado no presente estudo está em consonância com a pesquisa desenvolvida por Cavalcante et al. (2014) em uma instituição da RMB para crianças de zero a seis anos de idade.

Ao que parece, os meninos na primeira infância e as meninas na segunda metade do período da adolescência estariam entre os mais vulneráveis na amostra investigada. A literatura mostra que quando as crianças são expostas precocemente a situações de privação de cuidado e afeto e/ou encaminhadas a instituições de acolhimento, podem apresentar consequências negativas ao seu desenvolvimento, tais como déficits cognitivos (Beckett et al., 2006; O’Connor et al., 2000), problemas de ordem emocional e afetivo (Cavalcante & Magalhães, 2012; Golin & Benetti, 2013; Pollak et al., 2010; Tucker & Mackenzie, 2012), entre outros.

Em 2012, a Rede Latino-Americana de Acolhimento Familiar (RELAF), em parceria com o UNICEF e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), lançaram uma campanha pelo fim da institucionalização de crianças menores de 3 anos

de idade na América Latina e no Caribe. A campanha parte da noção de que crianças nesta faixa etária são extremamente dependentes de atenção e cuidado individualizado. É ampla a discussão na literatura da importância e relevância dos cuidados primários para o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida. De acordo com Keller (2007), os cuidados primários têm a função de assegurar a sobrevivência e minimizar o desconforto do bebê. Esta fase primária de necessidade de cuidado e atenção é, portanto, primordial para a adaptação do indivíduo no seu ambiente social. Para Bowlby (2006, 2002), quando a separação da criança de sua família ocorre nos primeiros anos de vida os vínculos e laços afetivos ficam comprometidos, o que pode trazer implicações quanto a sua saúde mental, o desenvolvimento da personalidade e nas relações estabelecidas com os outros. Bronfenbrenner (1996) pontua que quando a quebra dos vínculos afetivos ocorre na segunda metade do primeiro ano de vida os problemas ao desenvolvimento da criança podem ser mais preocupantes, pois é neste período que as relações de apego com figuras de referências se intensificam.

Nesta direção, o percentual de 41,4% das crianças acolhidas nas instituições da RMB traduz uma preocupação já apontada pela literatura, e indica um retrocesso ao processo do desenvolvimento infantil. Campanhas pelo fim da institucionalização de crianças menores de três anos e as argumentações dos estudiosos na área não conseguiram alcançar as ações adotadas pelo sistema de garantia de direitos no Norte do país, mais especificamente na RMB.

A partir dos resultados encontrados na literatura, tanto nacional como internacional, deve-se identificar em que medida as instituições da RMB que acolhem crianças na faixa etária de zero a três anos tem garantido condições menos adversas a esta população. Entre as alternativas que se pode identificar para garantir condições mais individualizadas que atendem as demandas desta população tem-se o acolhimento familiar, onde são atendidos no máximo uma criança ou adolescente. Contudo, esta é uma modalidade de acolhimento que não foi encontrada no contexto investigado, bem como no estado do Pará.

No que concerne à escolaridade, a maioria das crianças (44,3%) se encontra fora da faixa etária escolar, o que corresponde aos participantes que se encontram nos três primeiros anos de vida. Este resultado acompanha estatísticas nacionais, como do Censo de 2010 (IBGE, 2010) que indicam 47% da população paraense, de zero a três anos, nunca haviam frequentado creche ou escola. Resultados semelhantes foram encontrados por Constantino et al. (2013), sinalizando que a integração entre os serviços de

acolhimento e as escolas é menor na região Norte. Nesta faixa de idade as crianças poderiam estar na creche ou pré-escola, porém esta parece não ser uma prática adotada nas instituições da RMB. Entre as crianças em idade escolar, o ensino fundamental se destaca (35,8%).

Em relação à escolaridade dos adolescentes, destaca-se o ensino fundamental com 56,4%. Contudo, nota-se que 33,8% dos adolescentes não frequentavam a escola antes e/ou durante o período do acolhimento. Entre os principais motivos identificados para a evasão escolar, tem-se o uso de drogas, ausência de apoio familiar, bem como a falta de interesse da própria criança e adolescente e as constantes mudanças de domicílios.

A baixa escolaridade, e conseqüentemente, o baixo desempenho escolar das crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento também foram resultados encontrados nos estudos de Aznar e Boada (2011), Abaid et al. (2010), Gontijo et al. (2012), Santos e Boucinha (2011) e Siqueira e Dell'Aglio (2010). Para Aznar e Boada (2009) a vulnerabilidade social é vista como um fator de risco para os jovens que viveram ou vivem em instituições de acolhimento, especialmente quando se fala de acesso e continuidade na vida escolar. Ainda de acordo com estes autores, a baixa escolaridade e/ou dificuldade de manter a vida acadêmica pode estar relacionada a falta de incentivo e apoio pelos pares, familiares e cuidadores de referência.

Quanto à naturalidade, os dados indicam que a grande maioria das crianças (92%) e dos adolescentes (82,2%) são paraenses. Tanto entre o grupo de crianças quanto entre os adolescentes a categoria paraense foi superior em relação às outras origens. No que concerne ao registro civil, as crianças que não possuem a paternidade reconhecida no registro civil, alcançou o percentual de 42,8%. O que indica um grande número de crianças que não estão tendo este direito garantido. Hoje tem-se um conjunto de campanhas e políticas de incentivo ao reconhecimento da paternidade, proporcionando que esta possa ser feita ainda na maternidade, contudo, parece que estas ações ainda não conseguiram alcançar um número considerado. É possível supor, ainda, que estas campanhas não têm conseguido alcançar especialmente as famílias que são o público principal das unidades de acolhimento.

Em contrapartida, entre os adolescentes observa-se uma proporção maior dos que possuem o nome do pai no registro (59,6%). Estes dados estão em consonância com os achados por Constantino et al. (2013) em que identificaram o nome do pai na certidão de nascimento em 61,1% das crianças e adolescentes, destacam ainda que as

regiões Norte e Nordeste são as que possuem o maior número de dados faltosos ou incoerentes, em relação a este dado.

Observou-se que, com exceção do sexo, todas as demais variáveis apresentam a categoria SI, o que corresponde a falta de informação. Há casos, como na variável nome do pai no registro civil no grupo de adolescentes, que o percentual de SI ultrapassa os 10%. Cabe, portanto, pensar que informações primordiais são negligenciadas nos prontuários das instituições da RMB, ou talvez, não estejam concentradas em uma única ferramenta, que, neste caso, é o prontuário. De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) a equipe técnica deve registrar em prontuário individual sistematicamente as informações das crianças e adolescentes a partir de um acompanhamento semanal, com um histórico do processo de cada um, desde dados pessoais do acolhido como da sua família, até da rotina de atendimentos. Contudo, verificou-se que há prontuários que não contêm informações básicas, relevantes para o andamento do caso. A organização dos documentos dos acolhidos foi apontado no estudo de Salina-Brandão e Williams (2009) como um indicador de qualidade nos espaços de acolhimento. No capítulo anterior, os gestores identificaram que aspectos como idade, escolaridade, dados dos familiares, entre outras, são informações que em geral estão disponíveis nos prontuários. Entretanto, nota-se que alguns destes dados são negligenciados pela equipe técnica, que são os responsáveis pela construção, organização e atualização do prontuário. Verificou-se, portanto, um distanciamento entre o que os gestores falam (teoria) que fazem e o que é realmente feito (prática) quanto a organização dos prontuários das crianças e adolescentes acolhidos.

Esta realidade de falta de informações, especialmente em pesquisas com fonte documental, não é uma realidade somente da presente pesquisa. Cavalcante (2008), em pesquisa realizada no Norte e Serrano (2008) no Sudeste do Brasil, também encontraram dados faltosos nos prontuários de crianças acolhidas investigadas a partir de fonte documental. Organizar as informações de cada caso, precisa ser uma prática constante dentro dos serviços de acolhimento, tanto para favorecer um atendimento de qualidade, quanto para facilitar o acompanhamento e andamento do processo, seja pela própria equipe técnica quanto pelo sistema de justiça e conselho tutelar.

Condições de moradia das famílias das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.

Identificar a dinâmica do ambiente, suas características e estrutura são importantes para a compreensão do contexto de desenvolvimento das pessoas que deles fazem parte. Para Bronfenbrenner (2011), o ambiente ecológico deve ser concebido a partir de suas características físicas, sociais e simbólicas. Ainda de acordo com o autor, as características ambientais podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento de relações recíprocas e duradoras.

Nesta direção, Cavalcante (2008) destaca a relação entre condições ambientais e a qualidade do cuidado ofertado pelos pais. Para tanto, deve-se considerar os aspectos físicos e sociais quando se caracteriza os locais de moradia, além das condições socioeconômicas da família. Portanto, caracterizar as condições de moradia das famílias pode ser uma importante ferramenta para compreender práticas instauradas no cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos. Assim, este estudo levantou aspectos relacionados às condições de moradia das crianças e adolescentes que estiveram acolhidos no ano de 2012 nas instituições da RMB. A Tabela 25 destaca dados sobre a situação do imóvel, tipo de construção, existência de energia, água e saneamento básico das moradias das famílias.

Tabela 25.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação às condições de moradia.

Condições de moradia		Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
		F	%	f	%
Situação do imóvel	Próprio	60	29,9	75	33,3
	Alugado	35	17,4	29	12,9
	Cedido	8	4,0	14	6,2
	Situação de Rua	3	1,4	5	2,2
	Ocupação	2	1,0	0	0,0
	SI	93	46,3	102	45,3
Tipo de construção	Alvenaria	52	25,9	69	30,7
	Madeira	49	24,4	36	16,0
	Situação de Rua	3	1,4	5	2,2
	Mista	7	3,5	7	3,1
	Taipa	0	0,0	1	0,4
	SI	90	44,8	107	47,6
Energia elétrica	Olhão	50	24,9	46	20,4
	Gato	4	2,0	3	1,3

	Motor	1	0,5	0	0,0
	Situação de Rua	3	1,4	5	2,2
	SI	143	71,2	171	76,0
Água encanada	Não Possui	1	0,5	0	0,0
	Cosanpa*	36	17,9	39	17,3
	Poço	17	8,5	7	3,1
	Rio	1	0,5	1	0,4
	Situação de Rua	3	1,5	5	2,2
	Clandestina/Cedida	1	0,5	2	0,9
	Poço e Cosanpa*	3	1,4	0	0,0
	SI	139	69,2	171	76,0
Saneamento	Não possui	2	1,0	0	0,0
	Fossa Séptica	18	9,0	0	0,0
	Céu Aberto	4	2,0	0	0,0
	Fossa Negra	1	0,5	2	0,9
	Situação de Rua	3	1,4	5	2,2
	Fossa Biológica	1	0,5	0	0,0
	SI	172	85,6	218	96,9
Número de cômodos	De 1 a 2	43	21,4	42	18,7
	De 3 a 4	46	22,9	28	12,5
	Mais de 5	8	4,0	12	2,2
	Situação de Rua	3	1,4	5	2,2
	SI	101	50,3	138	61,3

* Nota: Cosanpa = Companhia de Saneamento do Pará

A Tabela 25 indica que entre os prontuários com informações, tanto no grupo de crianças quanto no de adolescentes, identifica-se a moradia própria, em alvenaria, com energia elétrica e água encanada. Quanto ao número de cômodos, identificou-se que entre as crianças a moradia possuía de três a quatro e entre os adolescentes de um a dois. Este resultado acompanha dados encontrados no estudo de Cavalcante (2008), onde observou que em geral as moradias das crianças acolhidas eram precárias e insalubres.

Este cenário de pobreza e vulnerabilidade social, em condições precárias de sobrevivência, tem sido apontado por diversos estudos (Cavalcante, 2008; Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014; Serrano, 2008; Silva, 2004) como o contexto principal de crianças e adolescentes que chegam nos serviços de acolhimento de todo o Brasil. Os dados encontrados na presente pesquisa indicam uma realidade que é nacional, em que se encontram crianças e adolescentes acolhidos. Contudo, as condições precárias em que as famílias vivem não pode e nem deve ser associada a incompetência em cuidar dos filhos, conforme aponta Rizzini, Rizzini, Naiff e Batista (2007). Para Moreira

(2014) condições de pobreza, exclusão, em condições precárias de sobrevivência pode intensificar a quebra e fragilização dos vínculos emocionais entre os membros da família.

Vale ressaltar que não foram identificados nos prontuários um detalhamento das condições de moradia, observaram-se descrições gerais e subjetivas, sem distinção das reais condições quanto a estrutura física das residências. Outro dado preocupante sobre as condições de moradia é que em todas as variáveis, e especialmente quanto às condições de saneamento básico, foi comum a falta de registro no prontuário, alcançando na amostra dos adolescentes um pico de 96% dos documentos coletados sem a informação, o que sugere negligência e descaso, por parte da equipe responsável, no preenchimento do prontuário. Conhecer características do ambiente físico tem sido apontado como relevante para a qualidade do cuidado e conseqüentemente para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011; Cavalcante, 2008; Serrano, 2008).

Ainda sobre o contexto ao qual a criança e adolescente vivia antes do acolhimento, investigaram-se questões sobre o local de moradia das famílias, em particular para a zona e a região em que suas residências estavam localizadas. A Tabela 26 detalha estas informações entre o grupo de crianças e adolescentes.

Tabela 26.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação à localidade de moradia.

Localidade de moradia		Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
		f	%	f	%
Zona	Rural	20	10,0	9	4,0
	Urbana	175	87,1	198	88,0
	SI	6	3,0	18	8,0
Regiões	Metropolitana	171	85,1	179	79,6
	Tocantins	5	2,5	7	3,1
	Rio Capim	2	1,0	5	2,1
	Carajás	0	0,0	4	1,7
	Guamá	6	3,0	3	1,2
	Araguaia	1	0,5	1	0,4
	Marajó	0	0,0	1	0,4
	Rio Caetés	2	1,0	1	0,4
	Tapajós	0	0,0	1	0,4
	Lago Tucuruí	1	0,5	0	0,0
	Outros Estados	2	1,0	8	3,4
	SI	11	5,5	15	6,7

Os dados da Tabela 26 indicam que uma parcela considerável da população de crianças (87,1%) e de adolescentes (88%) vive na zona urbana, bem como 85,1% e 79,6% são oriundos da Região Metropolitana de Belém, respectivamente. De acordo com dados do IBGE de 2010, 45% da população vivem na zona urbana. Os dados encontrados no presente estudo acompanham resultados de pesquisa desenvolvida por Iannelli et al. (2015) em que apontam que as famílias dos acolhidos vivem no mesmo município ou metrópole onde as instituições estão localizadas. Nota-se, portanto, que as instituições da RMB têm atendido demandas do seu município.

No capítulo anterior identificou-se que todos os serviços de acolhimento da RMB estão localizados na zona urbana o que pode favorecer e contribuir para o processo de reintegração familiar, tendo em vista que de acordo com as Orientações técnicas (Brasil, 2009) as crianças e adolescentes devem ser acolhidos sem distanciar-se geograficamente do seu contexto. Entretanto, assim como no estudo de Iannelli et al. (2015), verificou-se um percentual considerado de crianças (9,4%) e adolescentes (13,7%) que estão acolhidos em municípios diferentes dos que residem os seus pais e/ou familiares responsáveis. Estudos norte-americanos desenvolvidos por Becker, Jordan e Larsen (2007) e Glisson, Bailey e Post (2000) apontaram para a relação entre a localização geográfica das residências das crianças e o tempo de acolhimento, bem como a possibilidade de ser desligado da instituição. Indicando maior probabilidade das crianças oriundas da zona urbana sair da instituição quando comparada aos de municípios rurais. A distância geográfica entre a residência das famílias e o local em que a criança está acolhida pode dificultar, por exemplo, a visita dos pais ao (s) seu (s) filho (s) e conseqüentemente o processo de reintegração familiar. Possibilitar esse acolhimento geograficamente viável, ou seja, em município mais próximo do seu local de residência, pode favorecer o não distanciamento da família e da comunidade de origem. Investigações desta natureza merecem atenção de pesquisadores nacionais, tendo em vista a relevância e importância dos resultados apresentados nos estudos norte-americanos.

Vale ressaltar ainda, que assim como nos dados do perfil geral dos acolhidos e das condições de moradia, há um percentual de falta de informações sobre a localidade de residência dos familiares das crianças e adolescentes acolhidos. Não conhecer ou não ter o registro quanto ao endereço dos familiares das crianças e adolescentes é também uma das formas de negligenciar informações básicas do processo de institucionalização.

Perfil sociofamiliar das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.

É inegável o papel que a família exerce frente a promoção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com o ECA (Lei n. 8.609, 1990) a família tem como dever, prover condições necessárias ao desenvolvimento saudável e exercício da cidadania de suas crianças e adolescentes. São inúmeros os estudos na literatura que apontam para o papel que a família exerce no processo desenvolvimental de suas crianças e adolescentes, especialmente em contextos institucionais (Abaid & Dell’Aglia, 2014; Aznar & Boada, 2009; Cavalcante & Magalhães, 2012; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010; Rosa et al., 2010; Rizzini, 2002).

Nesta direção, conhecer características das crianças e adolescentes acolhidos, investigar dados dos familiares e da rede de apoio deve ser foco de interesse essencial dos programas de acolhimento. Portanto, levantar dados dos familiares e rede de apoio familiar das crianças e adolescentes acolhidos é papel fundamental e imprescindível para o estudo diagnóstico, bem como para compor informações no Plano Individual de Atendimento (PIA). Fazer o mapeamento dos vínculos, traçar a composição familiar, contexto sócio econômico e cultural, condições de acesso a serviços, programas, entre outros, são informações que devem fazer parte do estudo diagnóstico e do PIA (Brasil, 2009), e configura-se como pontos chaves de cada caso atendido nos serviços de acolhimento. Entre a importância da construção destes documentos tem-se um atendimento de qualidade, visto que quanto mais se conhece sobre a família do acolhido, mais se tem instrumentos, informações e alternativas para reintegrá-la.

Assim, para se ter uma criteriosa avaliação dos fatores de risco e proteção aos quais as crianças e adolescentes, bem como suas famílias estão submetidos, deve ser catalogado o maior número de informações possíveis. Tomando como referência esta perspectiva, este estudo investigou aspectos gerais das famílias dos acolhidos, identificando seu perfil e condições gerais vividas.

Neste item serão apresentados os dados sociodemográficos dos principais agentes do cuidado familiar das crianças e adolescentes acolhidas nas instituições da RMB. A Tabela 27 apresenta dados do perfil dos pais das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.

Tabela 27.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao perfil das famílias.

Características	Mãe				Pai			
	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)		Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Faixa etária								
De 15 a 19 anos	13	6,5	0	0,0	3	1,5	0	0,0
De 20 a 35 anos	101	50,2	47	20,9	25	12,4	12	5,3
Mais de 36 anos	25	12,4	45	20,0	38	18,9	42	18,7
SI	62	30,8	133	59,1	135	67,2	171	76,0
Escolaridade								
Analfabeto	2	1,0	5	2,2	2	1,0	4	1,8
Ensino Fundamental	65	32,3	20	8,9	28	13,9	7	3,1
Ensino Médio	6	3,0	3	1,3	2	1,0	1	0,4
SI	128	63,7	197	87,6	169	84,1	213	94,7
Situação de Trabalho								
Não Trabalha	51	25,4	26	11,6	14	7,0	2	0,9
Trabalha	82	40,8	57	25,3	54	26,9	71	31,6
Aposentado	0	0,0	1	0,4	2	1,0	5	2,2
SI	68	33,8	141	62,7	131	65,2	147	65,3
Ocupação								
Profissionais do setor de serviço	40	19,8	35	15,6	12	6,0	12	5,3
Profissionais do setor comerciário	13	6,5	14	6,2	15	7,5	14	6,2
Profissionais da construção civil	2	1,0	0	0,0	17	8,4	20	8,9
Autônomo	18	9,0	8	3,6	11	5,5	25	11,1
Dona de casa	25	12,4	22	9,8	0	0,0	0	0,0
Outros	19	9,5	5	2,2	4	2,0	7	3,1
SI	84	41,8	141	62,6	142	70,6	147	65,4
Renda								
Menos de 1 salário	30	14,9	11	4,9	11	5,5	11	4,9
1 Salário	7	3,5	4	1,8	3	1,5	6	2,7
Mais de 1 salário	2	1,0	5	2,2	13	6,5	11	4,9
Sem renda	51	25,4	25	11,1	14	7,0	1	0,4
SI	111	55,2	180	80,0	160	79,6	196	87,1
Paradeiro								
Desconhecido	13	6,5	23	10,2	70	34,8	46	20,4
Conhecido	166	82,6	167	74,2	99	49,3	109	48,4
Falecido	10	5,0	23	10,2	12	6,0	27	12,0
Preso	7	3,5	2	0,9	3	1,5	4	1,8
SI	5	2,5	10	4,4	17	8,5	39	17,3

Os resultados da Tabela 27 mostram características gerais dos pais dos acolhidos. No grupo de crianças, as mães são mais novas que os pais: em 50,2% dos prontuários a faixa etária da mãe foi de 20 a 35 anos e em 18,9% a idade do pai foi mais de 36 anos. A maioria tanto das mães (32,3%) quanto dos pais (13,9%) estudou até o ensino fundamental e exerce algum tipo de atividade remunerada, 40,8% e 26,9%, respectivamente, de baixa qualificação e remuneração. Quanto ao paradeiro dos pais, em 82,6% dos prontuários havia informações sobre a localização das mães e entre os pais, esse percentual cai quase pela metade (49,3%).

Quanto às mães dos adolescentes, há uma concentração quase que igualitária entre as faixas etárias de 20 a 35 anos (20,9%) e acima de 36 anos (20%), entre os pais tem-se 18,7% dos casos com mais de 36 anos. Sobre a escolaridade tanto das mães quanto dos pais, notou-se um alto percentual de falta de registro nos prontuários, o que varia em mais de 87% no caso das mães e 97% entre os pais. Destaca-se, ainda, que tanto as mães (25,3%) quanto os pais (31,6%) trabalham, e assim como no grupo das crianças são profissões de baixa remuneração e qualificação. No que concerne ao paradeiro dos pais dos adolescentes, 74,2% das mães e 48,4% dos pais são conhecidos.

Observou-se que em 34,8% e 20,4% dos prontuários das crianças e adolescentes, respectivamente, o pai tem paradeiro desconhecido. Neste sentido, tem-se um grupo familiar em grande medida chefiado por mulheres. Tendência essa já apontada por Rizzini (2002) e pelo IBGE (2010) como uma das mudanças atuais na composição das famílias modernas. A falta de referência paterna também foi encontrada nos estudos de Abaid et al. (2010) e Moreira et al. (2013).

São notórias as condições de risco e vulnerabilidade em que se encontram as famílias destas crianças, em geral vivem em condições precárias e insalubres de moradia, baixa escolaridade e exercem funções de baixa qualificação e remuneração, dados estes também encontrados nos estudos de Abaid e Dell'Aglio (2014), Cavalcante (2008), Serrano (2008) e Siqueira e Dell'Aglio (2010).

Em que pese as condições adversas que as famílias se encontram, a falta de recursos materiais, sobremaneira deve ser motivo isolado para o afastamento da criança e adolescente da convivência familiar e encaminhamento em programas de acolhimento institucional, conforme prevê o art. 23 do ECA. Em situações deste tipo, o art. 101 do ECA destaca que a convivência familiar deve ser preservada e ações de inclusão em programas de oficiais e comunitários de apoio devem ser garantidos as famílias. Entre

os principais programas de transferência de renda, tem-se o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação continuada (BPC).

Neste sentido, conhecer e ter acesso aos benefícios que estas recebem também deve ser ponto de investigação da equipe técnica da instituição, tendo em vista que são recursos que podem contribuir para evitar situações extremas de pobreza e de certa forma auxilia no processo de reintegração familiar, pois possibilita um apoio financeiro a renda da família. Assim, esta pesquisa procurou investigar o recebimento de benefícios por parte das famílias das crianças e adolescentes acolhidos em 2012. A Tabela 28 ilustra dados quanto ao recebimento ou não de auxílio à renda dos familiares, bem como o tipo e valor do benefício.

Tabela 28.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao recebimento de benefício e/ou auxílio à renda das famílias.

Benefício/Auxílio à Renda dos Familiares	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Tipo				
Não Recebe	50	24,9	76	33,8
Bolsa Família	52	25,8	27	12,0
Benefício de Prestação Continuada	10	5,0	13	5,8
Bolsa Família + Benefício de Prestação Continuada	8	4,0	4	1,8
Outros	4	2,0	5	2,2
SI	77	38,3	100	44,4
Valor do benefício				
Até R\$ 200,00	20	10,0	12	5,3
De R\$ 201,00 a R\$ 450,00	5	2,5	5	2,2
De R\$ 500,00 a R\$ 750,00	7	3,5	8	3,6
Acima de R\$ 751,00	3	1,5	0	0,0
SI	116	57,7	124	55,1

Quanto ao tipo de benefício, dos 201 prontuários de crianças, 36,8% indicaram que as famílias recebiam algum tipo de benefício, destas, a maioria (25,8%) era cadastrada no Programa Bolsa Família. Entre os prontuários dos adolescentes, destaca-se que 33,8% das famílias não recebiam qualquer benefício de complementação a renda. Quanto ao valor do benefício, 10% dos prontuários das crianças indicavam que as famílias recebiam até R\$ 200,00 (duzentos reais). Tanto no grupo das crianças (57,7%) quanto dos adolescentes (55,1%) tem-se um elevado percentual de falta de informação sobre o valor do benefício que a família recebe.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) os serviços de acolhimento devem encaminhar as famílias, bem como as crianças e adolescentes acolhidos, para programas que visem o apoio sociofamiliar. Espera-se que estes possam contribuir para a promoção de condições favoráveis ao processo de reintegração familiar e de relações saudáveis e de qualidade. Ações de encaminhamento das famílias em programas de auxílio e proteção foi apontado em 31,6% das instituições pesquisadas no levantamento nacional do IPEA (Silva, 2004). No capítulo anterior, identificou-se que entre as 14 instituições que fazem parte da RMB, 64,28% destacaram que encaminhavam as famílias para a inserção em programas e serviços de auxílio e proteção a família. Contudo, chama a atenção o número de famílias que não recebem qualquer benefício ou auxílio, o que sugere, ações fragilizadas e ineficazes, ou até mesmo inexistentes dos programas de acolhimento quanto ao encaminhamento dessas famílias.

Ainda sobre as condições em que as famílias dos acolhidos se encontram, identificou-se o uso de drogas (lícitas e/ou ilícitas) tem sido apontado como uma das características destas. Com isso, o presente estudo investigou questões ligadas ao consumo de drogas por parte dos familiares. A Tabela 29 ilustra dados quanto ao uso ou não, o tipo de drogas, bem como qual o familiar usuário.

Tabela 29.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao uso de drogas por parte dos familiares.

	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Uso de drogas pelo familiar				
Não usuário	25	12,4	20	8,9
Usuário	106	52,7	90	40,0
SI	70	34,8	115	51,1
Familiar				
Mãe	51	25,4	25	11,1
Pai	29	14,4	27	12,0
Pai e Mãe	16	8,0	20	8,9
Irmãos	3	1,5	17	7,6
Família Extensa	5	2,5	2	0,8
Outros	2	0,9	2	0,9
SI	70	34,8	121	53,8

Tipo de droga				
Drogas Lícitas	29	14,4	28	12,4
Drogas Ilícitas	46	22,9	18	8,0
Drogas Lícitas e Ilícitas	31	15,4	43	19,1
SI	70	34,8	116	51,6

A Tabela 29 mostra que em relação ao uso de drogas por algum familiar, 52,7% dos prontuários que no grupo das crianças havia pelo menos um membro da família era usuário de drogas, em geral era a mãe (25,4%) que fazia uso de drogas ilícitas (22,9%).

No grupo de adolescentes, constatou-se que 40% dos prontuários indicavam que algum familiar era usuário. Em 12% dos casos, o familiar era o pai que era usuário tanto de drogas lícitas quanto ilícitas (19,1%). Estes dados estão em consonância com resultados de pesquisas como o de Fukuda, Penso e Santos (2013), que identificaram 20,3% das mães e 22,1% dos pais eram usuários de drogas. Em estudo desenvolvido por Gontijo et al. (2012) o uso de drogas lícitas (álcool) pelas mães foi apontado com maior frequência quando comparada as ilícitas. O envolvimento dos familiares com as drogas tem sido apontado, ainda, como um dos principais motivos para o acolhimento das crianças e adolescentes em estudos nacionais (Furlan & Souza, 2013; Brasil 2013). Dados sobre o motivo do acolhimento, na amostra investigada nesta pesquisa, será apresentada e discutida a posteriori.

Identifica-se que tanto no grupo das crianças quanto no dos adolescentes, a falta de informações sobre o uso de drogas por familiares ultrapassa os 34%. Identificar fatores de risco para o desenvolvimento das crianças e adolescentes é um dos pontos importantes para o estudo de caso dos acolhidos. Possuir pai e/ou mãe, ou outro membro da rede familiar que faz uso de alguma substância entorpecente é um fator de risco. Portanto, mapear e registrar estes fatores cabe a equipe técnica, o que deve fazer parte do estudo diagnóstico e PIA, conforme recomenda as Orientações técnicas (Brasil, 2009). Entre o grupo de adolescentes estes dados são ainda mais preocupantes, tendo em vista que a falta do dado ultrapassa 51% nos prontuários coletados.

Neste sentido, tem-se aqui um perfil sócio familiar negligenciado, com inúmeros dados faltosos e incoerentes. Sobre o assunto, Rossetti-Ferreira et al. (2012) e Serrano (2008) discutem a noção do fenômeno da “invisibilidade familiar”. Há, portanto, o que Rossetti-Ferreira et al. (2012) chama de um processo que se direciona para a fragilização do papel da família enquanto protagonistas nos processos. Ainda sobre o assunto, Moreira, Bedran, Carellos e Passos (2013) destacam que informações

inconsistentes e/ou ausentes sobre a história de vida pessoal e familiar das crianças e dos adolescentes acolhidos reflete na negação da singularidade da família e conseqüentemente para a invisibilidade dos agentes envolvidos (criança, adolescente e família).

Caracterização do processo de acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012.

Associado aos dados do perfil das crianças e adolescentes acolhidos e de seus familiares, dados do processo do acolhimento são variáveis importantes quando se estuda esta população. Portanto, caracterizar o processo de institucionalização é identificar em que condições o acolhimento se dá.

Neste sentido, serão analisados neste item dados do processo antes, durante e após o acolhimento das crianças e adolescentes que estiveram nas instituições da RMB no ano de 2012, associando e relacionando com variáveis do perfil sócio demográfico dos mesmos.

A Tabela 30 indica os motivos encontrados nos prontuários para o acolhimento. Vale destacar que em geral foram encontrados motivos associados para o acolhimento, ou seja, são encontrados mais de uma causa para a ida da criança e adolescente para o serviço.

Tabela 30.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao motivo do acolhimento.

Motivo do Acolhimento	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Negligência familiar	110	54,7	98	43,6
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	94	46,8	48	21,3
Pais ou responsáveis alcoólatras ou dependentes de outras drogas	32	15,9	12	5,3
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares	24	11,9	13	5,8
Violência sexual	23	11,4	41	18,2
Situação de rua	18	9,0	39	17,3
Violência física	15	7,5	43	19,1
Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas	12	6,0	3	1,3
Pai, mãe ou pais presidiários, envolvimento com tráfico	10	5,0		
Conflito familiar	5	2,5	40	17,8
Fuga do lar	4	2,0	36	16,0
Trabalho infante juvenil	1	0,5	4	1,8
Comportamento de risco	2	1,0	27	12,0
Testemunho de assassinato e/ou Violência física contra outros	1	0,5		
Violência Psicológica			4	1,8
Ameaça de Morte			20	8,9
SI			2	0,9
Outros	1	0,5	5	2,2

Os dados da Tabela 30 indicam que no grupo de crianças, os cinco principais motivos para o acolhimento é negligência (54,7%), abandono (46,8%), dependência de drogas (lícitas ou ilícitas) dos pais (15,9%), pobreza e vulnerabilidade (11,9%) e violência sexual (11,4%). Entre os adolescentes destaca-se, assim como no grupo de crianças, a negligência (43,6%) e abandono (21,3%), seguido da violência física (19,1%), violência sexual (18,7%) e conflito familiar (17,8%).

Neste sentido, tanto no grupo de crianças como de adolescentes, a negligência e o abandono, bem como a violência sexual estão entre os motivos mais citados para o acolhimento nas duas populações. Os resultados encontrados nesta pesquisa são semelhantes aos de pesquisas nacionais (Brasil, 2013), onde indicam que a negligência, dependência dos familiares, abandono, violência física e sexual estão entre os motivos mais frequentes para o acolhimento de crianças e adolescentes.

Em pesquisa desenvolvida por Gontijo et al. (2012) a negligência foi apontada como o principal motivo para o acolhimento de crianças e adolescentes em Minas Gerais. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) identificaram que a negligência foi associada como único motivo para o acolhimento de crianças e adolescentes em 60,23% dos casos investigados. Em levantamento realizado na Inglaterra, a negligência aparece em mais de 40% dos casos investigados entre os anos de 2011 a 2015. A negligência familiar tem sido, portanto, uma realidade encontrada em diferentes contextos, conforme apontam resultados de pesquisa desenvolvida por Pasian, Bazon, Pasian e Lacharité (2015).

Visando uma análise comparativa, a partir dos cinco principais motivos do acolhimento com características pessoais no grupo de crianças e adolescentes identificou-se particularidades que precisam ser investigadas e discutidas. A Tabela 31 ilustra dados sobre o motivo do acolhimento em relação ao sexo das crianças e adolescentes.

Tabela 31.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao motivo do acolhimento por sexo.

Motivo do Acolhimento	Sexo	Crianças		Adolescentes	
		f	p-valor	f	p-valor
Negligência familiar	Feminino	54	0,1762	56	0,6835
	Masculino	56		42	
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	Feminino	32	0,0041*	16	<0,0001*
	Masculino	62		32	
Pai, mãe ou pais dependentes de drogas	Feminino	18	0,1546	-	-
	Masculino	14		-	
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos familiares	Feminino	13	0,3242	-	-
	Masculino	11		-	
Violência sexual	Feminino	17	0,0028*	35	<0,0001*
	Masculino	6		6	
Violência Física	Feminino	-	-	25	0,9378
	Masculino	-		18	
Conflito Familiar	Feminino	-	-	28	0,1084
	Masculino	-		12	

Nota: Teste Binomial ($p < 0,05^*$).

Os dados indicam, através do teste binomial, que o gênero está associado estatisticamente com o motivo do acolhimento abandono e violência sexual. Para o motivo abandono tanto no grupo das crianças ($p = 0,0041$) quanto dos adolescentes ($p < 0,0001$) o sexo masculino se destaca. Em contrapartida, o sexo feminino está

associado ao motivo violência sexual no grupo das crianças ($p=0,0028$), bem como nos adolescentes ($p<0,0001$). Quanto aos outros motivos, não foram observadas diferenças estatísticas significativas.

Analizou ainda a relação entre os principais motivos do acolhimento com o fato das crianças e adolescentes possuírem a paternidade reconhecida no registro civil. A Tabela 32 aponta estes dados no grupo de crianças e adolescentes acolhidos.

Tabela 32.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao motivo do acolhimento por reconhecimento da paternidade no registro civil.

Motivo do Acolhimento	Paternidade Reconhecida	Crianças		Adolescentes	
		f	p-valor	f	p-valor
Negligência familiar	Possui	58	0,2156	51	0,0355*
	Não possui	52		34	
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	Possui	42	0,2786	26	0,0561
	Não possui	52		20	
Pai, mãe ou pais dependentes de drogas	Possui	12	0,1648	-	-
	Não possui	20		-	
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos familiares	Possui	6	0,0131*	-	-
	Não possui	18		-	
Violência sexual	Possui	18	0,0026*	31	0,0864
	Não possui	5		8	
Violência Física	Possui	-	-	29	0,8721
	Não possui	-		13	
Conflito Familiar	Possui	-	-	28	0,2679
	Não possui	-		9	

Nota: Teste Binomial ($p<0,05^*$).

A Tabela 32 indica que no grupo das crianças houve uma associação entre o motivo pobreza e/ou vulnerabilidade ($p=0,0131$) e a violência sexual ($p=0,0026$) com o a paternidade reconhecida. Ao que parece, as crianças que foram acolhidas pelo motivo de pobreza e/ou vulnerabilidade não possuem o nome do pai no registro civil, e entre os que foram para a instituição pelo motivo da violência sexual possui a paternidade reconhecida. E entre os adolescentes verifica-se uma relação entre o motivo negligência familiar e possuir o nome do pai no registro civil ($p=0,0355$). Portanto, neste grupo, os que foram acolhidos por negligência possuem o nome do pai registrado na certidão de nascimento.

Identificou-se também a relação existente entre os principais motivos do acolhimento com a faixa etária das crianças e adolescentes. A Tabela 33 ilustra a frequência de prontuários de crianças e adolescentes em relação a faixa etária.

Tabela 33.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao motivo do acolhimento por faixa etária.

Motivo do Acolhimento	Crianças (N=221)			Adolescentes (N=225)		
	≤ 6 anos (n=113)	> 6 anos (n=88)	p-valor	≤ 15 anos (n=124)	>15 anos (n=98)	p-valor
Negligência familiar	63	47	0,7406	63	34	0,0162*
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	66	28	0,0002*	25	23	0,5521
Pai, mãe ou pais dependentes de drogas	20	12	0,4348	-	-	-
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos familiares	18	6	0,0481*	-	-	-
Violência sexual	3	20	<0,0001*	20	21	0,3123
Violência Física	-	-	-	22	21	0,4901
Conflito Familiar	-	-	-	19	21	0,2398

Nota: Teste Binomial ($p < 0,05^*$).

Identificou-se que no grupo das crianças com até seis anos o motivo principal para o acolhimento foi o abandono ($p=0,0002$), a pobreza e/ou vulnerabilidade dos familiares ($p=0,0481$). Já as que possuem mais de seis anos, o motivo foi a violência sexual ($p < 0,0001$). A negligência familiar apresentou associação estatística ($p=0,0162$) para os adolescentes de até 15 anos ao comparar com os maiores de 15 anos.

A partir do exposto sobre quem são as crianças e adolescentes e os motivos que as levam para as instituições de acolhimento da RMB identificaram-se particularidades que precisam ser reconhecidas. Constatou-se que o gênero, a idade e a presença da figura paterna indicam as múltiplas faces das situações de risco encontradas na população em questão. Nos casos de abandono e violência sexual, o sexo da criança e do adolescente mostrou ser uma condição particular de risco. Para as situações de negligência, abandono, violência sexual e pobreza e vulnerabilidade a idade se apresentou como condição maior de risco. E nos registros de negligência, violência e pobreza e vulnerabilidade social a condição de possuir ou não a paternidade reconhecida se apresenta como variável de maior risco.

No que concerne ao sexo e a idade, observou-se que os dados encontrados neste estudo acompanham estatísticas nacionais apresentadas pelo mapa da violência do SINAN/SVS/MS (Waiselfisz, 2012), onde as meninas de 10 a 14 anos foram as mais

expostas a situações de violência, especialmente a sexual. Em relação aos casos de abandono, os resultados encontrados também estão em consonância com os apresentados no mapa da violência (Waiselfisz, 2012), visto que as crianças com menos de quatro anos são as principais vítimas.

A literatura mostra um conjunto de características que são relevantes quando se estuda crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, com destaque para o motivo do acolhimento (Cavalcante et al., 2007; Martins, Faraj, Santos & Siqueira, 2015), condições de saúde e desenvolvimento (Abaid et al., 2010; Cavalcante et al., 2009; Hostinar et al., 2012; Lima & Lima, 2012), relações familiares (Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012; Fukuda et al., 2013; Moreira et al., 2013; Rocha, Arpini & Savegnago, 2015) entre outros. Entre os estudos que se debruçam sobre características dos familiares das crianças e adolescentes acolhidos, verifica-se um interesse para o grupo de irmãos, demonstrando que as situações de risco e vulnerabilidade se estendem a todos os seus membros.

No capítulo anterior, sobre a caracterização das instituições da RMB, identificou-se que 86% das unidades indicaram acolher grupos de irmãos e em 71% delas o acolhimento ocorre em casos que os irmãos estão fora da faixa atendida pelo serviço. A partir deste dado, investigou-se nos prontuários as crianças e adolescentes que possuem irmãos acolhidos, na mesma ou em outras unidades, as informações estão destacadas na Tabela 34.

Tabela 34.

Frequência de crianças e adolescentes em relação à permanência de irmãos acolhidos conjuntamente.

Grupo de Irmãos	Acolhimento Conjunto				Acolhimento Separado			
	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)		Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Não possui	104	51,7	175	77,8	170	84,6	183	81,3
Possui	97	48,3	50	22,2	22	10,9	23	10,2
SI	0	0,0	0	0,0	9	4,5	19	8,4

Entre as crianças, identifica-se que 48,3% possuíam irmãos acolhidos na mesma unidade e 10,9% estavam em outras instituições. No grupo de adolescentes, vê-se que 22,2% estão acolhidos conjuntamente e 10,2% separados. Neste sentido, mesmo com uma proporção menor dos que possuem irmãos acolhidos, na mesma ou em outras

instituições, ainda sim é um número expressivo, especialmente no grupo de crianças. Vale destacar que nos casos em que o acolhimento é separado as crianças ou adolescentes, em geral, são de sexo diferentes e possuem faixas etárias muito dispare. O que confirma dados apresentados no capítulo anterior, onde identificou-se que as instituições estabelecem critérios de sexo e idade para o acolhimento de grupo de irmãos. O número expressivo de acolhimento de irmãos na mesma instituição foi um dado também encontrados por Cavalcante (2008), Ianelli et al. (2015), Siqueira e Dell’Aglío (2010) e Serrano (2011). O acolhimento de irmãos tem sido interesse de pesquisadores como Almeida, Maehara e Rossetti-Ferreira (2011), Cavalcante, Costa e Magalhães (2012), entre outros.

De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) deve-se se garantir preservar os vínculos familiares, acolhendo conjuntamente os irmãos. Ressalta ainda, que garantir este direito é oferecer a possibilidade de um atendimento de qualidade ao desenvolvimento saudável, bem como favorecer o processo de independência e identidade do indivíduo. Acolher conjuntamente os irmãos é garantir não somente o mesmo espaço físico, mas deve ser uma ação que ocorre no cotidiano institucional, a partir da promoção de atividades e interações em parceria dos irmãos com seus familiares. Neste sentido, deve-se garantir que atividades comuns da rotina sejam executadas em conjunto com os irmãos, como momentos de brincadeira, alimentação, sono, entre outros. Ações desta natureza devem ser proporcionadas e incentivadas pelas unidades e educadores que delas fazem parte. Práticas que valorizem a convivência com os irmãos no cotidiano da instituição são destacadas por Corrêa (2011) como importantes para o processo de reintegração familiar.

Ainda sobre as referências de família que as crianças e adolescentes possuem, antes e durante o acolhimento, investigou-se o tipo de família que eles viviam antes da ida para a instituição. A Tabela 35 apresenta a frequência de crianças e adolescentes em relação ao tipo de família que viviam antes do acolhimento.

Tabela 35.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao tipo de família que vivia antes do acolhimento

Tipos de Família	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Nuclear	45	22,4	27	12,0
Monoparental	61	30,3	50	22,2
Extensa	47	23,4	66	29,3
Reconstituída	28	13,9	46	20,4
Substituta	6	3,0	20	8,9
Sem convivência familiar	14	7,0	7	3,1
Outros	0	0	2	0,9
SI	0	0	7	3,1

Os dados da Tabela 35 indicam que entre as crianças 30,3% dos prontuários indicavam que ante do acolhimento viviam em família monoparental, em sua maioria com chefia feminina. Entre os prontuários de adolescentes destaca-se a família extensa (29,3%).

Resultados semelhantes foram encontrados em estudos desenvolvidos por Abaid, Dell'Aglio e Koller (2010), Gontijo et al. (2012), Fukuda et al. (2013) em que há predominância de arranjos monoparentais com chefia feminina, bem como da família extensa como os principais responsáveis pelo cuidado as crianças e adolescentes investigados. A presença de mulheres na chefia das famílias tem sido apontada pelas pesquisas (Rizzini, 2002), como uma mudança atual na configuração das famílias, bem como os diversos arranjos são identificados como aparecem como alternativas para auxiliar nos cuidados com seus filhos. Dados estatísticos do IBGE (2010) também sinalizam para a presença da mulher como a principal provedora do lar e cuidadora principal, bem como de diferentes arranjos, especialmente para a presença de famílias reconstituídas e extensa no cenário nacional.

Estudos apontam ainda para a importância de pesquisas com foco para os principais agentes do cuidado na família de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento (Costa, Cavalcante & Pontes, 2015; Silva, Magalhães & Cavalcante, 2014). Os pais contam atualmente com uma rede de apoio familiar que auxiliam no cuidado e atenção dos filhos, entre os principais membros, os avós e os tios ganham destaque, o que configura a família extensa como uma importante rede de apoio social e afetivo, conforme apontam dados do IBGE (2010) e Rizzini (2002).

Por conseguinte, identificar quem é esta rede de apoio antes e durante o acolhimento deve fazer parte da rotina institucional, tendo em vista ser este levantamento um dos elementos que compõe o processo de reintegração. Dentro deste processo, a visita pode ser um importante instrumento no levantamento de quem são as figuras de referência e rede de apoio que as crianças e adolescentes e suas famílias possuem. Para ampliar a visão sobre o processo de reintegração familiar, investigaram-se questões sobre a visita familiar. A Tabela 36 ilustra a frequência de prontuários com registro de visitação e quais são as principais pessoas que visitam.

Tabela 36.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao recebimento de visitas e visitante.

		Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
		f	%	f	%
Visita					
Não Recebe		34	16,9	84	37,3
Recebe		162	80,6	114	50,7
SI		5	2,5	27	12,0
Visitante					
Mãe	Não Visita	71	35,3	126	56,0
	Visita	124	61,7	59	26,2
	SI	6	3,0	40	17,8
Pai	Não Visita	129	64,2	157	69,8
	Visita	64	31,8	37	16,4
	SI	8	4,0	31	13,8
Irmãos	Não Visita	159	79,1	147	65,3
	Visita	31	15,4	41	18,2
	SI	11	5,5	37	16,4
Avós	Não Visita	116	57,7	162	72,0
	Visita	69	34,3	24	10,7
	SI	16	8,0	39	17,3
Outros	Não Visita	117	58,2	157	69,8
Parentes	Visita	72	35,8	28	12,4
	SI	12	6,0	40	17,8
Comunidade	Não Visita	176	87,6	161	71,6
	Visita	22	10,9	24	10,7
	SI	3	1,5	40	17,8

Os dados apresentados na Tabela 36 indicam que a grande maioria das crianças (80,6%) e uma parcela considerável dos adolescentes (50,7%) recebem visita. No que concerne ao visitante, constatou-se que entre as crianças, a mãe (61,7%) é quem mais

visita, seguido de outros parentes (35,8%) e os avós (34,3%). Em uma proporção menor, o grupo de adolescentes recebe mais visita da mãe (26,2%), em seguida vem os irmãos (18,2%) e o pai (16,4%).

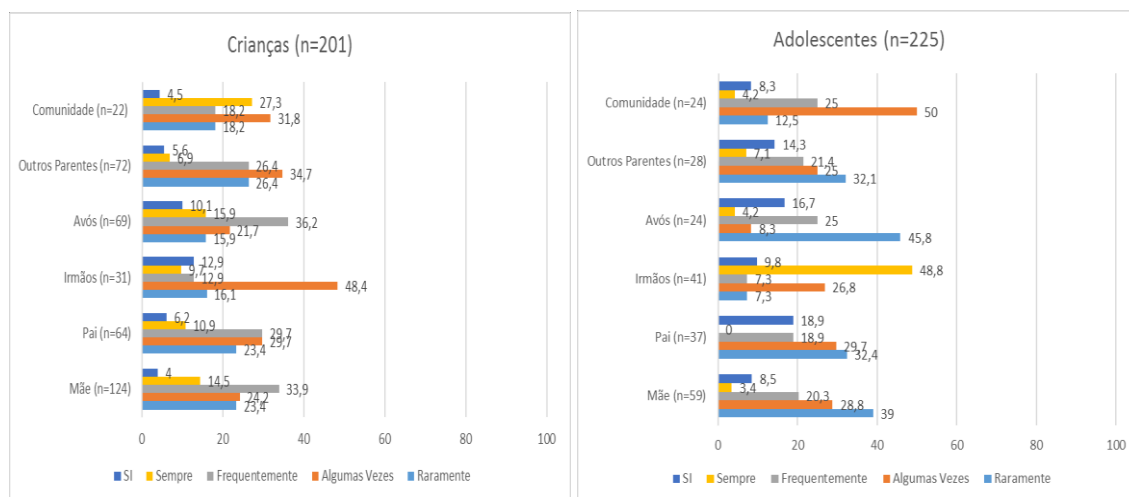


Figura 6.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação a periodicidade dos familiares e comunidade que visitam.

Entre os familiares que mais visitam tem-se a mãe, outros parentes (tios, primos, bisavós) e os avós. A periodicidade com que a mãe visita varia em geral de frequentemente (33,9%) e algumas vezes (24,2%). Os outros parentes visitam algumas vezes (34,7%), e os avós frequentemente (36,2%). Das crianças que recebem visita do pai, a periodicidade varia de frequentemente (29,7%) a algumas vezes (29,7%).

Observou-se que os adolescentes recebem menos visita que as crianças. A periodicidade com que a mãe visita é de raramente (39%) a algumas vezes (28,8%). A visita pelos irmãos ocorre, em geral, sempre (48,8%) e pelo pai raramente (32,4%).

A partir do exposto, quanto aos dados sobre a visita, verifica-se que este direito tem sido garantido. Em contrapartida, vê-se uma instabilidade e irregularidade quanto a visita dos familiares e comunidade, bem como da falta de registro nos prontuários sobre este dado. A visita deve ser um dos instrumentos que a equipe técnica dos serviços de acolhimento deve lançar mão para o processo de reintegração familiar, conforme aponta as Orientações técnicas (Brasil, 2009). Elementos quanto a qualidade dos encontros, das interações que ocorre durante e as reações antes e após a visita pouco ou não foram encontradas nos registros dos prontuários. Ao que parece, estas visitas e o seu registro não tem sido uma prática acompanhada pela equipe técnica, ou se é não formalizam este processo. Visitas sem acompanhamento da equipe técnica foram resultados encontrados

no estudo de Siqueira et al. (2011), e são apontados como estratégias importantes para o fracasso ou sucesso do processo de reintegração familiar. Registrar em documento a visita é um aspecto positivo, porém analisar a dinâmica que ocorre antes, durante e após este encontro deve ser ponto chave para dar andamento ao processo de reintegração familiar. Tendo em vista que é uma das alternativas que se tem para verificar como está e se estabelecem as interações da criança e adolescente com seu visitante.

Nesta direção, a qualidade dos vínculos estabelecidos com os familiares antes, durante e após o acolhimento funcionam como fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Vale destacar também, o quanto o afastamento da criança e adolescente e a quebra dos vínculos familiares podem trazer consequências ao desenvolvimento das pessoas envolvidas. Por estas e outras razões que se reafirma o caráter provisório e excepcional da medida de acolhimento, conforme destaca o ECA (Lei n. 8.066, 1990), o Plano Nacional (Brasil, 2006) as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), e a Nova Lei da Adoção (Lei n. 12.010, 2010).

A retirada da criança e adolescente do contexto familiar e a chegada a instituição deve ser acompanhada por profissionais capacitados. O momento da acolhida na chegada a instituição, torna-se assim uma fase importante para o processo. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) a instituição deve garantir por parte dos profissionais uma postura acolhedora e receptiva, tendo em vista que as crianças e adolescentes que chegam a unidade, em geral não sabem o motivo que as afastou do convívio familiar e estão em um ambiente desconhecido.

A partir do exposto, reafirma-se a necessidade de um olhar para demandas emocionais apresentadas pelos acolhidos, não somente na chegada a instituição, mas durante toda a sua estada nesse ambiente. Assim, a presente pesquisa investigou nos prontuários registros sobre alterações emocionais das crianças e adolescentes antes e durante o acolhimento. Os dados estão apresentados na Tabela 37.

Tabela 37.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação a alterações de ordem emocional e atendimento na rede de serviços.

Variáveis	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Alterações emocionais na chegada ao acolhimento				
Não apresentou	80	39,8	14	6,2
Apresentou	63	31,3	53	23,6
SI	58	28,9	158	70,2
Alterações emocionais durante o acolhimento				
Não apresentou	84	41,8	13	5,8
Apresentou	63	31,3	73	32,4
SI	54	26,9	139	61,8
Atendimento na rede				
Não Participa	41	20,4	45	20,0
Participa	138	68,7	131	58,2
SI	22	10,9	49	21,8

Os dados da Tabela 37 indicam que a maioria das crianças não apresentou alterações de ordem emocional na chegada (39,8%) ou durante (41,8%) o acolhimento. No grupo de adolescentes nota-se que o registro nos prontuários sobre alterações emocionais é mais escasso. Entre os prontuários que havia a informação, identifica-se que 23,6% dos adolescentes apresentaram algum tipo de alteração emocional na chegada e durante o acolhimento esse percentual alcançou os 32,4%. Estes resultados estão em consonância com os encontrados por Calcing e Benetti (2014), em que identificaram mais casos de ansiedade, déficit de atenção e dificuldade no seguimento de regras entre os adolescentes em comparação com o grupo de crianças.

Diante do exposto, reafirma-se questões apontadas por estudos nacionais (Abaid et al., 2010; Golin & Benetti, 2013) e internacionais (Aznar & Boada, 2009; Hostinar et al., 2012; Jacobsen et al., 2013), do quanto o acolhimento e todo o seu processo pode afetar o desenvolvimento emocional e afetivo das crianças e adolescentes. Logo, o olhar dos profissionais envolvidos deve estar atento para as demandas dos acolhidos. Frente a situações que demandem acompanhamento de forma mais direcionada, a equipe técnica deve fazer os devidos encaminhamentos para a rede de serviços.

No que concerne ao acesso à rede de serviços, identifica-se que a maioria tanto das crianças (68,7%) como dos adolescentes (58,2%) tem o atendimento garantido, especialmente na área psicossocial e médica. Este resultado se apresenta como um aspecto positivo dos serviços de acolhimento da RMB, tendo em vista que se tem mais de 20% das crianças e dos adolescentes que apresentaram algum problema emocional, que podem ser decorrentes do próprio processo de acolhimento, bem como das vivências e privações da vida em família.

Garantir que uma criança e adolescente privada do convívio familiar, bem como dos que vem de contextos marcados por negligência, abandono, pobreza, vulnerabilidade e de diversas situações de violência, a ter acesso a um acompanhamento da rede de serviços é dever do Estado, conforme preconiza o ECA (Lei n. 8.060, 1990). Assim como é papel da instituição de acolhimento fazer os devidos encaminhamentos (Brasil, 2009) e acompanhar a garantia dos atendimentos, tendo como interesse maior o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Cabe a instituição, também, registrar nos prontuários os atendimentos que ocorrem ao longo do processo de acolhimento. Quanto a este aspecto, nota-se que uma parcela das instituições investigadas da RMB peca, e muito, quanto ao registro de informações sobre alterações emocionais, especialmente nos prontuários dos adolescentes. Entre as hipóteses que podem explicar este resultado, identifica-se o tempo curto de acolhimento e as inúmeras fugas entre a população de adolescentes, bem como a falta de preparo dos profissionais para reconhecer demandas emocionais. Contudo, não se pode negar o quanto esta falta de informações sobre demandas emocionais indica a negação da singularidade do sujeito em questão e na sua invisibilidade, conforme discute Moreira et al. (2013).

Conhecer a história de vida pessoal e familiar das crianças e adolescentes acolhidos é concebê-los enquanto agente e protagonista do seu processo desenvolvimental. Assim como conhecer sobre o histórico do acolhimento é garantir a concepção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direito e seres em desenvolvimento. Desta forma, investigou-se nos prontuários o histórico do acolhimento das crianças e adolescentes, tais como sobre reincidências e permanências em outras unidades de proteção. A Tabela 38 destaca estes dados no grupo de crianças e adolescentes.

Tabela 38.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao histórico do acolhimento.

	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Primeiro acolhimento				
Não	57	28,4	129	57,3
Sim	143	71,1	85	37,8
SI	1	0,5	11	4,9
Permanência em outra instituição de acolhimento				
Não	152	75,6	94	41,8
Sim	48	23,9	116	51,6
SI	1	0,5	15	6,7
Número de vezes que foi acolhido na instituição atual				
Uma	178	88,6	186	82,7
Duas	19	9,5	27	12,0
Três	3	1,5	4	1,8
Mais de três	0	0,0	3	1,3
SI	1	0,5	5	2,2

No grupo de crianças, identificou-se que 71,1% está no seu primeiro acolhimento. A maioria das crianças (75,6%) nunca esteve em outra instituição de acolhimento. Sobre o número de vezes que a criança esteve acolhida na instituição atual, notou-se que 88,6% esteve uma única vez.

Entre os adolescentes, 57,3% não está no seu primeiro acolhimento. Somado a estes dados, observou-se que 51,6% esteve acolhido em outra instituição de proteção. Em relação ao número de vezes em que o adolescente esteve sobre a proteção da instituição atual, observou-se que a categoria primeira vez (82,7%) se destaca.

Estes resultados estão em consonância com os dados encontrados por Fukuda et al. (2013), que identificaram em 28,3% dos processos investigados o histórico de mais de um acolhimento. Dados sobre múltiplos acolhimentos trazem à tona um histórico de (re) violações de direitos, e em alguns casos pressupõe tentativas de reintegrações familiares malsucedidas. A presente pesquisa indica que em 28,5% das crianças e 57,3% dos adolescentes houve processo de reintegração familiar malsucedido. Diante desta informação cabe uma reflexão sobre como estes processos de reintegração ocorrem, que critérios os órgãos do sistema de garantia de direitos e as próprias

instituições estão usando para decidir pelo desligamento ou não da criança e do adolescente para a sua família de origem. Estas questões devem ser analisadas e repensadas pelos profissionais envolvidos, especialmente quando se identifica que mais de 50% dos prontuários de adolescentes indicavam histórico de mais de um acolhimento. Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011) identificam que uma avaliação sem análise prévia do caso, especialmente que escute demandas dos familiares e acolhidos e a falta de um acompanhamento no antes, durante e após a reintegração pode contribuir para o fracasso do processo.

Identifica-se, portanto, a necessidade de um acompanhamento sistemático e um olhar atento por parte dos profissionais, com o foco na (re) construção dos vínculos que foram quebrados ou estão fragilizados. Entre as ferramentas que a equipe técnica pode lançar mão, para identificação dos vínculos, tem-se o próprio momento da visita. Contudo, os registros sobre visita sugerem falhas na identificação das interações que ocorrem entre o acolhido e o visitante, pois os dados sobre a qualidade dos encontros e as reações emocionais suscitadas são em geral ausentes ou inconsistentes.

Diante do exposto, investigar o histórico de acolhimento é identificar características gerais de como o processo ocorre, passando pelo momento da retirada da criança e adolescente do ambiente familiar até a fase de reintegração. Vale destacar que investigar a respeito do tempo que todo esse processo ocorre, da chegada até o desligamento, é uma variável fundamental quando se fala de histórico de acolhimento. Assim, levantou-se neste estudo, o tempo do último acolhimento (atual) e a somatória de todas as acolhidas (total) na instituição atual e/ou em outras unidades de proteção, caso tenha ocorrido, conforme ilustra a Tabela 39.

Tabela 39.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao tempo atual de acolhimento.

Tempo em meses e anos	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Tempo atual				
≤ 3 meses	53	26,4	69	30,7
De 4 a 6 meses	36	17,9	20	8,9
De 7 meses a 1 ano	77	38,3	67	29,8
De 2 a 5 anos	26	12,9	33	14,7
> 5 anos	4	2,0	24	10,7
SI	5	2,5	12	5,3
Tempo Total				
≤ 3 meses	49	24,4	48	21,3
De 4 a 6 meses	32	15,9	20	8,9
De 7 meses a 1 ano	72	35,8	41	18,2
De 2 a 5 anos	25	12,4	32	14,2
> 5 anos	5	2,5	26	11,6
SI	18	9,0	58	25,8

Os dados da Tabela 39 indicam o tempo atual, que corresponde ao período em que as crianças e adolescentes estavam acolhidos na instituição atual, e o tempo total refere-se à somatória do período em todas as unidades em que esteve. Entre as crianças, verifica-se que 38,3% ficaram acolhidos na instituição atual de sete meses a um ano. Resultados semelhantes foram encontrados no tempo total (35,8%), neste mesmo grupo. Quanto ao grupo de adolescentes, nota-se um tempo tanto atual (30,7%) quanto total (21,3%) de no máximo três meses.

Os dados apresentados sobre o tempo de acolhimento indicam que as instituições estão conseguindo garantir o que propõe a legislação, especialmente a Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) que determina o prazo máximo de dois anos. Este dado é mais significativo no grupo das crianças, tendo em vista que mais de 76% dos prontuários indicavam que o tempo de acolhimento atual e total na instituição não chegou a completar dois anos. Estes resultados estão em concordância com os estudos de Brasil (2013), Calcing e Benetti (2014) e Gontijo et al. (2012), em que a maioria das crianças e adolescentes passavam menos de dois anos na instituição de acolhimento. Em contrapartida, Fukuda et al. (2013) identificou um percentual considerado de crianças e adolescentes que passam mais de três anos acolhido na instituição.

Em que pese, uma frequência maior dos que ficam menos dois anos, identifica-se na Tabela 38, que mais de 10% dos adolescentes chegam a passar mais de cinco anos

acolhido. Nascimento, Lacaz e Travassos (2010) discutem sobre o quanto as instituições podem funcionar como um espaço protetor, mas também violador dos direitos, quando, por exemplo, se identifica o tempo de acolhimento. O espaço que a priori deve ter um caráter provisório para a ser um lugar de permanência da infância, passando pela adolescência até a maioridade. A literatura traz importantes resultados sobre os efeitos que o tempo de acolhimento pode exercer no desenvolvimento psicossocial (Abaid et al., 2010; Golin & Benetti, 2013), neuropsicomotor (Lima & Lima, 2012), cognitivo (O'Connor et al., 2000) e saúde (Cavalcante et al., 2009) das crianças e adolescentes.

Somando-se a estes pontos, as normativas e leis apresentam o acolhimento institucional enquanto uma medida provisória, o que em tese, as instituições da RMB têm garantido. Contudo, como este processo ocorre e as suas etapas precisam ser analisadas e reavaliadas. À primeira vista, supõe-se que a Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010) tem conseguido garantir esse tempo de acolhimento menor, através de um conjunto de ações que envolve a reavaliação periódica a cada seis meses, da realização das audiências concentradas, do trabalho interprofissional e de ações diretas com as famílias, com foco na reintegração. Porém, quando se identifica, neste estudo, os dados sobre a falta de informações a respeito dos familiares, a qualidade das visitas e das interações estabelecidas nestes momentos, bem dos múltiplos acolhimentos identificados, questiona-se a respeito do quanto a obrigatoriedade no cumprimento da lei, especialmente em relação ao tempo máximo de dois anos, pode estar aumentando as chances da reintegração familiar. Ou seja, cumprir com o tempo máximo de acolhimento (dois anos) pode ser uma tarefa mais valorizada do que as ações integradas que devem fazer parte no processo de reintegração. Assim, se lança mão de procedimentos limitados e ineficazes no processo de reintegração familiar para assim poder dar conta de garantir o tempo máximo estipulado pela lei. Na pesquisa de Nascimento, Lacaz e Travassos (2010) as instituições sinalizam inúmeras dificuldades, dentre elas a falta de recursos, frente a esta situação, tarefas que compõe o processo de reintegração familiar são desenvolvidas de forma precária. Portanto, deve-se pensar em ações integradas, que valorizem não somente o tempo máximo, mas que na mesma proporção se voltem para a eficácia e eficiência do processo de reintegração, identificando a família, a criança e o adolescente como protagonistas de suas histórias.

Dentre as questões aqui apresentadas quanto as contribuições da Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010), das orientações técnicas (Brasil, 2009), do Plano Nacional (Brasil, 2006) e do próprio ECA, tem-se a necessidade de investigar também a

respeito do quanto as instituições tem atuado para garantir a existência de alguns documentos e informações, especialmente na construção e organização dos prontuários das crianças e adolescentes. Assim, investigou-se nos prontuários a presença de instrumentos, tais como: a guia de acolhimento, o Plano Individual de Atendimento (PIA), guia de desligamento e foto do acolhido. A Tabela 40 apresenta estes dados entre as crianças e adolescentes acolhidos nas instituições da RMB no ano de 2012.

Tabela 40.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação à documentação do processo institucional.

Documentos	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Guia de acolhimento				
Não possui	24	11,9	58	25,8
Possui	169	84,1	167	74,2
SI	8	4,0	0	0,0
Plano Individual de Atendimento				
Não possui	34	16,9	62	27,6
Possui	163	81,1	162	72,0
SI	4	2,0	1	0,4
Guia de desligamento				
Não possui	31	15,4	67	29,8
Possui	125	62,2	88	39,1
SI	8	4,0	3	1,3
Não se aplica	37	18,4	67	29,8
Foto no prontuário				
Não possui	61	30,3	142	63,1
Possui	140	69,7	83	36,9

Nota-se, a partir dos dados apresentados na Tabela 40, que a maioria dos prontuários tanto das crianças quanto dos adolescentes constavam os documentos básicos para o fluxo do atendimento em serviços de acolhimento, a saber: Guia de acolhimento, Plano individual de atendimento e a Guia de desligamento. Contudo, percebe-se que a falta destes documentos nos prontuários ultrapassa 11% na população de crianças e 25% entre os adolescentes. Estes resultados estão em concordância com os dados levantados na pesquisa do Ministério Público (Brasil, 2013) em todo território nacional.

Os documentos identificados na Tabela 40 fazem parte de um conjunto de instrumentos obrigatórios para os programas de acolhimento. No caso de reconhecida a necessidade da medida de acolhimento, a criança ou adolescente só poderá ser encaminhado à instituição por meio da Guia de Acolhimento, que deve ser emitida pelo juiz da infância e juventude, conforme disposto no art. 101, § 3º (Lei 12.010, 2009). Este documento deve constar um conjunto de informações importante, tais como: identificação completa dos responsáveis, endereço de residência, identificação de pessoas de referência na família extensa e motivos do acolhimento. No que concerne ao PIA, a partir do exposto no art. 101, § 4º da Lei 12.010 (Sabatovski & Fontoura, 2010), deve ser um instrumento elaborado logo após o acolhimento da criança e do adolescente, preparado pela equipe técnica da instituição e encaminhado a cada seis meses para o juiz responsável. Neste documento deve constar resultados da avaliação interdisciplinar, compromissos assumidos pelos responsáveis, previsão de atividades a serem desenvolvidas com a criança ou adolescente acolhido, entre outros.

A partir do exposto, verifica-se que a medida de acolhimento deve cumprir um fluxo obrigatório, que nem sempre é seguido pelos programas investigados na RMB. Entre as hipóteses explicativas para este resultado, supõe-se que os serviços de acolhimento, mesmo funcionando na modalidade abrigo institucional ou casa lar, podem estar oferecendo o acolhimento em regime de casa de passagem. Identificou-se que há instituições na RMB que concentram os dois serviços, abrigo institucional ou casa lar e casa de passagem. De acordo com o PNCFC (Brasil, 2006) a casa de passagem deve atuar com o acolhimento em um curto espaço de tempo, em média 72 horas, para um diagnóstico eficiente com vista ao processo de reintegração familiar ou encaminhamento para o acolhimento institucional. Vale ressaltar que esta modalidade de acolhimento não foi alvo da presente pesquisa, apesar de se ter na RMB registro de duas unidades nestes moldes, devido justamente este caráter breve de atendimento.

Frente as etapas que fazem parte do fluxo de atendimento se identifica que a fase final e objetivo primordial da medida é o retorno ao convívio familiar e consequentemente a efetivação da reintegração, de forma eficaz e eficiente. Porém, nem sempre este objetivo é alcançado em tem tempo esperado, conforme já apontado anteriormente quando se discutiu dados sobre o tempo de acolhimento. Nesta perspectiva, investigou-se a respeito da situação sócio jurídica das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012 durante o período de realização da pesquisa, conforme mostra a Tabela 41.

Tabela 41.

Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação à situação sociojurídica no período da pesquisa.

Situação sociojurídica	Crianças (n=201)		Adolescentes (n=225)	
	f	%	f	%
Permanece Acolhido	37	18,4	67	29,8
Família Nuclear	24	11,9	11	4,9
Família Monoparental	29	14,4	41	18,2
Família Extensa	70	34,8	21	9,3
Família Reconstituída	7	3,5	24	10,7
Família Substituta	21	10,4	11	4,9
Outra Instituição	8	4,0	6	2,7
Fuga	1	0,5	31	13,8
SI	4	2,0	10	4,4
Outros	0	0	3	1,3

A Tabela 41 indica que no grupo das crianças o destino pós desligamento mais comum é a família extensa. Entre os prontuários dos adolescentes identifica-se que a maioria (29,8%) permaneceu acolhido ainda no período de realização da pesquisa. Entretanto, entre os adolescentes que foram desligados, identifica-se que o principal destino foi a família monoparental. Observar-se, portanto, que entre as crianças (64,6%) e adolescentes (43,1%) acolhidos no ano de 2012 nas instituições da RMB a prioridade tem sido o retorno a família de origem, nos seus mais diferentes arranjos.

É possível identificar uma mudança no destino das crianças e adolescentes quando se compara a família que vivam antes do acolhimento e pós-desligamento. As crianças que antes viviam em família monoparental (30,3%) passam para a responsabilidade da família extensa (34,8%). Já os adolescentes que antes do acolhimento viviam em família extensa (29,3%) passam a viver com a família monoparental (18,2) ou fogem (13,8%) da unidade, com destino em geral incerto.

Os resultados desta pesquisa acompanham os encontrados por Assis e Farias (2013) e Gontijo et al. (2012) apontando que em geral os acolhidos são desligados para a família de origem, porém identificaram que uma parcela considerada (31,95%) ainda permaneceu acolhida durante a coleta de dados. O estudo de Botelho, Moraes e Leite (2015) indicam que 30% dos jovens investigados fugiram da instituição, esta foi uma categoria também encontrada nesta pesquisa, porém em proporção menor entre as crianças (0,5%) e os adolescentes (13,8%).

Frente aos dados sobre a situação sociojurídica, identifica-se, assim como nos resultados quanto a família com quem o acolhido vivia antes de vim para a instituição, a presença dos arranjos monoparental, com chefia feminina, e da família extensa, confirmando novamente dados nacionais do IBGE (2010).

Diante do exposto sobre o perfil sociodemográfico dos acolhidos, condições de moradia, caracterização dos familiares e aspectos do processo institucional das crianças e adolescentes tem-se, um panorama dos acolhidos que no ano de 2012 estavam sob a responsabilidade de programas de acolhimento da RMB. Foi possível identificar uma população com características que acompanham estatísticas nacionais e internacionais, tais como a frequência maior de meninos, que estão nas unidades em geral por negligência, abandono, pobreza e vulnerabilidade e pelas diversas formas de violência, bem como um tempo de acolhimento menor que dois anos.

O elevado número de crianças com até quatro anos de idade acolhidas foi um dado que chamou a atenção, tendo em vista que parece ser uma realidade do norte do Brasil. E nessa perspectiva, deve-se pensar nas consequências para o desenvolvimento destas crianças que se encontram em uma fase crítica do seu desenvolvimento. Deve-se refletir, portanto, no quanto os serviços de acolhimento da RMB têm efetivamente garantido, a partir das inúmeras práticas citadas neste capítulo de resultados, amenizar os efeitos de um acolhimento precoce.

Outro resultado que suscita especial atenção é no número de dados faltosos, especialmente da família. Vale destacar, que se deve olhar para esta falta de informação como um dado preocupante, visto que os principais agentes envolvidos têm sua história repleta de lacunas. Para Moreira et al. (2013) dados genéricos e lacunares sobre a família e o acolhido reafirma o anonimato destes atores, subtraídos na sua própria história de vida.

Em uma avaliação ampla, verifica-se importantes avanços e cumprimento de normativas importante na garantia de um atendimento de qualidade. Porém, é visível, também, a necessidade de mudança de práticas institucionais que estão enraizadas na própria história do acolhimento. Para tanto, é preciso pensar no contexto ora analisado a partir dos seus diferentes protagonistas. É, portanto, nesta perspectiva que segue o próximo capítulo deste estudo, com foco nos dados dos educadores, compreendido como uma figura de referência e o principal agente do cuidado às crianças e adolescentes que se encontram afastadas do convívio familiar.

Capítulo 5

Os Educadores Responsáveis pelas Crianças e Adolescentes Acolhidos em Instituições da RMB: Perfil, Concepções e Práticas de Cuidado

Compreende-se que assim como as práticas adotadas pelas instituições, conhecer quem são as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, bem como suas famílias, o educador é parte essencial quando se estuda as unidades de acolhimento enquanto contexto de desenvolvimento. Nos últimos 10 anos, é possível identificar um aumento no número de estudos que se debruçam em compreender quem são os educadores que lidam com crianças e adolescentes em situação de acolhimento (Cavalcante & Corrêa, 2012), o seu papel (Nogueira & Costa, 2005), suas concepções (Avoglia, Silva & Mattos, 2012; Taylor et al., 2008; Teixeira & Villachan-Lyra, 2010; Vashchenko, Easterbrooks & Miller, 2010) e as práticas de cuidado adotadas (Corrêa & Cavalcante, 2013; Moré & Sperancetta, 2010; Ortín, 2012; Rosa et al., 2010).

O termo educador, foi construído ao longo da história do acolhimento. A princípio o termo vem pautado na própria visão assistencialista e caritativa da medida. Conforme aponta Rizzini e Pilotti (2009) a igreja assume esse papel de evangelizar, disciplinar, ensinar normas e costumes religiosos, a visão de guardiões e provedores de cuidados necessários era disseminada. Contudo, ao longo da história são percebidas mudanças na cultura da institucionalização e conseqüentemente da figura do cuidador alternativo. Termos como cuidador alternativo, monitor, educador, educador, pai e/ou mãe social foram nomenclaturas adotadas e abandonadas ao longo da história. Hoje, os termos comumente adotados são educador, educador/cuidador e pai, mãe, pais sociais, em grande medida a partir da visão de um profissional que não somente monitora ou cuida da criança ou do adolescente, mas que sobretudo tem o papel de educar e cuidar enquanto práticas indissociáveis. Assim, neste estudo será adotado o termo educador, conforme proposto pelas orientações técnicas (Brasil, 2009). De acordo com o documento, o educador tem o papel de favorecer o processo de reintegração familiar, a partir da adoção de práticas que contribua para a construção de um ambiente familiar, sem desvalorizar a família, bem como proporcionar relações vinculares de afeto.

Neste sentido, este capítulo tem como foco apresentar o educador enquanto uma figura de referência para as crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados, assim

como identificar aspectos relacionados ao seu perfil pessoal e profissional, satisfações, concepções e práticas de cuidados adotadas. Este capítulo, portanto, está dividido e será apresentado a partir de três categorias, a saber: o perfil pessoal e profissional do educador, satisfação com o trabalho e ambiente, concepções e práticas de cuidado adotados na rotina de trabalho.

Perfil pessoal e profissional dos educadores que trabalham com o cuidado e educação das crianças e adolescentes acolhidos em instituições da RMB.

Investigou-se as principais características do perfil pessoal e profissional dos educadores, com destaque para as variáveis sexo, idade, escolaridade, condição de ter filhos, tempo de serviço, experiências anteriores e realização de cursos de capacitação. Em relação a idade, identificou-se que participantes possuem em média 38,62 anos (DP=9,881), sendo a menor idade de 19 anos e a maior 67 anos. Os resultados gerais sobre o perfil pessoal dos educadores estão dispostos na Tabela 42.

Tabela 42.

Perfil pessoal dos educadores das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB (N=198).

Variáveis	f	%	p-valor
Sexo			
Feminino	155	78,3	<0,0001*
Masculino	43	21,7	
Faixa Etária			
≤ 35 anos	81	40,9	0,011*
> 36 anos	117	59,1	
Escolaridade			
Ensino Fundamental	5	2,5	<0,0001*
Ensino Médio	117	59,1	
Ensino Superior	76	38,4	
Condição de ter filhos			
Não possui filhos	68	34,3	<0,0001*
Possui filhos	130	65,7	

Nota: Teste *Qui-quadrado* ($p < 0,05^*$)

Os dados apresentados na Tabela 42 indicaram que a maioria (78,3%) dos educadores que trabalham nas instituições de acolhimento da RMB são mulheres. O

sexo feminino apresentou uma associação estatística ($\chi^2=63,354$; $p<0,0001$). Entre os educadores do sexo masculino, estes em geral atuam nas instituições que acolhem somente meninos e adolescentes, nos espaços em que há o atendimento exclusivo de crianças ou adolescentes do sexo feminino não foram encontrados educadores homens no quadro funcional. Em relação a idade, a maioria (59,1%) possuía mais de 36 anos, indicando associação estatística ($\chi^2=6,545$; $p=0,011$). No que concerne a escolaridade identificou-se a prevalência do ensino médio (59,1%) com associação estatisticamente significativa ($\chi^2=97,303$; $p<0,0001$). Contudo, é possível perceber um corpo de profissionais em processo de qualificação, tendo em vista que 38,4% dos educadores possuem o ensino superior completo ou em fase de conclusão. Sobre a condição de ter filhos, percebe-se que uma considerada parcela da população pesquisada (65,7%) são mães ou pais.

Estes resultados acompanham dados encontrados por Brito e Souza (2011), Cavalcante e Corrêa (2012) e Corrêa e Cavalcante (2013), onde a figura feminina marca o perfil dos educadores responsáveis pelo cuidado e educação de crianças em acolhimento. Dados do IBGE (2010) indicam que a figura feminina tem sido apontada como a principal em atividades voltadas ao cuidado e educação, especialmente com crianças em ambiente escolar. A proporção entre o número de educadores homens e mulheres reafirma características da trajetória histórica do cuidado e educação no Brasil. Socialmente as mulheres são mais estimuladas a cuidar, e ainda, teoricamente possuem melhores habilidades no exercício da tarefa, quando comparada aos homens, como destaca Bueno, Bossardi e Vieira (2015).

Ao que tudo indica, este distanciamento entre os gêneros também se estende aos espaços de acolhimento, tendo em vista o menor número ou até mesmo inexistente de educadores do sexo masculino que atuam como agente do cuidado nestas instituições, conforme confirmam Cavalcante e Corrêa (2012). Contudo, é possível perceber o início de um processo de mudança nesse paradigma, especialmente em modalidades de família acolhedora e casa lar, onde se destaca a figura do pai e mãe social. À primeira vista, trazer à tona, neste tipo de espaço, a figura do pai e mãe social está relacionado a criar uma configuração mais próxima possível do ambiente familiar. Porém, é possível vislumbrar uma visão maior para esta configuração, que é a dá a devida importância não somente da figura feminina no cuidado e atenção as crianças e adolescentes acolhidos, mas especialmente do papel masculino neste processo. Papel este que é deficiente na vida em família, devido à ausência do pai, que foi percebida através dos dados sobre a

identificação da paternidade no registro civil, bem como nos casos dos que tem paradeiro desconhecido, conforme os resultados apresentados no capítulo anterior que traça o perfil das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições da RMB.

Em relação a escolaridade, os resultados do presente estudo acompanham dados encontrados na pesquisa de Corrêa e Cavalcante (2013). Assim como divergem dos achados de Cavalcante e Corrêa (2012) que identificaram a predominância do ensino superior e na pesquisa de Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010) onde o nível fundamental foi maior. Estudos sobre a figura do cuidador, especialmente as mães, revelam a importância da escolaridade para o nível de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e para a qualidade das práticas adotadas (Ribas et al., 2007; Seidl de Moura et al., 2004). Para Brito e Souza (2011), idade e escolaridade, são indicativos de maior maturidade quanto a prática profissional adotada por parte do cuidador, e está intimamente relacionado a qualidade no atendimento. Contudo, Corrêa e Cavalcante (2013) identificam que quando se fala do cuidador que trabalha com crianças em situação de acolhimento, variáveis como tempo de serviço e a experiência com a maternidade são mais relevantes que a escolaridade e a idade.

Em que pese um número expressivo de profissionais com o ensino médio e superior, ainda são encontradas instituições da RMB que não acompanham normativas dispostas nas Orientações técnicas (Brasil, 2009), na qual se exige a formação mínima no ensino médio e capacitação específica para os educadores.

Estudos como os de Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010), Cavalcante e Corrêa (2012) e Corrêa e Cavalcante (2013) também encontraram uma frequência considerada de educadores com filhos.

Sobre o perfil profissional dos educadores participantes, uma das variáveis investigadas foi o tempo de serviço na instituição. Observou-se que a média foi de 67,712 meses (DP=67,9051), oscilando de no mínimo um mês até educadores com 28 anos de experiência no cuidado e educação de crianças e adolescentes em acolhimento. A Tabela 43 apresenta o perfil profissional dos educadores entrevistados.

Tabela 43.

Perfil profissional dos educadores das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB (N=198).

Variáveis	f	%
Tempo de serviço na instituição		
≤ 2 anos	82	41,4
De 3 a 5 anos	33	16,7
> 6 anos	83	41,9
Cursos de Capacitação		
Não participou	109	55,1
Participou	89	44,9
Situação funcional		
Concursado	67	33,8
Efetivo	48	24,2
Temporário	65	32,8
Voluntário	9	4,5
Comissionado	9	4,5
Experiências anteriores no trabalho com crianças		
Não possui	66	33,3
Possui	132	66,7
Experiências anteriores no trabalho com adolescentes		
Não possui	117	59,1
Possui	81	40,9

No que concerne ao tempo de serviço como educador na instituição observou-se uma oscilação, em proporções similares, entre os que possuem até dois anos (41,4%) e os que tem mais de seis anos na função (41,9%). Perguntou-se, ainda, se nos últimos dois anos o educador havia realizado algum curso de capacitação sobre a temática do acolhimento e é possível perceber que 55,1% dos participantes disseram que não.

Quanto a situação funcional se destaca a categoria concursados (33,8%) e os temporários (32,8%). Em relação as experiências anteriores de trabalho, a maioria desenvolveu mais atividades com crianças (66,7) do que com adolescentes (40,9%).

Ter vínculo institucional estável e duradouro pode ser extremamente relevante para os educadores, os acolhidos e para a organização. Esta condição de estabilidade, em tese contribui para diminuir a rotatividade entre os funcionários e proporciona práticas de cuidado estáveis. Contudo, um dado que chama atenção e que pode interferir

negativamente para a estabilidade do cuidado, são os esquemas de escalas e plantão. A rotatividade advinda deste tipo de sistema, pode dificultar o acompanhamento, por parte do educador, de tarefas comuns a rotina de interação com a criança e adolescente acolhido, dados estes também discutidos por Cavalcante (2008), Corrêa e Cavalcante (2013), Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Yunes, Miranda e Cuello (2004).

Entre as 14 unidades de acolhimento que fizeram parte desta pesquisa, 13 adotam este tipo de configuração na organização do seu quadro de educadores, destas quatro utilizam somente este tipo de modalidade (plantão 12 h x 48 h), outras quatro associam plantonistas e diaristas, três se organizam em plantões mais extensos (48h x 48h), e dois combinam plantão e um profissional residente. E, ainda, em apenas uma instituição, se utiliza a modalidade de educador residente. Práticas de cuidados que precisem de um acompanhamento contínuo e constante, podem ser comprometidas com este tipo de organização em escala. Ao que parece, as instituições de acolhimento ao combinarem educadores plantonistas e diaristas, bem como os residentes, indica um ponto positivo e de certa forma, a compreensão da necessidade de se ter um profissional de referência e constante na rotina de cuidado institucional.

Especialmente quanto ao tempo de experiência e situação funcional, os resultados deste estudo estão em consonância com as pesquisas de Corrêa e Cavalcante (2013) e Cavalcante e Corrêa (2012), indicando o quanto a vivência como profissional em ambiente de acolhimento pode ser importante para a qualidade do cuidado oferecido as crianças e adolescentes. Outra variável que pode contribuir para a oferta de um cuidado promotor de desenvolvimento é a capacitação em serviço. Em pesquisa desenvolvida pelo Ministério Público (Brasil, 2013) identificou-se que 42% dos serviços de acolhimento institucional no território brasileiro, não ofereciam cursos de capacitação aos seus funcionários no início do exercício das atividades. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) as instituições devem garantir capacitação inicial e permanente aos profissionais dos serviços, especialmente para os educadores. Os resultados encontrados com os educadores da RMB indicam que este serviço não tem sido adotado enquanto uma prática permanente nas instituições. Dados estes que não corroboram que com os resultados encontrados por Golin e Benetti (2013), onde os educadores indicam que são acompanhados sistematicamente pela equipe técnica da instituição, com estudos de caso e discussão da rotina de cuidado. Em estudo desenvolvido por Prada e Williams (2007), as autoras demonstraram que entre os principais efeitos de um programa de treinamento com educadores tem-se o aumento de

interações positivas com as crianças. Investimentos em cursos e capacitação continuada aos profissionais que atuam nos serviços deve ser uma prática indispensável, pois possibilita então, criar condições para a efetivação de um atendimento de qualidade e promotor de desenvolvimento.

Para Corrêa e Cavalcante (2013) a experiência prática é um aspecto relevante para o nível de conhecimento sobre desenvolvimento, bem como para a qualidade das práticas adotadas no cuidado e educação de crianças em situação de acolhimento. Enquanto experiência prática, possuir filhos, ter mais de dois anos de tempo de serviço, ser concursado ou efetivo (vínculo empregatício), ter participado de cursos de formação em acolhimento e possuir experiência de trabalho com crianças e adolescentes, pode oferecer, em tese, um educador com melhores condições de proporcionar interações e cuidado de qualidade.

Partilha-se das recomendações de Penna et al. (2009) de “cuidar de quem cuida”, que envolve ações de capacitação permanente, incentivo ao trabalho mais comprometido e o estímulo ao vínculo e à redução das deficiências nas equipes.

Fatores que geram cansaço e aspectos satisfatórios do trabalho como educador nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB.

Investigar a satisfação de um profissional a partir de aplicação de escalas fornece subsídios para a identificação da concepção e em que condições os educadores se encontram frente a um contexto. As ações institucionais devem ser pautadas nesta perspectiva, tendo em vista que identificar a satisfação ou insatisfação sobre determinado aspecto do trabalho ou do ambiente, pode fornecer indicativos para a prática adotada pelo profissional.

Assim, este estudo investigou o nível de satisfação dos educadores em relação a aspectos intrínsecos e extrínsecos ao trabalho nas instituições da RMB. De um modo geral, identificou-se que os educadores estão mais satisfeitos que insatisfeitos quanto aos itens levantados. A Figura 7 ilustra os dados referente a satisfação do educador quanto ao seu trabalho na instituição de acolhimento.

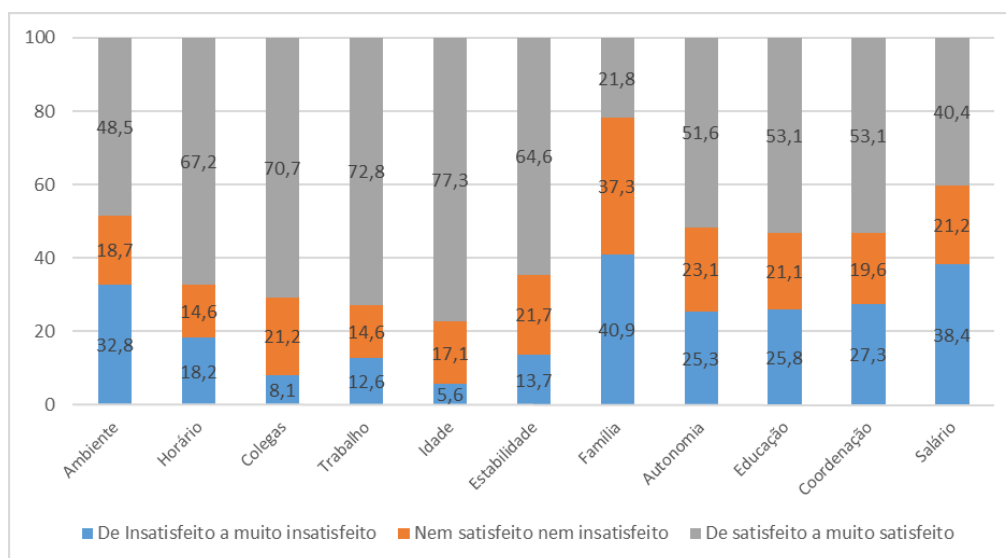


Figura 7.

Frequência de educadores das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB em relação ao grau de satisfação para características do ambiente (N=198).

Observou-se que os índices de satisfação que chamam mais atenção estão relacionados as tarefas desempenhadas com a faixa etária atendida pelo educador na instituição (77,3%), a natureza e tipo de trabalho que é desenvolvido (72,8%), o relacionamento com os colegas de profissão (70,7%), os horários de trabalho no regime de turnos e plantões vigentes (67,2%), e ainda, a estabilidade no emprego (64,6%). Quanto aos elementos que indicam gerar mais insatisfações por parte dos educadores, destacam-se o reconhecimento dos familiares dos acolhidos (40,9%), o salário (38,4%) e o ambiente físico (32,8%). Resultados semelhantes, de satisfações e insatisfações por parte dos educadores, foram encontrados por Cavalcante (2008).

De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) entre as características que um educador deve apresentar é a motivação para o exercício da função. A aferição de níveis de satisfação e insatisfação pode ser uma importante fonte de identificação de fatores motivacionais destes profissionais, o que pode estar intimamente ligado ao maior ou menor engajamento nas interações e atividades com as crianças e adolescentes que estão sob os seus cuidados na instituição. Brito e Souza (2011) identificaram níveis positivos na avaliação dos educadores quanto aos colegas de trabalho, o que confirma os resultados na população investigada pelo presente estudo, entre os entrevistados da RMB.

Atuar em atividades com cargas de trabalho extensas, através de plantões e trabalhar com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, os quais

demandam atenção e cuidado constante pode representar elementos que desmotivem na execução da tarefa, bem como gerador de sobrecarga (Brito & Souza, 2011; Freiria & Caldanha, 2011; Nogueira & Costa, 2005). Não obstante, estas variáveis parecem ser impulsionadoras para o trabalho dos educadores nas instituições da RMB. Tal resultado deve ser analisado com cautela, pois o trabalho do educador demanda um envolvimento físico, mental e emocional alto. E para que estas tarefas não venham a causar desmotivação ou até mesmo o adoecimento do profissional, é imprescindível o oferecimento e investimento, por parte das instituições, de ações que atuam no cuidado com a qualidade de vida do mesmo.

É possível perceber que a valorização do trabalho, seja por parte dos familiares dos acolhidos, pela remuneração da atividade profissional exercida ou pela oferta de um ambiente de qualidade, é apontado pelos entrevistados como fonte de insatisfação. Sobre o relacionamento entre a família dos acolhidos e os educadores é possível perceber um distanciamento. Para estes profissionais o contato e envolvimento entre as partes é mínimo ou até mesmo inexistente, e referem que em geral a equipe técnica é mais próxima dos familiares e responsável por este contato. Relações distantes entre educadores e os familiares, foi também apontada na pesquisa de Cavalcante (2008). A promoção de um ambiente de qualidade e em condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho pode favorecer em interações mais recíprocas. A oferta de um ambiente com poucos objetos, interações pouco responsivas entre o cuidador e a criança/adolescente e a restrição de oportunidades (Bronfenbrenner, 1996; Smyke et al., 2007; Zeanah et al., 2005) de desenvolver atividades diversificadas, tende a ser apontado como prejudicial ao desenvolvimento do acolhido.

Outro aspecto de investigação envolveu a avaliação do educador a respeito dos aspectos cansativos envolvidos no trabalho em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. A Figura 8 indica os elementos que, na avaliação do educador, possui níveis maiores, menores e intermediários de cansaço no trabalho com crianças e adolescentes acolhidos.

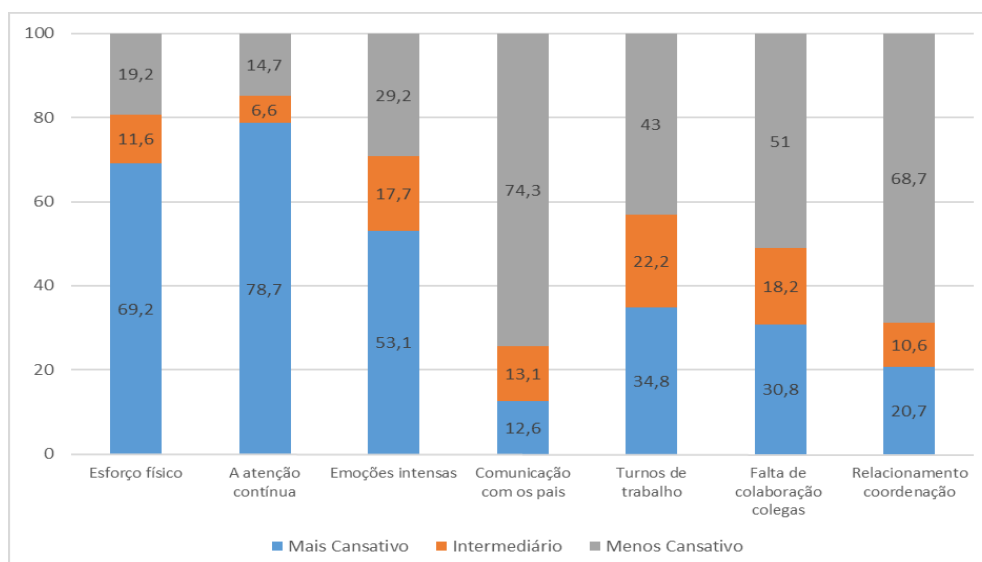


Figura 8.

Frequência de educadores das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB aos aspectos cansativos do trabalho (N=198).

É possível verificar que aspectos voltados para a atenção (78,7%), esforço físico (69,2%) e emocional (53,1%) do educador foram identificados como os mais cansativos no trabalho. Pelo exposto, se identifica que os aspetos relacionais, especialmente com os adultos são apontados como menos desgastantes para os educadores, com destaque para a comunicação com os pais (74,3%), relacionamento com a coordenação (68,7%) e falta de colaboração com os colegas (51%). Resultados nesta direção, também foram encontrados por Cavalcante (2008) e Nogueira e Costa (2005).

Aqui é possível perceber que o educador quando avaliou a natureza da tarefa enquanto um profissional do cuidado, ora lhe causa sentimento de satisfação e ora traz um cansaço físico e emocional. Ao que parece, há uma identificação por parte do profissional, quanto ao trabalho desenvolvido, mesmo tendo que lidar com histórias de vida tão sofrida e de privações vividas pelas crianças e adolescentes que se encontram nos espaços de acolhimento. A respeito de questões que possuem considerados níveis tanto de insatisfação (relacionamento com os familiares dos acolhidos) como de satisfação (relacionamento com coordenação e colegas de profissão) identificou-se que estão associados como aspectos que não exercem uma carga de cansaço elevada.

Frente aos aspectos satisfatórios e cansativos avaliados pelos educadores, se investigou também, os dados relacionados a perspectiva de futuro que o educador possui em relação ao seu trabalho. A Tabela 44 ilustra os dados sobre o que o educador vê para o seu futuro profissional.

Tabela 44.

Frequência de educadores das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMB em relação a perspectiva de futuro profissional (N=198).

Perspectivas de futuro dos educadores	f	%
Continuar sendo educador da instituição	55	27,8
Mudar completamente o tipo de trabalho	24	12,1
Fazer um concurso para mudar de função na instituição	44	22,2
Aposentar-se assim que possível	6	3,0
Pedir transferência para outras unidades de acolhimento	5	2,5
Trabalhar com outras modalidades de cuidado e educação	50	25,3
Cursar uma faculdade	9	4,5
Prestar concurso público	3	1,5
Abrir negócio próprio.	1	,5
Outros	1	,5

Identificou-se que 27,8% dos participantes pretendem continuar a ser educadores de crianças e adolescentes acolhidos e na mesma instituição, seguido de um percentual de 25,3% dos que pretendem continuar atuando em modalidades de cuidado e educação, porém em atividades que não envolva acolhimento institucional, e ainda, 22,2% dos entrevistados sinalizam que pretendem fazer concurso para mudar de função na instituição. É possível perceber que, mesmo frente a situações que causam insatisfações e cansaço no trabalho como educador de instituição de acolhimento, mais de 50% da população de profissionais entrevistados indicam querer continuar a atuar na área.

Este resultado reafirma a motivação do educador, querer continuar a ser um profissional do cuidado e educação com crianças e adolescentes é um indicativo que mesmo diante de aspectos cansativos, o trabalho é prazeroso e satisfatório. O bom relacionamento com a gerência e os colegas de trabalho, bem como com as crianças e adolescentes parecem ser indicativos para a perspectiva de continuidade neste tipo de tarefa. Penna, Carinhanha e Leite (2009) apontam em seu estudo que os educadores sinalizam dificuldades na atuação com este tipo de demanda, especialmente em casos que envolve violência. A falta de capacitação em demandas específicas é apontada, pelas autoras, como uma das principais dificuldades encontradas pelos educadores. Entende-se, aqui, a necessidade de instrumentalização destes profissionais para que assim, possam construir um repertório de práticas capaz de lidar com as vivências no espaço institucional.

Concepções e práticas de cuidados dos educadores da RMB.

As relações emocionais com as crianças e adolescentes no ambiente de acolhimento foi avaliada pelos educadores como um dos elementos mais cansativo do trabalho. De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) é papel do educador vincular-se afetivamente as crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados nas instituições, porém não se deve construir relações de posse com os acolhidos, nem tão pouco desvalorizar e competir com as famílias de origem ou substituta. Destaca-se ainda, que este profissional deve ter a capacidade de lidar com frustração e separação e ter estabilidade emocional frente as situações do cotidiano institucional. Frente a demanda emocional que é inerente ao ser humano, verificou-se a relevância de se investigar em que condições as relações ocorrem entre educador e criança/adolescente nas instituições de acolhimento. Esta temática torna-se ainda mais importante, a partir da avaliação que o próprio educador faz do caráter cansativo das relações emocionais.

Entre as variáveis investigadas neste estudo, levantou-se a perspectiva do educador a respeito das relações de apego com as crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados na instituição. A Tabela 45 destaca os dados sobre a avaliação feita pelos educadores em relação ao apegar-se a crianças e adolescentes em situação de acolhimento associadas ao perfil pessoal e social.

Tabela 45.

Frequência de educadores das instituições de acolhimento da RMB em relação a avaliação sobre apegar-se a crianças e adolescentes associada a variáveis do perfil (N=198).

Variáveis	É algo inevitável (n=76)	Sem problemas (n=101)	Não deveria acontecer (n=11)	Nunca aconteceu (n=10)
	f	f	f	f
Faixa etária				
Até 35 anos	36	34	4	7
Acima de 36 anos	40	67	7	3
Sexo				
Feminino	64	81	8	2
Masculino	12	20	3	8
Condição de ter Filhos				
Sem filhos	34	24	4	6
Com filhos	42	77	7	4

Tempo de serviço				
Até 2 anos	36	38	2	6
Acima de 2 anos	40	63	9	4
Cursos de capacitação				
Não realizou	45	52	7	5
Realizou	31	49	4	5

O apego à crianças e adolescentes em contexto institucional é avaliado por 51% (101) dos educadores como sem problemas, desde que não se descuide dos demais acolhidos, seguido de 38,4% dos que sinalizam que esta relação é inevitável. É possível identificar que mesmo tendo um percentual considerado dos que avaliam positivamente a construção e manutenção de relações de apego entre o educador e a criança ou adolescente, há pouco mais de 10% dos entrevistados que negam a importância destas relações.

Quando associada a avaliação feita pelos educadores das relações de apego com o seu perfil, é possível identificar que as mulheres com filhos a identificam como algo sem problemas. A experiência com filhos foi percebida no estudo de Corrêa e Cavalcante (2013) como uma variável relevante para o nível de conhecimento do educador. Aqui, parece se reafirmar a relevância da maternidade ou paternidade como uma característica que sugere a forma do educador ver o acolhimento, e mais especificamente as relações de apego construídas no processo. Cavalcante (2008) identificou que as educadoras se apegam as crianças a partir de um conjunto de características que são peculiares em condições de acolhimento institucional, tais como: necessidade de ser cuidada, demanda de atenção contínua, é um ser desprotegido, e tendo a ser visto como um filho. Em linhas gerais, a autora aponta que o apego é concebido, pelas educadoras, como um vínculo afetivo, sentimento amoroso, comportamento de cuidado e, ainda, como uma relação maternal. Quando o assunto envolve relações afetivas, observa-se que os estudos apontam em duas vertentes, uma que vê o apego como positivo e os profissionais incentivam relações desta natureza, como foi possível perceber entre os educadores da RMB e na pesquisa de Cavalcante (2008). Em contrapartida, Avoglia, Silva e Mattos (2012) e Nogueira e Costa (2005) identificam um conjunto de educadores que negam e resistem a manifestações afetivas das crianças e adolescentes acolhidos, o que pode está intimamente relacionado a uma visão que não considera este tipo de relação como importante para o desenvolvimento dos acolhidos e para a qualidade do atendimento que é ofertado.

A partir do exposto, é inegável o caráter afetivo envolvido nas relações entre educadores e crianças/adolescentes (Cavalcante, 2008; Forgearini & Arpini, 2009; Golín & Benetti, 2013; Magalhães et al., 2011). A dimensão afetiva é apontada inclusive pelas orientações técnicas (Brasil, 2009) como algo possível, necessário e que deve acontecer no contexto institucional. Entretanto, não se pode negar o caráter complexo do fenômeno. Por isso é importante que o educador conheça claramente o seu papel na instituição. Para tanto, estabelecer momentos de troca, espaços de escuta e acolhimento de demandas afetivas do educador deve ser uma prática adotada nas instituições. Portanto, cuidar deste cuidador deve ser uma prática permanente dentro dos espaços de acolhimento. Nesta perspectiva, é necessário disseminar a noção e a importância de práticas institucionais focadas no cuidar de quem cuida, pois assim tem-se um atendimento de qualidade e promotor de desenvolvimento.

Ainda sobre práticas que devem fazer parte do cotidiano das instituições, é necessário focalizar para ações voltadas ao processo de reintegração familiar da criança e do adolescente. Os documentos legais e normativas (Brasil, 2009; ECA, 1990, Lei 12.010) reafirmam o princípio em torno da família, e que o acolhimento deve ser uma medida provisória e excepcional como transição para o processo de reintegração familiar. Assim, as instituições devem se valer de um conjunto de práticas e estratégias para garantir o sucesso do processo de reintegração familiar. Dentre as práticas adotadas para favorecer este processo, as orientações técnicas (Brasil, 2009) destaca o resgate da história de vida da criança e do adolescente que se encontra acolhido.

Para tanto, se investigou sob a realização ou não, por parte do educador, de práticas de cuidado voltadas ao resgate da história de vida e em que consistem. A Tabela 46 ilustra a se estas práticas são desenvolvidas pelos educadores entrevistados, e em caso positivo detalha quais são elas.

Tabela 46.

Frequência de educadores das instituições de acolhimento da RMB em relação as práticas adotadas com vistas ao resgate da história de vida das crianças e adolescentes (N=198).

Práticas de cuidado	f	%
Resgate da história de vida		
Não realiza	94	47,5
Realiza	104	52,5
Práticas adotadas		
Livro de fotografias	10	5,1
Registros individuais	29	14,6
Estimular a criança e/ou adolescente a falar da vida em família	75	37,9
Na acolhida, guarda ou separa os pertences pessoais	51	25,8
Preparação para o desligamento	37	18,7
Outros	6	3,0
SI	1	0,5

Práticas de cuidado que visam o resgate da história de vida das crianças e adolescentes em acolhimento são adotadas por 52,5% dos entrevistados, com destaque para ações que estimulam o acolhido a falar da vida em família (37,9%), guardar os pertences pessoais na chegada no espaço (25,8%) e de preparação para o desligamento (18,7%).

Práticas que envolvem o resgate da história de vida está entre as principais tarefas do educador. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) os educadores devem auxiliar a criança e adolescente na organização de fotografias, registros individuais, e demais elementos que retrate a história de vida da vivência durante o acolhimento. Estratégias desta natureza contribui para que o acolhido preserve a sua história de vida, o que pode favorecer o processo de reintegração familiar. Este processo deve envolver um conjunto de estratégias com o foco na construção ou reconstrução dos vínculos familiares, e especialmente deve fazer parte do cotidiano institucional. Fica evidente que frente a estas estratégias, os educadores também conseguem garantir um atendimento individual e personalizado.

Entre os educadores que sinalizam não realizar estratégias desta natureza, a justificativa está pautada em uma prática que não cabe ao educador, ou até mesmo que ao se falar sobre a família com o acolhido se pode suscitar sentimentos negativos, e

sofrimento diante da situação de risco e vulnerabilidade vivenciada no contexto familiar.

De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) ações desenvolvidas tanto na chegada como na saída da criança e do adolescente, merece uma atenção especial dos profissionais que trabalham nas instituições. A partir desta relevância dada ao momento da chegada e da partida que se investigou com que frequência o educador executa práticas de cuidado nestes dois momentos. A dificuldade em perceber e identificar o seu papel e suas atribuições fica evidente neste grupo de profissionais que dizem não realizar a prática de resgate da história de vida. Frente a este aspecto, mais uma vez fica evidente a necessidade de o educador conhecer suas atribuições e é papel da instituição, seus dirigente e equipe técnica ofertar isto. As orientações técnicas (Brasil, 2009) destacam a necessidade de capacitação introdutória a estes profissionais, cujo objetivo é inserir o educador no espaço, apresentando o serviço, suas regras e normas, bem como as leis e normativas que regem o atendimento, é importante que neste momento seja apresentado e discutido o PPP, entre outros aspectos relevantes para o funcionamento da instituição.

O PPP aparece como um importante instrumento que contribui para a oferta de um atendimento adequado às crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento (Brasil, 2009). O documento visa, em linhas gerais, orientar a proposta de atendimento do serviço como um todo, englobando o funcionamento interno e externo, com destaque para a rede de serviços, as famílias e comunidade. Nos resultados apresentados no capítulo 3, de caracterização das instituições da RMB, identificou-se que 50% dos serviços investigados não possuem o documento. Deve-se mencionar, ainda, que pouco mais de 53% das unidades, estão em funcionamento desde os anos 90. Assim, tem-se 50% dos serviços que estão funcionando a mais de 22 anos sem um documento ou instrumento que guie e norteie suas normas e práticas. Ao que parece, a própria rotina de atendimento tem sido o principal instrumento norteador das regras nestas instituições. Este tipo de direcionamento pode favorecer para uma confusão ou desconhecimento em relação a quais são as práticas adequadas para as demandas atendidas nos espaços, o que se reafirma com os dados de 47,5% dos educadores que não realizam ações que envolve o resgate da história de vida da criança e adolescente, a partir da justificativa de que não é sua tarefa, mas sim da equipe técnica.

Tem-se, portanto, acordo em relação a necessidade de o educador desenvolver sua prática de cuidado, e esta precisa fazer sentido para o mesmo, enquanto parte das

suas atribuições. Neste sentido, foram investigados um conjunto de práticas, típicas da rotina tanto institucional quanto de cuidado a crianças e adolescente, com foco para a frequência de execução destas atividades por parte do educador. Dentre as práticas investigadas identificou-se com que frequência o educador recebia as crianças e adolescentes em sua chegada a instituição de maneira calorosa e afetuosa, bem como se acompanhava, encoraja e preparava para a saída da instituição da mesma maneira que na chegada. A Tabela 47 ilustra os dados referente a frequência com que o educador executa esta prática com as crianças e adolescentes, tanto na chegada quanto na saída da instituição.

Tabela 47.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado quanto ao acolhimento e desligamento das crianças e/ou adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Frequência de execução da prática de cuidado	Recebe na Acolhida		Prepara para o Desligamento	
	f	%	f	%
Nunca	4	2,0	11	5,6
Poucas vezes	11	5,6	18	9,1
Nem poucas nem muitas vezes	13	6,6	18	9,1
Muitas vezes	42	21,2	45	22,7
Sempre	128	64,6	106	53,5

Ações que envolvem carinho, afeto e atenção por parte do educador para com as crianças e adolescentes na chegada à instituição (85,8%) e no retorno para a família (76,2%) parecem ser uma prática frequentemente na rotina destes profissionais. Tanto a chegada a instituição quanto a preparação para a saída são momentos cruciais no processo de acolhimento e garantir condições favoráveis para as crianças e adolescentes neste momento é oferecer um atendimento de qualidade. De acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009) deve-se dar atenção especial no momento da acolhida inicial, visto que a criança e adolescente quando chegam estão fragilizados, e em alguns casos não sabem ao certo o motivo de terem sido acolhidos. Este momento da acolhida inicial é realizado em mais 70% das instituições da RMB pelo educador e/ou equipe técnica, conforme resultado apresentado no capítulo 3, que descreve o perfil das unidades de acolhimento pesquisadas nesta pesquisa.

O documento orientações técnicas (Brasil, 2009) destaca que estes profissionais devem adotar uma postura receptiva, com atitudes respeitosa e afetuosa. Frente ao

elevado número de educadores que indicam executar com certa frequência práticas de cuidado, nos momentos de acolhida e despedida, é possível dizer que as instituições da RMB, em sua maioria, estão em consonância com as disposições propostas nas orientações técnicas (Brasil, 2009).

Além destes dois momentos, no próprio período do acolhimento é esperado um conjunto de prática, por parte dos profissionais, na busca de oferecer um atendimento de qualidade as crianças e adolescentes que se encontram acolhidas. Neste sentido, conhecer a instituição, requer um olhar par a identificação de práticas comuns adotadas na rotina de atendimento, aqui com especial atenção dada as atividades que envolve educador e criança/adolescente. Atividades da rotina institucional são, portanto, importantes momentos para interações de qualidade entre o educador, crianças e adolescentes.

Assim, investigou-se a frequência em que os educadores adotavam práticas de cuidado em situações típicas da rotina institucional, tais como, alimentação, sono, higiene, brincadeira, entre outros. A frequência de práticas de cuidados dos educadores em momentos de alimentação está ilustrada na Tabela 48.

Tabela 48.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado em momentos de alimentação das crianças e adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas em momentos de alimentação	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Fala Nome Alimentos	17 (8,6)	30 (15,2)	16 (8,1)	66 (33,3)	69 (34,8)
Encoraja as crianças pequenas a falarem	22 (11,1)	11 (5,6)	6 (3,0)	63 (31,8)	96 (48,5)
Incentiva a criança a se alimentar sozinha	22 (11,1)	2 (1,0)	12 (6,1)	51 (25,8)	111 (56,1)
Incentiva Alimentação saudável	4 (2,0)	6 (3,0)	10 (5,1)	45 (22,7)	133 (67,2)
Experimentar e/ou conhecer novos alimentos	20 (10,1)	13 (6,6)	26 (13,1)	60 (30,3)	79 (39,9)
Pergunta sobre preferências de alimentos	26 (13,1)	32 (16,2)	35 (17,7)	51(25,8)	54 (27,3)

As práticas de cuidados em situações que envolve atividades de alimentação são desenvolvidas comumente na rotina institucional pelos educadores. Ações que estimulam a ter uma alimentação saudável (89,9%), independência (81,9%), a fala de crianças pequenas (80,3%), experimentação de novos alimentos (79,2%) e construção de repertório verbal (68,1%) durante as refeições, são as atividades desenvolvidas pelos educadores que alcançam níveis maiores de frequência.

Atividades voltadas para o ensino de como se comportar durante as refeições, postura correta, como segurar o talher e sentar-se à mesa, foram práticas de cuidado relevantes encontradas no estudo de Corrêa (2011). Tanto na pesquisa de Corrêa (2011) como nos resultados deste estudo com os educadores das instituições da RMB, que o momento da alimentação é marcado por um aprendizado contínuo e com o constante monitoramento deste profissional.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (2009) o estilo de alimentação tem efeitos diretos para o desenvolvimento e qualidade de vida dos indivíduos. Entretanto, as interações estabelecidas durante o processo da alimentação são importantes indicativos para se identificar um atendimento de qualidade por parte do adulto frente a criança ou adolescentes que se encontra sob seus cuidados. E nesta perspectiva, o educador exerce papel fundamental, especialmente quando quem está sob os seus cuidados são crianças na primeira infância. Tendo em vista que nesta fase da vida, a criança necessita de uma atenção individualizada, e encontra-se em fase importante de aprendizagem.

Outra situação típica da rotina, e que pode envolver um conjunto de práticas promotoras de desenvolvimento, é o momento do descanso e sono. Corrêa, Cavalcante, Silva e Dell'Aglio (2011) destacam que o momento do sono é marcado por práticas adotadas pelas educadoras direcionadas a promoção de um ambiente mais aconchegante, calmo e propício ao descanso das crianças. A Tabela 49 indica a frequência com que os educadores desempenhavam atividades durante o sono e descanso das crianças e adolescentes no espaço de acolhimento.

Tabela 49.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado em momentos do descanso e sono das crianças e adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas em momentos de sono e descanso	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Canta	51(25,8)	26 (13,1)	18 (9,1)	42(21,2)	61 (30,8)
Coloca música calma	63(31,8)	34 (17,2)	30 (15,2)	36(18,2)	35 (17,7)
Faz carinho	25(12,6)	9 (4,5)	16 (8,1)	57(28,8)	91 (46,0)
Conta histórias	29(14,6)	26 (13,1)	31 (15,7)	53(26,8)	59 (29,8)
Atenção individualizada quando tem dificuldade de dormir	9 (4,5)	6 (3,0)	14 (7,1)	56(28,3)	113(57,1)
Incentivam a arrumar a própria cama	18 (9,1)	10 (5,1)	10 (5,1)	39(19,7)	21 (61,1)

Práticas de cuidado em momentos de sono e descanso também fazem parte comumente da rotina institucional entre os educadores entrevistados. Entre os níveis mais frequentes identificou-se o oferecimento de atenção individualizada para os que possuem dificuldade para dormir (85,4%), incentivo a arrumação da cama (80,8%) e atitudes de carinho (74,8%) durante o sono e descanso da criança e adolescente. Práticas que utilizam o canto (38,9%) e o oferecimento de músicas calmas (49,0%) são atividades pouco ou nunca adotadas de acordo com os educadores.

Estratégias voltadas ao oferecimento de carinho e atenção aos que possuíam dificuldades de dormir e a organização do espaço, especialmente a cama, foram atividades também encontradas na pesquisa de Corrêa et al. (2011). Estas práticas, quando oferecidas de forma constante e duradoura, podem favorecer a aprendizagem de competências importantes e comuns na rotina das crianças e adolescentes. Atividades voltadas a atenção de demandas específicas, como com as crianças que apresentam dificuldade de dormir, por exemplo, sugere ainda, um atendimento individualizado e personalizado. Assim como, em estratégias que estimulem ao acolhido a arrumar sua própria cama, pode favorecer o processo de independência e autonomia dos mesmos. Tanto a oferta de atendimento individualizado e personalizado quanto o fortalecimento da autonomia das crianças e adolescentes nos espaços de acolhimento, são práticas recomendadas nas orientações técnicas (Brasil, 2009) e precisam ser constantemente adotadas pelos educadores.

Momentos dedicados a higiene, também são importantes formas de promover desenvolvimento e identificar as práticas dos educadores. Neste sentido, investigou-se a frequência com que os educadores desenvolviam práticas de cuidados em situações envolvendo a higiene pessoal das crianças e adolescentes nas instituições da RMB. Em virtude de o momento da higiene ser diferenciado para crianças e adolescentes, as práticas de cuidado serão apresentadas de acordo com a fase do desenvolvimento em que se encontram os acolhidos, os dados são apresentados na Tabela 50.

Tabela 50.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado em momentos da higiene pessoal das crianças e adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas em momentos de higiene	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Higiene pessoal das crianças					
Lavagem das mãos	21 (10,6)	5 (2,5)	8 (4,0)	27 (13,6)	137 (69,2)
Uso de papel higiênico	31 (15,7)	12 (6,1)	10 (5,1)	26 (13,1)	119 (60,1)
Abotoar/fechar a roupa	29 (14,6)	8 (4,0)	15 (7,6)	48 (24,2)	98 (49,5)
Higiene bucal	21 (10,6)	2 (1,0)	7 (3,5)	24 (12,1)	144 (72,7)
Passar xampu/condicionador	25 (12,6)	10 (5,1)	14 (7,1)	27 (13,6)	122 (61,6)
Passar sabonete	27 (13,6)	6 (3,0)	11 (5,6)	33 (16,7)	121(61,1)
Troca da fralda	89 (44,9)	14 (7,1)	16 (8,1)	16 (8,1)	63 (31,8)
Higiene pessoal dos adolescentes¹					
Lavagem das mãos	14 (7,1)	3 (1,5)	5 (2,5)	10 (5,1)	112(56,6)
Uso de papel higiênico	21 (10,6)	4 (2,0)	6 (3,0)	14 (7,1)	99 (50,0)
Uso correto e o descarte de absorvente	44 (22,2)	2 (1,0)	3 (1,5)	8 (4,0)	75 (37,9)
Higiene bucal	14 (7,1)	3 (1,5)	7 (3,5)	16 (8,1)	104(52,5)
Passar xampu e condicionador	17 (8,6)	2 (1,0)	10 (5,1)	15 (7,6)	100(50,5)
Passar sabonete	18 (9,1)	6 (3,0)	10 (5,1)	11 (5,6)	99 (50,0)
Fazer corretamente a higiene íntima	29 (14,6)	3 (1,5)	5 (2,5)	14 (7,1)	93 (47,0)

¹ Nota: 27,3% indicam que nunca trabalharam com adolescentes e 33,3% sinalizam que nunca trabalharam com adolescentes e/ou do sexo feminino.

O momento da higiene tanto com as crianças como com os adolescentes é frequentemente marcado por práticas voltadas a higiene bucal, lavagem das mãos, uso

correto do sabonete, xampu e condicionador. Chama a atenção que práticas voltadas a troca da fralda é indicada por 52% dos educadores como uma atividade que nunca ou pouco realizam. No capítulo 3 identificou-se que cinco, das 14 instituições que fizeram parte desta pesquisa, acolhem crianças de zero a quatro anos, que são as que ainda precisam do uso da fralda, tendo uma maior concentração, desta demanda, em uma ou duas instituições no máximo. Este resultado apresentado no capítulo do perfil das instituições, pode justificar a baixa frequência de práticas voltadas a troca de fraldas entre os educadores entrevistados.

Necessidades de ordem prática, como higiene e alimentação, por exemplo, são apontadas por Nogueira e Costa (2005) como atividades que demandam uma carga de trabalho muito pesada para o educador na rotina institucional. Apesar desta carga de investimento, apontada por Nogueira e Costa (2005), as práticas de higiene são apontadas pelos educadores das instituições da RMB como frequentes na rotina de cuidados.

Corrêa, Cavalcante e Magalhães (2014) apontam que frente a demanda de cuidar de muitas crianças em momentos na rotina do banho, por exemplo, as educadoras se utilizam de estratégias para dar conta da tarefa. Para isso, usam seu próprio corpo ou de outras crianças para ensinar a passar o xampu, condicionador, sabonete, a escovar os dentes, entre outras situações que fazem parte deste momento.

Diante do exposto, destaca-se que o momento da higiene deve ser visto como um importante espaço social e cultural, e, portanto, um ambiente de qualidade para o desenvolvimento das crianças, especialmente as que se encontram nos primeiros anos de vida. Para Salina-Brandão e Williams (2009) itens que envolve higiene e vestimenta das crianças e adolescentes são avaliados, por profissionais da assistência, como importantes indicadores de qualidade, e, assim, merece especial atenção dos profissionais envolvidos.

Investigou-se, também, práticas de cuidados dos educadores frente a demandas específicas das crianças e adolescentes que estão sob sua atenção, tais como, brincadeiras, situações de choro, conversas individuais, entre outros. A Tabela 51 ilustra os dados em relação a frequência com que os educadores desempenham práticas voltadas a demandas individuais das crianças e adolescentes.

Tabela 51.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado frente as demandas das crianças e adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Responde de forma verbal/não verbal ao choro, gestos, sons, palavras e perguntas	1 (0,5)	4 (2,0)	14 (7,1)	47 (23,7)	132 (66,7)
Geralmente olha para a criança e/ou adolescente enquanto fala com ela	1 (0,5)	4 (2,0)	4 (2,0)	32 (16,2)	157 (79,3)
Conversa sobre atividades da rotina	3 (1,5)	5 (2,5)	13 (6,6)	50 (25,3)	127 (64,1)
Conversa sobre figuras, lê livros, ou canta rimas infantis individualmente	18 (9,1)	9 (4,5)	18 (9,1)	57 (28,8)	96 (48,5)
Brinca de faz de conta com as crianças	39 (19,7)	14 (7,1)	22 (11,1)	59 (29,8)	64 (32,3)

Os educadores indicam um conjunto de práticas de cuidado voltadas para as demandas das crianças e adolescentes que são frequentes na rotina de cuidados. Dentre as mais desenvolvidas, tem-se o incentivo de conversas olhando nos olhos do outro (95,5%), atenção e respostas de pronto a comportamentos verbais e não verbal, choro e perguntas dos acolhidos (90,4%), e conversas sobre as atividades desenvolvidas no dia a dia (89,4%).

Atividades que demandam um contato mais próximo, como olhar nos olhos, o toque e o estabelecimento do diálogo, são apontados nos estudos de Barros e Fiamenghi (2007) e Nogueira e Costa (2005) como pouco desenvolvidas pelos educadores no espaço de acolhimento. Em contrapartida, estas são estratégias apontadas pelos educadores das instituições da RMB como executadas frequentemente na rotina de cuidados com as crianças e adolescentes. Conforme aponta o documento orientações técnicas (Brasil, 2009) a criança e adolescente precisam fazer parte ativamente da rotina institucional. O que pode ser garantido com a prática de conversar sobre o dia a dia na instituição com o acolhido, sendo esta atividade apontada pelos educadores entrevistados como frequente na rotina de trabalho.

Situações que envolvem brincadeiras e a interação do educador com a criança ou adolescente no momento da contação de história está entre as práticas realizadas com frequência considerada entre os participantes. Em estudo desenvolvido por Corrêa e

Cavalcante (2013) as atividades lúdicas são apontadas como comuns na rotina institucional, e apontam que o envolvimento do educador nestes momentos é primordial para o desenvolvimento dos acolhidos. Alexandre e Vieira (2004) sinalizam que o momento da brincadeira, pode funcionar como uma situação favorável ao estabelecimento de interações afetivas. A frequência com que o educador se envolve em situações da rotina, como por exemplo, os momentos de brincadeira, podem ser importantes estratégias para a garantia de um atendimento de qualidade no espaço institucional. Portanto, torna-se extremamente relevante o envolvimento de uma pessoa mais experiente na relação com a criança (Hakness & Super, 1996), assim como no seu mundo de faz de conta (Martins & Szymansky, 2004).

Ao se identificar as características desejadas em um educador, as orientações técnicas (Brasil, 2009) indicam que este profissional precisa saber lidar com em situações de conflito e interações sociais diversificadas, comuns entre crianças e adolescentes. Nesta perspectiva, investigou-se com que frequência os educadores desenvolviam práticas voltadas para interações positivas e conflituosas entre as crianças e adolescentes acolhidos. A Tabela 52 ilustra estes dados.

Tabela 52.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado em situações conflito e interações sociais positivas entre as crianças e/ou adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Favorece interações e relações de amizade	6 (3,0)	10(5,1)	8 (4,0)	65 (32,8)	109 (55,1)
Intervém em agressões físicas, verbais e gestuais	8 (4,0)	2 (1,0)	2 (1,0)	27 (13,6)	159 (80,3)
Media as brigas relacionadas a dificuldades nas relações afetivas	46 (23,2)	9 (4,5)	9 (4,5)	45 (22,7)	89 (44,9)
Media os conflitos advindos de pegar os pertences do outro.	6 (3,0)	6 (3,0)	6 (3,0)	37 (18,7)	143 (72,2)
Intervém em situações de Bullying	28 (14,1)	5 (2,5)	6 (3,0)	35 (17,7)	124 (62,6)
Demonstrar carinho no toque, no olhar, no tom de voz	5 (2,5)	3 (1,5)	10 (5,1)	47 (23,7)	133 (67,2)

Incentivar a participação no cuidado das crianças e/ou adolescentes maiores para com as menores.	5 (2,5)	4 (2,0)	9 (4,5)	50 (25,3)	130 (65,7)
Incentivar a colocação de limites.	2 (1,0)	1 (0,5)	6 (3,0)	25 (12,6)	164 (82,8)

Identificou-se que os educadores dizem atuar frequentemente em situações de conflito e interações sociais positivas com as crianças e adolescentes acolhidos. As práticas, voltadas a situações de conflito, que se destacam com elevados níveis de execução envolvem incentivos por parte do educador em colocação de limites (95,4%), intervenção frente a comportamentos agressivos dos acolhidos (93,9%), mediação de conflitos advindo do uso indevido dos pertences dos outros (90,9%). Sobre as interações sociais positivas a ênfase é para o incentivo na participação do cuidado dos maiores para com os menores (91,0%) e em demonstrações de afeto no contato com o acolhido (90,9%).

Assim como em outras situações típicas do dia a dia da instituição, o estímulo por parte dos educadores em interações sociais positivas e a resolução de situações de conflito são comuns na rotina dos serviços de acolhimento da RMB. Situações desta natureza, também foram encontradas nos estudos de Avoglia et al. (2012), Corrêa e Cavalcante (2013), Corrêa, Cavalcante e Magalhães (2014), Corrêa et al. (2011) e Motta et al., (2006), especialmente em momentos de brincadeira, banho e sono. Assim, identifica-se que as situações comuns da rotina institucional funcionam como ricos e importantes momentos para o ensino e educação das crianças e adolescentes que se encontram em espaços coletivos de cuidado.

Entre as práticas citadas pelos educadores, o incentivo da participação de crianças e adolescentes maiores no cuidado com os menores, é identificado como um importante momento de aprendizagem. Este tipo de iniciativa é identificado por Bronfenbrenner (1996) como fazendo parte, do que ele chamou de currículo de atendimento. Para o autor, oportunidades de aprendizagem podem ocorrer quando envolve a participação no cuidado e atenção de indivíduos mais experientes com os menos, e assim, garante não somente o entendimento do indivíduo, mas a participação ativa na tarefa. Estratégias deste tipo podem ser extremamente relevante quando se fala de ambiente coletivo de cuidado, onde a proporção de educador é bem menor que o de crianças e adolescentes. Contudo, as orientações técnicas (Brasil, 2009) apontam que esta não pode ser uma estratégia para diminuir a carga de trabalho do educador, ou seja,

não funcionar para que o acolhido faça o trabalho do adulto. Mas que pode ser uma importante estratégia para favorecer o processo de autonomia e independência do acolhido, e também de interações positivas entre os pares e irmãos no espaço institucional.

Em se tratando de interações entre os irmãos, é papel da instituição e consequentemente do educador favorecer estas situações no ambiente de acolhimento. A partir desta perspectiva, investigou-se com que frequência os educadores da RMB realizam práticas de cuidado voltadas para a manutenção e construção de vínculos entre as crianças e adolescentes acolhidos. Os dados são apresentados na Tabela 53.

Tabela 53.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado na manutenção e construção de vínculos entre as crianças e/ou adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Grupos de irmãos dentro da instituição	17 (8,6)	9 (4,5)	16 (8,1)	33 (16,7)	123 (62,1)
Com os pais/responsáveis	44 (22,2)	22 (11,1)	19 (9,6)	41 (20,7)	72 (36,4)
Com a família extensa	42 (21,2)	24 (12,1)	22 (11,1)	44 (22,2)	66 (33,3)
Em caso de adoção, os pais adotivos.	41 (20,7)	17 (8,6)	17 (8,6)	40 (20,2)	83 (41,9)

Ao se perguntar a respeito de práticas voltadas a manutenção e construção de vínculos entre as crianças e adolescentes a evidência está no incentivo em interações entre irmãos (78,8%) e conversas sobre adoção (62,1%). É possível identificar que práticas direcionadas a se conversar sobre os pais (33,3%) e a família extensa (33,3%) é identificado pelos educadores como realizado poucas vezes ou nunca.

Percebe-se uma menor frequência das práticas que envolve falar ou incentivar a importância da família quando se compara as ações anteriormente citadas, como de higiene, alimentação, sono, entre outros. Este resultado pode revelar que uma parcela dos educadores percebe a família como incapaz, ou não acreditam no reestabelecimento dos laços familiares, e por isso não estimulam a construção e manutenção dos vínculos com os seus membros. Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) encontraram resultados semelhantes, e discutem a respeito da descrença por parte do educador em relação a

família. Vale destacar, ainda, que as orientações técnicas (Brasil, 2009) apontam que o educador não deve competir ou desvalorizar a família dos acolhidos, mas favorecer a manutenção e (re) construção dos vínculos.

Outro conjunto de práticas que foi alvo de investigação neste estudo, foram as que envolviam a sexualidade das crianças e adolescentes no espaço de acolhimento. Assim, identificou-se com que frequência os educadores realizavam práticas direcionadas a sexualidade dos acolhidos, conforme ilustra a Tabela 54.

Tabela 54.

Percentual de educadores em relação a frequência que desenvolvem práticas de cuidado sobre sexualidade das crianças e/ou adolescentes nas instituições da RMB (N=198).

Práticas	Nunca	Poucas vezes	Nem poucas nem muitas vezes	Muitas vezes	Sempre
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Relação sexual	77 (38,9)	26 (13,1)	17 (8,6)	42 (21,2)	36 (18,2)
Relacionamento afetivo	49 (24,7)	18 (9,1)	15 (7,6)	58 (29,3)	58 (29,3)
Transformação do corpo	58 (29,3)	13 (6,6)	18 (9,1)	49 (24,7)	60 (30,3)
Uso de métodos contraceptivos	119 (60,1)	17 (8,6)	16 (8,1)	17 (8,6)	29 (14,6)
Masturbação	97 (49,0)	21 (10,6)	15 (7,6)	27 (13,6)	38 (19,2)
Violência sexual	88 (44,4)	26 (13,1)	17 (8,6)	30 (15,2)	37 (18,7)
DST ¹	110 (55,6)	12 (6,1)	17 (8,6)	21 (10,6)	38 (19,2)
O uso correto e descarte da camisinha	134 (67,7)	14 (7,1)	8 (4,0)	19 (9,6)	23 (11,6)

¹ DST = Doença sexual transmissível

Quando se fala de sexualidade, os educadores sinalizam que está é uma prática pouco frequente na rotina das instituições. Chama a atenção para os elevados percentuais de educadores que realizam pouco ou com nenhuma frequência práticas de cuidado direcionadas ao uso e descarte correto da camisinha (74,8%), métodos contraceptivos (68,7%) e DST (61,7%) com as crianças e adolescentes.

Há os que justificam que não desenvolvem este tipo de prática com crianças, pois associam que elas não compreendem o assunto, especialmente em função da fase do desenvolvimento que se encontram. Uma outra justificativa apresentada pelos educadores para a pouca ou não execução deste tipo de prática está no fato de uma grande parcela dos acolhidos se encontrarem na instituição pelo motivo da violência

sexual, e, portanto, falar sobre sexualidade, de acordo com os educadores poderia trazer má lembranças e reviver a situação de risco vivenciada no ambiente familiar.

Estudos apontam que o serviço de acolhimento e os educadores funcionam como importantes na rede de apoio de crianças e adolescentes que vivem nestes espaços (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2010). Ao que parece, os educadores das instituições da RMB atuam mais como apoio emocional, afetivo e instrumental e bem menos no apoio informacional, no qual envolveria o fornecimento de sugestões, conselhos, informações e explicações sobre assuntos diversos, o que aqui pode-se falar em temas sobre a sexualidade, por exemplo.

Identifica-se claramente a falta de preparo dos educadores das instituições da RMB em falar e lidar com o assunto da sexualidade. Penna, Carinhanha e Leite (2009) identificam, em sua pesquisa, que os educadores não se sentem capacitados para lidar com casos que envolvem violência, em especial a sexual. Aqui se vê a necessidade veemente de instrumentalizar estes profissionais para lidar com estas situações, especialmente entre os que trabalham diretamente com os adolescentes, visto que nesta fase, a sexualidade está em constante formação e transformação.

A partir do exposto neste capítulo se identificou quem são os educadores que atuam nas instituições da RMB, suas satisfações, concepções e práticas de cuidado adotadas no cotidiano das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes. Foi possível identificar um conjunto de educadores experientes, tanto pessoal como profissionalmente, em sua maioria mulheres e que apresentam escolaridade compatível com o que é exigido pelas orientações técnicas (Brasil, 2009). Observou-se que a falta de investimento em cursos de capacitação e aprimoramento pode estar contribuindo para certa confusão de papéis por estes educadores, e ainda, para a não execução de práticas de cuidado promotoras de desenvolvimento em momentos diversos da rotina institucional.

Fica evidente também, a carga emocional que representa ser um educador em ambiente de acolhimento, entretanto, trabalhar com esta demanda parece ser extremamente motivador e satisfatório para estes profissionais. Há, contudo, a necessidade de valorização do trabalho desenvolvido pelos educadores, e uma das formas de se garantir isto, é oferecendo melhores condições ambientais, de trabalho e salário, e cuidando deste cuidador. Para que assim se tenha um atendimento de qualidade e promotor de desenvolvimento as crianças e adolescentes acolhidos. Nóbrega e Minervino (2013) destacam que os cuidados ofertados pelos educadores

devem atender as demandas individuais, em diversos níveis e fase do desenvolvimento. É preciso ir além de apenas atender necessidades básicas de cada criança e adolescente. Vê-se claramente a necessidade de o educador identificar demandas individuais de cada acolhido, e também desenvolver ações que fazem sentido à sua prática, conforme aponta Bazon e Biasoli-Alves (2000) e Cintra e Souza (2010).

Por fim, é importante destacar que os serviços de acolhimento da RMB estão em processo de reordenamento, a partir da reformulação de práticas antigas que estão vigentes desde a promulgação do ECA. Contudo, estas mudanças precisam alcançar os profissionais que lidam diretamente com as crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento. Ou então, ter-se-á instituições novas e reordenadas, mas com concepções e práticas de cuidados que resgatam traços antigos, como os vigentes nas chamadas instituições totais.

Considerações Finais

O movimento em torno de pensar os serviços de acolhimento enquanto contextos de desenvolvimento vem a cada período da história ganhando mais força e repercussão para a infância e juventude no Brasil e no mundo. Os primeiros estudos apontam para um atendimento assistencialista, caritativo e de cunho religioso (Rizzini & Pilotti, 2009). A ideia de se ter um local para guardar e cuidar de crianças e jovens pobres, órfãos, abandonados, negligenciados e sem família ganhou repercussões ao longo dos séculos. Contudo, este olhar vem ao longo dos anos dando lugar para a necessidade de compreender os serviços de acolhimento enquanto contextos de desenvolvimento.

Muitos são os estereótipos frente a este cenário que marcam a história do acolhimento, e até nos dias atuais ganham repercussão, onde o abrigo é visto como um depósito de crianças e jovens pobres e órfãos, e que suas famílias não existem ou são “desestruturadas”. Os avanços frente a essa visão caminham a passos curtos, entretanto, é inegável os ganhos alcançados ao longo da história que podem ser identificados a partir de normativas legais conquistadas ao longo da história (ECA, Lei 8.069/90; PNCFC, Brasil, 2006; Orientações Técnicas, Brasil, 2009; Nova Lei da Adoção, Lei 12.010/10). A ideia da oferta de um ambiente de qualidade e promotor de desenvolvimento é sobremaneira a maior conquista.

As mudanças, na busca de um ambiente de qualidade, são claramente identificadas nos documentos legais. Quanto ao ambiente e sua estrutura, identifica-se a princípio um local insalubre e visto como um depósito e atualmente tem-se a tentativa de oportunizar um ambiente capaz de favorecer o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que nesses espaços vivem, bem como de ofertar objetos e instrumentos, com vistas a promoção de interações de qualidade. Outro avanço que ganha visibilidade ao longo da história é o papel da família nesse processo. Antes vista como incapaz e que negavam os filhos. Percebe-se, portanto, uma visão de família “desestruturada” e pobre. Hoje os familiares precisam ser cuidados e atendidos em suas demandas, assim como seus filhos, que também se encontram em situação de risco e vulnerabilidade. Ainda sobre os avanços ao longo da história, a visão e o papel das crianças e adolescentes ganha um olhar especial. A ideia de que a criança e o adolescentes precisa exclusivamente de um local para ser abrigado vai aos poucos se enfraquecendo e passa a se discutir estes indivíduos enquanto sujeitos de direito, que tem vez e voz nos espaços institucionais. E por fim, a visão que por muito tempo foi

disseminada do cuidador, ou o chamado monitor, como aquele que simplesmente monitora e repara a criança e o jovem, seja por caridade ou por pena. Hoje este adulto é visto como um profissional educador e cuidador, que precisa também ser ouvido e cuidado, bem como necessita de condições adequadas para desenvolver seu trabalho.

Essas são algumas das mudanças que ocorreram, e ainda, ocorrem na história do acolhimento. Em muitos casos, estas mudanças de perspectiva, visão e posturas foram decisivas no cenário da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Contudo, precisa-se de tempo e engajamento dos atores sociais para que essas mudanças ocorram de maneira satisfatória e com qualidade. E ancorado em pesquisas levantadas e nos próprios resultados deste estudo é possível identificar que uma parcela considerada das instituições de acolhimento no Brasil e no mundo ainda levam para a sua rotina de atendimento, práticas antigas, com traços das chamadas instituições totais, amplamente discutida por Goffman (2008).

Pensar os serviços de acolhimento apenas a partir de suas características negativas, ou enquanto fatores de risco ao desenvolvimento das crianças e adolescentes que ali vivem, foi por muito tempo o olhar dos pesquisadores, seja em âmbito nacional e especialmente no internacional. Este estudo, traz ao debate, portanto, o ambiente de acolhimento, que possui fatores de risco, mas que em maior ou menor proporção, também apresenta fatores de proteção. E nessa perspectiva, identifica-se que os dispositivos legais e normativas que regem a modalidade de acolhimento, tentam criar condições para que o ambiente institucional consiga garantir, de forma mais expressiva, condições que funcionam como fatores de proteção ao desenvolvimento dos atores envolvidos. Compartilha-se, ainda, das ideias de Bronfenbrenner (2011) quando fala da necessidade de olhar para um desenvolvimento social, aplicado ao indivíduo, e na mesma proporção a organização social que este faz parte.

Os levantamentos nacionais apontam que a região Norte é uma das que possuem menor número de serviços de acolhimento e atendem uma população menor, quando comparado, especialmente, com as regiões Sul e Sudeste (Brasil, 2013; Constantino et al., 2013; Silva, 2004). No cenário acadêmico, os estudos que se debruçam sob a realidade dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, em geral, trazem um panorama do Sul (Abaid & Dell’Aglia, 2014; Abaid et al., 2010; Siqueira & Dell’Aglia, 2010), Sudeste (Avoglia et al., 2012; Gontijo et al., 2012; Rosa et al., 2010; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Salina-Brandão & Williams, 2009; Vasconcelos et al., 2009) e em menor proporção do Centro-Oeste (Nogueira & Costa, 2005), Nordeste (Souza & Brito,

2015) e Norte (Cavalcante et al., 2009; Cavalcante et al., 2014; Corrêa & Cavalcante, 2013).

Frente a este cenário, buscou-se conhecer de forma mais ampla os serviços de acolhimento da região Norte, mais especificamente do Estado do Pará, com foco na RMB. É notório, assim, pensar e compreender o fenômeno do acolhimento de crianças e adolescentes a partir de uma visão ampla e que se constrói ao longo de anos de história de mudanças, mas também de retrocessos. É nesse âmbito, que este estudo se desenvolveu, a partir de um olhar para o contexto institucional tomando como parâmetro elementos do próprio ambiente, sua estrutura física e social, normas de funcionamento e atendimento. Se estende, ainda, para conhecer quem são os atores sociais, de onde vem, suas histórias de vida, e o que configura o processo de acolhimento. E por fim, pensar este fenômeno é envolver os agentes do cuidado, quem são estes profissionais que passam a ter função de referência neste ambiente coletivo. Suas histórias pessoais, acadêmicas e profissionais, suas angústias e satisfações. O que pensam sobre como trabalhar e cuidar de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e, diante de tal perspectiva, como se comportam frente ao ambiente e aos indivíduos que estão sob seus cuidados e atenção.

Quanto aos contextos, verificou-se maior concentração de serviços na capital paraense (57%), além de receber o maior número de acolhidos na RMB. Constatou-se que o município é o principal mantenedor das instituições governamentais e entre as não-governamentais, as organizações privadas e internacionais são predominantes. As instituições se constroem e aperfeiçoam suas ações frente a normativas construídas na rotina de atendimento. O que sugere constante reformulações das suas práticas com vista a oferta de um trabalho de qualidade.

Em relação ao espaço físico, observou-se configurações que caminham em direção a fornecer espaços com características residenciais, em áreas urbanas, de fácil acesso a comunidade em geral e sem placas de identificação. Contudo, ainda são encontrados, especialmente nos serviços governamentais do município de Belém, estruturas e normas antigas, e que estão distantes de características que se assemelham a uma residência. Como, por exemplo, o acesso negado aos acolhidos a algumas dependências no espaço, tais como, a cozinha. Ou ainda, a presença de guarda uniformizado, em guaritas, para garantir a “segurança” do ambiente.

No que concerne as modalidades de acolhimento encontradas na RMB, verificou-se um resultado expressivo de abrigo institucional e em menor proporção a

casa-lar. Entretanto, os critérios utilizados para o atendimento e capacidade dos espaços, vão de encontro ao que os dispositivos legais propõem. Especialmente quanto a separação por sexo, idade e, conseqüentemente, o desmembramento do grupo de irmãos. Assim, verifica-se que a proposta de reordenar os serviços de acolhimento institucional, com vistas a garantir que o afastamento familiar seja provisório, excepcional e forneça impactos mínimos ao desenvolvimento do indivíduo é ainda uma realidade não tão presente nos serviços da RMB.

É válido destacar, também, que não foram encontradas as modalidades de família acolhedora e república na região pesquisada. Foi possível identificar adolescentes que completaram a maior idade no espaço da instituição e ainda continuavam acolhidos. O que sugere práticas pouco eficazes de promoção da independência e autonomia dos jovens e, conseqüentemente, a inserção destes no mercado de trabalho. De acordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009) as instituições devem prever ações de fortalecimento dos vínculos comunitários, através da ampliação ao acesso à educação, qualificação profissional, bem como a progressiva autonomia do jovem, consigo mesmo, e no alcance de responsabilidades comuns da vida adulta. Atividades que visem a construção de projetos de vida e fortalecimento do protagonismo juvenil, devem ser ações previstas no PPP, o que foi pouco identificado nas instituições pesquisadas. Neste sentido, verifica-se a necessidade veemente da implementação de serviços, do tipo república, que consigam dar conta desta demanda. Assim como garantir, nos demais espaços de acolhimento, ações que visem a construção de projetos de vida e do protagonismo juvenil.

A modalidade família acolhedora tem sido implementada enquanto mais uma alternativa para o cuidado e atenção as crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. As experiências são apontadas pela literatura (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009; Rossetti-Ferreira et al., 2012) enquanto possibilidade a oferta de um atendimento individualizado e personalizado, com características familiares. Assim, sugere-se que este tipo de modalidade possa ser estruturada e implementada na RMB, especialmente para garantir a grande demanda de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, fases estas decisivas para o desenvolvimento e que merece uma atenção diferenciada.

Observou-se, também, a necessidade de articular, organizar e planejar as ações e práticas institucionais em documento compatível, o que neste caso pode ser representado pelo PPP. Em tese, este documento pode garantir uma distância menor entre as normativas legais que regem os serviços e as práticas adotadas na rotina diária

do atendimento. Cabe ainda, destacar a necessidade de inserir os diversos atores sociais na construção deste documento, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil, além de proporcionar a participação dos educadores e demais profissionais na elaboração do documento e, não somente, a equipe técnica e gerência. Há ainda, a necessidade de atualização constante deste documento, para garantir o que propõe os dispositivos legais construídos ao longo da história.

Outro aspecto importante a ser destacado é a articulação com a rede de serviços, especialmente quanto ao encaminhamento das crianças e adolescentes a educação, saúde, cultura e lazer. Ambientes estes, que fazem parte do mesossistema do acolhido. A inserção nos Cras, Creas, Postos de saúde, Escolas e na comunidade em geral são ações claramente identificadas nos serviços de acolhimento da RMB. Contudo, ainda, percebem-se falhas quanto a inserção de crianças nas creches e pré-escolas. Esta parece ser uma realidade presente nos serviços investigados, e se apresenta como uma necessidade urgente da rede de acolhimento, pois os resultados apontam que mais de 40% das crianças acolhidas no ano de 2012 estavam na faixa etária de zero a quatro anos, e que, portanto, poderiam estar frequentando creches e pré-escolas.

O acompanhamento da família é um ponto importante a se discutir nos serviços de acolhimento. Os dispositivos legais reiteram a primazia da família e no esforço em preservar e fortalecer os vínculos familiares. Para tanto, inúmeras são as estratégias que os serviços de acolhimento podem lançar mão para o exercício do trabalho com as famílias. As Orientações Técnicas (Brasil, 2009) sugerem várias técnicas que podem ser utilizadas com as famílias, dentre as quais, tem-se: estudo de caso, entrevista individual e familiar, grupo com famílias, grupo multifamiliar, visita domiciliar, orientação individual, grupal e familiar e encaminhamento à rede local. Constatou-se nas unidades de acolhimento da RMB que, em sua maioria, as ações envolvem acompanhamento social, visitas domiciliares, incentivo a visita e encaminhamentos para a rede local. Estudos de caso e trabalhos em grupos são ações que os gestores não mencionam como práticas institucionais vigentes na rotina de atendimento. Ações desta natureza podem contribuir para a troca de experiências entre os diversos profissionais envolvidos no caso, além de favorecer o compartilhamento de vivências entre as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Identificou-se, também, a necessidade de inserção das famílias no cuidado com os filhos enquanto estiverem acolhidos, através da participação dos familiares nas comemorações de aniversários ou em datas comemorativas, envolvimento em atividades, recreativas e culturais,

conjuntas, engajamento em reuniões escolares e consultas médicas. Sugere-se, portanto, que estas ações devam ser incorporadas enquanto protocolo de atendimento com as famílias, pois podem contribuir para um atendimento de qualidade e garantem um conjunto de atividades amplas no acompanhamento das mesmas, além de favorecer o empoderamento das famílias e fortalecimento dos vínculos afetivos. Possibilita, ainda, o maior engajamento da família no microsistema da criança e do adolescente, contribuindo para a garantia de relações recíprocas e regulares durante o acolhimento. Aspectos estes, apontados por Bronfenbrenner (1996) e Bronfenbrenner e Morris (1998), como importantes para que o desenvolvimento ocorra.

O acompanhamento das famílias e aos egressos dos serviços deve ser desenvolvido não somente durante o acolhimento, mas após a reintegração familiar. É importante e recomendado que haja acompanhamento das famílias por parte da equipe técnica e os demais sistemas de garantia de direitos, por pelo menos seis meses após o desligamento, conforme proposto pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009). Favorecer um acompanhamento psicossocial e apoio profissional é fundamental para garantir o sucesso do processo de reintegração. Entretanto, esta tem sido uma prática pouco desenvolvida entre as instituições de acolhimento da RMB, especialmente quanto a qualificação profissional, assistência jurídica e psicológica. Estratégias desta natureza podem contribuir, ainda, para evitar novas rupturas de vínculo e, conseqüentemente, múltiplos encaminhamentos aos serviços de acolhimento. Há a necessidade, portanto, de um acompanhamento sistemático das famílias, das crianças e adolescentes egressos, durante e após a reintegração, conforme propõem Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011).

Frente a este cenário percebe-se um conjunto de práticas institucionais que caminham em prol da oferta de um atendimento de qualidade nos serviços de acolhimento da RMB. E que devem ser considerados enquanto contextos de desenvolvimento. Entretanto, algumas ações e estratégias adotadas estão aquém do desejado. Ratifica-se a necessidade de as instituições pesquisadas compreenderem e ampliarem o olhar para a busca de um atendimento de qualidade. Identificando até que ponto as práticas adotadas favorecem a organização do serviço ou o desenvolvimento dos acolhidos, bem como das famílias que se encontram também em situação de risco e vulnerabilidade. Estes devem ser os protagonistas nesse cenário, e as ações institucionais precisam estar pautadas na garantia dos seus direitos, especialmente quanto a convivência familiar e comunitária saudável.

Diante do perfil das crianças e adolescentes acolhidos, assim como de suas famílias, enquanto protagonistas de sua história, procedeu-se a investigação de características desses atores, compreendendo as características da Pessoa, na perspectiva do modelo bioecológico. Os resultados, quanto ao perfil das crianças e adolescentes e dos familiares das instituições de acolhimento da RMB, apontam para um conjunto de características que corroboram pesquisas desenvolvidas, nacionais e internacionalmente.

Identificou-se que as crianças estão mais expostas a um conjunto de situações de risco, quando comparadas aos adolescentes. As famílias, em geral, possuem baixa escolaridade, estão engajados em atividades de baixa qualificação e remuneração, não recebem benefícios de apoio e complementação a renda, são usuários de drogas, lícitas e ilícitas. As famílias, portanto, se encontram em condição de risco e vulnerabilidade e em muitos casos estão fragilizadas. Tem-se assim, famílias que podem ser vistas como sistemas caóticos, conforme identifica Bronfenbrenner (2011) e Bronfenbrenner e Evans (2000). Para estes autores, o caos se instala nos vários sistemas ambientais, como, por exemplo, o contexto familiar. Pode-se dizer que as famílias das crianças e adolescentes acolhidos se enquadram dentro dos sistemas caóticos do modelo bioecológico. Por vezes é um contexto que falta rotina, há repetição de ciclos geracionais de violência, ambiente pobre de estimulação e possibilidade de interações recíprocas e complexas, bem como contextos precários, sem estrutura e marcados pela pobreza e o envolvimento com drogas. Estes elementos podem intensificar ainda mais a situação de vulnerabilidade das famílias, assim como gerar baixa responsividade com os filhos e, conseqüentemente, interferir no desenvolvimento dos mesmos.

Fica evidente, assim, o papel das instituições quanto a importância de um trabalho com os familiares, enquanto microssistema primário da criança e adolescente. É nítida a necessidade que essas famílias precisam ser assistidas. Contudo, ainda são identificadas inúmeras lacunas quanto a este tipo de trabalho nas instituições da RMB. É possível identificar um distanciamento entre a teoria e a prática, a antiga dicotomia entre o dizer que faz e o fazer propriamente dito. As instituições apontam para um conjunto de ações que são desenvolvidas com as famílias, entretanto, a realidade encontrada parece ser outra. Constatou-se uma realidade repleta de lacunas quanto a estas famílias, visto o número expressivo de falta de informações em relação a elas nos registros das instituições. Dados básicos, primordiais para o acompanhamento das famílias, são negligenciados nos documentos.

Cabe uma reflexão quanto ao elevado número de falta de informações em relação as famílias. Moreira et al. (2013) identificaram, em seu estudo, que os profissionais justificam a falta de registros nos prontuários devido à escassez de tempo na rotina de atendimento, da demanda e do caráter burocrático do tipo de trabalho nestes espaços. Frente a esta realidade é preciso ir além, e identificar o quanto a prática do registro faz sentido na rotina dos profissionais responsáveis pela organização deste documento. E o quanto esta falta de informação não pode estar arraigada de (pre) conceitos em relação a família, enquanto incapaz e que não merece ter sua história reconhecida e, especialmente, registrada. Compartilha-se das ideias apresentadas por Rossetti-Ferreira et al. (2012) e Serrano (2008) quando sinalizam que esta falta de registro em relação aos dados familiares pode representar um fenômeno, chamado, por elas, de “invisibilidade familiar”.

As concepções dos profissionais quanto as possibilidades de reconstrução dos vínculos familiares e do fortalecimento dos recursos em voltar a cuidar dos filhos podem ser ferramentas fundamentais (Brasil, 2009) para favorecer o empoderamento das famílias. Assim como, possibilita e aumenta as chances de o processo de reintegração ser eficaz.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade urgente dos serviços de acolhimento dar conta desta lacuna nos registros. Fazer um acompanhamento sistemático desta família e registrar os avanços e retrocessos de cada caso. Atualizar informações básicas são ações que precisam ser implementadas nos serviços de acolhimento da RMB. Sugere-se a construção de uma ficha padrão, com informações básicas e fundamentais de cada caso atendido pela instituição, que deve ser constantemente revisto pela equipe técnica. Desta forma, tem-se um conjunto de práticas que focalizam para a história singular das famílias e que, por mais sofrida ou conflituosa, merece a devida atenção dos sistemas de garantia de direitos. Deve ser dado o devido destaque para as suas características biopsicossociais, considerando suas disposições, recursos e demandas, apontadas por Bronfenbrenner e Morris (1998) como essenciais para o estudo do componente Pessoa no modelo bioecológico.

Ainda sobre os dados familiares, se faz relevante discutir quanto ao acolhimento de irmãos na mesma instituição. O acolhimento de irmãos foi uma realidade expressiva encontrada nos prontuários pesquisados da RMB. Contudo, identificou-se que mais de 20% das crianças e dos adolescentes possuem irmãos acolhidos em outras instituições. Sugerindo que, nestes casos, não se garantiu a primazia do não-desmembramento dos

irmãos. É possível supor que estes 20%, dos irmãos acolhidos separados, estejam nessa condição, em virtude dos critérios adotados para o atendimento em algumas instituições, especialmente quanto ao sexo, deficiência e a idade.

Ratifica-se aqui o impacto que existe em adotar critérios específicos para o atendimento, o que envolve não somente a separação dos irmãos, mas uma dificuldade maior em possibilitar a construção e manutenção dos vínculos entre estes. Cabe destacar que poucas são as estratégias utilizadas pelas instituições que garantem a convivência conjunta, como, por exemplo, em passeios, datas comemorativas e atividades externas, com os familiares e conseqüentemente com os irmãos que se encontram acolhidos em outras instituições. Portanto, verifica-se a necessidade de as instituições garantirem a possibilidade das crianças e adolescentes que possuem irmãos ou demais graus de parentesco em conviver na rotina do acolhimento. Proporcionando o envolvimento em atividades do dia a dia, como brincadeiras, passeios, alimentação conjunta, dormir no mesmo quarto, entre outros. Com a promoção destas estratégias é possível aumentar a oferta e possibilidade de convivência entre os familiares e, conseqüentemente, trabalhar a manutenção e fortalecimentos dos vínculos afetivos.

Ainda sob a possibilidade de convivência entre os membros da família com a criança e adolescente que se encontra acolhido, o momento da visita se configura como um importante mecanismo para a preservação dos vínculos. Entre as instituições pesquisadas na RMB, todas as 14 indicam que registram dados da visita. Identificou-se, através da consulta aos prontuários, que há o registro da informação. Entretanto, a qualidade no registro é precária. Observou-se muitas lacunas, dados pouco precisos, especialmente, quanto a periodicidade, quem visita, o conteúdo dos encontros, sob as interações entre os visitantes e suas reações antes, durante e após o momento da visita.

A visita se apresenta enquanto um importante mecanismo para a preservação dos vínculos familiares. Além de possibilitar à equipe técnica identificar em que condições se encontram as relações entre os familiares e, assim, fornecer avaliações mais precisas e qualitativas quanto a possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. A visita familiar pode se constituir, também, como um importante elemento que faz parte do processo proximal do acolhido, pois é capaz de promover desenvolvimento, conforme propõe Bronfenbrenner (2011).

Frente a esta situação, é possível inferir que registrar as minúcias da visita não tem sido uma estratégia adotada pelas instituições. O que se configura como uma falha no processo e que, portanto, precisa ser reavaliada pelos serviços e, especialmente

pela equipe técnica responsável. Garantir uma boa análise quanto a relação com os familiares, especialmente, no momento da visita pode ser um importante instrumento para favorecer o sucesso do processo de reintegração familiar e, também, evitar novos acolhimentos. Siqueira et al. (2011) sugerem a necessidade de criação de um plano de visitação, que envolveria visitas planejadas, proporcionar atividades em conjunto, tais como: tarefas escolares, domésticas, de lazer e cultura. E que, nestes momentos, possa ser avaliada as reconexões e os laços afetivos entre os membros familiares. Portanto, a visita precisa ter um caráter facilitador de interações e engajamento entre os familiares e seus filhos, além de ser um momento que precisa ser acompanhado pelos agentes sociais.

Traz-se ao debate, ainda, o respeito à garantia do acolhimento enquanto medida protetiva, de caráter excepcional e provisória, conforme disposto no ECA (Lei 8.069/90). Identificou-se casos em que o motivo do acolhimento foi conflito familiar e fuga do lar, em geral, estas justificativas envolviam situações conflituosas entre os familiares e os filhos diante de problemas de comportamento, especialmente, entre os adolescentes. Alguns destes problemas de comportamento, envolviam aspectos como má companhias, dificuldades no cumprimento de regras e envolvimento com drogas.

A rede de serviço socioassistencial, em tese, tem a função de oferecer condições para que as famílias deem conta de lidar com situações que são típicas da adolescência, como o envolvimento em comportamentos de risco e com o tráfico. Assim, se faz necessário pensar em que medida os serviços da rede de saúde e socioassistencial básica tem garantido o suporte e atenção a estas famílias. Observa-se que a rede se apresenta como falha, tendo em vista que não conseguiu dar conta deste tipo de demanda, desencadeando o acolhimento, a qual deve ser a última opção. A oferta de encaminhamentos para os Cras e Creas, bem como, para centros específicos que combatem a dependência química podem ser alternativas para se evitar o acolhimento. Assim, verifica-se o quanto a articulação com a rede socioassistencial se configura como um importante desafio para a promoção e políticas de atendimento as crianças e adolescentes e suas famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade.

Frente aos dados de caracterização das instituições e do perfil dos acolhidos e suas famílias é possível vislumbrar importantes avanços na política e no atendimento realizados nas instituições da RMB. Entretanto, ainda se vê um distanciamento entre o que se fala que faz e o que se faz na prática, especialmente, quanto aos dados sobre

registro das visitas, informações básicas dos acolhidos e das famílias, acompanhamento da saúde (aspectos emocionais), acolhimento de irmãos, entre outros.

Frente a este cenário é preciso que os agentes sociais envolvidos se articulem para que o atendimento seja de qualidade e garanta o direito da criança e dos adolescentes enquanto sujeitos de direito e ser em desenvolvimento. Reforçar-se, novamente, a necessidade dos órgãos e sistemas de garantia de direito no acompanhamento e fiscalização dos serviços, mas que esta parceria seja eficaz e que garanta condições melhores de desenvolvimento e que a lei seja cumprida de fato e de direito. Sobretudo, é preciso ampliar os horizontes e indicar políticas de atendimento que possibilitem os serviços de acolhimento serem compreendidos como contexto de desenvolvimento, identificando os diferentes núcleos que fazem parte da bioecologia institucional.

Entre os elementos considerados como importantes para a promoção de um atendimento saudável e como um contexto de desenvolvimento, o educador ganha lugar de destaque. É, portanto, o educador que passa a exercer a figura de referência e importante elemento no microsistema das crianças e adolescentes que se encontram acolhidas. Nessa perspectiva, procedeu-se a análise quanto a pontos fundamentais do trabalho deste profissional. De um modo geral, tem-se um corpo de profissionais em sua maioria mulheres, em uma fase decisiva da carreira, com experiência tanto pessoal, através da condição de ter filhos, como profissional, pois já carregam um tempo considerado em atividades de cuidado e educação, porém com pouca participação em cursos de aperfeiçoamento.

O conjunto de características encontradas, entre os educadores, aponta para um corpo qualificado e que apresenta elementos importantes e considerados adequados para trabalhar com crianças e adolescentes acolhidos. Agregam, portanto, um conjunto de condições para a oferta de um atendimento de qualidade aos usuários. É possível perceber, então, que os profissionais que atuam no cuidado e educação das crianças e adolescentes, que se encontram acolhidos nas instituições da RMB, somam um conjunto de características desejáveis a função.

Contudo, o resultado expressivo (55,1%) de educadores que não participaram de capacitação nos últimos dois anos deve ser destacado. Este resultado sugere, um distanciamento entre o falar e o fazer, pois das 14 unidades de acolhimento pesquisadas na RMB, apenas três sinalizam que não desenvolviam um programa de capacitação com este corpo profissional. Os coordenadores das demais instituições apontam que este,

programa de formação e capacitação, ocorre sistematicamente ou conforme a necessidade. Identifica-se que este dado não reflete a fala dos educadores. Cabe, portanto, investigar como estes programas de educação continuada são garantidos nos espaços e de que forma estas ações estão dando conta das demandas atendidas na rotina institucional. Esta ação deve ser constante e permanente nos espaços institucionais, bem como precisa atender a demanda vivida na rotina de trabalho.

Ratifica-se que, mesmo com um conjunto de características ditas positivas identificadas no perfil pessoal e profissional dos educadores, elas sozinhas não vão dar conta da oferta de um atendimento de qualidade. É preciso ampliar o olhar, e promover programas de educação continuada e capacitação em serviço. Desta maneira, as instituições podem conseguir reunir um maior número de condições para garantir que o acolhimento ocorre de forma positiva e que as práticas adotadas possibilitem a promoção do desenvolvimento da criança e adolescente. Investir nesse tipo de ação e na instrumentalização dos profissionais do cuidado, sugere um olhar mais atento não somente à criança ou adolescente, mas para o próprio educador. Tendo em vista que, quando se cria condições de aperfeiçoamento ao cuidador, pode-se garantir um cuidado melhor e de qualidade.

As Orientações Técnicas (Brasil, 2009) sugerem outras características desejáveis ao perfil de educadores, tais como: motivação no exercício da função, disponibilidade afetiva, aptidão para trabalhar com esta demanda, capacidade de lidar com frustração, separação e conflitos, entre outras. Observou-se que, mesmo frente a um tipo de trabalho que demanda esforço físico, social e psicológico, causador de estresse e cansaço, o educador tem motivações maiores que o impulsiona a querer continuar na função. É possível identificar, que estes profissionais reúnem condições, desejadas e apontadas pelas Orientações Técnicas (Brasil, 2009) para o exercício da função, tais como: motivação, disponibilidade afetiva, aptidão para trabalhar com a demanda atendida, capacidade de lidar com frustração, separação e conflito, e trabalho em grupo.

Associado ao perfil destes profissionais, suas satisfações e perspectivas quanto ao trabalho, as concepções e práticas de cuidado adotadas também são importantes elementos para identificar indicativos de qualidade. Percebeu-se, um forte envolvimento do educador em ações da rotina diária de trabalho, atuando de forma positiva e engajados na promoção de cuidado e afeto, mas principalmente de educação das crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados e atenção, proporcionando aprendizado e construção de conhecimento nas ações do cotidiano. Estas ações sugerem

uma tendência dos educadores para promover a independência e autonomia das crianças e adolescentes acolhidos, visto que os envolvem e os engaja em tarefas comuns. Contudo, identifica-se a necessidade e investimentos em outras áreas de trabalho do educador, como é o caso das práticas direcionadas a sexualidade da criança e do adolescente. Verifica-se uma lacuna na oferta de cuidado por parte do educador, em relação as questões da sexualidade. Ao que parece, esta temática é um tabu entre os educadores, que precisa ser rompido. Para tanto, ações educativas que promovam momentos e espaços para assuntos desta natureza precisam ser instalados nos serviços de acolhimento. Cabe ainda, pensar em capacitar este educador, fornecendo tecnologia de cuidado direcionada a temas diversos. Assim como, oportunizar condições para que este profissional saiba lidar com situações demandadas pelas crianças e adolescentes em relação a sexualidade e outros temas típicos da rotina do acolhimento ou da etapa de desenvolvimento em que se encontram.

O fornecimento de ferramentas e capacitação a este profissional deve vislumbrar a promoção de ações de cuidado de qualidade. Contudo, é preciso possibilitar um olhar integrado que compreende este educador como pessoa, com todas as suas características biopsicossociais, compreendendo suas disposições, demandas, recursos e dificuldades no trabalho. Acolher estas características e trabalhar com elas, na rotina institucional, possibilita compreender o ambiente de acolhimento enquanto contexto de desenvolvimento. Portanto, as instituições devem ofertar condições pessoais, sociais, ambientais e psicológicas adequadas para que o educador possa desenvolver seu trabalho. Deve fornecer, também, instrumentos adequados para lidar com as situações típicas do acolhimento, do cuidado e da educação de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade.

A partir dos resultados apresentados nessa tese é importante refletir em que condições se encontram as instituições de acolhimento da RMB, o ambiente que se tem hoje e o que se quer oferecer para as crianças e adolescentes em situação de risco. Deve-se, portanto, voltar o olhar para o educador, o acolhido, as famílias e para as práticas adotadas pelas instituições. Compreendendo estes elementos de forma integrada e articulada, e que, portanto, fazem parte da bioecologia institucional.

Os resultados apresentados reforçam a concepção da instituição de acolhimento como um espaço em constante transformação, dinâmico e complexo, que precisa ser visto como um contexto de desenvolvimento, a partir dos diferentes núcleos do modelo bioecológico, conforme propõe Bronfenbrenner (1996, 2011). É preciso pensar estes

espaços enquanto um ambiente de cuidado, mas também de escuta e possibilidades de diálogo constante entre os envolvidos, com um olhar para o processo institucional.

Olhar a vida no ambiente de acolhimento como um processo histórico é conceber o núcleo Tempo como um importante elemento na bioecologia institucional. O elemento temporal deve ser compreendido a partir de uma visão que precisa a todo instante resgatar o passado, tomar consciência do presente e ter um olhar no futuro dos agentes envolvidos, conforme propõe Gulassa (2010). Resgatar o passado, a partir das histórias de vida dos educadores, acolhidos e seus familiares, possibilita a identificação das mudanças ocorridas nas instituições. Envolve as práticas adotadas no ontem e no hoje, que se aproximam e se distanciam dos parâmetros legais. Tomar consciência do presente é pensar nas práticas adotadas na atualidade, em que medida atendem a primazia da oferta de um atendimento de qualidade e a garantia do direito a convivência familiar e comunitária. Em que condições os educadores se encontram para o desenvolvimento do seu trabalho, bem como que ações são direcionadas para atender a demanda do usuário. O que de história é resgatada e registrada, avaliada e reavaliada quanto a sua necessidade para a garantia da medida de acolhimento e do processo de reintegração familiar. E pensar no futuro é olhar para o que se faz hoje e os efeitos a curto, médio e longo prazo. Em que medida o trabalho ofertado está voltado para o indivíduo que está acolhido e para o seu retorno ao convívio familiar, após o desligamento da instituição. É sobretudo, pensar o impacto das ações e práticas adotadas hoje para o futuro e desenvolvimento da criança, adolescentes e suas famílias, bem como para o profissional que atua com estes usuários.

Este trabalho se propôs a pensar e refletir sobre a dinâmica do acolhimento na RMB. Aponta em direção à um novo olhar para os espaços de acolhimento, que necessita abandonar práticas institucionalizadas ao longo da história, assim como ampliar os horizontes quanto a história de vida das crianças, adolescentes e seus familiares. Direciona para uma atenção a quem cuida, pois, a oferta de um atendimento de qualidade está diretamente relacionada ao fornecimento de condições adequadas para tal.

Como possíveis contribuições que este estudo oferece tem-se o debate teórico, acadêmico, político e social. Quanto as contribuições teóricas, este estudo se propõe a contribuir com as pesquisas vigentes, que em geral discutem uma realidade principalmente do sul e sudeste do país. Traçar um levantamento das instituições de acolhimento, o perfil das crianças e adolescentes, assim como dos profissionais, é

mostrar uma realidade particular que se aproxima, mas também se distancia das pesquisas em outras regiões. É contribuir para a discussão e proposta de um olhar minucioso sobre uma determinada população, aqui apresentada pela RMB, que em muitos casos é pouco explorada em suas particularidades nas pesquisas nacionais.

Em termos de contribuição acadêmica, este estudo aponta para a necessidade de investimento no ensino superior e cursos técnicos que formem profissionais para o atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de risco. Mesmo os cursos superiores que são afins, não trabalham em suas grades curriculares noções de desenvolvimento e práticas voltadas as demandas atendidas nos espaços de acolhimento, ou ainda sobre noções e aspectos gerais no que se refere a sexualidade.

Quanto as contribuições políticas é preciso ampliar o olhar dos gestores envolvidos. Percebe-se que muitas instituições e atores sociais tem se engajado no movimento de superação da cultura da institucionalização da criança e adolescente, adotando na rotina de atendimento práticas que priorizam o desenvolvimento dos mesmos. Mas esta ação precisa ter caráter multiplicador e continuado que estão além dos muros das instituições. É necessário pensar em políticas que propiciem um olhar para os espaços enquanto contextos de desenvolvimento, considerando, os ambientes, as pessoas e as relações estabelecidas na rotina institucional. Chama-se a participar, destas ações políticas, os conselhos municipais e estaduais, as secretarias de assistência social, bem como, os demais sistemas de garantia de direito para uma participação ativa em fóruns de debate que discutem a causa. Na atuação direta destes órgãos no acompanhamento e fiscalização das instituições e das práticas adotadas, enquanto elementos importantes e que fazem parte do exossistema do acolhido.

Os resultados encontrados, neste estudo, permitem afirmar, ainda, o pouco investimento em cursos de formação deste educador enquanto profissional. É preciso, possibilitar aos diferentes profissionais envolvidos cursos de capacitação e educação continuada que atenda de forma específica a demanda acolhida.

Em se tratando de contribuição social, chama a atenção a participação da sociedade civil nestes espaços coletivos de cuidado. O envolvimento das pessoas, tanto jurídicas quanto física, ainda tem sido tímida, especialmente nos espaços públicos. Propiciar campanhas de incentivo e importância do capital humano no trabalho voluntariado e no apadrinhamento afetivo é um grande desafio dos gestores, e precisa ser trabalhada nos espaços institucionais da RMB. Ainda enquanto contribuição social, este estudo se configura como uma tecnologia social, pois reuniu um conjunto de

instrumentos, que foram aplicados e aprimorados, ao longo dos anos, desde o estudo de Cavalcante (2008). Os instrumentos adotados, podem configurar um protocolo que as instituições podem incorporar na sua rotina para avaliar e repensar suas práticas, a qualidade do ambiente e monitorar o atendimento.

Quanto as dificuldades encontradas para o desenvolvimento deste estudo, tem-se a má organização dos prontuários e a falta de informações. Frente a um número considerado de prontuários, sem uma organização mínima, ou até mesmo a falta destes, demandou mais atenção e tempo por parte dos pesquisadores no exame do mesmo e conseqüentemente na compreensão da história de cada criança e adolescente acolhido. Devido à falta de informações não foi possível a aplicação de análises estatística mais robustas e precisas, especialmente no formulário de caracterização das instituições, das crianças e adolescentes. A pouca disponibilidade de alguns educadores e a própria dinâmica de trabalho, contribuiu para não se alcançar a marca dos 100% dos profissionais envolvidos na função.

Enquanto perspectiva de novos estudos, o banco de dados criado oferece pelo menos duas frentes de trabalho: 1- Análise dos dados da casa de passagem, os quais foram preenchidos 519 formulários, que não compuseram esse trabalho, em virtude de ser uma modalidade de acolhimento breve e emergencial, apontado no PNCFC (Brasil, 2006). A análise possibilitará traçar um perfil destes usuários e em que medida este atendimento emergencial pode funcionar como mediador de conflitos na família e evitar o encaminhamento para as outras modalidades de acolhimento; 2- Refinar o tratamento das práticas institucionais adotadas pelos serviços de acolhimento, o que pode se configurar como boas práticas. Pretende-se discutir e trazer à tona o quanto as instituições pesquisadas já adotam práticas promotoras de desenvolvimento e que priorizam o atendimento a criança e adolescentes a partir de suas particularidades. Vislumbra-se, portanto, aprofundar questões pontuadas na tese quanto as práticas de cuidado adotadas pelos educadores, bem como das práticas institucionais possibilitando uma escuta aos acolhidos, considerando o seu olhar sob os espaços e cuidados ofertados. Dar voz e vez a estes atores pode oferecer uma outra perspectiva para o serviço que é ofertado, seja para confirmar ou vetar as informações dadas pelos gestores e cuidadores. Indica-se ainda estudos que observem na rotina de trabalho dos educadores, as práticas de cuidado adotadas e sinalizadas por estes profissionais como frequentes.

Referências

- Abaid, J.L.W. & Dell’Aglío, D.D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação Psicol.*, 18 (1), 47-57. doi: 10.5380/psi.v18i1.29331
- Abaid, J.L.W., Dell’Aglío, D.D., & Koller, S.H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychologica*, 9(1), 199-212. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64712156016>
- Alexandre, D.T., & Vieira, M.L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 207-217. doi: 10.1590/S1413-73722004000200007
- Almeida, I. G., Maehara, N. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 119-172). São Paulo: Hucitec.
- Assis, S.G. & Farias, L.O.P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Avoglia, H. R. C., Silva, A. M. & Mattos, P. M. (2012). Educador social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 12(2), 265-292. Recuperado em http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/2012.1.2_artigo9
- Aznar, F.C., & Boada, C.M. (2009). Sistema educativo e igualdad de oportunidades entre los jóvenes tutelados: estúdios recientes em el Reino Unido. *Psicothema*, 21(4), 543-547. Recuperado em <http://www.psicothema.com/pdf/3668>
- Barros, R.C., & Fiamenghi, G.A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1267-1276. doi: 10.1590/S1413-81232007000500024
- Bazon, M.R. & Biasoli-Alves, Z.M.M. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13(1), 199-204. doi: 10.1590/S0102-79722000000100020
- Becker, M.A., Jordan, N., & Larsen, R. (2007). Predictors of successful permanency planning and length of stay in foster care: the role of race, diagnosis and place of residence. *Children and Youth Services Review*, 29(8), 1102–1113. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.04.009
- Beckett, C., Maughan, B., Rutter, M., Castle, J., Colvert, E., Groothues, C., ... Sonuga-Barke, E. J. S. (2006). Do the effects of early severe deprivation on cognition persist into early adolescence? Findings from the english and Romanian adoptees study. *Child Development*, 77(3), 696 – 711. doi:10.1111/j.1467-8624.2006.00898.x

- Bell, J. (2008). *Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais* (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bender, K., Yang, J., Ferguson, K., & Thompson, S. (2015). Experiences and needs of homeless youth with a history of foster care. *Children and Youth Services Review*, 55, 222–231. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.007>
- Botelho, A.P., Moraes, M.C.M.B., Leite, L.C. (2015). Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20 (1), 7-16. doi: 10.1590/1413-81232014201.18112013
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda: apego*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982)
- Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Conanda.
- Brasil, Conselho Nacional do Ministério Público (2013). *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país. Relatório da resolução nº 71/2011*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Brasil, Estatuto da criança e do adolescente (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8.069, de 16 de julho de 1990*. Brasília, DF.
- Brasil, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: Conanda.
- Brasil, República Federativa, Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Pará (2011). *Diagnóstico das Unidades de Acolhimento a Crianças e Adolescentes em Belém*. Belém: Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Bravo, A. & Del Valle, J.F. (2009). Crisis y revisión del acogimiento residencial: su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 42-52. Recuperado em <http://www.papelesdelpsicologo.es/vernumero.asp?id=1655>
- Brito, C.V., & Souza, J.C. (2011). Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 89-100. Recuperado em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/viewFile/3222/2875>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Bueno, R.K., Bossardi, C.N., & Vieira, M.L. (2015). Papel do pai no contexto contemporâneo. In E.R.Goetz & M.L.Vieira (Eds.), *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades* (pp. 109-124). Curitiba: Juruá.
- Calcing, J. & Benetti, S.P.C. (2014). Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, 45 (4), 559-567. doi: 10.15448/1980-8623.2014.4.13629
- Cavalcante, L I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.
- Cavalcante, L.I.C., & Corrêa, L.S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 494-517. doi: 10.1590/S0100-15742012000200010
- Cavalcante, L. I. C., Costa, L. N., & Magalhães, C.M.C. (2012). Caretaking behavior among siblings in children's shelters. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 165-173. doi: 10.1590/S0102-79722012000100020
- Cavalcante, L.I.C., & Magalhães, C.M.C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicol. Argum.*, 30(68), 75-85. doi: 10.7213/psicol.argum.5885
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 24-30. Recuperado em <http://www.redalyc.org/pdf/1150/115013454003>
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 615-625. doi: 10.1590/S1413-81232009000200030
- Cavalcante, L.I.C., Magalhães, C.M.C., & Reis, D.C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45 (1), 90-99. doi: 10.15448/1980-8623.2014.1.13180
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000300006&script=sci_arttext

- Constantino, P., Assis, S.G., & Mesquita, V.S.F. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In S.G. Assis & L.O.P. Farias (Eds.), *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 161-220). São Paulo: Hucitec Editora.
- Corrêa, L.S. (2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém.
- Corrêa, L.S., & Cavalcante, L.I.C. (2013). Shelter educators: conceptions on development and care practices in play situation. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317. Recuperado em <http://www.journals.usp.br/jhgd/article/view/69506>
- Corrêa, L.S., Cavalcante, L.I.C., & Magalhães, C.M.C. (2014). The conceptions of shelter educators on development and their care practices in bathing situations. *International Journal of Humanities and Social Science*, 4(7), 199-208. Recuperado em http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_4_No_7_1_May_2014/25.pdf
- Corrêa, L.S., Cavalcante, L.I.C., Silva, T.S.R., & Dell’Aglío, D.D. (2011). Concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado: educadores de abrigo em momentos de descanso e sono. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, F. A. R. Pontes, S. S. C. Silva & L. S. Corrêa (Eds.), *Contextos ecológicos do desenvolvimento humano I* (pp. 139-164). Belém: PakaTatu.
- Costa, L.N. (2011). *Estudo das interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões acerca das condições contextuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém.
- Costa, A.C.R., Cavalcante, L.I.C., & Pontes, F.A.R. (2015). Metas e estratégias de socialização de pais e avós de crianças em acolhimento institucional. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(1), 94-110. Recuperado em <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/view/590>
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118. doi: 10.1590/S0102-79722009000100015
- Courtney, M. E. (1995). Reentry to foster care of children returned to their families. *Social Service Review*, 69(2), 226-241. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/30012850>
- Daffre, S.G. (2012). As leis e a realidade de uma instituição de acolhimento. In S.G.Daffre (Ed.), *A realidade dos abrigos: descaso ou prioridades?* (pp.18-41). São Paulo: Zagodoni Editora.
- D’Aroz, M.S., & Stoltz, T. (2010). El papel del educador social com adolescentes em situación de vulnerabilidad social albergados em uma ONG: conocimientos y

- práticas. *Investigación Educativa*, 14(25), 63-78. Recuperado em http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/inv_educativa/2010_n25/pdf/a05v14n25
- Dávila, P., & Naya, L.M. (2012). La protección de la infancia em situaciones de riesgo em América Latina a través de los códigos de la niñez. *Revista Interuniversitaria*, 19, 99-112. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135025474008>
- Dorrer, N., McIntosh, I., Punch, S., & Emond, R. (2010). Children and food practices in residential care: ambivalence in the ‘institutional’ home. *Children’s Geographies*, 8(3), 247–259. doi: 10.1080/14733285.2010.494863
- Filocreão, C.L., & Magalhães, C. M. C. (2011). Limites e possibilidades da utilização da escala ITERS na avaliação da qualidade de uma instituição de acolhimento provisório. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, F. A. R. Pontes, S. S. C. Silva & L. S. Corrêa (Eds.), *Contextos ecológicos do desenvolvimento humano I* (pp. 93-115). Belém: PakaTatu.
- Forgearini, B.C. & Arpini, D.M. (2009). “Eu me doo para eles”: a vivência de cuidadoras de abrigos para crianças e adolescentes em relação a seu trabalho. In D.M.Arpini (Ed.), *Psicologia, família e instituição* (pp. 129-175). Santa Maria: Editora UFSM.
- Freiria, L. B. F., & Caldana, R. H. L. (2011). Crianças e seu cuidado no acolhimento institucional: da infância das educadoras às práticas adotadas. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 310-361). São Paulo: Hucitec Editora.
- Fukuda, C. C., Penso, M. A., & Santos, B. R. (2013). Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65 (1), 70-87. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&p id=S1809-52672013000100006
- Furlan, V. & Souza, T.R.P. (2013). Exclusão/inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. *Diálogo*, 23, 35-48. Recuperado em <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/909>
- Glisson, C., Bailey, J., & Post, J.A. (2000). Predicting the time children spend in state custody. *Social Service Review*, 74(2), 253-280. doi: 10.1086/514479
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Golin, G., & Benetti, S.P.C. (2013). Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(3), 241-248. Recuperado em <https://revistapt.unb.br/index.php/ptp/article/view/298/627>
- Gontijo, D.T., Buiati, P.C., Santos, R.L., & Ferreira, A.T.D. (2012). Fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na Comarca

de Uberaba – MG. *Rev. Bras. Promoção Saúde*, 25 (2), 139-150. doi: 10.5020/18061230.2012.p139

- Groark, C.J., McCall, R.B., & Fish, L. (2011). Characteristics of environments, caregivers, and children in three Central American orphanages. *Infant Mental Health Journal*, 32(2), 232–250. doi: 10.1002/imhj.20292
- Gulassa, M.L.C.R (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: NECA
- Harkness, S. & Super, C. M. (1996). Introduction. In S. Harkness & C. M. Super (Eds.). *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions and consequences* (pp. 1-23). New York, US: The Guilford Press.
- Hostinar, C.E., Stellern, S.A., Schaefer, C., Carlson, S.M., & Gunnar, M.R. (2012). Associations between early life adversity and executive function in children adopted internationally from orphanages. *PNAS*, 109(2), 17208-17212. doi: 10.1073/pnas.1121246109
- Iannelli, A.M., Assis, S.G., & Pinto, L.W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. doi: 10.1590/1413-81232014201.19872013
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2011). Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. *Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 28*. Recuperado em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 27, Rio de Janeiro.
- Jacobsen, H., Moe, V., Ivarsson, T., Wentzel-Larsen, T., & Smith, L. (2013). Cognitive development and social-emotional functioning in young foster children: a follow-up study from 2 to 3 years of age. *Child Psychiatry Hum. Dev.*, 44, 666–677. doi: 10.1007/s10578-013-0360-3
- Keller, H. (2007). *Cultures of infancy*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Lima, R.S. (2015). O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro. *Textos & Contextos*, 14(1), 186 – 201. doi: 10.15448/1677-9509.2015.1.20095
- Lima, A.K.P., & Lima, A.O. (2012). Perfil do desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos familiares de crianças institucionalizadas na cidade do Recife. *Revista CES Psicologia*. 5(1), 11-25. Recuperado em <http://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/2051/1451>

- Magalhães, C.M.C., Costa, L.N., & Cavalcante, L.I.C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21(3), 818-831. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&tlng=pt
- Mansoor, T., & Yaqoob, T. (2013). Psychological impact of disaster and rehabilitation of children in orphanages. *Journal Asian Dev. Stud.*, 2(3), 6-17. Recuperado em <http://www.globalcentre.org/uploadd/Psychological%20Impact%20of%20Disaster%20P%206-17>
- Martins, L.B., Costa, N.R.A., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2010). Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia*, 20 (47), 359-370. doi: 10.1590/S0103-863X2010000300008
- Martins, B.M.C., Faraj, S.P., Santos, S.S. & Siqueira, A.C. (2015). Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? concepções de profissionais da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1294-1309. doi: 10.1590/1982-3703002352013
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 177-187. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100019
- Marzol, R.M., Bonafé, L., & Yunes, M.A.M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. *Psico*, 43(3), 317-324. Recuperado em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988/8232>
- McCall, R.B., Groark, C.J., & Fish, L. (2010). A caregiver–child socioemotional and relationship rating scale. *Infant Mental Health Journal*, 31(2), 201–219. doi: 10.1002/imhj.20252. doi: 10.1002/imhj.20252
- Moré, C.L.O.O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528. doi: 10.1590/S0102-71822010000300012
- Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 28-37. Recuperado em <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3831>
- Moreira, M.I.C., Bedran, P.M., Carellos, S.D.M.S., & Passos, A.P.C.P. (2013). As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. *Psicologia em Revista*, 19 (1), 59-73. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013V19N1P59
- Motta, D. C., Falcone, E. M. O., Clark, C., & Manhães, A. C. (2006). Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Psicologia em Estudo*, 11 (3), 523-532. doi: 10.1590/S1413-73722006000300008

- Nascimento, M.L., Lacaz, A.S., & Travassos, M. (2010). Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, 31, 16-25. Recuperado em <http://www.ulbra.br/psicologia/files/aletheia31.pdf>
- Nóbrega, J.N., & Minervino, C.A.S.M. (2013). Desenvolvimento de crianças institucionalizadas: como intervir?. In C.A.S.M. Minervino & J.N. Nóbrega, *Aprendizagem e emoção: estudos na infância e adolescência* (pp.175-193). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nogueira, P.C. & Costa, L.F. (2005). A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. *Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, 15(3), 36-48.
- O'Connor, T.G., Rutter, M., Beckett, C., Keaveney, L., Kreppner, J.M., & English and Romanian Adoptees Study Team (2000). The effects of global severe privation on cognitive competence: extension and longitudinal follow-up. *Child Development*, 71(2), 376-390. doi: 10.1111/1467-8624.00151
- Organização Mundial de Saúde - OMS (2009). *Saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar*. Caderno de atenção básica, 23. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ongari, B., & Molina, P. (2003). *A educadora de creche: construindo suas identidades*. (F. L. Ortale & I. P. Moreira, Trad.). São Paulo: Cortez.
- Ortín, L.R. (2012). El educador social: ética y práctica profesional. *Revista Interuniversitaria*. 19, 51-63. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135025474004>
- Pasian, M.S., Bazon, M.R., Pasian, S.R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil a partir do *Child Neglect Index* aplicado no Brasil. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28 (1), 106-115. doi: 10.1590/1678-7153.201528112
- Penna, L.H.G., Carinhanha, J.I., & Leite, L.C. (2009). A prática educativa de profissionais cuidadores em abrigos: enfrentando a violência vivida por mulheres adolescentes. *Rev. Latino-Americana Enfermagem*, 17(6), 981-987. doi: 10.1590/S0104-11692009000600009.
- Pinheiro, A.C.L., Rodrigues, R.M., Ponte, J.P.X., Monte, L.F.O., & Sabino, T.A.G. (2013). Desafios da governança metropolitana na Região Metropolitana de Belém: alguns apontamentos. In M.A. Costa & I.T.L. Tsukumo (Eds.), *40 anos de regiões metropolitanas no Brasil* (pp. 49-67). Brasília: Ipea.
- Pollak, S. D., Schlaak, M. F., Roeber, B. J., Nelson, C. A., Wewerka, S. S., Wiik, K. L., Frenn, K. A., Loman, M. M., & Gunnar, M. R. (2010). Neurodevelopmental effects of early deprivation in postinstitutionalized children. *Child Development*, 81(1), 224-236. doi: 10.1111/j.1467-8624.2009.01391.x.
- Prada, C.G., & Williams, L.C.A. (2007). Efeitos de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.*, 9(1), 63-80. Recuperado em <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/146/129>

- Ribas, R. C. Jr., Seidl de Moura, M.L. & Bornstein, M. H. (2007). Cognições maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Rev. Bras. Crescimento Desenv. Humano*, 17 (1), 104-113.
- Rizzini, I. (2002). Crianças, adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais. *Interação em Psicologia*, 6(1), 45-47. doi: 10.5380/psi.v6i1.3192
- Rizzini, I., & Pillotti, F. (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio
- Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (2007). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rocha, P.J., Arpini, D.M., & Savegnago, S.D.O. (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67 (1), 99-114. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229039192008>
- Rodrigues, L., & Hennigen, I. (2012). Entre cenas do acolhimento institucional e da adoção: incitamento à vontade de família. In L.R.Cruz & N.Guareschi (Eds.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp.66-90). Petrópolis: Editora Vozes.
- Rosa, E. M., Santos, A. P., Melo, C. R. S., & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241. doi: 10.1590/S1413-294X2010000300002
- Rossetti-Ferreira, M.C., Almeida, I.G., Costa, N.R.A., Guimarães, L.A., Mariano, F.N., Teixeira, S.C.P., & Serrano, S.A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399. doi: 10.1590/S0102-79722012000200021
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Costa, N.R.A. (2011). Reflexões sobre desenvolvimento humano e o contexto institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 60-85). São Paulo: Hucitec Editora.
- Rossetti-Ferreira, M.C., Serrano, S.A., & Almeida, I.G. (2011). A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: uma longa história ainda inacabada... In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 29-59). São Paulo: Hucitec Editora.
- Sabatovski, E., & Fontoura, I.P. (2010). *Estatuto da criança e do adolescente* (5ª ed.). Curitiba: Juruá.

- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343. doi: 10.1590/S0102-79722009000300003
- Santos, N. I. S., & Boucinha, I. A. (2011). A experiência de morar em abrigos. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(1), 36-49. Recuperado em <http://mysql.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/145/195>
- Seidl de Moura, M. L., Ribas Jr., R. C., Piccinini, C. A. Bastos, A. C. S., Magalhães, C. M. C., Vieira, M. L., Salomão, N. M. R., Silva, A. M. P. M. & Silva, A. K. (2004). Conhecimento sobre desenvolvimento infantil em mães primíparas de diferentes centros urbanos do Brasil. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 421-429.
- Serrano, S.A. (2008). *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto.
- Serrano, S.A. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In M. C. Rossetti-Ferreira, S. A. Serrano & I. G. Almeida (Eds.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (pp. 86-118). São Paulo: Hucitec.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, T.S.R., Magalhães, C.M.C., & Cavalcante, L.I.C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 49-60. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Siqueira, A.C. (2012). Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In D.M.Arpiní & A.C.Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: desafios à realidade brasileira* (pp.19-44). Santa Maria: Editora da UFSM.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. doi: 10.1590/S0102-71822006000100010
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415. doi: 10.1590/S0102-3772201000030003
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell’Aglío, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158. Recuperado em <http://www.redalyc.org/pdf/284/28440202>

- Siqueira, A.C., Massignan, L.T., & Dell'Aglio, D.D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia*, 21 (50), 383-391. doi: 10.1590/S0103-863X2011000300011
- Smyke, A.T., Koga, S.F., Johnson, D.E., Fox, N.A., Marshall, P.J., Nelson, C.A., Zeanah, C.H., & Beip Core Group (2007). The caregiving context in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(2), 210–218. doi:10.1111/j.1469-7610.2006.01694.x
- Souza, F.H.O. & Brito, L.M.T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psic. Clin.* 27 (1), 41-57. doi: 10.1590/0103-56652015000100003
- Taylor, A., Swann, R., & Warren, F. (2008). Foster carers' beliefs regarding the causes of foster children's emotional and behavioural difficulties: A preliminary model. *Adoption & Fostering*, 32(1), 6-18. doi: 10.1177/030857590803200103
- Teixeira, P.A.S. & Villachan-Lyra, P. (2015). Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 199-210. doi: 10.1590/1807-03102015v27n1p199#sthash.bJgtAhv0.dpuf
- Tomás, D.N., & Vectore, C. (2012). Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (3), 576-587. doi: 10.1590/S1414-98932012000300005
- Tucker, D.J., & MacKenzie, M.J. (2012). Attachment theory and change processes in foster care. *Children and Youth Services Review*, 34, 2208–2219. doi: 10.1016/j.chilyouth.2012.07.020
- Vasconcelos, Q.A., Yunes, M.A.M., & Garcia, N.M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paideia*, 19(43), 221-229. Recuperado em <http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/7189/8672>
- Vashchenko, M., Easterbrooks, M.A., & Miller, L.C. (2010). Becoming their mother: knowledge, attitudes, and practices of orphanage personnel in Ukraine. *Infant Mental Health Journal*, 31(5), 570–590. doi: 10.1002/imhj.20272
- Waiselfisz, J.J. (2012). Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: Cebela, Flacso.
- Weber, L. N. D., & Kossobudzki, L. H. M. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Zayed, Y. & Harker, R. (2015). Children in care in England: statistics. *House of Commons Library*. Recuperado em <http://www.parliament.uk/commons-library>

Zeanah, H. C., Smyke, A. T., Koga, S., & Carlson, E. (2005). Attachment in institutionalized and community in Romania. *Child Development, 76*, 1015-1028. doi: 10.1111/j.1467-8624.2005.00894.x

Apêndices

Apêndice A

Questionário de Caracterização da Instituição

A. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-LEGAL:

1. Nome da instituição: _____
2. Endereço: _____
3. Bairro: _____ Município: _____
4. Telefone: _____ Fax: _____
5. E-mail: _____
6. Site: _____
7. Data de fundação da instituição: _____
8. Data em que iniciou o atendimento em regime de acolhimento _____
Qual modalidade? _____
9. Natureza do programa de acolhimento:
 Público municipal Público estadual Público federal Não-governamental
10. Tipo de instituição (ver anexo 1):
 Casa de passagem
 República
 Casa lar (atende até 10 crianças e/ou adolescentes em ambiente com características residenciais).
 Abrigo institucional (instalações físicas diferentes de uma residência)
 Outro. Especificar: _____
11. Instituição mantenedora: _____
12. CNPJ Nº: _____
13. Registro no COMDAC e/ou CEDCA: _____
14. Como a instituição se sustenta financeiramente? (múltiplas respostas)
 Recursos públicos do governo federal. Especifique (valores e/ou percentuais): _____
 Recursos públicos do governo estadual. Especifique: _____
 Recursos públicos do governo municipal. Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → empresas). Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → organizações não-governamentais). Especifique: _____
 Doações (pessoas físicas). Especifique: _____
 Não sabe informar
 Outras fontes. Especifique: _____
15. Qual o custo/mês estimado de cada criança/adolescente mantida pela instituição? (considerando-se os gastos com salários de funcionários, alimentação, vestuário, remédios, despesas diversas, etc).

16. Como são pagas as despesas da instituição?
 Funcionários. Especifique: _____
 Alimentação. Especifique: _____
 Vestuário. Especifique: _____
 Medicamentos. Especifique: _____
 Material de higiene pessoal. Especifique: _____
 Material de limpeza. Especifique: _____
 Manutenção do prédio (consertos). Especifique: _____
 Manutenção de equipamentos (eletrodomésticos, etc). Especifique: _____
 Brinquedos e jogos. Especifique: _____
 Roupa de cama, mesa e banho. Especifique: _____

Aluguel. Especifique: _____

Outras despesas. Especifique: _____

17. A instituição caso necessário, está flexível ao estabelecimento de consórcio entre municípios (modalidade de custeio) afim de que seja garantido o acolhimento neste espaço de crianças e/ou adolescentes da região?

Sim Não

Especifique: _____

18. A instituição recebe acompanhamento ou fiscalização por algum órgão:

SIM NÃO

Em caso positivo, qual?

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Vara de Infância e Juventude. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Conselhos Tutelares. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Ministério Público. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Vigilância Sanitária. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Corpo de Bombeiros. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Secretaria de Estado de Assistência Social. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Outros. Especifique (Tipo e Frequência): _____

B. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO

19. Qual a capacidade de atendimento da instituição? _____

20. Qual a média/mês de atendimento? _____

21. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes foram atendidas pela instituição? _____

22. Em 2012, quantos acolhimentos foram realizados pela instituição? _____

22. Qual a faixa etária das crianças/adolescentes atendidas pela instituição?

Idade mínima: _____ Justifique: _____

Idade máxima: _____ Justifique: _____

23. A criança com que tipo de condição de risco social e pessoal à instituição acolhe?

Deficiência física

Deficiência mental

Negligência

Abandono

Violência física

Soropositivo e outras doenças infectocontagiosas (hanseníase, etc)

Doenças graves (câncer, etc).

Situação de rua (população de rua)

Violência sexual.

Exploração sexual e tráfico humano.

Outras situações que requerem atendimento especializado. Qual? _____

24. A instituição atende crianças de outros estados brasileiros? SIM NÃO

Em caso positivo, quantas crianças e/ou adolescentes de outros estados brasileiros foram atendidos no ano de 2012 na instituição? _____

25. Das atividades abaixo relacionadas, quais são as que a instituição realiza regularmente?

Apoio e acompanhamento aos egressos (ex-acolhidos).

- Capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos da instituição.
- Preparação gradativa das crianças para o desligamento.
- Elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA).
- Elaboração da guia de acolhimento.
- Providência de documentação civil para crianças e adolescentes que não a possuem.
- Publicação de boletins informativos, material de divulgação.
- Relatórios periódicos sobre a situação sócio-institucional das crianças e adolescentes a Vara de Infância e Juventude
- Nenhuma das atividades anteriores.
- Outras. Especifique: _____
26. Quem decide pelo acolhimento da criança e/ou adolescente _____
27. Como é feito o encaminhamento a instituição? _____
28. No ano de 2012, quantas crianças/adolescentes foram encaminhadas para a instituição:
Conselhos Tutelares. Especifique: _____
Vara de Infância e Juventude. Especifique: _____
A pedido da família Especifique: _____
Instituições de triagem e encaminhamento (tipo Casa de Passagem, etc). Especifique: _____
Outros. Especifique: _____
29. Acolhe grupo de irmãos mesmo que as crianças/adolescentes estejam fora da faixa etária que a instituição normalmente atende? SIM NÃO
Justifique: _____
30. Acolhe adolescentes grávidas? SIM NÃO
Em caso positivo, no ano de 2012, quantas adolescentes grávidas foram acolhidas? _____
31. Atualmente quantos grupos de irmãos há na instituição?
Grupos de 2 irmãos _____
Grupos de 3 irmãos _____
Grupos de 4 irmãos _____
Grupos de 5 irmãos _____
Outros. _____
32. Total da população da instituição que pertence a grupo de irmãos? _____
33. Em relação ao cumprimento dos princípios previstos no ECA e Orientações Técnicas:
- a) A instituição prioriza a preservação dos vínculos com a família de origem.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- b) A instituição apoia alternativas de colocação em família substituta, principalmente a adoção.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- c) A instituição desmembra grupos de irmãos.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- d) A instituição atende em regime de coeducação (instituição mista).
 SIM NÃO. Justifique: _____
- e) A instituição atende em pequenos grupos (até 20 crianças)
 SIM NÃO. Justifique: _____
- f) A instituição garante a participação das crianças/adolescentes em ações, serviços e atividades comunitárias.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- g) A instituição propicia a participação de pessoas e organizações da comunidade em ações e atividades da instituição.
 SIM NÃO. Justifique: _____

C. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-FUNCIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

34. As instalações da instituição ocupam um imóvel:
- Próprio Alugado Cedido. Se for o caso, por quem? _____
- Outro. Especifique: _____
35. O imóvel foi construído especialmente para servir como instituição de acolhimento?
- SIM NÃO. Justifique: _____
36. Existe identificação externa, como uma placa fixada no imóvel, da modalidade do serviço de acolhimento oferecido pela instituição?
- SIM NÃO
37. O local se destina exclusivamente ao funcionamento da instituição?
- SIM NÃO. Especifique: _____
38. A instituição está localizada em (múltipla resposta):
- Área residencial Área comercial Área urbana Área rural
39. A instituição de acolhimento oferece outros serviços ou programas para crianças/adolescentes da comunidade? (múltipla resposta)
- Creche
- Escola
- Pré-escola
- Profissionalização e cursos
- Apoio social e/ou psicológico a famílias de crianças e adolescentes em situação de risco.
- Sócio-educativo
- Outros. Especificar: _____
40. As crianças e/ou adolescentes utilizam a rede de serviços da comunidade?
- Escolas. Especifique: _____
- Creches. Especifique: _____
- Hospitais. Especifique: _____
- Postos de saúde. Especifique: _____
- Praças. Especifique: _____
- Quadras de esporte. Especifique: _____
- Centros culturais. Especifique: _____
- Igrejas. Especifique: _____
- Outros. Especifique: _____
41. De que modo à instituição oferece às crianças e/ou adolescentes os seguintes serviços e atividades?

Serviços e Atividades	Serviços Internos	Serviços Externos	Não oferece
Assistência jurídica			
Assistência médica			
Assistência odontológica			
Assistência psicológica			
Assistência religiosa			
Assistência social			
Atividades culturais			
Atividade de lazer			
Atividades esportivas			
Creche			
Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano)			
Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano)			
Ensino Médio			
Acompanhamento escolar			

Outros. Especificar			
---------------------	--	--	--

42. Indique em números a quantidade de espaços que constituem as áreas internas e externas da instituição e avalie se atende à necessidade:

	Área interna	Externa	Quantidade	Necessidade
Almoxarifado				
Auditório				
Banheiro				
Berçário				
Brinquedoteca/Ludoteca				
Cozinha				
Despensa para alimentos				
Dormitório/Quarto				
Garagem				
Jardins				
Lactário				
Lavanderia				
Playground				
Quadra de esportes				
Refeitório				
Sala de acompanhamento escolar				
Sala de atividades pedagógicas				
Sala de enfermagem				
Sala de TV e Vídeo				
Sala para atendimento psicológico				
Sala para atendimento social				
Sala para consultório médico				
Sala para descanso dos adultos				
Sala para reuniões				
Outros. Especificar:				

43. Indique o estado de conservação de alguns espaços físicos da instituição (área interna e externa):

(Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: Péssimo estado = 1; Vários reparos = 2; Pequenos reparos = 3; Bom estado = 4; Excelente estado = 5)

Espaço	Estado de conservação				
	1	2	3	4	5
Almoxarifado					
Auditório					
Banheiro					
Berçário					
Brinquedoteca/Ludoteca					

Cozinha					
Despensa para alimentos					
Dormitório/Quarto					
Garagem					
Jardins					
Lactário					
Lavanderia					
Playground					
Quadra de esportes					
Refeitório					
Sala de apoio pedagógico (acompanhamento escolar)					
Sala de atividades pedagógicas					
Sala de enfermagem					
Sala de TV e Vídeo					
Sala para atendimento psicológico					
Sala para atendimento social					
Sala para consultório médico					
Sala para consultório odontológico					
Sala para descanso dos adultos					
Sala para reuniões					
Outros. Especificar:					

44. A instituição mantém programa de formação e atualização da equipe de trabalho?

- SIM, sistematicamente.
 SIM, conforme necessidade percebida.
 SIM, a pedido dos funcionários.
 NÃO mantém.

Em caso positivo, especifique: _____

45. A instituição conta com programa de voluntariado?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

- Realização de eventos para captação de recursos materiais e financeiros.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes no espaço da instituição.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição

Especifique: _____

- Outras.

Especifique: _____

46. Na instituição, há alguma atividade ou serviço que dependa exclusivamente do trabalho de voluntários?

- SIM NÃO

Justifique: _____

D. ACOLHIMENTO, ABRIGAMENTO E REINTEGRAÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES.

47. Quem acolhe a criança/adolescente na chegada a instituição? _____

48. Quais os procedimentos adotados pela instituição em relação aos pertences pessoais trazidos com a criança/adolescente na chegada à instituição?

- Fica com a criança
 Fica retido pela instituição
 Devolvido para a família
 Outra. Especifique: _____

49. Quais os critérios utilizados pela instituição para a distribuição das crianças e adolescentes nos dormitórios ?

- Idade Condição de saúde Deficiência Opção sexual
 Sexo Alojamento conjunto (mãe-bebê) Grupo de irmãos
 Outros. Justifique: _____

50. As refeições que são servidas às crianças/adolescentes são preparadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

51. As roupas que são usadas pelas crianças/adolescentes são lavadas e passadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

52. As crianças/adolescentes usam roupas que são de uso pessoal exclusivo?

- SIM NÃO
 Justifique: _____

53. Existe local apropriado para a criança/adolescente guardar seus objetos pessoais?

- SIM NÃO
 Justifique: _____

54. A instituição possui regulamento interno (PPP) que orienta o seu funcionamento (permissões, proibições, direitos, obrigações, sanções, etc.)?

- SIM NÃO
 Justifique: _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), há quanto tempo começou a vigorar? _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), quem o elaborou? (múltipla resposta)

- Dirigentes Equipe técnica Crianças/adolescentes Funcionários
 Outros. Especifique: _____

55. Que atividades são desenvolvidas com as crianças no próprio espaço da instituição? (múltipla resposta)

- Atividades esportivas. Especifique: _____
 Atividades culturais. Especifique: _____
 Atividades de lazer. Especifique: _____
 Atividades religiosas. Especifique: _____
 Atividades educacionais. Especifique: _____
 Outras. Especifique: _____

56. Que atividades são desenvolvidas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição? (múltipla resposta)

- Atividades esportivas. Especifique: _____
 Atividades culturais. Especifique: _____
 Atividades de lazer. Especifique: _____
 Atividades religiosas. Especifique: _____

- Atividades educacionais. Especifique: _____
- Outras. Especifique: _____

57. Quantas crianças acolhidas frequentam a creche ou a pré-escola? _____

58. Quantas crianças e/ou adolescentes acolhidos frequentam a escola? _____

59. As crianças/adolescentes têm permissão para passar período de final de semana, feriados, férias ou datas comemorativas em ambiente localizado fora da instituição? (múltipla resposta)

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique. (múltipla resposta)

- Com a família
- Com outras pessoas com quem tenham relacionamento antes do acolhimento
- Com funcionários da instituição
- Com voluntários
- Com padrinhos (programas de apadrinhamento social e afetivo)
- Outros. _____

E. DA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES ACOLHIDOS:

60. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que não possuem família ou referência familiar (órfãos ou cujos pais e/ou familiares estão desaparecidos ou raramente fazem contato com a instituição)?

61. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que recebem visitas regulares dos seus familiares?

62. A instituição solicita autorização judicial para permitir as visitas da família? SIM NÃO

63. A instituição registra as visitas que a criança e/ou adolescente recebe? SIM NÃO

Justifique: _____

64. A instituição define com que regularidade a criança e/ou adolescente deve receber visita?

- SIM, mensalmente. Especifique: _____
- SIM, quinzenalmente. Especifique: _____
- SIM, semanalmente. Especifique: _____
- SIM, diariamente. Especifique: _____
- NÃO, há flexibilidade frente às particularidades da família e a rotina da criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

- NÃO há permissão de visitas no local. Justifique: _____

- Outros. Especifique: _____

65. A instituição desenvolve algum trabalho junto às famílias visando à reintegração familiar?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, quais são os procedimentos adotados? (múltipla resposta)

- Atendimento psicológico.
- Acompanhamento social.
- Apoio financeiro (em dinheiro).
- Apoio material (cesta básica, material escolar, medicamentos, enxoval, etc).
- Encaminhamento para grupos de ajuda mútua (alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos, etc).
- Encaminhamento para programas de profissionalização de jovens e adultos.
- Inserção em programas e serviços oficiais ou comunitários de auxílio e proteção à família (programas de renda mínima, etc).
- Reuniões, grupos de discussão/apoio.
- Visita domiciliar

- Outras. Especifique: _____
66. São medidas adotadas pela instituição que contribuem para a preservação/fortalecimento dos vínculos familiares:
- Permite a visitação das famílias em dias/datas e horários pré-estabelecidos.
Especifique: _____
- Permite a visitação das famílias em dias/datas e horários que não foram pré-estabelecidos.
Especifique: _____
- Incentiva contatos telefônicos.
Especifique: _____
- Oferece auxílio-transporte para as famílias procederem à visita.
Especifique: _____
- Promove passeios das crianças e/ou adolescentes com suas famílias.
Especifique: _____
- Permite e facilita a visita da criança e/ou adolescente à sua família (convivência familiar)
Especifique: _____
- Encaminha a família para rede de serviços sociais (assistência social, saúde, educação, profissionalização)
Especifique: _____
- Inclui a família em programas de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes.
Especifique: _____
- Utiliza serviço de identificação e localização da família de origem.
Especifique: _____
- Prioriza a manutenção e/ou reconstituição de grupos de irmãos.
Especifique: _____
- Adota outras medidas.
Especifique: _____

F. DESLIGAMENTO DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE:

67. Qual o número de crianças e/ou adolescentes desligadas da instituição em 2012? _____

68. Quem decide pelo desligamento da criança e/ou adolescente? _____

69. Como é feito o desligamento da instituição? _____

70. A instituição realiza a preparação da criança e/ou adolescente para o desligamento do programa de acolhimento?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, de que forma ocorre essa preparação pela instituição? (múltipla resposta)

- Visitas domiciliares dos técnicos às pessoas envolvidas com a criança e/ou adolescente.
- Aproximação gradativa da criança e/ou adolescente com a família de origem ou substituta.
- Entrevista com os familiares e a criança e/ou adolescente feita por técnicos da instituição.
- Outros. Especifique: _____
71. Existem ações de apoio aos egressos que são realizadas pela instituição? (múltipla resposta)
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico. | <input type="checkbox"/> Acompanhamento social. |
| <input type="checkbox"/> Apoio financeiro (em dinheiro). | <input type="checkbox"/> Apoio material (cesta básica, material de construção, etc.). |
| <input type="checkbox"/> Assistência jurídica. | <input type="checkbox"/> Qualificação profissional. |
| <input type="checkbox"/> Visitas domiciliares. | <input type="checkbox"/> Não realiza ações de apoio aos egressos. |
| <input type="checkbox"/> Outras. Especifique: _____ | |

72. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pela Vara de Infância e Juventude?

- SIM NÃO

Justifique: _____

73. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pelo Conselho Tutelar?

SIM NÃO

Justifique: _____

74. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes que foram encaminhados a:

74.1. Família de origem (pais, mãe, pai, membros da família extensa) _____

74.2. Família substituta (adoção) _____

75. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes inseridas em família substituta?

Mediante guarda são _____

Mediante tutela são _____

Mediante adoção nacional são _____

Mediante adoção internacional são _____

76. Quem decide pelo encaminhamento da criança e/ou adolescente à família substituta e como é feita a sua integração em outro meio familiar? _____

77. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que voltou a viver (reingresso) na instituição depois de já terem sido colocadas em família substituta ou terem retornado à sua família de origem? _____

78. Qual o número de óbitos de crianças e/ou adolescentes abrigadas em 2012? _____

Especificar o motivo: _____

79. Qual o número de fugas de crianças e/ou adolescentes da instituição em 2012? _____

Especificar o motivo: _____

80. Qual o número de crianças e/ou adolescentes que foram encaminhadas para família acolhedora em 2012?

Especificar o motivo: _____

81. A instituição conta com programa de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes?

SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

Assistência material e financeira à criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

Convivência extra-institucional com a criança e/ou adolescente (fins de semana, feriados, datas comemorativas, etc.).

Especifique: _____

82. Quem decide pela transferência da criança e/ou adolescente para outra instituição? _____

83. Como é feita a sua preparação para a mudança? _____

G. PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES:

84. A instituição organiza prontuário individual para cada criança e/ou adolescente acolhida?

SIM NÃO

Justifique: _____

85. A instituição organiza prontuário único para grupo de irmãos acolhidos?

SIM NÃO

Justifique: _____

86. Quais das informações abaixo relacionadas estão *sempre* disponíveis nos prontuários da instituição?

Nome completo

Idade

Sexo.

- Raça/cor.
- Foto.
- Data do ingresso na instituição.
- Data do desligamento da instituição.
- Escolaridade.
- Situação jurídica.
- Motivo do ingresso na instituição.
- Quem encaminhou a instituição.
- Endereço de residência da família e/ou responsáveis
- Visitas (permissão, periodicidade, quem visita)
- Uso de drogas na família.
- Informação sobre irmãos que estão em (outras) unidades de acolhimento.
- Passagem da criança e/ou adolescente por outras instituições de acolhimento.
- Renda da família e/ou responsáveis.
- Estado civil, composição e organização familiar.
- Experiência de programas de apadrinhamento.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da família.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da criança e/ou adolescente
- Registro regular das vacinas recebidas no período.
- Registro regular dos indicadores de crescimento físico (peso e altura)
- Registro regular da ocorrência de doenças físicas ou mentais e o tratamento oferecido.
- Outras. Especificar: _____

87. De quem é a responsabilidade pela organização dos prontuários? (múltipla resposta)

- Assistente social
- Psicólogo
- Pedagogo
- Coordenador da instituição
- Outro. Especificar: _____

H. DIFICULDADES E NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO:

88. Quais destas dificuldades a instituição enfrenta?

- Obtenção de convênios Manutenção financeira Outros

Justifique: _____

I. PROPOSIÇÕES

Tipo	Definição	Público alvo	Número Máximo de Usuários	Aspectos físicos	Recursos humanos	Equipe Profissional Mínima
Abrigo Institucional	Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	20	Localizado em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. Deverá seguir o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida.	Os educadores/cuidadores deverão trabalhar, de preferência em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária, sendo desaconselhável esquemas de plantão.	Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador.
Casa-Lar	O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	10	Deve funcionar em uma edificação residencial inserida no território de forma análoga às demais residências locais. Deve localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão sócio- econômico da comunidade onde estiverem inseridas	Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou ser cedida pelo órgão gestor da Assistência Social ou por outro órgão público ou privado, exclusivamente para esse fim.	Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador residente e auxiliar de educador/cuidador
República	Oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para autossustentação.	Jovens entre 18 e 21 anos	6	Deve localizar-se em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista socioeconômico, da realidade de origem dos usuários.	Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou ser cedida pelo órgão gestor da Assistência Social ou por outro órgão público ou privado, exclusivamente para esse fim.	Coordenador e equipe técnica

Apêndice B

Formulário de Caracterização das Crianças

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____		
REGIÃO: _____		MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____
2. Sexo: Feminino Masculino
3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
4. Endereço: _____ Bairro: _____
5. Zona: Rural Urbana Município: _____ Estado: _____
6. Possui registro civil? Não Sim SI
7. Tem o nome do pai no registro civil? Não Sim SI
8. Possui foto no prontuário? Não Sim SI

B. Dados Escolares:

9. Escolaridade: Estuda Não estuda NA
10. Série que cursa: _____
- 10.1. Nível: Educação infantil Ensino Fundamental NA SI
11. Se não estuda, em que série parou: _____
- 11.1. Nível: Educação infantil Ensino Fundamental NA SI
12. Ano que parou: _____
13. Por quê? _____
14. Escola: Pública Privada NA SI
15. Já foi reprovado? Não Sim NA SI
- 15.1. Se sim, quantas vezes? _____
16. Já foi expulso de alguma escola? Não Sim NA SI
- 16.1. Se sim, quantas vezes? _____
- 16.2. Motivo da expulsão? _____ NA SI
17. Possui boletim escolar no prontuário? Não Sim NA

SITUAÇÃO FAMILIAR DA CRIANÇA

18. A criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)? Não Sim NA SI
- 18.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
19. A família da criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)? Não Sim NA SI
- 19.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

20. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Renda	Paradeiro ³
Mãe						

28. Motivo(s) que justificou (aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) a instituição

- Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
 Negligência familiar
 Situação de rua (família de rua, etc.)
 Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
 Violência física (punições, torturas, confinamento, etc.)
 Violência sexual (abuso sexual e estupro)
 Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
 Pai, mãe ou pais presidiários
 Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.
 Outros: _____

29. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta para o acolhimento _____

30. Procedência do encaminhamento: _____

31. Possui a Guia de Acolhimento? Sim Não SI

32. Permanência de irmãos na instituição

Não Sim SI

33. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
 * NA = Não se aplica * SI = Sem informação

34. Possui irmãos em outras instituições de acolhimento? Não Sim SI

34.1. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹ F = Feminino; M = Masculino
 * NA = Não se aplica * SI = Sem informação

35. Recebe Visitas?	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/ Frequência
Mãe				

Pai				
Outros Parentes (Especificar)				
Comunidade (Especificar)				
¹ Nunca = 0; Raramente = 1; Algumas vezes = 2; Frequentemente = 3; Quase sempre = 4 * SI = Sem informação				

36. Participa de algum serviço/atendimento periódico da rede? Não Sim SI

37. Em caso positivo, especifique.

Tipo ¹	Local ²	Periodicidade ³

¹ Psicossocial, Odontológico, Médico, Outros (especificar), etc.
² DI = dentro da instituição; FI = fora da instituição (especificar)
³ Nunca = 0; Uma vez na semana = 1; Duas vezes na semana = 2; Três vezes na semana = 3; Quatro ou mais vezes na semana = 4; Todos os dias = 5
* NA = não se aplica * SI = sem informação

38. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____ NA

39. Possui a Guia de Desligamento? Sim Não SI

A.2.) Histórico de Institucionalização:

40. Primeiro acolhimento: Não Sim SI

41. Idade em que foi acolhida pela primeira vez: _____

42. Permanência em outra instituição de proteção especial? Não Sim SI

43. Em caso positivo, qual o nome da instituição? _____

44. Tempo de permanência nesta outra instituição de proteção? _____

45. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual
 Uma Duas Três Mais de três SI

46. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____

47. Tempo de permanência na instituição da primeira vez? _____

48. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____

49. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____

50. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____

51. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____

52. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso)

Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas

Destruição de propriedade

- Envolvimento em pichação
 Furtou algo
 Roubou alguém
 Vendeu drogas
 Outra. Qual? _____
 SI NA

B) Dados sobre a saúde da criança

53. Possui o “Cartão do SUS”? Não Sim SI
54. Intercorrências na gestação: Não Sim SI
- 54.1. Em caso afirmativo, qual: _____
55. Características do parto:
- Normal Operatório Fórceps SI
 Pré-termo A termo Pós-termo
56. Condições de nascimento: peso ao nascer: _____ altura ao nascer: _____ SI
- Outras informações: _____
57. Indicadores de crescimento:
- Peso: _____ altura: _____ idade: _____ SI
- Peso: _____ altura: _____ idade: _____ SI
- 57.1. Outras informações: _____
58. Aleitamento natural: Não Sim SI
59. Possui algum familiar que usa drogas? Não Sim SI
- 60.1. Em caso positivo, qual? _____
- Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola)
60. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc):
- Não Sim SI
- 60.1. Em caso afirmativo, qual? _____
61. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc):
- Não Sim SI
- 61.1. Em caso afirmativo, qual? _____
62. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc):
- Não Sim SI
- 62.1. Em caso afirmativo, qual? _____
63. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc):
- Não Sim SI
- 63.1. Em caso afirmativo, qual? _____
64. Outras. Especificar: _____
65. Restrições na dieta: Não Sim SI
66. Uso de medicação controlada: Não Sim SI
- 66.1. Em caso afirmativo, qual? _____
67. Quando a criança chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?
- Gripe/resfriado Bronquite/asma Amidalite Pneumonia Sarampo
 Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite
 Hepatite Desnutrição Pediculose
 Alergias Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, etc.)
 Doença sexualmente transmissível SI NA
 Outras: _____

68. Quando a criança chegou à instituição apresentava lesões corporais?

Não Sim SI

68.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

69. Quando a criança chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

Não Sim SI

69.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

70. Durante o período de adaptação à instituição a criança apresentou alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

Não Sim SI

70.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

71. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

<input type="checkbox"/> Gripe/resfriado	<input type="checkbox"/> Amidalite	<input type="checkbox"/> Bronquite/asma	<input type="checkbox"/> Pneumonia	<input type="checkbox"/> Sarampo
<input type="checkbox"/> Rubéola	<input type="checkbox"/> Varicela	<input type="checkbox"/> Escabiose	<input type="checkbox"/> Diarreia	<input type="checkbox"/> Otite
<input type="checkbox"/> Hepatite	<input type="checkbox"/> Desnutrição	<input type="checkbox"/> Pediculose	<input type="checkbox"/> Alergias	<input type="checkbox"/> SI <input type="checkbox"/> NA
<input type="checkbox"/> Outras:	_____			

Apêndice C
Formulário de Caracterização dos Adolescentes

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____		
REGIÃO: _____		MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____
2. Sexo: Feminino Masculino
3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
4. Endereço: _____ Bairro: _____
5. Zona: Rural Urbana Município: _____ Estado: _____
6. Tem o nome do pai no registro civil? Não Sim
7. Possui foto no prontuário? Não Sim
8. Possui Documentação:
 - ID CPF Certidão de nascimento Carteira de trabalho
 - Título de Eleitor Outros. Especificar: _____
9. Religião
 - Sem religião Católico Protestante Evangélica Espírita
 - Umbandista Candomblé SI Outra: _____

B. Dados Escolares:

10. Escolaridade: Estuda Não estuda SI
11. Série que cursa: _____
 - 11.1. Nível: Ensino Fundamental Ensino Médio NA SI
12. Se não estuda, em que série parou: _____
 - 12.1. Nível: Ensino Fundamental Ensino Médio NA SI
13. Ano que parou: _____
14. Por quê? _____
15. Escola: Pública Privada NA SI
16. Já foi reprovado? Não Sim NA SI
 - 16.1. Em caso positivo, quantas vezes? _____
17. Já foi expulso de alguma escola? Não Sim NA SI
 - 17.1. Em caso positivo, quantas vezes? _____
18. Motivo da expulsão? _____ NA SI
19. Possui boletim escolar? Não Sim NA SI

C. Dados familiares:

20. Estado Civil
 - Solteiro Casado Morava junto SI
 - Outros: _____
21. Possui filhos: Não Sim SI
 - 21.1. Em caso positivo, quantos? _____ Idade do (s) filho (s): _____
22. Caso tenha filho (s), mora com quem atualmente? _____ NA
23. O filho (s) possui o nome do pai no registro civil? Não Sim SI NA

24. O filho (s) recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

Não Sim SI NA

24.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

25. O adolescente recebe algum tipo de bolsa ou auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

Não Sim SI

25.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

26. A família do adolescente recebe algum tipo de bolsa ou auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

Não Sim SI

26.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

D. Dados profissionais:

27. Participou ou participa de curso profissionalizante

Não Sim SI

27.1. Em caso positivo, qual (ais)? _____

28. Quais as opções a seguir que estão relacionadas com a situação de trabalho remunerado do adolescente:

Nunca trabalhou Já trabalhou, mas não trabalha atualmente

Esta trabalhando Esta procurando trabalho

Não está procurando trabalho Não trabalha SI

29. Se exerce atualmente alguma atividade remunerada, onde trabalha? _____

30. Trabalha com carteira assinada: Sim Não SI

31. Se trabalha, qual a renda mensal média proveniente de seu trabalho? _____ reais NA SI

32. Se trabalha, quantas horas por dia dedica ao trabalho? _____ horas NA SI

33. Participa de alguma das atividades abaixo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

Grêmio estudantil ou diretório acadêmico Grupo de escoteiros ou bandeirantes

Grupo ou movimentos religiosos Grupos musicais (coral, bandas, etc.)

Grupo de dança, teatro ou arte Grupos ou movimentos políticos

Grupo de trabalho voluntário Equipe esportiva

Outras: _____ SI

SITUAÇÃO FAMILIAR DO ADOLESCENTE

34. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Renda	Paradeiro ³
Mãe						
Pai						
Responsável Legal (Especificar o vínculo):						
Irmão 1						
Irmão 2						
Irmão 3						
Irmão 4						

¹ F = Feminino; M = Masculino ² EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior ³ Conhecido=C; Desconhecido=D *SI = Sem Informação *NA = Não se aplica						

35. Qual o tipo de família que vivia antes de sua permanência na instituição:

- Família biológica Família substituta (adoção)
 Família substituta (com guarda) Família substituta (sem guarda) SI

36. Com quem vivia antes da permanência na instituição

- Com a mãe e o pai Apenas com a mãe Apenas com o pai
 Com a mãe e o padrasto Com a mãe e outros familiares Com o pai e a madrasta
 Com o pai e outros familiares Com os avós maternos Com os avós paternos
 Com outros familiares SI Outros: _____

37. Orfandade antes de ser encaminhada a instituição

- Órfã de pai Órfã de mãe Órfã de ambos NA SI

38. Orfandade durante a permanência na instituição

- Órfã de pai Órfã de mãe Órfã de ambos NA SI

39. Condições de moradia

Situação do imóvel que morava antes de vim para a instituição ¹	Tipo de construção ²	Energia elétrica ³	Água encanada ⁴	Saneamento ⁵	Número de cômodos ⁶

¹ Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

² Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

³ Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁴ Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

C) Dados sobre a situação jurídica e institucional.

A.1.) Situação Atual:

40. Possui o PIA (Plano Individual de Atendimento)? Não Sim

41. Data em que deu entrada na instituição: _____ SI

42. Motivo(s) que justificou (aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) a instituição

- Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
 Negligência familiar
 Situação de rua (família de rua, etc.)
 Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
 Violência física (punições, torturas, confinamento, etc.)
 Violência sexual (abuso sexual e estupro)
 Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
 Pai, mãe ou pais presidiários
 Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.
 Outros: _____

43. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta _____

44. Procedência do encaminhamento: _____

¹ Psicossocial, Odontológico, Médico, Outros (especificar), etc. ² DI = Dentro da instituição; FI = Fora da instituição (especificar) ³ Nunca = 0; Uma vez na semana = 1; Duas vezes na semana = 2; Três vezes na semana = 3; Quatro ou mais vezes na semana = 4; Todos os dias = 5 * NA = não se aplica * SI = sem informação		

53. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____ NA

54. Possui a Guia de Desligamento? Sim Não SI NA

A.2.) Histórico de Institucionalização

55. Primeiro acolhimento? Não Sim SI

56. Idade em que foi acolhido pela primeira vez: _____

57. Permanência em outra instituição de proteção especial?

Não Sim SI

57.1. Em caso positivo, qual o nome da instituição? _____

58. Tempo de permanência nessa outra instituição de proteção especial? _____

59. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual

Uma Duas Três Mais de três SI

60. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____

61. Tempo de permanência na instituição da primeira vez? _____

62. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____ NA

63. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____ NA

64. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____ NA

65. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____

66. Já cumpriu alguma medida sócio-educativa? Não Sim SI

66.1. Em caso positivo, qual? _____

67. Nome da instituição: _____ NA

68. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso)

Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas

Destruição de propriedade

Envolvimento em pichação

Furtou algo

Roubou alguém

Vendeu drogas

Outra. Qual? _____

SI NA

D) Dados sobre a saúde do adolescente

69. Possui o "Cartão do SUS"? Não Sim SI

70. Intercorrências na gestação: Não Sim SI

70.1. Em caso positivo, qual? _____

71. Característica do parto:

Normal Operatório Fórceps SI

- Pré-termo A termo Pós-termo
72. Possui algum familiar que usa drogas? Não Sim SI
73. Em caso positivo, qual?
 Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola)
74. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc):
 Não Sim SI
74.1. Em caso afirmativo, qual? _____
75. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc):
 Não Sim SI
75.1. Em caso afirmativo, qual: _____
76. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc):
 Não Sim SI
76.1. Em caso afirmativo, qual: _____
77. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc):
 Não Sim SI
77.1. Em caso afirmativo, qual: _____
78. Outras. Especificar: _____
79. Restrições na dieta: Não Sim SI
80. Uso de medicação controlada: Não Sim SI
80.1. Em caso afirmativo, qual: _____
81. Faz uso de métodos contraceptivos?
 Não Sim SI
81.1. Se a resposta for sim, qual? _____
82. Quando o adolescente chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?
 Gripe/resfriado Bronquite/asma Amidalite Pneumonia Sarampo
 Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite
 Hepatite Desnutrição Pediculose
 Alergias Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, etc.)
 Doença sexualmente transmissível SI NA
 Outras: _____
83. Quando o adolescente chegou à instituição apresentava lesões corporais?
 Não Sim SI
83.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____
_____ SI NA
84. Quando o adolescente chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?
 Não Sim SI
84.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____
85. Durante o período de adaptação à instituição o adolescente apresentou alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?
85.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____
86. Doenças durante a sua permanência na Instituição:
 Gripe/resfriado Amidalite Bronquite/asma Pneumonia Sarampo
 Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite
 Hepatite Desnutrição Pediculose Alergias SI NA
 Outras: _____

As questões 87 a 93 destinam-se a adolescentes do sexo feminino que já estiveram ou estão grávidas:

87. Já esteve grávida? Não Sim SI
88. Se a resposta for sim, especifique quantas vezes? _____ SI NA
89. Que idade tinha quando engravidou na primeira vez? _____ SI NA
90. Quantos filhos (as) vivos (as) têm? _____ SI NA
91. Já teve algum aborto:
- 91.1. Antes do período do acolhimento? Não Sim SI
- 91.2. Quantas vezes? _____
- 91.3. Tipo? Natural Provocado SI
92. Durante o período do acolhimento? Não Sim SI
- 92.1. Quantas vezes? _____
- 92.2. Tipo? Natural Provocado SI
93. Aleitamento natural do filho: Não Sim SI NA

Apêndice D

Questionário de Caracterização dos Educadores

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____		
REGIÃO: _____	MUNICÍPIO: _____	

A. DADOS PESSOAIS:

1. Nome: _____
2. Data de Nascimento: _____ Idade: _____
3. Naturalidade: _____
4. Escolaridade: _____ Completo Incompleto
Se parou de estudar, em que série parou? _____
5. Graduação: _____
6. Pós-graduação: Sim Não Curso? _____
7. Possui filhos: Sim Não Em caso positivo, quantos? _____
8. Telefone: _____
9. Bairro: _____
10. Município: _____
11. Composição familiar:

Por favor, preencha no quadro abaixo algumas informações sobre **cada pessoa que mora na sua casa**:

Primeiro nome	Parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Atividade profissional

B. DADOS PROFISSIONAIS:

12. Qual é a sua situação funcional?
 Concursado Efetivo Temporário Contratado
 Voluntário Outro: _____
13. Em que ano começou a trabalhar na instituição de acolhimento? _____
14. Qual a função que ocupava? _____
15. Que tipo de atividade realizava? _____
16. Hoje, você ainda ocupa a mesma função? Sim Não
17. Desenvolve a mesma atividade? Sim Não
18. No momento, você exerce outra atividade profissional? Sim Não
Se sim, qual? _____
19. Antes de trabalhar na instituição, você já desenvolveu atividades profissionais similares com crianças? (indicar atividades profissionais que envolviam o cumprimento de uma rotina de cuidados)

Atividade	Tempo que desenvolveu a atividade
Não, é o meu primeiro trabalho.	
Sim, já trabalhei em instituições de acolhimento para crianças.	
Sim, em creche.	

Sim, em unidade de educação infantil.	
Sim, em escolas, nas séries iniciais do ensino fundamental.	
Sim, como babá (trabalho contínuo).	
Sim, como baby-sitter (trabalho eventual).	
Outras atividades. Especificar: _____	

20. Antes de trabalhar na instituição, você já desenvolveu atividades profissionais similares com adolescentes? (indicar atividades profissionais que envolviam o cumprimento de uma rotina de cuidados)

Atividade	Tempo que desenvolveu a atividade
Não, é o meu primeiro trabalho.	
Sim, já trabalhei em instituições de acolhimento para adolescentes.	
Sim, em unidades de medida socioeducativa. Qual? _____	
Sim, em escolas, nas séries do ensino médio.	
Sim, em projetos socioculturais.	
Outras atividades. Especificar: _____	

21. Nos últimos dois anos, você frequentou algum curso de atualização ou capacitação profissional para aprimorar seu trabalho?

Não Sim

Em caso positivo, quais?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

C. DADOS SOBRE A SATISFAÇÃO COM A PROFISSÃO:

22. Quais são as fontes de informação que você utiliza para exercer e aprimorar o seu trabalho na instituição? (Coloque em ordem de importância, marcando o número 1 na principal fonte, 2 na segunda mais importante, e assim por diante, até o 9)

- A observação do comportamento das colegas
- A formação escolar básica
- A experiência e a prática profissional
- Os cursos de atualização com técnicos ou especialistas
- Os livros e revistas, eventual documentação relativa a acolhimento.
- Internet (sites, redes sociais)
- A troca de ideias com as colegas no grupo de trabalho
- A observação do comportamento dos pais
- A sua experiência pessoal e familiar

23. Pensando no seu trabalho na instituição de acolhimento, poderia nos dizer qual o grau de satisfação para cada uma das características mencionadas abaixo? (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: muito insatisfeito = 1; insatisfeito = 2; nem satisfeito nem insatisfeito = 3; satisfeito = 4; muito satisfeito = 5).

Características	1	2	3	4	5
O ambiente físico (espaço, mobília, equipamentos e decoração).					

O horário de trabalho (escalas, plantões).						
O relacionamento com as colegas de trabalho						
O tipo de trabalho desenvolvido						
O cuidar de crianças e/ou adolescentes na faixa etária que trabalha na instituição.						
A estabilidade no emprego						
O reconhecimento dos pais e demais familiares da criança e/ou adolescentes						
A possibilidade de escolher livremente seu modo de trabalhar						
O aspecto educativo do trabalho						
O reconhecimento da coordenação da instituição de acolhimento						
O salário						

24. Pensando no seu trabalho na instituição, indique o que você pensa para o seu futuro como educador? (Indicar uma só resposta, assinalando o quadradinho correspondente).

- Continuar sendo educador da instituição
- Mudar completamente o tipo de trabalho
- Fazer um concurso para mudar de função na instituição
- Aposentar-se assim que possível
- Pedir transferência para outras unidades de acolhimento
- Trabalhar com outras modalidades de cuidado e educação
- Outros. Qual? _____

25. Em geral, o trabalho de educador de instituição é considerado cansativo. Indique em ordem de importância os aspectos mais cansativos para você. (**Atribuir o número 1 ao aspecto mais cansativo, o número 2 ao segundo mais cansativo, e assim por diante até o número 7**).

- O esforço físico
- A atenção contínua
- As emoções intensas no relacionamento com as crianças e/ou adolescentes
- A comunicação com os pais
- Os turnos de trabalho
- A falta de colaboração entre as colegas de trabalho
- O relacionamento com a coordenação da instituição

D. DADOS SOBRE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE CUIDADO

26. Pode acontecer que o educador se apegue de maneira especial a algumas crianças e/ou adolescentes. Como você avalia este fato? (Assinale apenas uma das respostas)

- É algo inevitável
- Sem problemas, desde que não descuidem das outras crianças e/ou adolescentes.
- É algo que não deveria acontecer
- É algo que nunca aconteceu comigo

27. Agora, tente dizer o que significa apegar-se a uma criança e/ou adolescente?

28. Indique o grau de influência que o educador pode ter nos seguintes aspectos do desenvolvimento da criança e/ou adolescentes no ambiente de acolhimento: (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: nenhuma influência = 1; pouca influência = 2; nenhuma influência nem pouca

influência= 3; influência suficiente = 4; muita influência=5).

O educador exerce influência sobre:	1	2	3	4	5
Curiosidade					
Capacidade de relacionar-se com os outros					
Segurança					
Capacidades lógicas e de raciocínio					
Autonomia					
Obediência					
Concentração					
Colaboração com as crianças e/ou adolescentes da mesma idade					
Controle das emoções					

29. Quais das atividades abaixo você desenvolve com as crianças e/ou adolescentes na instituição? (Indicar uma ou mais respostas, assinalando o quadrado correspondente).

- Atividades que envolvem movimento e música (dança, teatro, canto, instrumentalização/ violão, flauta, etc)
- Atividades de arte (desenho livre, pintura, colagem, modelagem)
- Atividades/brincadeiras dirigidas (jogos: cemitério, bandeirinha, cabo de garro, dominó, dama, baralho, etc)
- Atividades/brincadeiras não dirigidas (deixa a criança e/ou adolescente livre)
- Leitura de histórias
- Atividades esportivas (vôlei, futebol, futsal, capoeira, basquete, etc)
- Atividade de lazer (assistir filmes, artesanato, acompanhar em festas e shows)
- Outras

Especifique: _____

30. Desenvolve algum tipo de práticas voltadas para o resgate da história de vida das crianças e/ou adolescentes na instituição?

- Sim Não

Se sim, que tipo de atividades desenvolve?

- Livro de fotografias
- Registros individuais (desenhos, cartas, etc)
- Estimular a criança e/ou adolescente a falar da vida em família
- Na acolhida, guarda ou separa os pertences pessoais das crianças e/ou adolescentes trazidos de casa.
- Preparação para o desligamento. Especifique: _____

Outros. Quais? _____

Se você não faz, especifique porque não faz? _____

31. De modo geral o que observa em relação as práticas de cuidado na instituição que você trabalha. (Responda a cada uma das questões de acordo com as seguintes modalidades: nunca = 1; poucas vezes = 2; nem poucas nem muitas vezes=3; muitas vezes= 4; sempre = 5).

Com que frequência o (a) educador (a)...	1	2	3	4	5
31.1. Recebem as crianças e/ou adolescentes em sua chegada a instituição de maneira calorosa e afetuosa					

31.2. Preparam (acompanhar, encorajar, organizar) as crianças e/ou adolescentes para a sua saída (desligamento) da instituição de maneira calorosa e afetuosa.					
--	--	--	--	--	--

31.3. Senta com as crianças e/ou adolescentes e usa o tempo da refeição (café, almoço, lanche, jantar) para aprendizagem.	1	2	3	4	5
a) Falam o nome dos alimentos					
b) Encoraja as crianças pequenas a falarem					
c) Incentiva a criança a se alimentar sozinha					
d) Incentiva a criança e/ou adolescente a ter uma alimentação saudável					
e) Experimentar e/ou conhecer novos alimentos					
f) Pergunta sobre preferências de alimentos					
g) Outros. Especifique: _____					

31.4. Ajuda as crianças e/ou adolescentes a relaxar e a dormir	1	2	3	4	5
a) Canta					
b) Coloca música calma					
c) Faz carinho					
d) Conta histórias					
e) Dá atenção individualizada quando a criança e/ou adolescente esta com dificuldade para dormir					
f) Incentivam que a criança e/ou adolescentes arrume a própria cama					
g) Outros. Especifique: _____					

31.5. Usa o momento da higiene pessoal ou da ida ao banheiro para promover independência nos hábitos de vestir e de limpeza entre as crianças pequenas	1	2	3	4	5
a) Lavagem das mãos					
b) Uso de papel higiênico					
c) Abotoar e fechar a roupa					
d) Higiene bucal/escovar os dentes					
e) Passar xampu e condicionador					
f) Passar sabonete					
g) Troca da fralda					
h) Outros. Especifique: _____					

31.6. Usa o momento da ida ao banheiro para promover hábitos de higiene pessoal e cuidado com o corpo entre os adolescentes	1	2	3	4	5
a) Lavagem das mãos					
b) Uso de papel higiênico					
c) Uso correto e o descarte de absorvente					
d) Higiene bucal					
e) Passar xampu e condicionador					
f) Passar sabonete					
g) Fazer corretamente a higiene íntima (lavagem do pênis e da vagina, uso de desodorante).					
h) Outros. Especifique: _____					

	1	2	3	4	5
31.7. Com frequência responde de forma verbal e/ou não verbal ao choro, gestos, sons, palavras e perguntas das crianças e/ou adolescentes.					
31.8. Geralmente olha para a criança e/ou adolescente enquanto fala com ela.					
31.9. Conversa sobre as atividades com cada bebê, criança e/ou adolescente durante brincadeiras e atividades de rotina.					
31.10. Conversa sobre figuras, lê livros, ou canta rimas infantis com pequenos grupos de crianças interessadas ou individualmente.					
31.11. Brinca de faz de conta com as crianças (ex: conversa com as crianças no telefone de brinquedo).					
31.12. Permite e respeita que as crianças e/ou adolescente se agrupem naturalmente e, desta forma, favorecendo as interações e relações de amizade.					

	1	2	3	4	5
31.13. Traz as crianças e/ou adolescentes que não se locomovem para fora do berço/cama ou com desenvolvimento atípico para que brinquem, com supervisão e perto dos outros visando o desenvolvimento da:					
a) Locomoção					
b) Linguagem					
c) Interação social					
d) Outros. Especifique: _____					

	1	2	3	4	5
31.14. Geralmente sabe mediar e apaziguar as interações de conflito					
a) Intervém em agressões físicas, verbais e gestuais					
b) Media as brigas relacionadas a dificuldades nas relações afetivas (namoro, paquera e amizades).					
c) Media os conflitos advindos de pegar os pertences do outro.					
d) Intervém em situações de Bullying ¹					
e) Outros. Especifique: _____					

	1	2	3	4	5
31.15. Serve de referência para interações sociais positivas					
a) Demonstrar carinho no toque, no olhar, no tom de voz.					
b) Incentivar a participação no cuidado das crianças e/ou adolescentes das maiores para com os menores.					
c) Incentivar a colocação de limites					
d) Outros. Especifique: _____					

	1	2	3	4	5
31.16. Incentiva a construção e manutenção dos vínculos da criança com					
a) Grupos de irmãos dentro da instituição					
b) Com os pais ou responsáveis					
c) Com a família extensa (avós, tios, primos ou outros parentes)					
d) Em caso de adoção, os pais adotivos.					
e) Outros. Especifique: _____					

¹ Termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

31.17. Conversa e ensina as crianças e/ou adolescentes sobre sexualidade	1	2	3	4	5
a) Relação sexual					
b) Relacionamento afetivo					
c) Transformação do corpo					
d) Uso de métodos contraceptivos					
e) Masturbação					
f) Violência sexual					
g) DST					
h) O uso correto e descarte da camisinha					
i) Outros. Especifique: _____					

32. Reflita e avalie a relação entre experiência de trabalho como educador/cuidador e a experiência como mãe e/ou pai no cuidado (Responda a cada uma das questões de acordo com as seguintes modalidades: nunca = 1; poucas vezes = 2; nem poucas nem muitas vezes=3; muitas vezes= 4; sempre = 5).

Experiência	1	2	3	4	5
O educador que é mãe e/ou pai entende melhor as exigências das crianças e/ou adolescentes e dos pais					
Ter filhos ajuda apenas em certos aspectos práticos (reconhecer as doenças, trocar fraldas, etc.)					
A condição de maternidade e/ou paternidade interferem negativamente no exercício da profissão					

33. O que a instituição pode fazer para melhorar as práticas de cuidado oferecidas às crianças e/ou adolescentes?

34. O que você como educador pode fazer para melhorar as suas práticas de cuidado do seu trabalho na instituição?

Apêndice E
Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
 SAÚDE DA UNIVERSIDADE
 FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO PARÁ: ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO

Pesquisador: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18184714.3.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 568.256

Data da Relatoria: 25/03/2014

Apresentação do Projeto:

Abebera-se em elementos históricos para apontar o fato de que crianças e adolescentes tem sido acolhidas em instituições "asilares" em face de condições sócio-econômicas, privando-os da convivências familiar e comunitária por largo período de suas vidas. O projeto em foco visa contribuir com o "debate em torno de características específicas desse ambiente institucional e da qualidade das relações que a criança, o adolescente na faixa etária de zero a seis anos, e os educadores que com ele lidam conseguem estabelecer entre si". Os sujeitos serão selecionados em seis regiões: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT). Ressalta-se que este estudo terá acompanhamento e responsabilidade dos alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Frisa a Pesquisadora responsável que o trabalho teve início em 2004 e se consolidou a partir de 2008, sendo hoje redimensionado para envolver projetos organizados em torno dos seguintes eixos temáticos: crianças, educadores, corpo técnico, famílias e comunidade. Assim, com esta pesquisa visa-se dar relevo à discussão de aspectos presentes na definição do abrigo como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Os estudos uma vez concluídos poderão oferecer um mapeamento dos serviços de acolhimento desenvolvidos nas microrregiões localizadas em pontos estratégicos do território paraense; um perfil das crianças e adolescentes

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

que vivem nas entidades de acolhimento presentemente; um quadro comparativo das rotinas e práticas nos distintos ambientes citados, a partir de critérios descritores da qualidade do cuidados. Assim, o estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional.

Objetivo da Pesquisa:

Caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidados presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Para tal, deve-se levantar e mapear as instituições de acolhimento das crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social; conhecer o perfil de tais cidadãos pelos fatores sociodemográficos e sociopsicológicos; descrever e destacar as rotinas e práticas de cuidados dos sujeitos da pesquisa. Em relação aos objetivos perseguidos ressalta-se a relevância da pesquisa uma vez que partindo do referencial teórico os asilados têm os seus direitos constitucionalmente garantidos justificando a execução do projeto em perquirir sobre os cuidados que lhes estão sendo dispensados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional. Não há riscos de monta salvo o que possa decorrer do impacto da abordagem, dependendo sempre da atuação do pesquisador, todavia este pretende partir de uma ambiência como preparo para o início da coleta dos dados resguardando-se, sempre, o sigilo. Acerca do assunto o projeto não é omisso posto que enfatiza que em face de "situação conhecida como de risco serão tomados os cuidados para reparar as falhas ou os equívocos". Salienta-se que uma vez ocorrido o dano resultante do risco o dever é reparar. Assim, haverá mais benefícios do que eventuais riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância posto que considera-se uma via de resgate da grande parcela da "jovem" desassistida - 41,6% da população, consoante índice apontado pelo pesquisador. Assim, há equidade, beneficência segundo expõe o projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem os requisitos da Resolução CONEP 466/12,

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

estando o TCLE adequado, a autorização e recomendação para a realização da pesquisa está de acordo com as exigências da norma supra citada.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 26 de Março de 2014

Assinador por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Apêndice F
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

PROJETO DE PESQUISA: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM QUATRO REGIÕES DO ESTADO DO PARÁ: PERFIL, ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa em questão objetiva caracterizar as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado de educadores presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Os dados coletados a partir de fonte documental (ficha funcional, relatórios) e pesquisa de campo (aplicação de questionário, entrevistas e observação dos educadores) serão usados apenas para os objetivos do estudo proposto, preservando-se a identidade e os aspectos da história de vida de cada um dos participantes envolvidos, mesmo quando da divulgação dos achados da pesquisa em reuniões científicas, publicações ou em aulas de disciplinas da graduação e da pós-graduação.

Entre objetivos da pesquisa ora apresentada é traçar um perfil da trajetória pessoal, acadêmica e profissional dos educadores/cuidadores que são responsáveis pelo cuidado diário das crianças e/ou adolescentes, bem como conhecer suas concepções sobre desenvolvimento infantil e as práticas de cuidado adotadas na relação com os acolhidos.

O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor colocado pela realização das sessões de entrevista e observação dos participantes, pode-se dizer que é praticamente nulo. Na eventualidade de ocorrer qualquer situação reconhecida como de risco à intimidade dos educadores/cuidadores entrevistados, serão tomadas providências cabíveis para reparar as falhas ou os equívocos cometidos.

Por sua vez, os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à proposição de mudanças que possam efetivamente melhorar a qualidade do ambiente institucional, principalmente naquilo que se refere à criação de condições favoráveis à construção de vínculos sociais e afetivos tão decisivos para o desenvolvimento humano – em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Neste momento, convido você, como educador/cuidador (a) do serviço de acolhimento institucional, a tomar parte da pesquisa ora apresentada. Informo ainda que o Juizado da Infância e da Juventude, 1ª Vara Cível da Comarca da Capital, a Presidência da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará e a Secretaria de Estado de Assistência Social, bem como as Secretarias de Assistência Social dos Municípios envolvidos na pesquisa, estão cientes da realização da pesquisa e dos procedimentos metodológicos propostos. Reitero, aqui, o compromisso de que, em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper a sua participação sem qualquer problema, retaliação ou represália de qualquer natureza, devendo apenas ser avisada da sua desistência.

Pesquisadora responsável: Laiane da Silva Corrêa
Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá. CEP 66075-110
Belém – Pará. CEP 66033 – 590. Fone: (91) 3201-8482

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como os seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, confirmo minha participação na presente pesquisa.

_____, ____ / ____ / ____

Assinatura do Educador/Cuidador (a)